O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 16 de FEVEREIRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46873
estadão.com.br

Futuro presidente do TSE __A10 e A11

'Instituições terão o maior teste. Ditadura nunca mais', diz Fachin

__*Ministro teme ataque hacker ao Tribunal*

O ministro Edson Fachin, que na próxima semana assume a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, afirmou a Breno Pires e Weslley Galzo que a Justiça Eleitoral "já pode estar sob ataque de hackers" e citou a Rússia como a origem da maior parte dessa ofensiva. O ministro acredita que é hora de endurecer para evitar que a plataforma Telegram seja usada para difundir informações falsas. "Nós teremos, certamente, o maior teste das instituições democráticas", disse. Fachin afirmou que o "populismo autoritário" não tem mais espaço no Brasil: "Ditadura nunca mais".

E&N Mercado __B1 e B2

Com ativos brasileiros em alta, Ibovespa sobe no ano e dólar cai

O principal índice da B3 avançou 9,5% em 2022 e o dólar teve queda de 7,45%. Crise em países ricos e alta de commodities e juros explicam os resultados.

0,82%
foi a alta da Bolsa ontem, para 114,8 mil pontos. Dólar recuou 0,72%

Arnaldo Jabor 1940 - 2022 __C4 e C5

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 8/4/2016

O adeus de um polemista inconformado

O cineasta e jornalista, morto aos 81 anos, deixa um legado de filmes clássicos e textos irônicos.

REPRODUÇÃO / TWITTER

Chuva de um mês em 6h causa mortes e devasta Petrópolis

Ruas da cidade de Petrópolis, na região serrana do Rio, alagadas após temporal na tarde de ontem. No final da noite, Corpo de Bombeiros falava em 18 mortes. Em seis horas, foram 260 milímetros de chuva, volume previsto para o mês inteiro. __A20

Reservatório __A18

Nível do Cantareira sobe, mas ainda é o mais baixo desde 2016 nesta época

Com as últimas chuvas, reservatório do sistema Cantareira atingiu 42,5% de sua capacidade. O índice ainda é o menor para esta época do ano desde 2016.

E&N Energia __B25

TCU aprova primeira etapa da privatização da Eletrobras

O TCU aprovou a primeira etapa da privatização da estatal, por seis votos a um. Cronograma prevê a venda até maio.

Crise no Leste Europeu __A14, A22 e A23

Rússia anuncia redução de tropa; Otan e Biden mantêm ceticismo

Governo de Vladimir Putin afirma que soldados e equipamentos foram removidos da fronteira com a Ucrânia. Otan e Joe Biden levantam dúvidas.

Análise __A14
Oliver Stuenkel

Expansão da Otan está no centro da discórdia

Segurança pública __A17

Assaltos perto de colégios assustam moradores do Morumbi

Bandidos atacam filas de carros em ruas próximas de escolas, principalmente na entrada e saída de estudantes.

Notas e Informações __A3

Faz de conta na agenda legislativa

Coluna do Estadão __A2

Gilmar pede cabeça de Sérgio Camargo

Fábio Alves __B4

O teimosinho dos preços

Ômicron __A19

País registra queda na média nos casos de covid-19

Antes de eleição __A12

Governo federal autoriza volume recorde de emendas

E&N Tecnologia __B30 e B31

País tem 22 candidatas a startups bilionárias no ano

Tempo em SP
17° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ALBERTO BOMBIG
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Gilmar pede cabeça de Sérgio Camargo após declarações sobre Moïse

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes mandou mensagem para governistas dizendo que não dá mais para o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, continuar na função. A gota d'água foi uma publicação do presidente do órgão nas redes sociais, no qual ele trata como "vagabundo" o congolês Moïse Kabagambe, espancado até a morte no quiosque onde trabalhava no Rio de Janeiro, caso de grande repercussão e que gerou protestos nas ruas. "Em tese, foi um vagabundo morto por vagabundos mais fortes", publicou Camargo. Na mensagem enviada, Gilmar pediu um basta. "Ele ultrapassou todos os limites. É intolerável", escreveu o magistrado.

• **CONTROVERSO.** Um dos remanescentes da ala ideológica do governo, ao lado do secretário especial da Cultura Mário Frias, Camargo é crítico do Dia da Consciência Negra e coleciona polêmicas desde que chegou ao governo federal. Jair Bolsonaro, por sua vez, segue bancando sua permanência na Fundação Palmares.

• **NA MIRA.** Além do pedido do ministro do Supremo, Camargo já foi alvo de novo pedido judicial para que deixe o cargo após publicar as declarações sobre Moïse Kabagambe.

• **PAPO.** Em outra frente, Gilmar Mendes recebe nesta quarta-feira, 16, no Supremo Tribunal Federal (STF), a presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP). Na Corte, o ministro é notoriamente o maior crítico do ex-juiz Sérgio Moro, pré-candidato à Presidência da República pela sigla de Abreu.

• **CALMA LÁ.** Tucanos avaliaram como "acima do tom" os tuítes do presidente do PSDB, Bruno Araújo, sobre Eduardo Leite. O dirigente foi a público sem rodeios deixar claro que conta com a permanência do governador gaúcho no partido. "A grama do vizinho nem sempre é mais verde", escreveu.

• **ESQUECEU?** Para parlamentares da sigla, Araújo apenas botou mais lenha na fogueira dos já conturbados bastidores tucanos. Aliados de Eduardo Leite lembraram também que ele é ligado a movimentos cívicos, como a Raps, e desde o início da carreira política se mostrou pouco afeito a qualquer tipo de "caciquismo" na política.

• **ENQUANTO ISSO.** Leite segue analisando possíveis rumos, com um olho no Sul e outro em Brasília: "Não vou me omitir. Vou ajudar a garantir a continuidade do trabalho que fizemos pelo Rio Grande do Sul".

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Eduardo Leite,
governador do Rio Grande do Sul

• **COFRE.** Até Paulo Guedes tem dinheiro esquecido em bancos no Brasil. É o que mostra o sistema "Valores a Receber", do Banco Central. Ele só terá os detalhes de quando poderá sacar em março. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também possui saldo a ser resgatado.

• **DE PERTO.** O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, acompanhará em Brasília a votação do PL que torna a União responsável por arcar a gratuidade do transporte público para idosos.

COM CAMILA TURTELLI E MATHEUS LARA. COLABORARAM ELIANE CANTANHÊDE E EDUARDO RODRIGUES.

PRONTO, FALEI!

Daniel José
Deputado estadual (Novo-SP)

"O governo Bolsonaro autorizou uma distribuição recorde de emendas antes da eleição. R$ 25 bilhões. A aliança com o Centrão custa caro. Muito caro."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Paulo Câmara
Governador de Pernambuco

Governador (dir.) recebeu Luciano Bivar, do União Brasil, e Raul Henry, do MDB (esq.). As siglas dos dois convidados conversam sobre formar federação.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Faz de conta na agenda legislativa

Mais do que uma carta de intenções, a lista de 45 projetos prioritários do governo no Congresso é admissão pública de ineficiência

Como tudo na administração Jair Bolsonaro, a agenda legislativa prioritária do governo federal para este ano é mais uma peça de ficção de sua desesperada campanha à reeleição. Assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a portaria publicada no *Diário Oficial* da União (DOU) conta com nada menos que 45 itens, entre medidas provisórias, projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PECs). Dentre eles, há seis ideias "em formulação no Executivo" ou "em formulação no Congresso Nacional". A lista é a representação de uma gestão sem rumo, presidida por um eterno candidato que se recusa a assumir as funções para as quais foi eleito há mais de três anos e que mantém um falso otimismo sobre sua capacidade de articulação política em um Congresso dominado pelo Centrão, que governa em seu lugar.

De que outra forma a sociedade deveria julgar o fato de que o Executivo ainda diz acreditar na aprovação da proposta que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) e unifica contribuições federais como PIS e Cofins? Apresentado em julho de 2020, o projeto não registra qualquer movimentação processual desde junho. Faz parte da mesma lista a PEC 110/2019, conhecida como reforma tributária do Senado, que extingue nove tributos, entre eles PIS e Cofins, além de impostos estaduais e municipais, para criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) – publicamente boicotada pelo ministro Paulo Guedes. Como se pretende compatibilizar duas propostas conflitantes e que tratam dos mesmos tributos é uma incógnita. Não satisfeito com o manicômio tributário vigente no País há décadas, o governo mantém a aposta no projeto do Imposto de Renda, cujo relator, Ângelo Coronel (PSD-BA), já deixou claro que pretende apenas corrigir a tabela do Imposto de Renda e retirar a tributação sobre lucros e dividendos, que bancaria o Auxílio Brasil.

A obsessão bolsonarista pelo preço dos combustíveis também está presente em dois dos itens: o projeto que muda a cobrança de ICMS sobre os produtos, hoje um porcentual sobre o preço, para um valor fixo por litro; e o projeto "em formulação no Congresso Nacional" que mexe na tributação federal sobre o diesel – alvo de ao menos três propostas, uma delas a PEC Camicase, que pode custar mais de R$ 100 bilhões aos cofres públicos. Faz parte do rol de devaneios a privatização dos Correios, com chance mínima em um Senado em ano eleitoral. O próprio Bolsonaro já admitiu que a possibilidade de aprovação de qualquer reforma neste ano é ínfima. Ao menos numa coisa a lista é verdadeira: dela não consta uma reforma administrativa, que Bolsonaro desde sempre rejeita.

Na área política, o fracasso também se repete. Para atiçar os seguidores mais radicais, Bolsonaro reitera o aval à chamada pauta de costumes, defendida há três anos praticamente sem avanços. Há projetos para flexibilizar ainda mais o porte, posse, registro e comercialização de armas e munições, revogar o auxílio-reclusão, reduzir a maioridade penal e vedar a saída temporária de presos. Em formulação no Executivo, há também um projeto para ampliar a retaguarda jurídica de policiais. Criticado pelo desmazelo na área ambiental, o governo ainda aposta na polêmica liberação da mineração em terras indígenas e em áreas de fronteira. Na educação, certamente a área mais afetada depois de quase dois anos de pandemia e de escolas fechadas por meses, a preferência, inacreditavelmente, continua a ser pela regulamentação do ensino domiciliar, além do fim da progressão continuada – evidentemente sem propor nada em seu lugar.

Mais do que uma carta de intenções, a agenda é o reconhecimento público da própria ineficiência do governo. Quando os mais otimistas avaliam que o Legislativo funcionará só até junho, uma lista de 45 prioridades revela que, na verdade, não há nenhuma. Mesmo com o apoio de um Congresso comprado à base de emendas, a gestão Bolsonaro chegará ao fim sem aprovar os arremedos de reformas econômicas que propôs e, ainda bem, sem os desvarios que prometeu à sua base mais radical.●

América Latina é crucial para o Brasil

O acordo comercial com o Chile e a defasagem das exportações para a Argentina relembram a importância de o País assumir o protagonismo na integração da região

Em 25 de janeiro entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio entre Brasil e Chile. O país andino é o quinto maior destino das exportações do Brasil. O acordo negociado pelo governo Temer avança o processo de abertura iniciado em 1996 e é um dos mais modernos assinados pelo Brasil. Ele promove a redução de custos aduaneiros e cobre 17 áreas, entre serviços, compras governamentais, boas práticas regulatórias e investimentos estrangeiros. Por outro lado, em 2021 o Brasil perdeu para a China o posto histórico de maior exportador à Argentina. Os dois fatos revelam a importância para o País, especialmente para a sua indústria, de revitalizar as estratégias de integração com a América Latina.

É uma cláusula pétrea da Constituição que o Brasil "buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Em tese, o País tem todas as condições de liderar o processo de integração latino-americana. Na América do Sul, é o único que aglutina elementos de uma potência regional: ele faz fronteira com 11 dos 13 países da região; responde por 55% do seu PIB; é uma democracia multiétnica das mais plurais do mundo; tem uma população e um mercado consumidor de grande porte; e riquezas naturais, como minérios estratégicos, petróleo, abundância de água e uma biodiversidade incomparável.

O imenso potencial energético só aumentou com o processo de transição para a economia de baixo carbono. O país é uma superpotência agropecuária, tem a economia mais diversificada da região, o maior parque industrial e um razoável desenvolvimento tecnológico.

No entanto, o contraste entre essas potencialidades e a realidade é chocante. Nos últimos anos, o Brasil não apenas foi incapaz de protagonizar a liderança na integração latino-americana, como tem perdido espaço como parceiro comercial dos países da América do Sul.

Em conjunto, esses países continuam sendo o quarto principal destino das exportações brasileiras e a quarta principal origem. Mas entre 2010 e 2019, segundo a Confederação Nacional da Indústria, enquanto as importações globais da América do Sul subiram 12,9%, as exportações do Brasil para a região caíram 24,7% e as importações, 20,4%. O maior impacto é sobre os produtos manufaturados, que respondem por 82% das exportações brasileiras para o Cone Sul.

A contração tem múltiplas causas. Há fatores externos, como a queda do crescimento econômico da região e o crescimento da China; internos, como a perda de competitividade da indústria nacional ou a suspensão das reformas no Brasil; e multilaterais, como a paralisação de uma agenda de acordos do Brasil com esses países, ao mesmo tempo que eles ampliaram seus acordos com grandes economias.

Em plena quarta revolução industrial, em um cenário incerto para a economia globalizada, a retomada de uma agenda de integração na América Latina é fundamental. Isso implica, para o Brasil, promover o aprofundamento das relações do Mercosul, concomitantemente à flexibilização de regras obsoletas que obstaculizam a abertura a outras regiões do mundo; à internalização de acordos mais abrangentes, como o que entrou em vigor com o Chile e o que foi firmado com o Peru; e à ampliação de acordos bilaterais com outros países vizinhos.

Além da integração comercial, é preciso especial atenção a outras áreas que podem potencializá-la, como a energia e, particularmente, a infraestrutura, que pode tanto facilitar o intercâmbio brasileiro com a América do Sul como para a Ásia, a partir de portos no Peru e no Chile. A integração deveria entrar não apenas na agenda da diplomacia oficial ou do empresariado, mas dos governos regionais, academia e a sociedade civil em geral.

Pelas suas condições geográficas e culturais, o destino do Brasil está irrevogavelmente atrelado ao da América Latina. É lamentável que o dito de Franco Montoro, embora seja um truísmo, tenha sido tantas vezes esquecido nas esferas de poder brasileiras: "Para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso".●

ESPAÇO ABERTO

Não é tempo de medo

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Com exceção dos poucos defensores da intervenção militar, a imensa maioria dos brasileiros apoia o regime democrático, com a realização periódica de eleições. O consistente apoio popular não impede, no entanto, que ano eleitoral provoque em muitos de nós um frio na barriga. Qual Congresso sairá das urnas nestas eleições? Quem ocupará pelos próximos anos a Presidência da República?

Não é sem motivo essa apreensão. As eleições de 2014 e de 2018 geraram fortes frustrações e revoltas, tanto em quem apoiou os candidatos vencedores como em quem votou nos derrotados. Em público, talvez os eleitores ainda defendam seus candidatos, mas é impossível, por exemplo, que alguém identificado com a proposta petista não tenha se surpreendido com Joaquim Levy no Ministério da Economia de Dilma Rousseff ou que alguém entusiasmado com as ideias de Paulo Guedes em 2018 não esteja decepcionado com os resultados do governo atual. Mais do que atritos entre familiares e amigos – tão visíveis nos tempos atuais –, a política pode suscitar profundas frustrações interiores.

Tem-se, assim, uma situação paradoxal. Batalhamos – ou nossos pais e avós batalharam – pela restauração da democracia, mas agora o direito ao voto parece suscitar pouco entusiasmo. Jovens (e não tão jovens) não querem votar. Nem sequer começou a campanha eleitoral, e as pesquisas de opinião já provocam prematuros sentimentos de euforia ou de melancolia, a depender do posicionamento político de cada um. Sem que nenhum voto tenha sido depositado nas urnas, o cenário já estaria definido.

Surge, então, a questão: será que o discurso democrático sobrevaloriza o voto? O tão festejado protagonismo da sociedade no regime democrático seria ilusório? Não existem respostas binárias para essas questões. Há, no entanto, um fato incontestável: são os nossos votos que elegem os governantes e parlamentares. Assim, mais do que reduzirem o voto a um exercício de autoengano, as frustrações com a política desvelam as muitas consequências do voto.

As eleições deste ano serão produtivas se forem capazes de propiciar melhor percepção das questões coletivas

Ano eleitoral não é tempo de medo, e sim de responsabilidade. Eleições são janelas de oportunidade: para apoiar o que está funcionando, para corrigir o que está atrapalhando, para retirar da função pública quem se mostrou incapaz de suas atribuições, para incluir na vida pública novos talentos. Os efeitos do voto são impressionantes. Não há espaço para a desmobilização.

Além disso, as eleições de 2022 têm uma conotação especial. A pandemia bagunçou nossa cronologia. Os eventos prévios à covid-19 parecem situar-se noutra geração, noutro mundo. Essa peculiar percepção do tempo tem efeitos negativos, alguns perturbadores. A vida, que sempre corre, parece ter acelerado ainda mais. Mas essa específica dinâmica do tempo também pode favorecer a responsabilidade política, ao permitir um maior distanciamento.

Em certo sentido, é positivo que o ano de 2018 pareça distante. Tivemos de conviver por mais tempo com as escolhas feitas nas eleições passadas. Tudo demorou mais do que o relógio nos contou. Além de advertir sobre a responsabilidade política, este novo ritmo do tempo propicia a sensação, saudável em tantos âmbitos da vida, da "primeira vez": votar em 2022 como se fosse a primeira vez.

A sensação de estreia gera entusiasmo, favorece a atenção e, fundamental para o exercício dos direitos políticos, recorda-nos de que sabemos pouco, que a nossa experiência política é limitada. É preciso ler mais, conversar mais, debater mais, escutar novas perspectivas. Não é estimular a insegurança, mas suscitar a necessidade de conhecer mais sobre os candidatos e suas propostas e, especialmente, sobre o próprio processo democrático, com suas várias possibilidades de participação.

Nesta trajetória, talvez possamos redescobrir um aspecto fundamental do fenômeno político. O processo é mais importante e transformador do que o resultado em si. Obviamente, o resultado das urnas é relevante, mas não é o decisivo, especialmente em médio e longo prazos. Mais do que pela vitória ou derrota de determinado partido político, a campanha e as eleições de 2022 serão produtivas se forem capazes de propiciar melhor percepção das questões coletivas e maior responsabilidade de todos com a coisa pública.

Talvez seja esta expectativa que gere frustração: nas eleições, esperamos que nossos candidatos vençam e que as coisas melhorem. É natural esperar isso, mas ao mesmo tempo é frustrante esperar tão pouco. É frustrante – e equivocado, num regime democrático – achar que o futuro comum depende tão pouco da gente.

A democracia não é apenas uma ideia. Cabe a nós realizá-la na prática. Quando se dá atenção ao processo – quando se vê que as coisas acontecem não apenas nas urnas, mas especialmente antes e depois delas: neste caminho de ampliar percepções, aprimorar diagnósticos, promover diálogos, construir pontes e reforçar o cuidado com o coletivo –, a mágica acontece. Os resultados da democracia deixam de depender do acaso para se tornarem a consequência natural do nosso trabalho – ou das nossas omissões. ●

ADVOGADO E JORNALISTA

FÓRUM DOS LEITORES

Tensão na Ucrânia

Escolhas melhores

Em seu primoroso artigo *Recuo das guerras está em risco na Ucrânia* (**Estado**, 15/2), Yuval Harari justifica a ausência de conflitos armados entre grandes potências desde a 2.ª Guerra argumentando que "o declínio da guerra não resultou de um milagre divino ou de uma mudança nas leis da natureza. Resultou de humanos fazendo escolhas melhores". Prova disso é que, "em décadas recentes, governos de todo o mundo sentiram-se seguros o suficiente para gastar uma média de apenas cerca de 6,5% de seus orçamentos em forças armadas, enquanto gastaram muito mais em educação, assistência médica e bem-estar social". Ou seja, a eventual invasão da Ucrânia e a deflagração de uma nova grande guerra, além de moralmente inconcebível, seria desastrosa para toda a humanidade sob os aspectos econômico, social, sanitário e educacional. Portanto, se não se sabe ainda qual a melhor escolha para resolver este conflito, a pior é, certamente, inviável. Só falta combinar com os russos...

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Pequena Rússia

"Pobre México, tão longe de Deus, tão perto dos EUA." Não sabemos se a "Pequena Rússia" (Ucrânia) está assim tão longe de Deus, mas está perto demais da Rússia. Na verdade, a Ucrânia é a antessala de visitas da imensa casa russa, que durante 1.300 anos foi uma casa só. Por sua porta entraram invasores poloneses, suecos, alemães e franceses. Alguns passaram por lá mais de uma vez, deixando um rastro de morte e destruição no solo sagrado onde pisaram Vladimir e Alexander Nevsky, santos de ucranianos e russos. A "mãe" Rússia, por experiência e sofrimento, jamais o permitiria novamente.

José Jairo Martins
josejairomartins7@gmail.com
São Paulo

Jogo político

Vladimir Putin sabe que os EUA são um cão feroz, porém medroso, e utiliza suas habilidades políticas gerando medo no inimigo, com exercícios militares nas proximidades da Ucrânia, como se estivesse na iminência de invadir o país. Mas sabemos que tudo é um jogo político e os russos devem estar ganhando com a queda das bolsas e a desvalorização de moedas importantes do planeta, na velha tática de comprar quando estiver barato e vender quando estiver caro. Jogada de mestre do presidente russo, que deve estar rindo dos norte-americanos.

Reinner Carlos de Oliveira
reinnercarlos@uol.com.br
Araçatuba

O autocrata

Para garantir a sua perpetuação no poder, o autocrata-mor Vladimir Putin, que lidera um país com características mais europeias do que asiáticas, impede que a liberdade seja percebida pelos russos, repelindo as 32 democracias liberais existentes. Os populistas autoritários de extrema direita e os neopopulistas de esquerda, obviamente, onde quer que estejam, cortejam Putin e suas ações.

Bruno Fernando Riffel
brunofriffel@gmail.com
Araxá (MG)

Pós-vergonha

Divulgou-se ontem que o presidente Jair Bolsonaro chegou à Rússia e que esta retirou parte de suas tropas da fronteira com a Ucrânia, e, ainda, que o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles afirmou – como muitos apoiadores bolsonaristas – que Bolsonaro evitou a 3.ª Guerra Mundial. E assim, no mundo da pós-verdade, chegamos ao mundo da pós-vergonha e da pós-dignidade, onde tantos que se satisfazem com a inversão de valores e com a ignorância coletiva dos fatos reais labutam para que o Brasil seja dominado por falsários ideológicos e certos pseudopatriotas, em verdade, traidores da dignidade humana.

Marcelo Gomes Jorge Feres
marcelo.gomes.jorge.feres@gmail.com
Rio de Janeiro

Partidos políticos

Janela indiscreta

A democracia tem um preço e o pagamos, desde que seja um recurso bem usado. Porém, vemos parte significativa dos parlamentares legislar em causa própria, desdenhando da escolha do eleitor quando se permite o troca-troca partidário sem justificativas. Além disso, para o parlamentar eleito dentro do quociente eleitoral usando a votação mais expressiva de outro candidato, é traição dupla: do eleitor e do nobre colega. É mais um dispositivo que torna o sistema representativo frágil, como bem apontou o editorial *'Janela partidária' deturpa a política* (15/2, A3). Com toda a opinião contrária, ainda insistem em usar o partido só para ter acesso aos fundos públicos.

Adilson Roberto Gonçalves
prodomoarg@gmail.com
Campinas

HAVAS GROUP

JornaldoCarro	VW Taos Highline	Tiggo 7 Pro
Motor (cv)	150	187
Torque (kgmf)	25,5	28
Multimídia	10"	10,25"
Painel de instrumentos	10"	12,3"customizável
Teto solar panorâmico	Opcional	De série
Cores metálicas	Opcional	De série
Câmbio joystick	Não	Sim
Financiamento (meses)	50	60
Seguro (R$/ano)	5.000	3.000

ESPAÇO ABERTO

Em 2022, mais mulheres pela democracia

Marina Zonis e Monica Rosenberg

Você já deve ter se deparado com a frase "o futuro é feminino" ao menos uma centena de vezes nos últimos anos. Mas já parou para pensar no que isso realmente significa? Faz algum tempo que pesquisadores estudam a relação entre democracia e direitos das mulheres.

Diversas instituições independentes já mencionam os direitos das mulheres como componente importante de uma sociedade livre. De acordo com a Freedom House, instituição internacional de defesa de direitos humanos, líderes autoritários têm oprimido mulheres, perseguindo instituições da sociedade civil que lutam por seus direitos e estimulando a violência física e verbal contra elas, como forma de demonstração de poder e força.

A professora Sonia Corrêa, pesquisadora da London School of Economics and Political Science (LSE), diz que onde a democracia se expande os direitos das mulheres se expandem junto; e o oposto também é verdade, quando a democracia é ameaçada, os direitos das mulheres também o são.

Sendo assim, a frase "o futuro é feminino" é mais literal do que se pensa: um futuro mais igualitário para homens e mulheres é essencial para uma democracia real. A questão é: como atingir esse futuro?

Com certeza, não é minimizando o problema e reduzindo investimentos em boas políticas públicas. Parece óbvio, mas não é. O exemplo está mais próximo de nós do que se pode imaginar. A Prefeitura de São Paulo acaba de reduzir em 37,5% os recursos para enfrentar a violência doméstica na cidade. Redução de impostos é um ponto positivo? Sim, quando a redução é em despesas acessórias, que inflam a máquina pública desnecessariamente. Com os números avassaladores de agressão e ameaça contra mulheres, ainda mais agravados durante a pandemia, obviamente esse corte não é justificável.

Para que o futuro seja feminino e justo para todas as pessoas, é necessário que algumas discussões parem de ser ignoradas: não dá mais para negar que meninas de baixa renda precisam de ajuda para enfrentar a pobreza menstrual, certo? Não dá mais para negar que precisamos de mais políticas públicas que combatam seriamente a violência doméstica. Muito menos dá para negar que precisamos de um setor privado mais consciente que combata desigualdades salariais baseadas em gênero.

> *É preciso avançar em mais uma pauta, a mais delicada e mais atrasada de todas: a participação feminina na política*

Todos os pontos acima são responsáveis pela diminuição de dinheiro, de recursos. Ou seja, impactam no curto prazo o feminino, e todos os demais no longo prazo. Não precisa concordar conosco sobre justiça social. Só precisa concordar sobre economia. Ou negar os dados globais e nacionais elaborados no tema. É uma escolha.

A forma de mudar este cenário, de acabar com o negacionismo sobre direitos das mulheres, é nos dar a oportunidade de participar dos debates que versam sobre o ambiente público. Isso significa avançar em mais uma pauta, a mais delicada e mais atrasada de todas: a participação feminina na política.

Estudos mostram que, quanto maior a presença feminina nas instituições de um país, menores são as oportunidades de corrupção. Um estudo publicado no *Journal of Economic Behavior & Organization*, de Chandan Cuma Jha e Sudipta Sarangi, do Departamento de Economia da Universidade Virginia Tech, apontou que a corrupção é menor onde mulheres participam em maior número no governo. A análise foi feita em mais de 150 países, entre eles o Brasil.

Além disso, pesquisadores do Departamento de Economia da Williams College demonstraram (*), numa pesquisa em que foram analisados bancos de dados com informações sobre 43 países nas décadas de 1980 e 1990, que as mulheres estão menos envolvidas em casos de suborno e menos propensas a aceitar este comportamento. Assim como países que têm mais mulheres como membros do Legislativo e do Executivo também tiveram menor incidência no índice de corrupção. O estudo ainda menciona que, a partir da defesa de que com mais mulheres a corrupção seria reduzida, países como França, México e Peru tomaram medidas para aumentar a participação feminina em cargos políticos.

A quem interessam a diminuta participação feminina na política e a violência direcionada a elas? Ao *status quo*. Interessa àqueles deputados que você odeia, de quem você reclama todo fim de semana na mesa de bar. A melhor forma de manter a política como está é continuar não apoiando que pessoas diferentes ocupem os espaços de poder.

Informar-se e votar diferente é uma escolha. Em 2022, você vai só reclamar com os amigos na mesa do bar de novo? Ou entrar no nosso time?

(*) Questionamentos sobre a frase "alguém que aceita suborno no exercício de suas funções" tiveram como resultado 77,3% das mulheres classificando como comportamento que nunca se justifica, enquanto o resultado masculino foi de apenas 72%)

ADVOGADAS, SÃO, RESPECTIVAMENTE, COORDENADORA DA SETORIAL MULHERES DO MOVIMENTO LIVRES E COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO LIVRES EM SÃO PAULO

TEMA DO DIA

MARTIN BUREAU/AFP

Negacionismo

Djokovic diz estar disposto a perder torneios para não se vacinar contra covid

Tenista sérvio corre risco de não jogar em Roland Garros e Wimbledon por não estar imunizado. À BBC, ele destacou que não é um ativista 'antivacina', mas quer 'decidir sobre o que entra em seu corpo'. ●

3.809 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Cada um julga o que é melhor pra si. Eu estou vacinada com 3 doses e quero pessoas como ele bem longe de mim."
BETINA ARGUELLO

● "Temos direito à escolha, mas também a obrigação de acatar as consequências."
SOLANGE BREVE

● "Cada um que arque com suas decisões. O tênis continua e o Aberto da Austrália foi show mesmo sem ele."
SÓCRATES SILVA

● "Exemplo clássico de estupidez."
DÉCIO GIL

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

The New York Times

Saiba quais são os melhores alimentos para o cérebro. ●
www.estadao.com.br/e/alimentos

Paladar

Aprenda a fazer saladas que valem por uma refeição. ●
www.estadao.com.br/e/salada

Aplicativo

Quer mais notícias de gastronomia? Personalize o app. ●
www.estadao.com.br/e/gastro

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo) **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Edson Fachin

‘A Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers’

Futuro presidente do TSE alerta para cibercrimes, cita Rússia e diz que ‘instituições terão seu maior teste’

ENTREVISTA

Ministro está no STF desde 2015 e é titular do TSE desde 2018. Vai assumir comando da Corte Eleitoral no próximo dia 22

BRENO PIRES
WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

A uma semana de tomar posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Edson Fachin disse ao **Estadão** que a Justiça Eleitoral “já pode estar sob ataque de hackers” e citou a Rússia como a origem da maior parte dessa ofensiva.

“A preocupação com o ciberespaço se avolumou imensamente nos últimos meses, e eu posso dizer a vocês que a Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers, não apenas de atividades de criminosos, mas também de países, tal como a Rússia, que não têm legislação adequada de controle”, afirmou Fachin ontem, em entrevista exclusiva.

Sem resposta do Telegram a reiterados contatos do TSE, o ministro avisou que é hora de endurecer para evitar que a plataforma seja usada na campanha eleitoral para difundir informações falsas. Mas destacou que ainda vai aguardar uma posição do Congresso para restringir a atuação de redes sociais que não têm representantes no País. “O mundo não virou planeta sem lei.”

O ministro descartou a possibilidade de as Forças Armadas se atrelarem a “interesses conjunturais”, caso o presidente Jair Bolsonaro seja derrotado nas urnas em outubro. “Nós teremos o maior teste das instituições democráticas”, observou ele. Ao dizer que o slogan de sua gestão no TSE será “paz e segurança nas eleições”, Fachin afirmou que o “populismo autoritário” não tem mais espaço no Brasil. “Ditadura nunca mais”, declarou o magistrado. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O presidente Jair Bolsonaro já ameaçou não reconhecer o resultado das urnas neste ano eleitoral. O que o TSE pode fazer se isso acontecer? E o que pode fazer também caso surja um movimento semelhante ao da invasão ao Capitólio, nos Estados Unidos?

Eu não creio que irá acontecer. Tenho esperança de que não aconteça e vou trabalhar para que não aconteça. Mas, numa circunstância como essa, nós teremos, certamente, o maior teste das instituições democráticas do Brasil. Um grande teste para o Parlamento, que, na democracia representativa, representa a sociedade. Um grande teste para as Forças Armadas, que são forças permanentes, institucionais, do Estado, e que estou seguro que permanecerão fiéis à sua missão constitucional e não se atrelarão a interesses conjunturais. Também será um teste para a Justiça Eleitoral, que é uma instituição permanente do Estado. A nós caberá organizar, realizar as eleições, declarar os eleitos, diplomar e, em seguida, haverá posse para que cada um governe. É para efetivamente isso que vamos trabalhar.

De onde vem a confiança nesse quadro?

O que contribui para isso? Em primeiro lugar, contribui para isso que nós tivemos 25 anos de uma ditadura civil-militar cujo resultado foi um resultado que trouxe consequências nefastas para o Brasil. Ditadura nunca mais. Os males da democracia devem ser resolvidos dentro da democracia. (*A Constituição*) desenhou um arcabouço que, no meu modo de ver, pode sofrer turbulências, mas será mais firme do que qualquer populismo autoritário que tente gerar a ruína, a diluição do regime democrático do Brasil. Eu espero que minha geração não veja isso de novo e que meus netos cresçam numa democracia.

O senhor citou que criminosos e agentes estatais hospedados em diversos países, como a Rússia, declararam guerra à Justiça Eleitoral. Pode dar exemplos disso e explicar como exatamente será reforçada a segurança cibernética nas eleições de 2022?

A preocupação com o ciberespaço se avolumou imensamente nos últimos meses e eu posso dizer a vocês que a Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers, não apenas de atividades de criminosos, mas também de países, tal como a Rússia, que não tem legislação adequada de controle. Porque, para garantir a liberdade, é preciso controlar quem atenta contra a liberdade. Para garantir a liberdade de expressão, é fundamental que se garanta a expressão da liberdade. Porque, senão, o discurso da liberdade é um discurso oco, é um discurso próprio do populismo autoritário. E esse é o nosso terceiro universo de preocupações, ou seja, universo que diz respeito a ter paz e segurança nas eleições.

Foram detectadas ameaças na prática ou ainda estão no campo de riscos?

Nós temos riscos detectados em alguns países, como, por exemplo, na Macedônia do Norte, que são riscos detectados, entraram no nosso radar diagramado do desenho desses riscos... Em relação aos hackers que advêm da Rússia, os dados que nós temos dizem respeito a um conjunto de informações que estão disponíveis em vários relatórios internacionais e muitos deles publicados na imprensa. Há relatórios públicos e relatórios de empresas privadas, que a Microsoft fez publicar perto do fim do ano passado, que (*mostram que*) 58% dos ciberataques têm origem na Rússia.

STF-29/9/2021

Fachin fala em tornar as eleições do País 'uma espécie de case mundial sobre a democracia'

O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, disse, recentemente, que qualquer plataforma de comunicação que não respeite as leis brasileiras deve simplesmente ser suspensa. O senhor entende ser adequado suspender o Telegram?

Eu entendo pouco de música, mas gosto muito de música. Gosto desde o Pena Branca e Xavantinho até as óperas de Wagner. E nós sabemos que o crescendo da música começa no pianíssimo, que é quase inaudível, no piano, no forte, no muito forte e no fortíssimo. Essa escala bem revela qual é o caminho que nós vamos seguir em relação ao Telegram. Nós já passamos do pianíssimo, chegou a hora de entrar no movimento crescendo forte. Nós estamos observando, em primeiro lugar, qual é a resposta que o Parlamento brasileiro vai dar. Será uma grande oportunidade de o Parlamento brasileiro pacificar esta questão adotando uma premissa fundamental: quem entra no Brasil tem a liberdade plena que a Constituição lhe garante e, ao mesmo tempo, a responsabilidade integral que também deriva da Constituição, que é, em primeiro lugar, cumprir as leis brasileiras.

Já existe no Marco Civil da Internet uma previsão que permitiria, na visão de alguns especialistas, a atuação do TSE em relação à suspensão de contas justamente porque não há representação.

Acaso isso não ocorra, o que nós estamos fazendo simultaneamente é um mapeamento das experiências de outros países. A mais recente experiência é esta da Alemanha, cujas notícias nos últimos dias foram bastante interessantes sobre as providências tomadas em relação ao Telegram, que foram excluídos diversos canais que propagavam a incitação ao ódio. Estamos também examinando outros países que estão se defrontando com problemas parecidos, como o México. Portanto, o TSE está a observar, a colaborar com o Parlamento e está a aguardar o pronunciamento do Parlamento, mas poderá ocorrer que, em um determinado momento, em uma determinada ação ou uma determinada promoção que seja feita pelo Ministério Público, o Tribunal Superior Eleitoral, ou quem sabe até mesmo o Supremo Tribunal Federal, venha a se pronunciar sobre esta matéria. Este é o crescendo desta partitura, nós nos encontramos atualmente nesta fase e eu, pessoalmente, comungo de todas as ideias expressadas pelo ministro Barroso até agora sobre esta matéria.

O senhor vai tentar novamente entrar em contato com os representantes do Telegram?

Sim, até porque a nossa compreensão é de que uma plataforma, uma rede que tem milhões de usuários num determinado país, não pode se esconder por trás da transterritorialidade. O mundo não virou um planeta sem lei. O mundo se tornou um lugar regulamentado e, especialmente pela autonomia, pela autorregulamentação, pela liberdade, pelos espaços de negócios, pelos espaços de ofícios públicos. Podemos citar os Estados Unidos, onde há uma sociedade de mercado e, portanto, uma sociedade aberta. É uma sociedade imensamente regulada, também regulada para garantir autonomia. Esse é possivelmente o caminho que nós sigamos.

Para lembrar

Histórico de ataques russos em eleições

A campanha presidencial americana de 2016 foi marcada por acusações de que hackers russos atacaram o Partido Democrata com a intenção de interferir na eleição em favor de Donald Trump. Em 2020, esse mesmo grupo esteve por trás de tentativas de espionagem nas eleições americanas. Segundo a Microsoft, o grupo foi responsável por ataques a mais de 200 pessoas e organizações nos EUA e no Reino Unido. Entre os alvos americanos havia consultores das campanhas democrata e republicana.

Em 2017, hackers russos também atacaram o En Marche!, movimento político de Emmanuel Macron, então candidato mais votado no 1.º turno das eleições presidenciais na França. O ataque consistiu em tentativas de "phishing", técnica para roubar dados com o envio de e-mails fraudulentos.

"Para garantir a liberdade de expressão é fundamental que se garanta a expressão da liberdade. Porque, senão, o discurso da liberdade é um discurso do populismo autoritário. E esse é o nosso terceiro universo de preocupações, ou seja, universo que diz respeito a ter paz e segurança nas eleições."

"Os males da democracia devem ser resolvidos dentro da democracia. (A Constituição) desenhou um arcabouço que pode sofrer turbulências, mas será mais firme do que qualquer populismo autoritário que tente gerar a ruína."

"Será uma grande oportunidade de o Parlamento brasileiro pacificar esta questão (em relação ao Telegram) adotando uma premissa fundamental: quem entra no Brasil tem a liberdade plena que a Constituição lhe garante e, ao mesmo tempo, a responsabilidade integral que também deriva da Constituição, que é, em primeiro lugar, cumprir as leis brasileiras."

"Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, de forma que, se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar."

Em 2018, a eleição foi marcada por desinformação desenfreada. Para evitar que isso se repita, que medidas o senhor deve adotar nesses próximos cinco meses para garantir o sucesso do processo?

Em primeiro lugar, houve um conjunto de iniciativas importantes na gestão do ministro Barroso que nós vamos dar continuidade juntos, já com o ministro Alexandre de Moraes. Nós estamos reforçando e ampliando o conjunto de recursos humanos e profissionais da assessoria de combate à desinformação, inclusive com a renovação dos acordos do TSE com as plataformas digitais conhecidas. Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, de forma que, se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar. Para isso, o juiz não age, como regra, por iniciativa própria. É o Ministério Público que investiga, oferece denúncia. Portanto, este é um ano também muito importante para a atuação do Ministério Público Eleitoral em favor da lisura e da normalidade das eleições.

Que outras ações o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo para combater a disseminação de informações falsas?

Estamos reforçando e ampliando o conjunto de recursos humanos e profissionais da assessoria de combate à desinformação. Estamos dando total apoio à rede que nós temos de trabalho na nossa Secretaria de Comunicação, que tem feito um trabalho extraordinário de prestar informações, criar modos amigáveis de comunicação com pessoas interessadas, formulários de denúncia. Ao mesmo tempo nós temos uma comissão de transparência eleitoral que está nos auxiliando. Que é essa comissão composta de 12 membros e tem realizado um trabalho extraordinário de sugestões. Alguns questionamentos importantes, porque os questionamentos nos ajudaram a testar, mais uma vez, a solidez dos nossos sistemas. As respostas que nós estamos dando a todos os questionamentos que vieram das mais diferentes origens contribuíram para que realizássemos mais um teste de solidez das nossas urnas.

As emendas do orçamento secreto são apontadas por juristas e especialistas como uma espécie de "bolsa reeleição" que anula a possibilidade de renovação do Congresso. No Supremo Tribunal Federal, o senhor teve um voto contra essas emendas. De que maneira a Justiça Eleitoral deveria atuar para impedir abuso do poder econômico com recursos públicos?

Eu fiquei vencido (*no julgamento* sobre o bloqueio do uso dos recursos do orçamento secreto). As premissas que estão na sua pergunta comungam e conversam com as premissas, embora no âmbito jurídico, que eu tomei no voto em que fiquei vencido. A maioria do Supremo alterou a sua percepção inicial. Isso terá consequências eleitorais. Se houver e estiver na alçada do Tribunal Superior Eleitoral, as decisões aqui, obviamente, serão tomadas. Mas a decisão mais relevante foi lá tomada e eu, infelizmente, fiquei vencido.

Qual o significado do pleito de 2022 no País após ataques à democracia nos últimos anos e diante da invasão do Capitólio nos Estados Unidos?

As eleições no Brasil são importantíssimas não apenas para o País, mas para a região da América do Sul, da América Latina, da América Central, da própria América do Norte e da Europa. Haja vista o que se passa nos dias correntes em alguns países da Europa, uma Polônia, Hungria, Turquia, para citar alguns exemplos, e o que se passa aqui perto do Brasil como em El Salvador, recentemente na Nicarágua, a Venezuela. Portanto, maus exemplos de derrocada no funcionamento da democracia. E o Brasil precisa ser um bom exemplo. Nós queremos nessa articulação internacional tornar as eleições do Brasil é uma espécie de case mundial sobre a democracia. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

A cartilha que Bolsonaro não lê

Como levar a sério o manual de conduta da AGU quando Bolsonaro é o primeiro a fazer letra morta das recomendações?

A Advocacia Geral da União (AGU) fez chegar aos ministros de Estado e demais servidores da administração pública federal que desejam ser candidatos nas eleições gerais deste ano uma cartilha com orientações para que não incorram em práticas que possam ser consideradas abuso de poder político ou econômico e, assim, venham a ter seus registros impugnados pela Justiça Eleitoral, além de prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição.

Tanto o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, como o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá a Corte ao tempo das eleições de outubro, já deram declarações bastante claras de que serão rigorosos na aplicação da legislação eleitoral. Trata-se de uma obviedade que não mereceria destaque noutros tempos, mas que, de fato, precisa ser ressaltada nesta estranha quadra da história nacional.

"A Justiça Eleitoral tem competência para aplicar penalidades em casos que julgue ter havido abuso de poder político ou econômico", diz trecho do documento da AGU. "Atos do governo, ainda que formalmente legais, podem ser entendidos como abusivos se, de algum modo, puderem ser associados com a concessão de benefícios a certo candidato, partido ou coligação."

Não é possível afirmar que tenha sido esse o motivo da preparação da cartilha pela AGU, mas o fato é que o documento chegou aos ministros e servidores federais poucos dias após um comício no Rio Grande do Norte em que o ex-senador Magno Malta pediu votos de forma ostensiva para o presidente Jair Bolsonaro, que estava ao seu lado. "Precisamos reconduzir este homem ao poder, à reeleição", disse Malta.

Nada configura tão cabalmente um ato de campanha eleitoral antecipada como o pedido direto ou indireto de votos antes do tempo autorizado por lei. Nas mãos de um procurador eleitoral mais cioso de seus deveres constitucionais, o comício no Rio Grande do Norte poderia atribuir a campanha de Bolsonaro pela reeleição. Noticiou-se que o caso teria "preocupado" o Palácio do Planalto, mas é improvável que vá além do susto, dada a leniência da Justiça Eleitoral em relação a campanhas antecipadas – basta lembrar a impune desenvoltura de Lula da Silva, aquele que jamais desceu do palanque, nem quando esteve preso.

Em que pesem os bons ventos republicanos que levaram a AGU a preparar e divulgar um manual de conduta que orienta os servidores federais a tão somente cumprirem a lei, nada além disso, é muito difícil levar o documento a sério quando o próprio presidente da República, ninguém menos, é useiro e vezeiro em fazer letra morta de todas aquelas recomendações.

Jair Bolsonaro está em campanha eleitoral descarada desde sua posse, usando em comícios, sem qualquer constrangimento e sem ser incomodado pelos órgãos de controle e fiscalização, os recursos públicos que deveriam pagar os custos do exercício da Presidência. E tudo isso com o único objetivo de se aferrar ao poder, não para entregar um Brasil melhor a seu sucessor, mas para retardar tanto quanto possível o seu inevitável acerto de contas com a Justiça. ●

Congresso

Governo autoriza volume recorde de emendas antes das eleições

Valor de repasses até setembro é o maior na gestão Bolsonaro – R$ 25 bilhões; metade dos recursos é do orçamento secreto

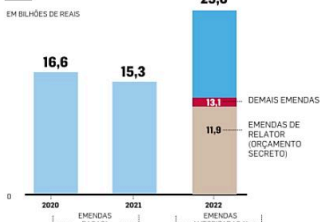
DANIEL WETERMAN
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou gastos de até R$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro. Decreto publicado na sexta-feira passada estabelece que quase metade desses recursos sairá do orçamento secreto. O volume de despesas indicadas por deputados e senadores e que receberam o aval do presidente para gasto até setembro é o maior na gestão Bolsonaro, permitindo irrigar redutos de políticos antes das disputas eleitorais.

Em 2020, foram pagos R$ 16,6 bilhões antes das eleições municipais, na soma de todas as emendas de parlamentares ao Orçamento da União. No ano passado, foram R$ 15,3 bilhões até setembro. Neste ano eleitoral o governo terá de lidar com uma pressão política e com uma conta que "não fecha", na avaliação de técnicos. O Orçamento de 2022 prevê um total de R$ 33,8 bilhões em emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para turbinar obras de interesse eleitoral, mas há uma fatura de R$ 36 bilhões em recursos aprovados em anos anteriores que ainda não foi paga e disputará o mesmo espaço.

O decreto que autorizou os R$ 25 bilhões impôs um limite para a execução das verbas oriundas das chamadas emendas de relator, instrumento que vinha sendo usado pelo Congresso para esconder os responsáveis pela indicação dos gastos, como revelou o **Estadão** ao noticiar o orçamento secreto. Segundo o texto, até março poderão ser gastos R$ 2,7 bilhões do orçamento secreto. Até setembro esse montante pode chegar a R$ 11,9 bilhões. Os R$ 13,1 bilhões restantes que poderão ser liberados virão de recursos das emendas impositivas, aquelas indicadas individualmente por deputados e senadores e pelas bancadas estaduais do Congresso, e das emendas aprovadas pelas comissões do Legislativo, que ficaram com menos recursos.

PRESSÃO. Com a autorização via decreto, o governo se tornou alvo de pressão. De um lado, aliados cobram a liberação de verba antes de outubro. De outro, o Ministério da Economia passou a indicar a necessidade de segurar os gastos diante da incerteza sobre a arrecadação de impostos e da necessidade de garantir o pagamento das despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias.

No fim, a escolha dos limites para abrir o cofre e pagar os valores que Bolsonaro autorizar gastar dependerá de aval da Casa Civil, comandada pelo ministro Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão. Mas a equipe econômica pode tentar segurar a liberação de verbas na boca do caixa na tentativa de não comprometer o orçamento. No momento, o Executivo deve aguardar até março para reavaliar o cenário de acordo com a arrecadação de recursos. Se as receitas não se comportarem como o esperado, cortes poderão ser feitos. "O governo deve liberar a maior parte antes das eleições. A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (*priorizar aliados*)", afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

> ***"O governo deve liberar a maior parte antes das eleições, ainda no primeiro semestre. A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (priorizar aliados)."***
> **Hildo Rocha (MDB-MA)**
> **Deputado**

CALENDÁRIO. Na prática, os recursos de interesse dos parlamentares devem ser liberados antes. Além da necessidade de cuidar das despesas para cumprir os gastos obrigatórios, há uma preocupação adicional do governo neste ano: a legislação eleitoral. O Executivo é proibido de liberar recursos nos três meses anteriores ao pleito, com exceção daqueles destinados a obras em andamento.

A escolha dos beneficiários finais das emendas (governos estaduais ou municipais) e da ordem de prioridade de pagamento caberá aos parlamentares, que informaram essa relação ao governo. A limitação do orçamento secreto aumenta o poder do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de Ciro Nogueira – apontados como "donos do cofre".

Procurado, o Ministério da Economia disse que o decreto "reflete a necessidade de maior prudência na execução das despesas primárias discricionárias no início do exercício financeiro", até nova avaliação do comportamento das despesas e da arrecadação.

COMISSÕES. Ao priorizar o orçamento secreto e as verbas de aliados diretos, o governo deixou de lado as emendas aprovadas pelas comissões da Câmara e do Senado. Após vetar R$ 1,4 bilhão de recursos carimbados por esses colegiados no Orçamento, o governo agora prevê pagar R$ 577,8 milhões das emendas dos R$ 2,3 bilhões que sobraram.

O Ministério da Economia afirmou que o restante está garantido. Mas pode, na prática, não ser executado, pois está reservado ao reajuste salarial de policiais federais, que motivou reação de outras categorias. ●

Operação Raio X

Ex-deputado tucano é citado em investigação sobre desvios na saúde

Polícia aponta contato entre Geraldo Vinholi, do PSDB, e advogado suspeito de pertencer à organização criminosa

MARCELO GODOY
PEDRO VENCESLAU

A investigação sobre a máfia das Organizações Sociais da Saúde encontrou anotações sobre supostos pagamentos ao advogado Devair José da Silva Junior, o Raposão, funcionário da prefeitura de Barueri, na Grande São Paulo. Em papéis apreendidos com integrantes da organização criminosa que teria desviado cerca de R$ 500 milhões da saúde foram achadas descrições de pagamentos de R$ 70 mil, R$ 50 mil e R$ 15 mil ao lado do nome Raposão.

Na época dos fatos, em 2019, Raposão trabalhava com o então secretário de Governo da cidade, Geraldo Vinholi, um ex-deputado estadual do PSDB, o que despertou a atenção dos investigadores da Operação Raio X. Vinholi foi flagrado mantendo contato com um suspeito de pertencer à organização criminosa liderado pelo médico Cleudson Garcia Montali. Vinholi pede ao alvo que entre em contato com o "advogado". Em outro telefonema, a secretária de Vinholi conversa com Cleudson. Ela diz que está ligando a pedido de Vinholi. Cleudson pergunta se ela tem WhatsApp e afirma que vai telefonar por meio do aplicativo.

O grupo de Cleudson pretendia obter a ajuda de Vinholi para desqualificar um concorrente e obter a administração do Hospital Estadual Professor Carlos da Silva Lacaz, em Francisco Morato, na Grande São Paulo. Durante as interceptações telefônicas da Operação Raio X, Cleudson foi flagrado dezenas de outras vezes mantendo contatos com três deputados estaduais, dois deputados federais, prefeitos, vereadores e com o médico Cláudio Luís França Gomes, irmão do ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB).

Os promotores apuram a suposta ligação do ex-governador com a organização liderada por Cleudson, condenado a penas que, somadas, chegam a 200 anos de prisão. Em outra frente da investigação, ela forneceu indícios para a busca feita no gabinete do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), em razão de fraudes nos hospitais durante o combate à covid-19. Ao todo, o grupo criminoso manteria contratos fraudulentos com 27 municípios em quatro Estados – São Paulo, Pará, Paraíba e Paraná.

O **Estadão** procurou Geraldo Vinholi. Ele confirmou que trabalhava com Raposão, mas negou ter prestado qualquer auxílio à organização criminosa. Disse que nenhuma das entidades relacionadas ao grupo do médico Cleudson venceu o chamamento público para administrar o hospital estadual. Também afirmou desconhecer o teor das conversas mantidas por Raposão com suspeitos de integrar a quadrilha.

INQUÉRITO. As citações a Raposão e a Vinholi fazem parte do evento 242 da investigação feita pela polícia, que resultou na Operação Raio X. Após a operação ter sido deflagrada, a apuração envolvendo Barueri – cidade administrada pelo PSDB – foi repassada à Delegacia Seccional de Carapicuíba, na Grande São Paulo. O **Estadão** apurou com a Polícia Civil e com o Ministério Público Estadual que o caso de Barueri é alvo de inquérito.

Em uma das ligações interceptadas pela Delegacia Seccional de Araçatuba, onde toda a operação se originou, Devair José da Silva Junior teria recebido uma mensagem na qual o grupo combinaria o pagamento de "350/mês" para a "primeira assinatura". A polícia quer verificar se a movimentação bancária de Raposão registra os supostos pagamentos identificados pela organização criminosa. A reportagem procurou Silva Junior na prefeitura de Barueri, mas não conseguiu localizá-lo. ●

Para lembrar

Operação foi deflagrada pela Polícia Civil e MPE

● Organizações Sociais
Deflagrada em 2020, a Operação Raio X foi aberta pela Polícia Civil de São Paulo e pelo Ministério Público do Estado para "desmantelar um grupo criminoso especializado em desviar dinheiro destinado à saúde mediante celebração de contratos de gestão entre municípios e Organizações Sociais (OSs)".

● Operação S.O.S.
Em setembro de 2020, a Polícia Federal deflagrou a Operação S.O.S. – desdobramento da Raio X. A ofensiva realizou buscas no gabinete do governador Helder Barbalho (MDB), no Palácio dos Despachos. A Procuradoria-Geral da República informou, na época, que as apurações que começaram com a Polícia Federal no Pará "foram robustecidas por material compartilhado pela Polícia Civil de São Paulo". Em janeiro deste ano, o pré-candidato ao governo paulista pelo PSB, Márcio França, foi alvo de buscas e apreensão na Operação Raio-X.

● Condenação 1
Em agosto do ano passado, um médico e outras sete pessoas foram condenadas por desviar cerca de R$ 500 milhões em verbas da área da saúde de cidades do interior paulista. A decisão foi da 1.ª Vara da Comarca de Penápolis, localizada a 476 km de São Paulo.

● Condenação 2
Em dezembro, a Justiça de São Paulo condenou mais 11 denunciados. As penas por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa ultrapassam nove anos de prisão.

● São Paulo
Segundo as investigações, os envolvidos no esquema teriam atuado em Barueri, Penápolis, Birigui, Guapiara, Lençóis Paulista, Ribeirão Pires, Araçatuba, Mandaqui, Guarulhos, Agudos, Santos, Carapicuíba, Sorocaba e Vargem Grande Paulista.

● Outros Estados
O esquema de desvios de dinheiro público também teria ocorrido em Patos, na Paraíba; em Araucária, no Paraná, e em Capanema e em Belém, ambas no Pará.

Eleições 2022

Após se reunir com Kassab, Leite admite atuar no 'processo nacional'

DANIEL REIS
PEDRO VENCESLAU

Após se encontrar anteontem com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, e com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, para discutir sua filiação ao partido, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou que vai manter seu compromisso de não concorrer à reeleição. O desejo de Kassab é que, com a possível desistência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), de concorrer ao Palácio do Planalto, Leite assuma o papel de presidenciável do PSD.

Ontem, em Porto Alegre, quando questionado sobre o encontro com Kassab, Leite admitiu "participar desse processo nacional". "Não pretendo participar do processo para dispersar forças que possam ser alternativa a essa polarização, mas, se houver entendimento de um grupo representativo fr que posso dar essa contribuição, tenho condições de participar desse processo nacional", afirmou Leite

Articulação
Governador do RS discute filiação ao PSD, que busca novo presidenciável caso Rodrigo Pacheco desista

No fim de semana, em ato na capital gaúcha, ao lado do presidente do PSDB, Bruno Araújo, Leite havia indicado que poderia mudar de posição, deixando aberta a possibilidade de tentar um novo mandato. O dirigente tucano age para evitar a saída do gaúcho – derrotado pelo governador paulista, João Doria, nas prévias presidenciais do PSDB.

O encontro entre Leite e Kassab incomodou líderes do PSDB, que viram "sinais dúbios" nas atitudes do governador gaúcho. "Mantenho minha posição crítica à reeleição. Não sinalizei que vou concorrer à reeleição. No evento do PSDB, eu disse que não vamos deixar de liderar esse processo, mas como agente político", declarou Leite ao **Estadão**. "Pelas demandas que tenho recebido, vou ver como melhor colaborar no cenário nacional na criação de um caminho alternativo a essa polarização. O momento é de conversas e olhar cenário", afirmou o governador gaúcho. Há pressão da base do PSDB gaúcho para que Leite tente a reeleição, já que o partido está desorganizado no Estado.

'CAMINHOS'. Ontem ele esteve, em São Paulo, com o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung, que poderá se filiar ao PSD. "Uma conversa sobre os caminhos que podem inspirar a pauta de um novo início para o Brasil", escreveu Hartung em publicação nas redes sociais. O capixaba defende um acordo que permita uma candidatura competitiva na terceira via.

No Twitter, Araújo manifestou preocupação com a possibilidade de Leite deixar o partido. "Acreditamos que o seu projeto siga com o total apoio do único partido que teve em sua jornada política. Aliás, isso pareceu evidente em evento do partido, em que fui convidado, em Porto Alegre, no sábado", escreveu o tucano. "Nem sempre a grama do vizinho é a mais verde", finalizou. ●

Câmara aprova PEC que eleva idade para indicação de ministros do Supremo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta de 65 para 70 anos a idade máxima para indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal foi aprovada ontem no plenário da Câmara. No segundo turno da votação, 416 parlamentares foram a favor, 14 se posicionaram contra e um se absteve. A matéria, que tramitou a toque de caixa, segue para o Senado.

Se passar no Senado, a PEC pode abrir caminho para o Planalto indicar para o STF, por exemplo, os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins e João Otávio Noronha, caso o presidente Jair Bolsonaro seja reeleito. Ambos têm 65 anos e são considerados aliados do chefe do Executivo. ● IANDER PORCELLA E IZAEL PEREIRA

Crise no Leste da Europa

Rússia retira tropas na fronteira; Otan não vê redução nas tensões

Moscou garante que parte das tropas deixou a fronteira com a Ucrânia, mas presidente dos EUA, Joe Biden, diz que ainda não é possível determinar se houve recuo

MOSCOU

O Ministério da Defesa russo disse ontem que algumas tropas estão sendo retiradas da fronteira com a Ucrânia. Soldados e equipamentos militares foram removidos em trens, caminhões e enviados de volta para suas guarnições, segundo o Kremlin, em um possível sinal de que Moscou pode estar se afastando da ameaça de invasão.

O tamanho da retirada, no entanto, é incerto e pode envolver apenas uma fração das forças da Rússia na fronteira. Segundo autoridades ocidentais, mais de 130 mil soldados russos estão mobilizados na região, o que corresponde a pelo menos 60% das forças terrestres do país.

A notícia da retirada de tropas foi questionada pela Otan, que diz não ver nenhum indício de retirada e de redução das tensões. Em Bruxelas, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, disse ver motivos para um "otimismo cauteloso" sobre o anúncio russo, mencionando a disposição de Moscou em continuar as negociações. No entanto, ele afirmou que ainda não há sinal de recuo. "Não vimos nenhuma redução de escala no terreno, nenhum sinal de presença militar russa reduzida na fronteira com a Ucrânia", afirmou Stoltenberg.

BIDEN. Em Washington, o presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou que, apesar do anúncio de retirada de partes das tropas russas, um ataque à Ucrânia ainda não está descartado. Em pronunciamento, ele voltou a prometer sanções em caso de invasão. "Os EUA estão preparados, aconteça o que acontecer", disse. "Estamos prontos para garantir a estabilidade da Europa."

Biden disse que são boas as notícias de que a Rússia estaria retirando parte de suas tropas da fronteira com a Ucrânia. No entanto, ele reiterou que a informação ainda "não foi verificada" pelo comando militar americano. "Nossos analistas indicam que elas (*as tropas*) permanecem em posição ameaçadora", afirmou o presidente. "A invasão permanece distintamente possível."

RUSSIAN DEFENSE MINISTRY PRESS

Tanque russo é colocado em plataforma ferroviária no sul da Rússia; retirada é vista com ceticismo

O ceticismo foi repetido ontem pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson. Segundo ele, informações de inteligência do governo descrevem a situação na Ucrânia como "não encorajadora". Hospitais de campanha russos, segundo Johnson, continuam sendo construídos na fronteira. "Isso só pode ser interpretado como preparação para uma invasão", disse o premiê.

Por enquanto, o único ataque parece ter sido online. Ontem, o centro de segurança cibernética da Ucrânia disse que os sites do Ministério da Defesa e dos bancos Privatbank e Oshadbank foram alvo de um ataque cibernético. De acordo com autoridades ucranianas, hackers ligados ao governo da Rússia estariam por trás das ações. ● NYT, WP e AP

A discordância entre russos e americanos

ANÁLISE

OLIVER STUENKEL

A crise na Ucrânia é fruto de uma ameaça russa ou foi provocada pela expansão da Otan pela Europa do Leste? Para o presidente russo, não há dúvidas. Segundo Vladimir Putin, a origem está na decisão americana de violar a promessa, feita em 1990, de que Washington nunca expandiria a Otan para além da Alemanha Oriental. Em vez de honrar sua palavra, os EUA acabaram, na visão russa, se metendo na Europa do Leste, esfera historicamente da Rússia, que agora se vê obrigada a retificar uma injustiça histórica.

Para o governo russo, repetir sua versão dos eventos é fundamental. Afinal, Putin sabe que nada mobiliza mais as pessoas do que o sentimento de traição contra o próprio povo e a proposta de reconquistar a antiga glória da nação. O governo americano, por outro lado, defende que nunca fez tal promessa. Quem está certo?

O período no centro da discordância inclui os meses após a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, marcados por discussões entre EUA e União Soviética sobre o status da Alemanha. Além de decidir se as superpotências permitiriam a reunificação alemã, era preciso decidir se a Alemanha seria autorizada a ingressar na Otan. Moscou resistia à presença de tropas ocidentais no território da antiga Alemanha Oriental e queria evitar uma expansão da Otan para a Europa do Leste.

Em reunião em Moscou, em fevereiro de 1990, o secretário de Estado dos EUA, James Baker, perguntou a Mikhail Gorbachev, informalmente, se aceitaria a reunificação alemã caso os EUA prometessem não colocar tropas na Alemanha Oriental, mas também não expandir a Otan para além da Alemanha. Gorbachev disse que estaria aberto à proposta.

VETO. De volta a Washington, Baker foi desautorizado pelo presidente George Bush. Além dele, Hans-Dietrich Genscher, chanceler da Alemanha, com receio de que os russos impedissem a reunificação, fez discursos afirmando que a Alemanha gostaria de fazer parte da Otan, mas que a Otan não se expandiria para o Leste Europeu. Ele também foi desautorizado por Helmut Kohl, que percebera a fraqueza russa.

Em conversa com Kohl, Bush foi enfático: "Nós ganhamos, e eles não." A confiança do governo americano, que enxergara na Alemanha unificada um futuro aliado incondicional, aumentou ainda mais devido à estratégia desastrosa de Gorbachev. É assim que se explica por que o Tratado sobre a Regulamentação Definitiva referente à Alemanha incluiu apenas a proibição à presença de forças estrangeiras na antiga Alemanha Oriental. Não mencionou nem a Otan nem qualquer limitação em relação a uma futura expansão.

O presidente Bill Clinton, inicialmente cauteloso em relação à expansão da Otan, mudou de ideia por causa de três fatores. O primeiro, em 1994: o presidente russo, Boris Yeltsin, enviou tropas contra separatistas na Chechênia. Países do Leste Europeu ficaram com medo de uma Rússia mais agressiva e pediram para entrar na Otan assim que possível. Clinton aproveitou o momento histórico de unipolaridade americana e redesenhou a arquitetura geopolítica da Europa.

Posição
Moscou garante que Washington prometeu não expandir a Otan além da Alemanha Oriental

O segundo fator: em 1994, os republicanos ganharam as eleições legislativas e pressionaram Clinton a acelerar a expansão da Otan. Por fim, o terceiro: a Rússia, fragilizada, passou por um momento caótico e não resistiu à expansão.

Quem então está certo? A historiadora Mary Sarotte diz que a resposta não é simples. A promessa que Putin cita hoje nunca foi feita por escrito. A Rússia até pode alegar que os americanos deram a entender que não expandiriam a Otan, mas os EUA não se comprometeram oficialmente.

No entanto, a autora diz também que Washington não foi magnânimo no momento da vitória e sugere que os EUA se aproveitaram, talvez excessivamente, da fraqueza russa. Como vários especialistas alertaram, uma vez que a Rússia se estabilizasse, um futuro líder russo se proporia a reconquistar a antiga glória do país. ●

É PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FGV EM SÃO PAULO

Protesto antivacina

Canadá bloqueará conta bancária de manifestantes

Governo canadense também exige que sites que recebem doações para os protestos denunciem atividades suspeitas

OTTAWA

O Canadá autorizou ontem que os bancos congelem as contas de pessoas suspeitas de envolvimento nas manifestações contra vacina. Além disso, as plataformas de financiamento coletivo, utilizadas pelos manifestantes para receber doações, terão de reportar atividades suspeitas.

"A partir de hoje, um banco ou outro provedor de serviços financeiros poderá congelar ou suspender imediatamente uma conta sem a necessidade de ordem judicial. Ao fazê-lo, eles estarão protegidos contra responsabilidade civil por ações tomadas de boa-fé", disse a ministra das Finanças, Chrystia Freeland. "Trata-se de seguir o dinheiro, de parar o financiamento desses bloqueios ilegais. Estamos hoje notificando: se seu caminhão estiver sendo usado nesses bloqueios ilegais, suas contas corporativas serão congeladas. O seguro de seu veículo será suspenso."

LARS HAGBERG/REUTERS

Manifestantes anticovid insistem em ocupar centro de Ottawa

Além disso, os sites de financiamento coletivo que desejarem operar no país devem se registrar no Centro de Análise de Transações e Relatórios Financeiros do Canadá (Fintrac), o que na prática obriga as plataformas a notificar ao governo as transições consideradas suspeitas e grandes movimentações com moedas virtuais.

Segundo a imprensa, os organizadores do chamado "Comboio da Liberdade" conseguiram arrecadar mais de US$ 10 milhões (R$ 51 milhões) pelo site GoFundMe. Mas a plataforma bloqueou as transações e informou que fará o reembolso. Pelo site cristão GiveSendGo, os organizadores arrecadaram mais de US$ 8,4 milhões (R$ 43 milhões), antes de o servidor sofrer ataque de hackers.

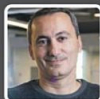
RENÚNCIA. O chefe de polícia que liderou o esforço para acabar com a ocupação em Ottawa renunciou ontem depois que o primeiro-ministro, Justin Trudeau, criticou a resposta das forças de segurança na capital, que está paralisada há três semanas pelos protestos.

A renúncia de Peter Sloly ocorreu um dia após Trudeau tomar a rara medida de declarar uma emergência de ordem pública nacional com o objetivo de interromper os protestos que agitam o Canadá.

A resposta lenta da polícia às manifestações no centro da capital foi criticada pela população e por políticos canadenses. No início, os policiais não impediram que os caminhões entrassem no centro da cidade e, em seguida, levaram dias para colocar barreiras de concreto para impedir a chegada de mais caminhões. Analistas dizem que veteranos do Exército e ex-policiais ajudaram na logística das manifestações.

Foi a primeira vez que o governo canadense adotou a Lei de Emergências em meio século e até agora foi a resposta mais agressiva de Trudeau desde o início da crise. Os protestos se multiplicaram por todo o país e bloquearam por quase uma semana a ponte que liga Windsor a Detroit, que é vital para as cadeias de suprimentos da indústria automobilística dos EUA e do Canadá.

"Trata-se de parar o financiamento desses bloqueios ilegais. Se seu caminhão estiver sendo usado neles, suas contas serão congeladas"
Chrystia Freeland
Ministra das Finanças

Na manhã de ontem, manifestantes em Coutts, na Província de Alberta, anunciaram que encerrariam seu protesto, depois que 13 pessoas foram presas após a descoberta de um esconderijo de armas e munições. ● AFP, NYT e REUTERS

Reino Unido

Príncipe Andrew faz acordo em caso de agressão sexual

Segundo filho da rainha Elizabeth é acusado de ter feito sexo com americana quando ela ainda era menor de idade

NOVA YORK

O príncipe Andrew e a mulher que o processou por agressão sexual, a americana Virginia Giuffre, chegaram a um acordo extrajudicial, escreveu o advogado de Giuffre, David Boies, em carta a um juiz de Nova York – sem divulgar os termos financeiros do pacto.

Como parte do acordo, a realeza britânica fará uma "doação substancial" a uma instituição de caridade fundada por Giuffre, que apoia vítimas de tráfico sexual, disse Boies. Giuffre afirma que fez sexo com Andrew – segundo filho da rainha Elizabeth II –, quando ela tinha 17 anos e era menor de idade sob a lei dos EUA, depois de conhecê-lo através do financista americano Jeffrey Epstein, que cometeu suicídio na prisão, dois anos atrás, enquanto aguardava julgamento por crimes sexuais.

Doação
Segundo acordo extrajudicial, realeza fará doação à instituição de caridade criada pela vítima

O príncipe de 61 anos não foi acusado criminalmente. Ele admitiu ter conhecido Epstein em 1999, mas negou a alegação de Giuffre de que cometeu agressão sexual contra ela. Os advogados do príncipe já haviam chamado o processo de Giuffre de infundado e a acusaram de buscar outro acordo financeiro. Giuffre recebeu US$ 500 mil em um acordo civil com Epstein, em 2009.

O acordo atual de Andrew significa que o caso civil não irá a julgamento com júri. Isso também significa que o príncipe não será mais interrogado sob juramento pelos advogados de Giuffre.

No mês passado, Andrew foi destituído de seus títulos militares honorários e funções de caridade depois que o juiz de Nova York Lewis Kaplan negou seu pedido de arquivamento do caso.

ESCÂNDALO. Giuffre, agora com 38 anos, alega que Andrew a agrediu sexualmente na casa de Ghislaine Maxwell, companheira de Epstein e socialite britânica, depois de uma festa em março de 2001. Ela processou o príncipe no ano passado por danos não especificados, alegando que foi vítima de tráfico sexual nas mãos de Epstein e Maxwell.

Em dezembro, Maxwell foi condenada por recrutar e aliciar menores para abuso sexual por parte de Epstein, expondo um mundo dramático de tráfico sexual entre ricos e poderosos nos EUA e no Reino Unido. ● AFP

Espanha

Pesqueiro espanhol afunda, deixa 7 mortos e 16 desaparecidos no litoral canadense

GRUPO NORES/EFE

Um barco de pesca espanhol afundou ontem em Terra Nova e Labrador, Província do Canadá, matando pelo menos sete pessoas. Segundo o serviço de resgate da Espanha, 3 tripulantes foram retirados da água e outros 16 estão desaparecidos – a temperatura gélida do Atlântico Norte torna quase impossível sobreviver muito tempo na água. Havia 16 espanhóis, 5 peruanos e 5 ganeses na tripulação. Um outro barco de pesca espanhol que trabalhava na mesma região foi o primeiro a chegar ao local e resgatou três sobreviventes e quatro corpos em um dos botes salva-vidas. Dois outros botes estavam vazios e o quarto estava desaparecido. ●

Rússia

Opositor russo Alexei Navalni enfrenta novo julgamento que pode resultar em pena de 10 anos

Um tribunal russo iniciou ontem um novo julgamento contra o opositor Alexei Navalni, que está preso há um ano por acusações de fraude e pode ser condenado a outros 10 anos de cadeia. Navalni é o principal opositor do presidente da Rússia, Vladimir Putin, e seu movimento foi alvo de intensa repressão por parte das autoridades russas, que ordenaram sua proibição e iniciaram processos contra seus líderes. Neste novo processo, Navalni – que sobreviveu a uma tentativa de envenenamento em 2020 – compareceu com o uniforme da prisão e a cabeça raspada. Desta vez, ele é acusado de ter desviado US$ 4,7 milhões em doações para as ONGs que lidera. ●

Segurança

Assaltos na proximidade de colégios assustam moradores do Morumbi

Bandidos aproveitam filas de carros. O 89.º DP registrou 1.699 roubos em 2021, patamar mais elevado desde 2014; no 34.º DP, foram 1.439, maior número desde 2019

GONÇALO JUNIOR

Pais e mães de alunos de colégios tradicionais do Morumbi, na zona sul paulistana, estão apreensivos com os assaltos que estão ocorrendo nos horários de entrada e saída dos estudantes. Bandidos aproveitam as filas de carros que se formam nas ruas próximas de escolas para assaltar. Outros congestionamentos na região, como na Avenida Giovanni Gronchi, também são foco de ação dos criminosos.

Moradores relatam que longas filas de automóveis se formam nas proximidades dos colégios particulares Visconde de Porto Seguro e Miguel de Cervantes à espera da abertura dos portões, pela manhã, ou na saída dos alunos, no fim da tarde. Como o fluxo de veículos é intenso, a fila demora para andar. É neste momento que os bandidos assaltam.

"Os pais ficam muito apreensivos na entrada e saída dos alunos. Ficamos todos nas avenidas e ruas paralelas ou que circundam a escola, esperando a escola abrir os portões. Existe um volume grande de carros. Isso já é um perigo, um ponto de exposição", diz uma empresária de 44 anos, que vive no Morumbi há 12 anos. "Nunca havia presenciado tamanha vulnerabilidade e medo. Enfim, estamos reféns", lamenta.

A percepção de insegurança dos moradores é confirmada pelos registros das delegacias de polícia. O 89.º Distrito Policial, na região conhecida como Portal do Morumbi, registrou 1.699 roubos em 2021. É o patamar mais elevado desde 2014. Já no 34.º DP, na Vila Sônia, foram registrados 1.439 roubos, maior número desde 2019.

Várias dessas ações foram captadas pelas câmeras de segurança instaladas nos prédios e residências. Na quarta-feira, dia 9, por volta de 6h40, na Rua Luís Galhanone, dois homens armados, em cima de uma moto, tentaram assaltar os motoristas. Pelas imagens, é possível perceber veículos andando na contramão quando percebem a ação dos criminosos. Pais contam que a presença de seguranças não inibe a ação dos bandidos.

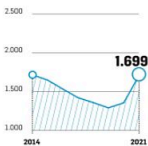
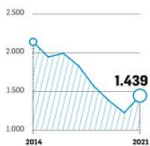
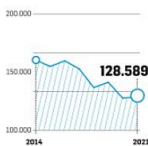
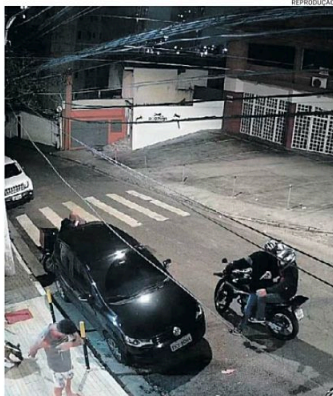
Funcionários dos colégios da região confirmam a onda de assaltos, mas garantem que se sentem menos expostos, pois usam uma entrada secundária, e não a principal.

MUDANÇA. A preocupação é tão grande que os pais estão mudando a grade curricular dos filhos. "Não coloquei minhas filhas em atividades extracurriculares para que elas não voltem mais tarde da escola e eu não pegue a avenida parada", conta a mãe de duas crianças, uma de 5 e outra de 10 anos, preocupada com o congestionamento no retorno para casa nas vias vizinhas, principalmente na Giovanni Gronchi.

Policiais envolvidos nas investigações confirmaram ao **Estadão** o elevado número de casos de assalto nas últimas semanas. "Todo dia temos uma ocorrência", afirma um investigador. Para flagrar a ação dos bandidos, uma das estratégias da polícia é usar carros descaracterizados e percorrer as ruas de maior movimento nos horários em que são registradas ocorrências, de manhã e à tarde.

As investigações apontam que os bandidos quase sempre estão com motos. Em alguns casos, são quatro bandidos, dois em cada uma. Em nota, a Secretaria da Segurança Pública informou que "as forças de segurança estão intensificando as operações policiais em todas as regiões do Estado, inclusive na região do Morumbi". Segundo a pasta, em 2021 foram presos 42 criminosos no Morumbi e recuperados 50 veículos roubados e furtados, além de apreendidas oito armas.

Medidas adotadas
Polícia diz fazer patrulhas com carro descaracterizado; escolas afirmam ter planos e equipes de segurança

NO TRÂNSITO. As ocorrências na região não ficam restritas às proximidades dos colégios. Câmeras de segurança também registram assaltos a pedestres. Em um deles, no mês de janeiro, um morador está correndo sozinho, com trajes esportivos, quando é abordado por dois homens em uma moto. Ele entrega o celular, o relógio e os fones de ouvido. A câmera marca 5h35. Em outro registro, um casal caminha com cães quando é abordado na frente de um condomínio. Dois bandidos levam os celulares.

Moradores relatam que os assaltos também têm sido frequentes nos congestionamentos da Avenida Giovanni Gronchi. A longa fila de carros parados, com pouco espaço para fuga, representa uma oportunidade para os criminosos. Sabendo disso, muitos moradores mudam sua rotina.

Um empresário de 53 anos conta que tem saído do trabalho, na Rua Vergueiro, uma hora depois do horário habitual para evitar o trânsito. "Os assaltos estão mais recorrentes e o medo de circular pela região é grande. Meu carro não é blindado e confesso que saio receoso."

COLÉGIOS. Procurado pelo **Estadão**, o Colégio Porto Seguro afirmou em nota que "está atento às ocorrências no bairro e em contato com os órgãos de segurança, visando a contribuir para a tranquilidade da comunidade escolar e em ações que visem a melhorar a segurança de todos". O Colégio Miguel de Cervantes afirma que tem "constante preocupação com o bem-estar e a tranquilidade de seus alunos, professores, colaboradores e famílias que circulam por nossas dependências, acessos e entornos todos os dias, no bairro do Morumbi".

A instituição revela que possui "um plano de segurança que constantemente é revisado e atualizado, no sentido de identificar as necessidades que devem ser atendidas e as orientações que precisam ser passadas a todos os envolvidos". O Miguel de Cervantes também revelou detalhes do seu esquema de segurança. "Temos uma equipe de 30 profissionais de uma empresa especializada em segurança que trabalha para o colégio. Essa equipe de segurança recebe capacitação periódica e acompanha a movimentação nas ruas em que estão nossas duas portarias, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos".

O colégio informa ainda que possui um carro da empresa de segurança que monitora os horários de entrada e saída na portaria. E mantém "controle rigoroso na identificação de todos que acessam nossas dependências" ● COLABOROU MARCO ANTONIO CARVALHO

VIOLÊNCIA

Roubos na área do 89º DP atingiram o patamar mais alto desde 2014

Roubos na área do 89º DP
Portal do Morumbi
QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS

Roubos na área do 34º DP
Vila Sônia
QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS

Roubos registrados na capital
QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS

FONTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

REPRODUÇÃO

Câmeras de segurança mostram a ação dos criminosos, de moto

Saneamento

Nível do Sistema Cantareira sobe, mas é o menor para esta época desde 2016

Chuvas de janeiro elevaram volume da principal fonte de abastecimento da região metropolitana para 42,5%

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

As chuvas aumentaram nas últimas semanas o nível do Sistema Cantareira, principal fonte de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, mas importantes mananciais do Estado continuam em estado de atenção. O Cantareira estava com 42,5% de volume útil ontem, o menor nível nos últimos seis anos para esta época do ano. Em 2016, quando chegou a 18,43% da capacidade, o sistema ainda se recuperava da grande crise hídrica de 2014/15. Em 15 de fevereiro do ano passado, o Cantareira tinha 46,69% do volume útil.

Especialistas dizem que chuvas fortes e rápidas, como as que aconteceram este ano, não alimentam os reservatórios. Já o governo do Estado afirma que monitora a situação e realiza ações para garantir a segurança hídrica. A Sabesp garante que não há risco de desabastecimento no momento.

Nos últimos sete dias, o Sistema Cantareira recuperou 1,5% da sua capacidade máxima, recebendo água equivalente a 73,6 mil caminhões-pipa (1,4 bilhão de litros). A capacidade total do Cantareira é de 982 bilhões de litros. A água das chuvas é a principal fonte de alimentação do sistema, mas a média mensal vem sendo menor do que a esperada desde março de 2020. Nesses 23 meses, só em quatro choveu acima da média, sendo que janeiro deste ano foi o mês com melhor índice de chuva. Para a média esperada de 263,7 milímetros, choveu 322 mm.

No interior, ao menos duas cidades continuam com racionamento, apesar das chuvas. Em Sorocaba, a Represa de Itupararanga, que abastece 80% dos 695 mil habitantes, tinha chegado a 19,91% da capacidade em dezembro, o pior nível em 95 anos, mas se recuperou com as chuvas, chegando aos atuais 32,84%. O volume útil, no entanto, ainda está abaixo do esperado, de 52,95%, por isso o rodízio é mantido.

"A antecipação do fim do rodízio dependerá do comportamento do reservatório, com o nível se recuperando até um ponto mais favorável", informou o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba (Saae). Desde que adotou o rodízio, o Saae recebeu 324 denúncias de desperdício de água e emitiu 31 notificações de flagrante, que podem ser convertidas em multas. Amanhã, será feita uma revisão no plano de racionamento.

Rio das Pedras não suspendeu o rodízio. Os reservatórios operam com mais de 50% da capacidade, mas não atingiram o nível desejado. Outras cidades suspenderam o racionamento, mas mantêm campanhas para economia de água. Em Valinhos, choveu apenas 45,8 mm nos primeiros 15 dias deste mês, pouco mais de 25% da média de fevereiro e o nível das quatro represas municipais, que melhorou com as chuvas, está caindo. "Sem contar a captação do Rio Atibaia, hoje estamos com água reservada para 20 dias de abastecimento, por isso continuamos precisando de mais chuvas", disse Gabriela Angeli, do Departamento de Água de Valinhos. A vazão do Rio Atibaia, que responde por 50,6% do abastecimento de Valinhos, está alta, por isso o rodízio foi suspenso.

Em Itu, o rodízio acabou depois que as chuvas elevaram o nível dos nove mananciais de abastecimento para 75,7%. Também em razão das chuvas, a prefeitura de Porto Feliz anunciou a suspensão do racionamento no último dia 1.º, mas o município usa as redes sociais para pedir economia de água. Em Bauru, a recuperação no nível do Rio Batalha também garantiu a volta do abastecimento normal. Franca também teve o racionamento suspenso.

CHUVAS RÁPIDAS. De acordo com o especialista em recursos hídricos e secretário executivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), Francisco Lahoz, com as mudanças climáticas estão acontecendo chuvas muito fortes e rápidas que causam impacto na população, como alagamentos e inundações, mas não recarregam o lençol freático. Consequentemente, também não aumentam de forma duradoura as vazões dos rios.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Sistema Cantareira nos arredores dos municípios de Piracaia e Joanópolis; situação ainda preocupa

Chuvas

Sabesp projeta aumento no nível dos reservatórios e diz que não há risco de desabastecimento

Em janeiro deste ano, por exemplo, choveu 38,8% acima da média na região entre Piracicaba e Jundiaí, mas as vazões dos principais rios ficaram até 40% abaixo do esperado. "As bacias PCJ, que incluem o Cantareira, vêm enfrentando nos últimos cinco anos diminuição na média anual de chuvas, o que reflete na recarga do lençol freático que irá abastecer os rios", explicou.

As obras estaduais e uma redução de ao menos 10% no consumo da Grande São Paulo obtido graças às campanhas iniciadas durante a crise hídrica devem dar sustentação para o abastecimento durante a próxima estiagem, segundo o especialista. "A interligação dos sistemas que abastecem a região metropolitana nos dá essa segurança para 2022, mas é preciso pensar em produzir mais água."

O ideal, segundo o especialista, é que aconteçam chuvas em intervalos capazes de possibilitar a infiltração no solo e que não se transformem em escoamento superficial. No Cantareira, segundo ele, as chuvas no mês de janeiro ficaram 22,1% acima da média histórica. No entanto, o volume de água armazenada encerrou o mesmo período em 33,17% da capacidade. "O esperado é que os reservatórios do sistema chegassem ao fim de janeiro com 60% do volume útil para enfrentar o período de estiagem. Como isso não aconteceu, é preciso que nos próximos meses chova mais", disse.

SEGURANÇA HÍDRICA. A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente informou que o governo monitora a situação dos mananciais e, nos locais que não são atendidos pela Sabesp, o Estado anunciou uma série de medidas para garantir a segurança hídrica e evitar o desabastecimento, como perfuração de poços e desassoreamento. "Neste sentido, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (*Daee*) está viabilizando quatro novas barragens que, juntas, irão armazenar 95,7 bilhões de litros de água", disse em nota.

O governo lançou recentemente o programa "Água é Vida" que vai reforçar a segurança hídrica para 2,1 milhões de paulistas. As ações preveem perfurações de poços artesianos em 125 municípios, limpeza de reservatórios e desassoreamento de rios. Os investimentos somam R$ 400 milhões.

A Sabesp informou que as chuvas de janeiro contribuíram para os mananciais e as projeções são de aumento no nível dos reservatórios também em fevereiro e março, meses com boas médias históricas de chuva. "Não há risco de desabastecimento neste momento na Região Metropolitana, mas a companhia orienta sobre o uso consciente da água em qualquer época e em todos os municípios em que opera."

Conforme a Sabesp, o Sistema Integrado Metropolitano é composto por sete mananciais (Cantareira, Alto Tietê, Guarapiranga, Cotia, Rio Grande, Rio Claro e São Lourenço). Os investimentos da companhia tornaram mais robusto e flexível o sistema integrado (sendo possível abastecer áreas diferentes com mais de um reservatório). Há o novo sistema São Lourenço, com investimentos de R$ 2,21 bilhões, e a interligação da bacia do Paraíba do Sul com o Cantareira, no valor de R$ 555 milhões.

A interligação do Rio Itapanhaú, obra de R$ 111,58 milhões, está em andamento e inicia operação no primeiro semestre. Ainda segundo a Sabesp, outras medidas são a ampliação da infraestrutura e gestão da pressão noturna para redução de perdas na rede. ●

Pandemia do coronavírus

Média de casos de covid tem queda

Dados apontam que média móvel da doença foi de 188,1 mil, no dia 3, para 127 mil ontem; Fiocruz e especialistas veem tendência de queda, mas fazem ressalvas

ÍTALO LO RE

Após o Brasil atingir o pico de casos de covid-19 com o avanço da variante Ômicron, mais transmissível, existe queda na média móvel de contaminações há quase duas semanas. O índice saiu de 188,1 mil, no último dia 3, para 127.077 ontem, conforme dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa.

Especialistas apontam que, apesar de os números seguirem altos, a tendência de queda dos últimos dias indica que o pico causado pela Ômicron já pode ter passado, principalmente nas grandes cidades. A alta de mortes por covid, por outro lado, segue como um ponto de atenção.

LIMITAÇÕES. Pesquisador da Fiocruz e coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes pondera que, a exemplo do que se viu no apagão de dados, ocorrido no final do ano passado, os registros de casos têm uma "série de limitações", o que "pode gerar eventuais erros de interpretação" na situação da pandemia.

Ainda assim, ele reforça que, mesmo levando isso em consideração, "os dados mais recentes estão apontando para uma mudança no cenário em termos de tendência no número de novos casos semanais". Segundo Gomes, quando se olha para os dados de internação e para os casos associados à síndrome respiratória aguda grave (SRAG), em que se pode observar especificamente a data de ocorrência e compensar o atraso de digitação, já se nota uma tendência de melhora.

Segundo o pesquisador, o boletim de semana passada do InfoGripe já aponta mudança significativa. "A gente vinha de uma situação em que se tinha um número muito grande de Estados ainda apresentando sinal de crescimento há duas semanas. Na atualização da semana passada, já SE observou uma redução importante."

Conforme o boletim divulgado pela Fiocruz, após a alta de casos acarretada pela Ômicron, há agora um cenário nacional de interrupção do crescimento de diagnósticos positivos em todas as faixas etárias da população adulta.

A análise indica que cinco Estados sinalizam crescimento só na tendência de curto prazo: Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rondônia. Já em Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e São Paulo vê-se sinal de queda na tendência de longo prazo.

"Os dados até o fechamento da semana passada, que estão sendo utilizados para gerar a atualização desta semana do boletim do InfoGripe, também estão apontando nessa direção", adianta Gomes.

ALERTA. Apesar do cenário de melhora, o pesquisador da Fiocruz explica que o País ainda está com um volume de casos "bastante expressivo". "Se não fossem as vacinas, a situação seria muito pior", diz. "A gente estar observando volumes altos com a população vacinada; é sinal de que realmente a transmissão foi muito forte nesse período que vem desde o fim do ano passado até janeiro de 2022."

Para Márcio Sommer Bittencourt, do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP, o pico de casos da Ômicron já passou no País. "A transmissão está em queda faz algumas semanas no Brasil", diz Bittencourt. "Não sei se em todas as regiões, mas na maioria do País com certeza."

Já Renato Kfouri, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), diz que não há como prever prazos em relação à curva de contaminação pela Ômicron. "Nas capitais, por onde a nova onda se iniciou, os casos já estão decrescendo. Em outras localidades, ainda estão em ascensão", explica. "Não observaremos, provavelmente, um platô como nas outras ondas; a subida vertiginosa é acompanhada também de uma queda rápida."

O médico destaca que os números relacionados a hospitalizações e mortes caem um pouco mais tarde do que o de casos, outro motivo que torna importante continuar em alerta em relação à Ômicron. Conforme dados do consórcio de veículos de imprensa, a média móvel de casos de ontem (127.077) foi 29% menor na comparação com duas semanas atrás. A de mortes (847), em contrapartida, foi 30% superior ao índice de duas semanas atrás. ●

DADOS

Variação de novos casos de covid-19 no Brasil começou a apresentar redução nos últimos dias

FONTES: CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

AGENDA COVID

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO
Permanece a vacinação infantil entre 5 e 11 anos. Crianças de 5 anos e imunossuprimidas, entre 6 e 11 anos, devem receber exclusivamente a vacina da Pfizer pediátrica. Todas as pessoas com alto grau de imunossupressão que tenham mais de 18 anos devem tomar duas doses adicionais na capital paulista. A primeira dose adicional deve ser tomada pelo menos 28 dias após a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única). Já a segunda dose adicional deve ser aplicada pelo menos quatro meses após a realização da primeira dose adicional.

RIO DE JANEIRO
Todas as crianças com 5 anos ou mais podem se vacinar no Rio de Janeiro. A Prefeitura do Rio realiza uma busca ativa para imunização infantil contra a covid-19 e também faz imunizações em escolas.

CURITIBA
A cidade realiza a repescagem para aplicação da primeira dose em crianças de 5 a 11 anos com ou sem comorbidades, assim como pessoas com 12 anos completos ou mais.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
O município de São José do Rio Preto continua convocando crianças. Os pais e responsáveis devem comparecer com documentos pessoais da criança. ●

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	639.822
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	909
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	847
TOTAL DE VACINADOS	169.695.329
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	27.664.958
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	123.827
NÚMERO DE RECUPERADOS**	24.252.534

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:	MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
	17° (60%)	29° (50%)	19° (71%)	1MM	50%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/31°	18°/25°	17°/27°	18°/27°

SOL
NASCENTE: 5H54
POENTE: 18H45

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	8/02	10H51
CHEIA	16/02	13H58
MINGUANTE	23/02	19H04
NOVA	2/03	14H08

Estado de SP

VOTUPORANGA 21°/33°
FRANCA 19°/30°
S. J. DO RIO PRETO 22°/32°
ARAÇATUBA 21°/32°
RIBEIRÃO PRETO 20°/33°
ARARAQUARA 20°/32°
ADAMANTINA 23°/33°
SÃO CARLOS 19°/31°
C. DO JORDÃO 14°/25°
PRESIDENTE PRUDENTE 22°/33°
MARÍLIA 20°/31°
BAURU 21°/32°
CAMPINAS 19°/30°
PIRACICABA 19°/31°
OURINHOS 21°/32°
S. J. DOS CAMPOS 17°/28°
ITAPETININGA 18°/29°
SOROCABA 18°/30°
SÃO PAULO 17°/29°
UBATUBA 21°/27°
GUARUJÁ 22°/28°
ITAPEVA 18°/28°
SANTOS 22°/28°
IGUAPE 21°/28°
CANANÉIA 22°/28°

ACIMA DE 32° | 28° | 24° | 19° | ABAIXO DE 19°

● Madrugada fria e com muitas nuvens. Tarde com poucas nuvens. quente e seca. Não chove.

Tábuas das marés: Porto de Santos

NO ↘ N ↓ ↙ NE | O → 10 nós ← L | SO ↗ ↑ S ↖ SE

1,0m

HOJE		
2h47	↑	1.6
8h49	↓	0.4
14h18	↑	1.6
20h57	↓	0.1

QUINTA, 17		
3h16	↑	1.6
9h17	↓	0.4
14h49	↑	1.6
21h25	↓	0.1

SEXTA, 18		
3h46	↑	1.4
9h45	↓	0.4
15h20	↑	1.5
21h51	↓	0.2

SÁBADO, 19		
4h14	↑	1.3
10h12	↓	0.5
15h53	↑	1.4
22h14	↓	0.3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/33°	MACEIÓ	23°/33°
BELÉM	23°/32°	MANAUS	22°/31°
BELO HORIZONTE	19°/27°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	24°/36°	PALMAS	24°/31°
BRASÍLIA	19°/27°	PORTO ALEGRE	18°/32°
CAMPO GRANDE	22°/34°	PORTO VELHO	22°/32°
CUIABÁ	23°/34°	RECIFE	24°/32°
CURITIBA	18°/26°	RIO BRANCO	23°/31°
FLORIANÓPOLIS	22°/30°	RIO DE JANEIRO	21°/29°
FORTALEZA	23°/32°	SALVADOR	25°/32°
GOIÂNIA	20°/29°	SÃO LUÍS	24°/31°
JOÃO PESSOA	24°/32°	TERESINA	22°/33°
MACAPÁ	23°/32°	VITÓRIA	23°/29°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	24°/41°	MÉXICO	-3	15°/23°
ATENAS	5	10°/14°	MIAMI	-2	19°/25°
BARCELONA	4	8°/16°	MONTEVIDÉU	0	22°/30°
BERLIM	4	5°/9°	MOSCOU	6	-7°/-1°
BRUXELAS	4	8°/13°	NOVA YORK	-2	-2°/5°
BUENOS AIRES	0	25°/31°	PARIS	4	8°/14°
CARACAS	-1	18°/27°	ROMA	4	7°/13°
CHICAGO	-2	0°/6°	SANTIAGO	0	12°/31°
ESTOCOLMO	4	1°/3°	SYDNEY	14	18°/29°
GENEBRA	4	-8°/1°	TEL-AVIV	5	11°/16°
JOHANNESBURGO	5	16°/29°	TÓQUIO	12	2°/10°
LIMA	-2	20°/20°	TORONTO	-2	-4°/6°
LISBOA	3	8°/17°	WASHINGTON	-2	-1°/10°
LONDRES	3	8°/14°			
LOS ANGELES	-5	10°/17°			
MADRID	4	5°/15°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Enchentes

Forte temporal em Petrópolis, no Rio, deixa mortes e destruição

À TV, Corpo de Bombeiros fala em pelo menos 18 mortos; em seis horas, choveu o que era previsto para todo o mês

FÁBIO GRELLET
RIO

Um temporal que atingiu na tarde de ontem a cidade de Petrópolis, na Região Serrana do Rio, causou o deslizamento de uma encosta no Morro da Oficina e uma série de enchentes e óbitos. O Corpo de Bombeiros confirmou 18 mortes na noite desta terça-feira à Inter TV. As autoridades locais não haviam confirmado os óbitos até 23 horas, alegando que o processo de resgate continuava e os bombeiros ainda não tinham uma avaliação completa da situação – pode ser que haja mais vítimas da chuva e de deslizamentos.

Em uma hora choveu 113 milímetros em Petrópolis – em seis horas, a precipitação atingiu 260 milímetros, volume previsto para o mês todo. A previsão era de que continuaria ao longo da noite, mesmo que de forma fraca. Além de dezenas de pontos de alagamento, o temporal arrastou carros e causou a queda de barreiras.

INTERDIÇÃO. A Defesa Civil havia registrado mais de 50 ocorrências com deslizamentos desde a tarde. A Rodovia Rio-Petrópolis foi parcialmente interditada na altura do km 82, nas imediações do terminal rodoviário do Bingen, por causa da queda de uma barreira. O trânsito passou a fluir em meia pista na descida da serra.

Todo o efetivo do Corpo de Bombeiros de Petrópolis foi mobilizado – 120 agentes trabalhavam no socorro à população, segundo a instituição. Outros 60 bombeiros estavam a caminho do município ainda na noite de ontem. "Lamentamos as 6 vidas perdidas em Petrópolis-RJ, nesta terça", escreveu no Twitter o ministro Marinho, quando ainda não havia um quadro claro da situação. "Determinei a ida do Sec. Nacional de Defesa Civil, coronel Alexandre Lucas, ao município. O presidente Jair Bolsonaro nos determinou mobilização em benefício das pessoas."

Diversos problemas
Rio-Petrópolis teve trecho interditado, encosta de morro deslizou e houve relato de 95 ocorrências

A prefeitura informou ainda ter decretado estado de calamidade pública. "Equipes dos hospitais foram reforçadas para atender vítimas. Além da Defesa Civil, agentes da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis, de Serviços, Segurança e Ordem Pública, de Obras e de demais áreas do governo seguem no suporte às 95 ocorrências registradas até o momento."

O núcleo de chuva que atuou no município já se afastou da cidade, segundo a prefeitura, mas permanecia a previsão de chuva nas próximas horas, com intensidade fraca a moderada. Oitenta ocorrências são de deslizamentos, a maior parte registrada nas localidades do Quitandinha, Alto da Serra, Castelânea, Centro, Coronel Veiga, Duarte da Silveira, Floresta, Caxambu e Chácara Flora. Houve alagamentos por diversos pontos da cidade – os 11 registrados pela Defesa Civil foram em regiões do Alto da Serra, Corrêas, Centro e Mosela.

TRAGÉDIAS. Em 2011, as fortes chuvas na Região Serrana deixaram mais de 900 mortos, na maior tragédia climática da história do Brasil. Em 2001, foram 57 mortos. Em 2013, outra tragédia deixou 33 mortos. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Cobrança de serviço de tapa-buraco

Reclamação de Aparecida Madruga: "Gostaria de solicitar ajuda para cobrar da Prefeitura de São Paulo o conserto de vários buracos em vias de Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo, que estão precisando urgentemente de reparo. É preciso consertar buracos na Rua Chapada, entre os números 90 e 200, e também buracos presentes na Rua Afonso Baldaia, na altura do número 60, perto de uma lombada. Já faz muito tempo que começaram a se formar. Além de causar danos aos veículos, também há risco de acidente em razão da necessidade de desviar deles em uma rua muito estreita."

Resposta da Prefeitura de São Paulo: "A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras, informa que os buracos localizados na Rua Chapada, altura do número 90 até o número 200, e também os na Rua Afonso Baldaia, altura do número 60, foram tapados. Em 2021, somente na região da Subprefeitura Ermelino Matarazzo, mais de mil buracos foram consertados. É possível solicitar o serviço por meio de um requerimento ao Serviço de Atendimento ao Munícipe (SAM) pelo telefone 156." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Semana de Arte Moderna

Realisou-se hontem no Theatro Municipal o segundo festival da "Semana de Arte Moderna". Uma boa concorrencia, para a qual certamente contribuiu em grande parte a inclusão no programma do nome da nossa illustre pianista Guiomar Novaes. Iniciou-se o sarau com a conferencia do sr. Menotti del Picchia, a pouco a atmosphera do theatro foi-se transformando com a collaboração das galerias (...) Só a senhorita Guiomar conseguiu ser ouvida em silencio profundo (...) Amanhan o terceiro e ultimo festival consagrado ao compositor Villa-Lobos. A exposição de pintura e esculptura está aberta no saguão ... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas. Sábado das 10h às 20h. Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria de Castro Sebastião – Dia 11, aos 91 anos. Filha de Alfredo Rodrigues de Castro e Maria Reis de Castro. Era viúva de Mario Pinto Sebastião. Deixa as filhas, Marcia, Mara e Maraisa. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

A Família do querido e inesquecível
†
José Antonio Brant de Carvalho
(Zequito)
agradece as manifestações de carinho e convida para a missa de 7º dia que será celebrada amanhã, dia 17 de fevereiro, às 13:15 horas na Paróquia N. Sra. do Brasil, na Praça N. Sra. do Brasil, S/N Jardim América

Noelia Pereira Menezes – Aos 82 anos. Filha de João Pereira de Santa Anna e Maria de Lourdes Santana. Era casada. Deixa filhos. O enterro foi realizado no Cemitério Parque dos Girassóis.

Waldemar Avritscher – Aos 86 anos. Filho de Alberto Avritscher e Judith Avritscher. Era casado com Harue Ohara Avritscher. Deixa os filhos Ana Paula e Rony. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

Flávio José da Silva – Dia 2. Filho de Alfeu da Silva e Maria Aparecida Andrade da Silva. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Gethsêmani.

MISSA

Paulo Franco Neves – Hoje, às 12 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (1 ano).

Caso Robinho: Itália envia ao Brasil pedido de extradição do jogador

Liga dos Campeões

Messi perde pênalti e PSG bate Real com golaço de Mbappé

Atacante francês decidiu a partida no último lance no Parque dos Príncipes; Neymar voltou ao time e jogou bem

MICHEL EULER/AFP

Neymar deu o passe para Mbappé passar pela defesa do Real Madrid e dar a vitória ao PSG

PARIS

Como é bom ter mais de um craque no time! Quando um falha, o outro resolve. O Paris Saint-Germain se valeu disso ontem, na vitória por 1 a 0 sobre o Real Madrid, no Parque dos Príncipes, pelas oitavas de final da Liga dos Campeões. Messi perdeu um pênalti, mas Mbappé garantiu um triunfo com um golaço, no jogo que marcou a volta do outro craque do PSG. Após 78 dias, Neymar foi bem nos pouco mais de 20 minutos em que esteve em campo.

A decisão da vaga será no dia 9 de março no Santiago Bernabéu, em Madri. E o PSG jogará pelo empate. Mas poderia ir para a Espanha com vantagem bem mais confortável, tal a superioridade em campo ontem. Dominou toda a partida, jogou no campo do adversário, concluiu duas dezenas de vezes contra o gol do Real, mas não ampliou por causa da grande atuação do goleiro Courtois e de algumas chances incrivelmente perdidas.

Sorte do PSG que tem Mbappé. Seu gol, aos 48 minutos do segundo tempo, praticamente na última jogada da partida, foi espetacular. Ele recebeu pela esquerda um passe de calcanhar de Neymar, passou entre Militão e Lucas Vazquez com um toque sutil e tocou rasteiro, no meio das pernas de Courtois.

"É um sonho ver toda a torcida gritando o meu nome. Foi um gol muito importante, mas não tem nada decidido", disse o atacante, que preferiu não falar sobre a possibilidade de ir para o Real. "Estou concentrado no PSG e dou 100% pelo clube. Jogo em uma das melhores equipes do mundo. Depois (da temporada) veremos." Mbappé foi o melhor em campo. Fez grandes jogadas, deu muito trabalho à defesa do Real, mas parecia que não iria conseguir transpor a barreira chamada Courtois. Até o último lance.

Se Mbappé brilhou, Messi não foi mal. Criou algumas boas jogadas, se movimentou bem, mas cometeu uma falha grave, ao bater mal o pênalti sofrido pelo camisa 7 e dar chance à defesa de Courtois.

Pouco depois, o técnico Maurício Pochettino colocou Neymar no time. E o brasileiro voltou bem. Entrou aos 27 minutos da etapa final e deu dinâmica ao jogo. Sofreu falta logo em sua primeira arrancada (Messi cobrou para fora), procurou as tabelas, deu mais agressividade à equipe. E ainda ajudou na marcação. Excelente retorno para quem não jogava desde o fim de novembro por causa de entorse no tornozelo esquerdo.

Já o Real pouco se viu em campo. Benzema quase não tocou na bola, Vinicius Jr. tentou algumas jogadas, mas esteve longe do ideal. Modric pouco fez. E o time ainda perdeu Casemiro e Mendy, suspensos, para o jogo de volta.

CITY GOLEIA. O Manchester City foi a Lisboa e arrasou o Sporting: 5 a 0, com gols de Bernardo Silva (2), Mahrez, Foden e Sterling. ●

LIGA DOS CAMPEÕES

OITAVAS DE FINAL - IDA

Ontem			
	PSG	1 x 0	Real Madrid
	Sporting	0 x 5	Manchester City
Hoje			
17h	Inter de Milão	x	Liverpool
17h	RB Salzburg	x	Bayern Munique

Para Klopp, partida contra a Inter será difícil para o Liverpool

Jürgen Klopp não se ilude com o favoritismo do Liverpool e imagina muita dificuldade para sua equipe na visita à Internazionale, hoje às 17h (horário de Brasília), pela Liga dos Campeões. "Se conseguirmos dominar vai ser bom. A Inter vai defender de forma compacta, vamos jogar contra uma equipe de topo e muito forte. É uma equipe forte, eles são disciplinados e bem preparados", observa. "Eles têm grande qualidade, esta é a Liga dos Campeões. Vamos enfrentar uma equipe excepcional e teremos de jogar uma partida excepcional". Ainda hoje, o Red Bull Salzburg recebe o Bayern de Munique. ●

Campeonato Paulista

Com os reservas, Palmeiras visita a Ferroviária; Corinthians tenta sua terceira vitória seguida

Quatro dias após ser vice-campeão mundial, o Palmeiras volta a campo pelo Paulistão e hoje encara a Ferroviária, às 19h, na Fonte Luminosa, em Araraquara. O técnico Abel Ferreira deu folga aos jogadores na segunda-feira e pode mandar a campo contra a Ferroviária uma escalação com muitos reservas. Com apenas quatro jogos, o Palmeiras é o único invicto do Paulistão e ocupa a liderança do Grupo C, com dez pontos, após três vitórias e um empate. Também hoje, o Corinthians recebe o São Bernardo na Neo Química Arena e tenta sua terceira vitória consecutiva. Será o terceiro jogo seguido comandado pelo técnico interino Fernando Lázaro – a diretoria ainda não encontrou um nome para assumir a equipe. Em campo, o atacante Willian pode voltar a aparecer entre os titulares. ●

7ª RODADA DO PAULISTÃO

FERROVIÁRIA – PALMEIRAS

FERROVIÁRIA: Saulo; Bernardo, Bruno Leonardo, Didi e Breno Lopes; Thomaz, Rafael Luiz, Murilo Rangel e Gegê; Bruno Mezenga e Orejuela. **Técnico:** Elano.
PALMEIRAS: Marcelo Lomba; Mayke, Murilo, Renan e Jorge; Jailson, Atuesta e Gabriel Menino; Gabriel Veron, Navarro e Wesley. **Técnico:** Abel Ferreira.
Árbitro: Raphael Claus.
Horário: 19h.
Local: Fonte Luminosa, em Araraquara.
Na TV: Paulistão Play, Premiere.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS – SÃO BERNARDO

CORINTHIANS: Cássio; Fagner, João Victor, Gil e Lucas Piton; Du Queiroz, Paulinho, Giuliano, Renato Augusto e Willian (Mantuan); Róger Guedes. **Técnico:** Fernando Lázaro.
SÃO BERNARDO: Júnior Oliveira; Joilson, Matheus Salustiano e Ligger; Cristovam, Rodrigo Souza, Vitinho e Igor Fernandes; Silvinho, Moccelin e Davó. **Técnico:** Márcio Zanardi.
Juiz: Thiago Lourenço de Mattos.
Horário: 21h30.
Local: Neo Química Arena. **Na TV:** Paulistão Play, Premiere e Record.

O MELHOR DA TV

JOGOS DE INVERNO
● **Curling**
22h / SporTV 2

FUTEBOL
● **Torneio Internacional da França - Feminino**
Brasil x Holanda
14h / SporTV
● **Liga dos Campeões**
Salzburg x Bayern Munique
17h / Space
Internazionale x Liverpool
17h / TNT Sports
● **Campeonato Paulista**
Ferroviária x Palmeiras
19h / Pay per view
Corinthians x São Bernardo
21h30 / Record e PPV

TÊNIS
● **Rio Open**
16h15 / SporTV 3

BASQUETE
● **NBA**
Utah Jazz x L.A. Lakers
0h / ESPN 2

VALDENIO VIEIRA/PR

Bolsonaro desembarca em Moscou, onde se reúne hoje com Putin; presidente brasileiro prometeu a assessores não falar sobre Ucrânia

— Crise ucraniana reaviva disputa entre EUA e Rússia por seus interesses na região

Putin seduz países da América Latina

JACK NICAS
ANTON TROIANOVSKI
THE NEW YORK TIMES

Em meio à sua temerária política em relação à vizinha Ucrânia, nas semanas recentes, o presidente russo, Vladimir Putin, também esteve ocupado em tentar expandir sua influência a milhares de quilômetros de lá: na América Latina.

Ele conversou com Daniel Ortega, o homem forte que preside a Nicarágua, pela primeira vez desde 2014. Também telefonou para os líderes de Venezuela e Cuba. E recebeu o presidente da Argentina, Alberto Fernández, que prometeu, durante visita ao Kremlin, reduzir a dependência de seu país dos Estados Unidos.

E hoje – mesmo dia em que autoridades americanas afirmaram que ele poderia dar início à invasão russa– Putin tem reunião marcada com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Ele viajou a Moscou apesar de repetidos apelos de autoridades americanas nas semanas recentes para que ele postergasse a viagem, enquanto o Ocidente luta para pressionar Putin a respeito da Ucrânia.

GUERRA FRIA. O frenesi de diplomacia pessoal direcionado por Putin para a América Latina durante o mais arriscado período de seu mandato com frequência se baseia em laços que remontam à Guerra Fria e trazem à luz a natureza global de suas ambições: exercer influência até mesmo em regiões distantes. Ele está aumentando seu envolvimento e construindo relações com uma fatia em expansão do Hemisfério Ocidental – incluindo em países como Brasil e Argentina, tradicionalmente próximos a Washington.

O alcance intensificado irrompe à medida que Putin ameaça com "medidas técnico-militares" se não obtiver as garantias de segurança no Leste Europeu que exige dos EUA e da Otan. Autoridades do Kremlin deram pistas de que essas medidas poderiam envolver ações militares no Hemisfério Ocidental, fazendo analistas e meios de comunicação controlados pelo Estado se deixarem levar por especulações delirantes de que suas manobras poderiam incluir passos audaciosos – e não descartados por autoridades russas – como enviar mísseis nucleares para países amigos da América Latina.

Como sempre, as verdadeiras intenções de Putin são difíceis de ler. Sua projeção para a América Latina poderia ser uma finta, uma maneira de complicar a resposta do Ocidente à sua ameaça de invasão à Ucrânia. Ao mesmo tempo, líderes latino-americanos

Ucrânia arma milícias nacionalistas para resistir à ocupação

SERGEY KARPUHIN/SPUTNIK

Aproximação

Alberto Fernández disse a Putin querer que a Argentina deixe de ser tão dependente do FMI e dos EUA

possuem agendas políticas próprias e podem estar usando Putin para obter poder de negociação com os EUA, que, juntamente com a China, ainda exercem influência muito maior na região, em geral.

Mas a recente diplomacia voltada para a América Latina é um lembrete de que um objetivo mais amplo é primordial para a política externa de Putin: devolver à Rússia o status de grande potência capaz de afrontar os EUA.

"Vladimir Putin vê a América Latina como uma área ainda importante para os Estados Unidos", afirmou Vladimir Rouvinski, professor da Universidade Icesi, de Cali, na Colômbia, que estuda as relações da Rússia com a América Latina. "Então, trata-se de reciprocidade pelo que está acontecendo na Ucrânia."

O namoro de Putin com a América Latina tem se produzido há anos. Ele conseguiu tirar vantagem de laços que datam da era soviética, ressentimentos locais contra os EUA e caprichos de certos líderes. Durante a pandemia, enquanto países ricos estocavam vacinas contra covid-19, o Kremlin valeu-se de outra abertura: em pelo menos cinco países latino-americanos – Argentina, Venezuela, Nicarágua, Bolívia e Paraguai – a vacina russa, Sputnik V, foi a primeira a chegar. "Você estava lá quando o restante do mundo não estava", afirmou Fernández a Putin no Kremlin, no mês passado.

O Ministério de Relações Exteriores da Rússia, em resposta por escrito a questões da reportagem, afirmou que a América Latina "foi e continua para nós uma região de boa vontade política, oportunidade econômica, proximidade cultural e mentalidade similar".

"A Rússia nunca tomou parte da colonização da região, da exploração de povos que a habitam ou de quaisquer conflitos, guerras e outros empregos da força", afirmou o ministério.

LAÇOS ECONÔMICOS. Apesar dos esforços da Rússia, Estados Unidos e China mantêm laços econômicos muito maiores com a região. Em 2019, por exemplo, a América do Sul exportou US$ 5 bilhões (R$ 25,8 bilhões) para a Rússia, em comparação a US$ 66 bilhões (R$ 340,5 bilhões) para os EUA e US$ 119 bilhões (R$ 614 bilhões) para a China, de acordo com dados compilados pela Universidade Harvard.

A influência da China, em particular, cresceu graças a seu financiamento, de dezenas de bilhões de dólares, a projetos de infraestrutura em toda América Latina, de um metrô de superfície na Colômbia a uma estação espacial terrestre na Argentina. Essa influência econômica colocou seu poderio diplomático na região possivelmente no mesmo nível dos EUA.

A especialidade da Rússia na região tem sido dar apoio político a países que têm se isolado na arena internacional. Putin atua como esteio diplomático dos líderes autoritários de Venezuela, Cuba e Nicarágua. E, para Bolsonaro, do Brasil, que criticou acidamente a China e questionou a vitória eleitoral do presidente Joe Biden, Putin fez um convite num momento em que muitos outros países não fariam.

TRUMP. Durante a presidência de Donald Trump, EUA e Brasil foram tão próximos quanto têm sido há décadas. Mas, quando o presidente Biden chegou à Casa Branca, ele não se aproximou de Bolsonaro, que questionou publicamente a vitória de Biden na eleição de 2020 e empreendia esforços próprios para minar a próxima eleição brasileira.

Por fim, Bolsonaro começou a pedir a autoridades dos EUA um convite a Washington ou pelo menos um telefonema do novo presidente, de acordo com duas autoridades americanas de alto escalão, que insistiram no anonimato porque não estão autorizadas a falar publicamente. Bolsonaro alertou que, se não obtivesse resposta do presidente Biden, buscaria reunir-se com outra potência mundial, afirmaram as autoridades.

Putin, por sua vez, estava sinalizando aberturas mais intensas para Bolsonaro. Os dois presidentes discutiram uma possível expansão no comércio e acordos a respeito de ciência e segurança, afirmaram as autoridades americanas.

Então, em dezembro, sem conseguir nem sequer um telefonema de Biden e com as crescentes tensões no Leste Europeu, Bolsonaro aceitou o convite de Putin para visitar Moscou. A Casa Branca não ficou feliz. Funcionários de alto escalão do governo americano entraram em contato duas vezes com o governo de Bolsonaro para expressar preocupação, afirmando que o momento é ruim para viajar a Moscou, dadas as atuais negociações em relação à Ucrânia.

Quando questionada recentemente a respeito da ausência de contato entre Biden e Bolsonaro, a secretária de imprensa da Casa Branca, Jen Psaki, mencionou conversas entre o secretário de Estado, Antony Blinken, e seu homólogo brasileiro, na qual o americano enfatizou "a necessidade de uma resposta forte e unida contra uma nova agressão russa contra a Ucrânia".

CRÍTICAS. Bolsonaro disse à imprensa brasileira que o encontro na Rússia é importante para seu governo e não falaria a respeito da Ucrânia. Em comunicado, seu governo afirmou que, dada a relação entre Brasil e Rússia, a continuidade do diálogo "é mais do que apenas esperada – é necessária". Mesmo assim, Bolsonaro encarou intensas críticas por causa da viagem, incluindo de alguns aliados.

"Acho a atitude equivocada de várias maneiras", afirmou Ernesto Araújo, que atuou como ministro de Relações Exteriores até o ano passado. "Em outras circunstâncias, tudo bem. Mas com a crise que paira, não é."

> ***"Putin vê a América Latina como uma área ainda importante para os EUA. Então, se trata de reciprocidade pelo que ocorre na Ucrânia"***
> **Vladimir Rouvinski**
> **Professor da Universidade Icesi, de Cali**

> ***"Você (Putin) estava lá (com o envio de vacinas) quando o restante do mundo não estava"***
> **Alberto Fernández**
> **Presidente da Argentina**

APOIO MILITAR. O passo mais inflamatório que Putin poderia dar seria prover apoio militar e enviar armamento à região. Questionado em meados de janeiro a respeito da possibilidade de a Rússia instalar infraestrutura militar na Venezuela ou em Cuba, um vice-ministro russo de Relações Exteriores afirmou que não descartaria nenhuma opção. Dias depois, Putin telefonou para os líderes de Venezuela, Cuba e Nicarágua – conversas que, segundo o Kremlin confirmaram a "parceria estratégica" desses países com a Rússia.

O Departamento de Estado americano rejeitou a fala a respeito de possíveis ações militares russas na América Latina, qualificando-a como "fanfarronice". "Se realmente virmos qualquer movimento nessa direção, responderemos com rapidez e decisão", afirmou a repórteres o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price.

CETICISMO. Analistas na América Latina estão céticos a respeito da possibilidade de Putin enviar armamento para países latino-americanos, em parte porque fazer isso poderia esgarçar em grande medida a boa vontade que a Rússia tem trabalhado para criar em toda a região.

Ainda assim, Moscou tem sido essencial para seus aliados mais próximos na América Latina se armarem. A Rússia vendeu armamentos e tanques para Cuba e Nicarágua; e aeronaves e sistemas de defesa antimísseis para a Venezuela. E realizou exercícios militares conjuntos com a Venezuela.

Autoridades americanas acreditam que a Rússia esteja dando apoio ao Exército venezuelano, além de usar o país latino-americano para operações de inteligência e lavagem de dinheiro, segundo uma graduada autoridade americana.

Os Estados Unidos também estão preocupados com esforços russos de interferir nas eleições colombianas, em maio, possivelmente para ajudar o candidato esquerdista à frente nas pesquisas, que poderia ser um parceiro mais amigável de negociação para Putin do que o atual governo de direita. Autoridades americanas observaram anteriormente a influência russa sobre operações online que tentaram semear descontentamento na América do Sul.

BENEFÍCIOS. No entanto, no curto prazo, afirmaram analistas, o benefício mais importante para a Rússia vindo da América Latina será provavelmente o apoio diplomático. Este mês, o presidente argentino visitou Moscou e China, num giro em parte motivado pela busca de novos benfeitores.

A Argentina deve mais de US$ 40 bilhões para o FMI e foi excluída de mercados internacionais de capital. Anteriormente à sua visita, Fernández concedeu entrevista exclusiva ao serviço em língua espanhola da emissora RT, a rede de televisão financiada pelo Kremlin, que atualmente alcança 20 milhões de telespectadores semanalmente na América Latina.

"Estou determinado a fazer com que a Argentina deixe de ser tão dependente do FMI e dos EUA", disse Fernández a Putin. "É nesse sentido que a Rússia me parece um lugar muito importante." ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Na chegada a Moscou, Bolsonaro faz turismo no Kremlin

EDUARDO GAYER
ENVIADO ESPECIAL A MOSCOU

Em seu primeiro dia na Rússia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) visitou ontem o Kremlin, sede do governo russo. Bolsonaro estava acompanhado pelos ministros Augusto Heleno (GSI) e Luiz Eduardo Ramos (secretaria-geral da Presidência) e pelo filho Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), vereador do Rio de Janeiro.

A visita foi apenas protocolar. Bolsonaro retornará ao Kremlin hoje para uma reunião com o presidente russo, Vladimir Putin. Antes da visita, o presidente brasileiro terá de fazer um teste de covid para entrar na sede de governo. Pelo protocolo sanitário do governo russo, os testes são diários.

Ao final de seu primeiro dia em Moscou, Bolsonaro usou o Twitter para celebrar a relação com a Rússia e disse que o Brasil tem "vocação de amizade" com todas as nações do mundo.

> **Teste de covid**
> **O presidente brasileiro terá de fazer teste de covid para entrar no Kremlin e se reunir com Putin**

Mais cedo, o presidente brasileiro foi recebido no aeroporto de Moscou por Serguei Ryabkov, vice-chanceler russo. Putin e seu ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, estavam ocupados com a crise na Ucrânia. O líder russo se reuniu ontem no Kremlin com o chanceler alemão, Olaf Scholz.

RETIRADA. O presidente russo anunciou ontem a retirada de parte das tropas da Rússia que estão mobilizadas da fronteira com a Ucrânia – informação que foi recebida com cautela pelos líderes de países da Otan. Mesmo assim, no Brasil, aliados de Bolsonaro tentaram se aproveitar do anúncio para vincular falsamente a decisão de Putin à visita do presidente brasileiro. O anúncio russo foi feito antes de Bolsonaro pousar em Moscou. ●

CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

Empreendedorismo

'Dark kitchen' vai do morro para o mundo

De Vitória, restaurante só para entrega chega a mais de 300 franquias e já conta com unidades em Portugal e México

GABRIEL LORDELLO/ESTADÃO-16/12/2021

'Ninguém acreditava em cozinha só para entrega', diz Rafael Matos, ao lembrar do lançamento, que definiu como 'desastre'

O empresário Rafael Matos ostenta hoje uma coleção de 50 pares de tênis, mas quando era mais novo e não queria chegar a algum lugar especial com o seu surrado calçado pedia um emprestado ao primo. O capixaba do Morro do Cruzamento, uma comunidade de Vitória, sempre sonhou em fazer algo que extrapolasse as fronteiras de sua cidade. A *dark kitchen* (restaurante que conta apenas com cozinha e faz vendas pelo delivery) que criou com amigos – todos com alguma relação com sua infância no morro – foi além, atravessou mares e chegou à Europa e ao México.

Tirando ele e o primo, Victor Matos, a família de oito pessoas que dividia um barraco era composta por mulheres: mãe, tia e avó e primas. "Não tivemos figura de pai presente", recorda. Rafael diz que não passou necessidade, mas que a proteína mais recorrente na casa era a salsicha, por seu baixo custo. "Nasci no barraco, sou da chamada favela, venho desse lugar. Nunca me faltou nada, mas também nunca sobrou", diz.

Formado em pedagogia, Rafael já trabalhou vendendo bonés, em escola particular e na empresa de marketing digital de Victor, mas ambos resolveram entrar no ramo de restaurantes por ser um dos que menos se abalam em momentos de crise. Plataformas de entrega eram pouco conhecidas, e de início eles optaram por um formato mais próximo do tradicional, com salão 100 metros para receber clientes. Mesmo assim, usaram as redes sociais. "Hoje não estar em plataforma é inaceitável, mas naquela época era novidade", compara.

Depois de um ano e meio, tiveram a ideia de abrir uma franqueadora. "Mas do quê?", perguntavam-se. Botaram no papel todos os custos com o restaurante, que tinha 15 empregados, gastos com ar-condicionado e aluguel em região valorizada. Constataram que 70% do faturamento vinha do delivery, com custos expressivamente mais baixos. "Hoje delivery é o que manda, e tivemos esse insight em 2016."

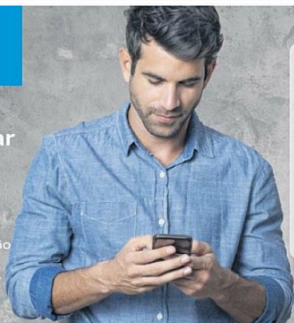
COMIDA DE VÓ. Inauguraram a primeira loja em 2017, especializada em frango empanado. Rafael garante que não se parece em nada com marcas estrangeiras e que a receita tem "gostinho de comida de vó", contando até com purê de mandioca (também chamada de aipim).

Rafael e quatro sócios, incluindo Victor, desenvolveram tudo: da receita, ao modelo da franquia, com escolha de metodologia própria, pensando num negócio de fácil replicação, maquinário padrão e contando com manuais para o franqueado, circular de oferta e partes jurídica e contábil. "No primeiro mês, tivemos R$ 50 mil de faturamento, que era o que dava o antigo restaurante", conta.

Foi difícil vender a primeira unidade. Um interessado de Juiz de Fora (MG) chegou a visitá-los, mas desistiu do negócio. Rafael explica que, além de o bairro para a loja ser de baixa renda e não tão bonito como a orla de Vitória, estava em obras. Além disso, a marca era pouco conhecida, e cinco jovens encabeçavam o empreendimento. Nada inspirava credibilidade. "O lançamento foi um desastre. Ninguém acreditava em ter cozinha só para entrega. Ninguém queria, pois se sentia meio cobaia."

Aposentado e vendo de perto o esforço dos empreendedores, foi o pai de outro sócio, Felipe, o primeiro a se aventurar a comprar uma unidade da Number One Chicken (N1 Chicken), em Vila Velha. Depois, um amigo da mãe do Tiago, outro sócio. "Tudo no Espírito Santo, mas a gente queria mais", diz.

Do Rio Grande do Sul surgiu o primeiro franqueado comercial. No fim de 2018, a rede tinha 30 franquias comercializadas e nove em operação. No ano seguinte, o salto foi para 104 negociadas. Em 2020, a franquia passou a oferecer mais marcas na mesma cozinha: a Gringo Wing's Planet (asinha de frango e hambúrguer) e a de cachorro quente "Julius Doggs". No ano passado, nasceram ainda "O que comer, Fernando?", de pratos prontos, assim como "Arroz Feijão", e a Uma Yá, especializada em lámen (macarrão japonês).

EXPANSÃO INTERNACIONAL. Atualmente com 336 franquias (135 em implantação), o grupo ATW Delivery Brands se vende como a maior rede de dark kitchens – restaurantes que contam apenas com cozinha, não têm salão para consumo no local e fazem suas vendas por delivery – do mundo. Cinco estão em Portugal (uma funcionando e quatro em andamento), e uma será implantada no México. "Expandir o ATW para o exterior sempre foi uma ideia, mas não imaginávamos que isso aconteceria tão rápido." ●

Indicadores Mercado financeiro

Em alta, ativos do Brasil surpreendem

Desde janeiro, Ibovespa, principal índice da B3, avançou 9,5%, e o dólar caiu 7,45%; crises em países ricos e alta de commodities e juros explicam resultados, dizem analistas

LUCIANA DYNIEWICZ

Apesar de um cenário adverso no mercado internacional e da proximidade das eleições, os ativos brasileiros entraram numa trajetória de alta no início deste ano. Desde janeiro, o Ibovespa, principal índice da B3, avançou 9,5%, enquanto o dólar caiu 7,45% – passando de R$ 5,58 para R$ 5,18. Só ontem, a Bolsa subiu 0,82%, para 114,8 mil pontos, e a moeda americana recuou 0,72%.

O desempenho brasileiro destoa do de países ricos. Nos EUA, por exemplo, a Bolsa de Nova York acumula queda de 2,84%, e a Nasdaq, de 10,85%. Na Europa, Frankfurt recuou 2,84% desde o início de 2022. Mercados latino-americanos seguem a tendência brasileira. As Bolsas da Argentina e do Chile já avançaram 5,4% e 8%, respectivamente.

Esse cenário não é o esperado quando há a expectativa de um aperto monetário pelo Federal Reserve (o Banco Central dos EUA). Nesses casos, o fluxo de capital é em direção ao mercado americano, que passa a pagar mais por empréstimos e é tido como mais seguro.

Para o economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, o que explica o panorama é o fato de as Bolsas americanas estarem caras, as europeias com risco elevado em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia e a chinesa ainda sofrendo com a crise do setor imobiliário. "Aí aparece a América Latina, ainda mais em um ambiente de commodities mais altas."

O diretor de investimentos da XP Private, Artur Wichmann, afirma que o otimismo não é com os ativos brasileiros, mas com as companhias que trabalham com commodities. "Antes de dizer que o Brasil está se destacando, tem de separar o que é mérito nosso. O mundo ligado ao ciclo de commodities e à alta de juros é que vai muito bem."●

EMPRESAS DO BRASIL FICARAM 'BARATAS', AFIRMAM ESPECIALISTAS. PÁG. B2

Por que o 'teto da dívida' não é uma boa alternativa

ARTIGO

Antonio Corrêa de Lacerda
Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), professor-doutor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, é autor de 'O Mito da Austeridade' (Contracorrente)
E-mail: contato@aclacerda.com

Diante da crescente percepção da total inviabilidade da Emenda Constitucional 95 (EC), o teto de gastos como parâmetro de regra fiscal, surge a necessidade da definição de novos paradigmas. Como apontei em artigo anterior, no Brasil, na prática, o teto de gastos transformou-se em "teto de investimentos". Uma das propostas na mesa é a sua substituição por teto de endividamento, tendo como exemplo os EUA. Por que, no Brasil, essa não é uma boa ideia?

O estoque da dívida pública dos países equivale aos déficits acumulados ao longo dos anos. No conceito nominal, esses déficits incluem as despesas com o pagamento de juros sobre essa mesma dívida. As dívidas são recorrentes na maioria dos países.

Até mesmo países considerados ricos, ou desenvolvidos, detêm dívidas públicas elevadas. É o caso, por exemplo, da França, com 116% do PIB; do Canadá, com 118%; da Itália, com 156%; ou o mais expressivo, o caso do Japão, cuja dívida atinge 266% do seu produto.

Nos últimos dois anos, a dívida global dos países aumentou muito em razão dos gastos e do efeito da pandemia de covid-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou que, pela primeira vez, a dívida pública global cresceu, voltando a atingir níveis só observados nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial.

Fixar um teto para este indicador vai mais atrapalhar do que ajudar nosso desenvolvimento

A dívida pública federal brasileira atingiu R$ 5,6 trilhões em 2021, representando 80,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso não é uma peculiaridade brasileira. Mas o que de fato chama a atenção no nosso caso são as distorções, como a "duração" dos títulos (prazo de vencimento muito curto) e o elevado custo de financiamento. As despesas totais com pagamento de juros sobre a dívida pública aumentaram de R$ 312,4 bilhões, em 2020, para R$ 448,3 bilhões, em 2021, o equivalente a cerca de dez vezes o orçamento para investimentos públicos.

As despesas com o pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira são muito superiores às médias internacionais – mesmo aqueles países que têm dívidas públicas elevadas. No acumulado dos cinco anos entre 2017 e 2021, o montante de pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira chegou a quase R$ 2 trilhões. Trata-se de uma permanente transferência de renda de toda a sociedade para os credores da dívida e o sistema financeiro, que detêm grande parte dela e fazem a sua intermediação.

O fato de nossa dívida pública ser fortemente indexada – ou seja, atrelada às variações das taxas de juros (Selic e prefixadas), da inflação e da taxa de câmbio – a deixa com forte tendência de elevação inercial. Ela cresce, independentemente da ocorrência de déficits. Da mesma forma, a relação dívida/PIB tende a se elevar, quando a atividade econômica não cresce, como tudo indica que vai ocorrer em 2022. Portanto, fixar um teto para este indicador vai mais atrapalhar do que ajudar nosso desenvolvimento.●

Indicadores Mercado financeiro

Empresas do Brasil ficaram 'baratas' para estrangeiros, dizem especialistas

O real e os ativos locais estão depreciados, mas analistas ponderam que a procura pode mudar rapidamente

LUCIANA DYNIEWICZ

O investidor estrangeiro ingressou com R$ 45,6 bilhões na B3 neste início de ano e sustentou a alta da Bolsa. No mesmo período, investidores institucionais e individuais retiraram R$ 40,2 bilhões e R$ 8,7 bilhões, respectivamente. Já as empresas e as instituições financeiras injetaram R$ 1,9 bilhão e R$ 1,6 bilhão. Um dos principais atrativos das empresas brasileiras para os estrangeiros é que, assim como o real, elas estão baratas.

Na análise de Carlos Carvalho Junior, sócio-fundador da Kínitro Capital, na última década elas perderam valor com a crise sem fim em que o País mergulhou. "O Brasil está com uma performance ruim há mais de uma década. A cotação do real também está fora do lugar. Estimamos que o câmbio esteja uns 15% fora (*mais barato do que deveria*). Os ativos aqui estavam muito depreciados e ficou barato para o investidor estrangeiro."

Papéis brasileiros

● **B3 em alta**
A Bolsa brasileira é favorecida pelo momento ruim dos mercados internacionais. As Bolsas americanas estão caras, as europeias estão em risco por causa do conflito entre Rússia e Ucrânia, e a chinesa ainda sofre com a crise do setor imobiliário

● **Commodities**
Outro fator que torna a Bolsa brasileira atraente é que as grandes companhias que trabalham com commodities negociam ações ali

Também tem favorecido a atração do capital estrangeiro a decisão de o Banco Central (BC) começar a elevar a taxa básica de juros em março de 2021 – cerca de um ano antes do que se espera para os EUA. A taxa elevada por aqui tem atraído o capital de curto prazo, diz o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria.

Por fim, além de grandes empresas da B3 trabalharem com commodities, cujas cotações estão em alta, o momento é de pessimismo com companhias de tecnologia. Isso porque esse setor trabalha com prazos longos e projetos de maior risco. Assim, os investidores costumam dar aval para essas empresas quando não há perspectiva de elevação na taxa de juros, isto é, quando sabem que o dinheiro não vai ficar mais caro – o que não é o caso agora. O momento hoje é de apostar em segmentos mais tradicionais, como os brasileiros, explica Carvalho Junior.

FUTURO. A aposta dos estrangeiros neste começo de ano não significa que eles não estão preocupados com a incerteza das eleições, na análise do economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro. Para ele, os investimentos aqui têm sido mais uma decisão tática diante de um cenário global complexo. "É uma janela de oportunidade." Loureiro diz ainda que a calmaria no mercado doméstico deve ir até maio, quando as discussões sobre a agenda econômica do próximo governo entrarão em pauta.

Já Carvalho Junior afirma não enxergar investidores de longo prazo entrando no País, o que significa que a tendência pode mudar rapidamente. Campos Neto também vê esse interesse no Brasil como uma busca por oportunidade. Ele acrescenta que a tendência é que o investidor retire seus investimentos do País assim que os EUA elevarem os juros.

Na visão de Artur Wichmann, da XP Private, no entanto, essa saída de recursos não é certa. "Se fosse uma questão apenas de juros, o dinheiro já não deveria estar entrando agora. O mercado está dizendo que tem um ciclo, minério e petróleo estão subindo. Esse ciclo favorece mercados como o brasileiro."●

Monitor da FGV vê alta de 4,7% do PIB em 2021

VINICIUS NEDER
RIO

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 4,7% em 2021, segundo o Monitor do PIB, indicador calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Por esse indicador, a agropecuária cresceu 0,6%, a indústria avançou 4,4% e os serviços cresceram 4,7%. Pela ótica da demanda, o destaque foi o salto de 16,7% na formação bruta de capital fixo (FBCF, a medida dos investimentos no PIB), enquanto o consumo das famílias avançou 3,4%.

O Monitor do PIB procura antecipar a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das contas nacionais.

Conforme o indicador da FGV, o crescimento econômico de 4,7% foi garantido com um avanço de 0,7% no PIB do quarto trimestre ante o terceiro trimestre. Na comparação com o quarto trimestre de 2020, houve alta de 1,9%. Isoladamente em dezembro de 2021, o Monitor viu crescimento de 0,8% sobre novembro.●

Congresso Preço dos combustíveis

Projetos no Senado 'blindam' arrecadação de Estados

Casa coloca em votação projetos que preveem mudança no modelo de cobrança do ICMS sobre combustíveis

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O Senado deve votar hoje um pacote de projetos que propõem a redução de preços dos combustíveis no País, com medidas para evitar perda de arrecadação nos Estados e ampliar a concessão de subsídios pelo governo federal. A Casa não incluiu a proposta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro para reduzir os impostos cobrados sobre o diesel.

Um dos projetos pautados altera a cobrança do ICMS, tributo arrecadado pelos Estados. O relatório do senador Jean Paul Prates (PT-RN) garante autonomia para cada governador definir a alíquota do tributo, blindando os Estados de perda de arrecadação. O parecer propõe ainda a ampliação do vale-gás para 11 milhões de famílias em 2022, o que dobrará o gasto com o programa, atualmente de R$ 1,9 bilhão.

O relatório do senador rejeitou um dispositivo aprovado pela Câmara que estabelecia um limite para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. O texto do Senado estabelece que as alíquotas serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser cobradas sobre o litro de combustível ou sobre o preço final do produto.

Além disso, o relatório introduz a cobrança monofásica do ICMS sobre a gasolina, o diesel e o biodiesel. Com isso, a incidência do imposto deverá ocorrer em apenas uma fase de comercialização, como nas refinarias, e não em toda a cadeia de produção. A implantação desse modelo dependerá de regulamentação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado por secretários estaduais.

> ***"Se o governo quiser (reduzir impostos federais), tudo bem, que o faça diretamente ou apresente uma emenda, e vamos avaliar."***
> **Jean Paul Prates (PT-RN)**
> Senador

CORTE DE IMPOSTO. O relator se recusou a incluir uma proposta de redução dos impostos federais, deixando essa definição para o governo. Mais alinhado aos governadores, o Senado age para evitar perdas de arrecadação do ICMS, enquanto Bolsonaro pressiona os Estados a mexerem na alíquota. O preço dos combustíveis representou o segundo produto que mais pesou na alta da inflação em 2021, atrás apenas da energia elétrica, e passou a pressionar os pré-candidatos em ano eleitoral.

"O problema é 'resolvível' com os projetos como eles estão no Senado, com a conta de compensação de preços e com a cobrança monofásica ad rem do ICMS", disse Jean Paul. "Se o governo quiser (*reduzir impostos federais*), tudo bem, que o faça diretamente, eventualmente enfrente a constitucionalidade do assunto ou apresente uma emenda, e vamos avaliar."

Em meio ao debate sobre a criação de subsídios em ano eleitoral, o relator incluiu no pacote a ampliação do programa Gás dos Brasileiros, que hoje serve a 5,47 milhões de famílias, para contemplar no mínimo 11 milhões de famílias em 2022. A medida dobrará o gasto com o benefício no orçamento, atualmente de R$ 1,9 bilhão. Para bancar esse custo, o parecer indica como fonte os valores arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu, mas apenas o montante destinado à União, estimado em R$ 3,5 bilhões, blindando a receita dos Estados e municípios. ●

Pacheco vê textos 'maduros' para votação hoje em plenário

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que os projetos relacionados ao preço dos combustíveis estão "maduros" para serem votados hoje no plenário da Casa.

O Senado pautou um pacote que inclui uma conta de estabilização dos preços e a mudança do modelo de cobrança do ICMS sobre os combustíveis, mas com liberdade para cada governador definir a alíquota, além da ampliação do vale-gás a famílias carentes.

O governo pretende consultar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a legalidade da redução de impostos sobre o combustível em ano eleitoral. O assunto foi discutido, na segunda-feira, em reunião entre o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a cúpula da Justiça Eleitoral e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do próprio Senado. Pacheco afirmou, porém, que o Senado não vai esperar a consulta para encaminhar a votação do pacote. ● D.W.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E DE CONVENIÊNCIA – ABIEPS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL

Ficam convocados todos os associados desta Associação a se reunirem em Assembleia Geral a se realizar no dia **08/03/2022** com primeira convocação às 13:30 horas, com a maioria absoluta dos associados, quites e no gozo de seus direitos e a segunda convocação às 14:00 horas, com qualquer número de associados, a Assembleia Geral será realizada de forma virtual através do aplicativo de reuniões ZOOM, a fim de deliberar sobre: **Pauta:** 1. Apreciar Relatório da Administração e Prestação de Contas referente ao ano de 2021; 2. Planos e metas para 2022. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E DE CONVENIÊNCIA – ABIEPS.** Mauricio Prado Alves - Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE

AVISO DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Câmara Municipal da Estância Balneária de Peruíbe o PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2022– PROCESSO Nº 14/2022 - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada na área de tecnologia da informação para a realização de implementação de solução (softwares) contendo, serviços técnicos continuados de tratamento da informação e dados, com desenvolvimento e implantação da tabela de temporadodade documental conforme quantidades estimadas e especificações técnicas, descritas no anexo I – termo de referência, por um período de 12 (doze) meses. ENCERRAMENTO (entrega dos envelopes e credenciamento): das 09h00 às 09h30m do dia 04/03/2022 - SESSÃO DE ABERTURA: dia 04/03/2022, às 10h00. O Edital Completo e Anexos será disponibilizado para consulta ou para aquisição gratuita, mediante apresentação de mídia gravável (CD-r, pendrive, etc.), no setor administrativo da Câmara Municipal, localizado à Rua Nilo Soares Ferreira nº 37, Centro, Peruíbe/SP, ou por solicitação à comissão de licitações através do email: licitacao@camaraperuibe.sp.gov.br. Câmara Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, em 14 de fevereiro de 2022. RafaelVitor de Souza – Presidente. Tadeu D'Amore – Pregoeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE A.G.E.

O **Sindicato do Comércio Varejista de Itapeva,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF. nº 58.979.667/0001-68 de direito privado, com sede na Rua Dr. Epitácio Piedade, 151 - Vila Ophélia - Itapeva, Estado de São Paulo, representado pelo seu Presidente **Sr. ROBERTO CARLOS SOARES DE BARROS**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG. 28.178.195-3 e CPF 144.167.638-40, residente e domiciliado no mesmo endreço supracitado, dando cumprimento ao Artigo 1º do parágrafo 1º, alinea XVIII, e dos Artigos 8º, 9º, artigo 15 e artigo 29, parágrafo segundo, inciso VII, do estatuto da entidade, convoca os associados habilitados da categoria econômica da entidade, para comparecer a sede da entidade no dia 10 de março de 2022 as 15hs, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, para tratar a seguinte pauta: 1) Autorizar a venda do imóvel do Sindicato do Comércio Varejista de Itapeva localizado a Rua Dr. Pinheiro, nº 356, apto nº 111, localizado no 11º andar, Centro de Itapeva SP, nos termos da proposta apresentada. OBS: Caso não haja quórum em 1ª Convocação, será realizada nova Assembleia em 2ª Convocação para o dia 21 de março de 2022 às 15:00 horas, na conformidade do artigo 29, inciso VII, parágrafo 4º, do estatuto).

Itapeva, 16 de fevereiro de 2022. **Roberto Carlos Soares de Barros** - Presidente

EDITAL DE LICITAÇÃO

NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022

Encontra-se aberta na UGE 180147 – Delegacia Seccional de Polícia de Fernandópolis, situada na Avenida Francisco Costa, 433 – Centro – Fernandópolis – CEP. 15600-031.

Processo: DGP 5989/2019.

Objeto: Execução de obra de reforma e ampliação do prédio que abriga a Delegacia de Polícia de Guarani d'Oeste, conforme Edital e seus Anexos.

Abertura: 07 de março de 2022 as 09 h 30 min. no prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Fernandópolis, na situada na Avenida Francisco Costa, 433 – Centro – Fernandópolis – CEP. 15600-031, no setor de Finanças.

As empresas interessadas em participar do certame poderão retirar o Edital pelo site: www.e-negociospublicos.com.br ou no ato da Vistoria, munidos de Pen Drive ou CD para gravação do Edital e seus Anexos, de forma completa, que poderá ser feita a partir de 17 de fevereiro de 2022, de segunda a sexta-feira no horário de expediente. Demais esclarecimentos e agendamento no endereço eletrônico: financas.fernandopolis@policiacivil.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3442.5277 – ramais 214 e 215 211.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 15/2022

Objeto: Aquisição de açucar e café Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 04/03/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 04/03/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 04/03/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 15 de fevereiro de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06

CANCELAMENTO DA ADJUDICAÇÃO
COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1729/21 - RC 6480/2021.

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** às empresas abaixo ao fornecimento de **"MATERIAIS MÉDICOS"**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**, foi adjudicada erroneamente.

Lote	Item	Descrição	EMPRESA	CNPJ
1	1	GRAMPEADOR ENDOSCOPICO ARTICULADO, 34CM X 60MM **(MANUAL)**	Johnson & Johnson Medical Brasil	54.516.661/0080-05
	2	CARGA PARA GRAMPEADOR ENDOSCOPICO, 60MM TECIDO NORMAL PONTA RETA	Johnson & Johnson Medical Brasil	54.516.661/0080-05
	3	CARGA PARA GRAMPEADOR ENDOSCOPICO, 60MM TECIDO VASCULAR/FINO, PONTA RETA	Johnson & Johnson Medical Brasil	54.516.661/0080-05
	4	CARGA PARA GRAMPEADOR ENDOSCOPICO, 60MM TECIDO ESPESSO, PONTA RETA	Johnson & Johnson Medical Brasil	54.516.661/0080-05

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 16/2022

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS Data e hora limite para credenciamento no sítio da Caixa até: 07/03/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 07/03/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 07/03/2022 às 13h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 15 de fevereiro de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2022

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 14 de fevereiro de 2022, às 16h00, de modo exclusivamente digital via plataforma *Microsoft Teams*, nos termos do subitem 6.4.1 do Estatuto Social, razão pela qual a reunião será considerada como realizada na sede social da **ITAÚSA S.A.**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **PRESIDENTE:** Henri Penchas. **QUÓRUM:** a totalidade dos membros efetivos, com manifestação de Conselheiros por e-mail. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: **1.** pagar, em **11.03.2022**, os **juros sobre o capital próprio** declarados por este Conselho em reunião de 08.11.2021, no valor de **R$ 0,15472 por ação** (líquido de R$ 0,131512 por ação), com base na posição acionária final do dia 23.11.2021; e **2.** pagar, também em **11.03.2022**, os **juros sobre o capital próprio** declarados por este Conselho em reunião de 13.12.2021, no valor de **R$ 0,13334 por ação** (líquido de R$ 0,113339 por ação), com base na posição acionária final do dia 14.01.2022; ademais, retificadas as reservas que serão utilizadas para o pagamento desse provento, conforme segue: R$ 379.377.265,94 por conta da provisão para o dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2021 e o restante a débito das seguintes reservas de lucros: Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas (R$ 88.233.390,77 da subconta lucros de 2015 e R$ 53.949.345,96 de 2016), Reserva para Reforço do Capital de Giro (R$ 91.159.583,86 subconta lucros de 2016) e Reserva para Equalização de Dividendos (R$ 394.924.039,83 subconta lucros de 2015 e R$ 168.809.283,61 de 2016). **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário, que foi lida e aprovada pelos Conselheiros com manifestação por e-mail. São Paulo (SP), 14 de fevereiro de 2022. (aa) Henri Penchas - Presidente; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e Roberto Egydio Setubal - Vice-Presidentes; Alfredo Egydio Setubal, Edson Carlos De Marchi, Fernando Marques Oliveira, Patrícia de Moraes, Rodolfo Villela Marino e Vicente Furletti Assis - Conselheiros. Certifico ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 14 de fevereiro de 2022. (a) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente.

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

O teimosinho dos preços

A persistência de alta nos preços de bens industriais, em particular de automóveis e artigos de residência, vem surpreendendo os analistas de mercado e tem sido um dos principais motivos para que os recentes resultados da inflação tenham ficado acima do esperado.

Depois de o IPCA encerrar 2021 em dois dígitos (10,06%), o processo de desinflação deve ser mais lento do que o Banco Central gostaria, em grande parte por culpa da teimosia dos preços de bens industriais em desacelerar.

Na última pesquisa Focus, o mercado projeta uma inflação de 5,50% neste ano, superando o teto da meta para 2022, de 5,0%. Será o segundo ano em que o índice de preços ao consumidor deve estourar o teto estabelecido pelo governo.

Em janeiro, o IPCA subiu 0,54% ante dezembro, acumulando alta anual de 10,38%. Mas os preços de bens industriais, que têm um peso de 23,3% no IPCA, subiram 1,22%, acumulando em 12 meses alta de 12,7%, a maior taxa anual em quase 20 anos.

Chega a ser chocante ao se levar em conta que a inflação média de bens industriais foi de 1,3%, entre 2017 e 2019, para 3,2% em 2020. Mesmo num horizonte de tempo maior, entre 2011 e 2020, a alta média anual desses preços ficou em 3,3%.

O economista para Brasil do banco Barclays, Roberto Secemski, explica que uma parte do processo dessa alta foi originalmente desencadeada pela disparada nos preços de commodities aliada à forte depreciação do real.

> ***Preocupam preços que deveriam estar desacelerando em meio à recuperação do setor de serviços***

À medida que gargalos na cadeia mundial de produção se agravaram com a pandemia, resultando em escassez de insumos, esse efeito de matérias-primas mais caras e câmbio fraco foi intensificado, diz Secemski.

"A esta altura, o que surpreende, após 17 meses consecutivos de aceleração na inflação anual de bens industriais no IPCA, é a falta de sinais claros de exaustão desse processo", diz. "É possível que produtores ainda tentem descomprimir suas margens de lucro, repassando o quanto puderem dessa pressão de custos para o consumidor final, a depender de quão aquecido esteja o mercado."

Não à toa, o preço das geladeiras subiu 3,83% apenas em janeiro. O de fogões, 2,83%. Em 12 meses até janeiro, o preço de automóveis novos acumula alta de 17,2%, seguido por mobiliário (16,8%), eletrodomésticos (15,1%) e vestuário (11,6%).

O que preocupa é que esses preços já deveriam estar desacelerando para acomodar pressão crescente nos serviços, em meio à recuperação desse setor com a reabertura da economia. Resta à política monetária, portanto, tentar frear os efeitos secundários desse choque. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Sistema financeiro 'Dinheiro esquecido'

Plataforma do BC já registra 66 milhões de consultas

O Banco Central divulgou um novo balanço das consultas realizadas ao Sistema de Valores a Receber (SVR). Até as 18h de ontem, a plataforma registrou 66,003 milhões de buscas por CPFs e CNPJs, sendo 64,739 milhões de pessoas físicas e 1,263 milhão de pessoas jurídicas.

De acordo com o BC, 12,201 milhões de cidadãos encontraram saldos em contas antigas, enquanto pouco mais de 88,612 mil empresas verificaram a existência de valores a serem recuperados.

Os valores a devolver serão conhecidos apenas no momento do resgate, que foi escalonado em três grupos para evitar uma corrida bancária. A estimativa do Banco Central é de que haja um total de R$ 8 bilhões a serem recuperados, dos quais R$ 3,9 bilhões devem ser liberados nesta etapa – para mais de 28 milhões de cidadãos e empresas. ● E.R.

Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.585.865/0001-51 - NIRE 35.300.035.844

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 08/02/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10h do dia 08/02/2022, por meio de videoconferência nos termos do estatuto social da Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo/SP, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Vila Butantã, CEP 05.339-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Antonio Carlos Pipponzi e secretariados pela Sra. Cristiana Almeida Pipponzi. **4. Ordem do Dia:** Aprovar e deliberar sobre: **(1)** a realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$250.000.000,00 ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 59, § 1º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), objeto de colocação privada, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 6ª Emissão da Raia Drogasil S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a True Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.130.744/0001-00, na qualidade de titular das Debêntures ("Securitizadora" ou "Debenturista"), e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI (conforme definidos abaixo) ("Agente Fiduciário dos CRI" e "Escritura de Emissão", respectivamente), sendo que as Debêntures serão adquiridas pela Securitizadora como lastro para a oferta pública com esforços restritos de distribuição de certificados de recebíveis imobiliários da 495ª série da 1ª emissão da Securitizadora, no valor de R$250.000.000,00 na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("CRI"), nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476/2009, conforme alterada, da Instrução da CVM nº 414/2004, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") e do artigo 8º, item "(n)" do seu Estatuto Social, assim como suas principais características e condições; **(2)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos CRI e à realização da Oferta, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos: **(2.i)** a Escritura de Emissão, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(2.ii)** o Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora e o Agente Fiduciário dos CRI para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de Assembleia Geral de titulares dos CRI e/ou de qualquer aprovação societária adicional pela Companhia e/ou pela Securitizadora; **(2.iii)** o "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 495ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora e determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem contratadas para a realização da Oferta ("Coordenadores" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; e **(2.iv)** o "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, Sem Garantia Real Imobiliária, Sob a Forma Escritural*", a ser celebrado entre a Securitizadora, na qualidade de emitente, e o Agente Fiduciário dos CRI, na qualidade de instituição custodiante, sob a interveniência anuência da Companhia ("Escritura de Emissão de CCI"), bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(3)** autorização expressa para que a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos, negociem as condições finais, tomem todas e quaisquer providências e adotem todas as medidas necessárias à: **(3.i)** formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata para a emissão das Debêntures, dos CRI e realização da Emissão, da emissão dos CRI e da Oferta, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão, à emissão dos CRI e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** a Escritura de Emissão, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(ii)** o Aditamento à Escritura de Emissão; **(iii)** o Contrato de Distribuição, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; e **(iv)** a Escritura de Emissão de CCI, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(3.ii)** formalização e efetivação da contratação dos Coordenadores, na qualidade de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, da emissão dos CRI e da Oferta, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a, a Securitizadora, o agente de liquidação das Debêntures, o banco liquidantes dos CRI, o escriturador das Debêntures, o escriturador dos CRI, o Agente Fiduciário dos CRI, a instituição custodiante, o auditor independente, a Agência de Classificação de Risco (conforme definida abaixo), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários, conforme aplicável; **(3.iii)** obtenção dos registros inerentes à Emissão, à emissão dos CRI a Oferta e às Debêntures, conforme aplicável, junto à órgãos governamentais, entidades públicas ou privadas; e **(3.iv)** autorização para a publicação desta ata na forma prevista no artigo 130, § 2º, da Lei das S.A.; e **(4)** ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia com relação às matérias acima. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, os membros do Conselho de Administração: **(1)** aprovaram, nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das S.A., a Emissão e a realização da Oferta, com as seguintes características e condições: **(a) Vinculação à emissão dos CRI:** as Debêntures serão emitidas para vinculação à operação de distribuição pública com esforços restritos dos CRI, servindo de lastro para a emissão de cédula de crédito imobiliário pela Securitizadora para representação do crédito imobiliário representado pelas Debêntures ("CCI"); **(b) Número da Emissão:** a presente Emissão constitui a 6ª emissão de debêntures da Companhia; **(c) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 250.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definida abaixo); **(d) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 250.000 Debêntures; **(e) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(f) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(g) Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª Data de Integralização (conforme definida abaixo); **(h) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(i) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia, em sua integralidade, até a data de vencimento original dos CRI, diretamente, para (i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e/ou empreendimentos imobiliários ("Destinação Futura"), conforme serão descritos na Escritura de Emissão de Debêntures ("Empreendimentos Destinação"); e/ou (ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, incorridos pela Companhia, anteriormente à emissão das Debêntures, observado o limite de 24 meses que antecederem o encerramento da Oferta dos CRI, em data específica a ser definida na Escritura de Emissão ("Reembolso"), diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos imóveis a serem descritos na Escritura de Emissão de Debêntures ("Empreendimentos Reembolso" e, quando em conjunto com os Empreendimentos Destinação, os "Empreendimentos Lastro"), observada a forma de destinação dos recursos a ser descrita na Escritura de Emissão de Debêntures, e o cronograma tentativo da destinação dos recursos dos CRI nos Empreendimento Destinação, a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures; **(j) Colocação, Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão colocadas de forma privada e serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo escriturador das Debêntures; **(k) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(l) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das S.A., sem garantia e sem preferência; **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas por meio da assinatura, pelo Debenturista, do boletim de subscrição das Debêntures, conforme modelo que constará da Escritura de Emissão. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de integralização dos CRI ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário na 1ª Data de Integralização (conforme abaixo definida). Caso ocorra integralização das Debêntures após a 1ª Data de Integralização (conforme definida abaixo), o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"). Para fins desta reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia ("RCA Devedora") e da Escritura de Emissão, considera-se "1ª Data de Integralização" a data em que ocorrerá a primeira integralização das Debêntures, que necessariamente corresponderá à 1ª Data de integralização dos CRI. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, se for o caso, no ato de subscrição e integralização das Debêntures, o qual será aplicado à totalidade das Debêntures que sejam subscritas e integralizadas em uma mesma data, observado, no que aplicável, o disposto no Contrato de Distribuição; **(n) Prazo e Data de Vencimento:** observado os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser definida na Escritura de Emissão; **(o) Direito de Preferência:** não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia; **(p) Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(q) Amortização do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, de eventual resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total ou de eventual Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 2 parcelas consecutivas, no 4º e no 5º anos, inclusive, contado da Data de Emissão, nas datas de pagamento a serem definidas na Escritura de Emissão; **(r) Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures: (r.1)** o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; e **(r.2)** sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - Certificados de Depósito Interfinanceiro - DI de um dia *over extra grupo* apuradas e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (http://www.b3.com.br/pt_br/) expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis, capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spread*), a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do item (t) abaixo e, em qualquer caso, limitada ao máximo de 0,75% ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis ("Remuneração"). A sobretaxa (*spread*) que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, ficando desde já a Companhia, a Securitizadora e o Agente Fiduciário dos CRI autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, substancialmente na forma do anexo que constará da Escritura de Emissão, anteriormente à 1ª Data de Integralização e sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de assembleia geral de Titulares dos CRI e/ou de qualquer aprovação societária pela Companhia ("Aditamento à Escritura de Emissão"), nos termos desta RCA Devedora, pela Securitizadora ou pelos Titulares dos CRI, observadas as formalidades a serem descritas na Escritura de Emissão. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a 1ª Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente. A Remuneração será calculada conforme fórmula que constará da Escritura de Emissão; **(s) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total, de eventual resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total, ou de eventual Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga nas datas de pagamento a serem definidas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(t) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento:** no âmbito da oferta pública dos CRI, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nos CRI, organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para definição da taxa final da remuneração dos CRI e, consequentemente, da Remuneração das Debêntures, observado o limite previsto no item (r) acima ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio do Aditamento à Escritura de Emissão, substancialmente na forma do anexo que constará da Escritura de Emissão, anteriormente à 1ª Data de Integralização e sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, nos termos desta RCA Devedora, de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, ou de qualquer deliberação pela Securitizadora ou pelos Titulares dos CRI, observadas as formalidades a serem descritas na Escritura de Emissão; **(u) Aquisição Facultativa:** a Companhia não poderá realizar a aquisição facultativa das Debêntures; **(v) Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia, na forma a ser prevista na Escritura de Emissão; **(w) Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista na Escritura de Emissão até o 1º Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins desta RCA Devedora e da Escritura de Emissão, considera-se **"Dia(s) Útil(eis)"**: **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e **(iii)** com relação a qualquer obrigação não pecuniária a ser prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(x) Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** à respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do respectivo inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(ii)** juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(iii)** multa moratória de natureza não compensatória de 2% ("Encargos Moratórios"); **(y) Resgate Antecipado Facultativo Total: (y.1)** sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de determinada data a ser definida na Escritura de Emissão (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial, nos termos do item (z) abaixo), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário será o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário"), acrescido de prêmio, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário, bem como Encargos Moratórios, se houver, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições acerca do Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário serão aqueles a serem previstos na Escritura de Emissão; **(y.2)** sem prejuízo do disposto acima e sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, independentemente da vontade da Debenturista, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, na eventual hipótese de acréscimo ou majoração de tributos de responsabilidade da Emissora, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o Resgate Antecipado Facultativo Parcial, nos termos do item z abaixo), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total Tributos" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total Discricionário, "Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total Tributos será o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e despesas, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais documentos da operação, caso aplicáveis ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total Tributos"), e sem qualquer prêmio. Os demais termos e condições acerca do Resgate Antecipado Facultativo Total Tributos serão aqueles a serem previstos na Escritura de Emissão; **(z) Resgate Antecipado Facultativo Parcial:** não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures (**"Resgate Antecipado Facultativo Parcial"**). **(aa) Oferta de Resgate Antecipado Total:** a qualquer momento a partir da Data de Emissão, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures, de acordo com os termos a serem previstos na Escritura de Emissão de Debêntures e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das S.A. (**"Oferta de Resgate Antecipado Total"**). Caso a Emissora tenha confirmado a intenção de promover o resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total, o valor a ser pago ao Debenturista será proporcional às Debêntures que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado Total e equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a 1ª Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido ao Debenturista, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. **(bb) Amortização Extraordinária Facultativa:** sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo a partir de determinada data a ser definida na Escritura de Emissão (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada ao Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com antecedência de, no mínimo, 4 (quatro) Dias Úteis da data do evento, amortizações extraordinárias ("Amortização Extraordinária Facultativa") do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"), acrescido de prêmio, o qual não poderá ser negativo, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa a ser amortizado, bem como Encargos Moratórios, se houver, calculado conforme a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa"). Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa serão aqueles a serem previstos na Escritura de Emissão; **(cc) Hipóteses de Vencimento Antecipado:** o Debenturista deverá considerar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e despesas, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dor demais documentos da operação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão. Adicionalmente, o Debenturista deverá convocar, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático (a serem definidas na Escritura de Emissão), em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência da respectiva hipótese, Assembleia Geral de Debenturistas de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Debêntures; **(dd) Classificação de Risco:** a Companhia obriga-se a, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência dos CRI, a Fitch Ratings Brasil Ltda. ou a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ou a Moody's América Latina Ltda. ("Agência de Classificação de Risco") para atribuir e atualizar a classificação de risco (*rating*) dos CRI; e **(ee) Demais Características da Emissão:** os demais termos e condições da Emissão e das Debêntures estarão previstos na Escritura de Emissão. **(2)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e dos CRI e à realização da Oferta, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos: **(2.i)** a Escritura de Emissão, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(2.ii)** o Aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de Assembleia Geral de titulares dos CRI e/ou de qualquer aprovação societária adicional pela Companhia e/ou pela Securitizadora; **(2.iii)** o Contrato de Distribuição, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; e **(2.iv)** a Escritura de Emissão de CCI, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários. **(3)** autorizar expressamente a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, negociar as condições finais e tomar todas e quaisquer providências e adotar todas as medidas necessárias à: **(3.i)** formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata para a emissão das Debêntures, dos CRI e realização da Emissão, da emissão dos CRI e da Oferta, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão, à emissão dos CRI e à Oferta, incluindo, mas não se limitando: **(i)** da Escritura de Emissão, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(ii)** do Aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de Assembleia Geral de titulares dos CRI e/ou de qualquer aprovação societária adicional pela Companhia e/ou pela Securitizadora; **(iii)** do Contrato de Distribuição, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; **(iv)** da Escritura de Emissão de CCI, bem como eventuais aditamentos que se façam necessários; bem como a assinatura de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão, da emissão dos CRI e da Oferta (tais como procurações, notificações, comunicados, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados); **(3.ii)** formalização e efetivação da contratação dos Coordenadores, na qualidade de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, da emissão dos CRI e da Oferta, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Securitizadora, o agente de liquidação das Debêntures, o banco liquidante dos CRI, o escriturador das Debêntures, o escriturador dos CRI, o Agente Fiduciário, a instituição custodiante, auditor independente, a Agência de Classificação de Risco, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários, conforme aplicável; **(3.iii)** obtenção dos registros inerentes à Emissão, à emissão dos CRI à Oferta e às Debêntures, conforme aplicável, junto à órgãos governamentais, entidades públicas ou privadas; e **(3.iv)** autorização para a publicação desta ata na forma prevista no artigo 130, § 2º da Lei das S.A. **(4)** ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia com relação às deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Presidente da Mesa: Sr. Antônio Carlos Pipponzi. Secretário da Mesa: Sra. Cristiana Almeida Pipponzi. Conselheiros: Antonio Carlos Pipponzi; Renato Pires Oliveira Dias; Carlos Pires Oliveira Dias; Cristiana Almeida Pipponzi; Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho; Plínio Villares Musetti; Marco Ambrogio Crespi Bonomi; Sylvia de Souza Leão Wanderley; Denise Soares dos Santos; Philipp Paul Marie Povel; e Cesar Nivaldo Gon. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio, sendo autorizado o seu arquivamento no Registro do Comércio e posterior publicação, nos termos do artigo 142, § 1º, da Lei da S.A. São Paulo, 08/02/2022. Cristiana Almeida Pipponzi - Secretária da Mesa. JUCESP nº 88.841/22-4 em 14/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ERRATA - ALTERAÇÃO DE DATA - ELEIÇÕES SINDICAIS - SINDICATO DA INDUSTRIA DE LÂMPADAS E APARELHOS ELÉTRICOS DE ILUMINAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILUX - Ficam os senhores associados comunicados que a eleição para Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes da Industria foi alterada para dia 17 de fevereiro de 2022, mesma data que será realizada a eleição da Associação Brasileira da Industria de Iluminação - Abilux.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. **Carlos Eduardo Uchoa Fagundes** - Presidente

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Concorrência Pública 003/SGAF/2022 Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de reforma e ampliação da escola municipal - EMEF Profª Maria Aparecida dos Santos Ronconi. Encerramento: 18/03/2022 às 09h00. // Pregão Eletrônico 027/SGAF/2022 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de gêneros alimentícios. Abertura: 04/03/2022 às 08h30.
Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00.
José Cláudio Marcondes Paiva – Diretor do Departamento de Recursos Materiais.
Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O GRUPO 01

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 036/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO ENVASADO – GLP, EM CILINDROS/BOTIJÕES DE 45 KG, 13 KG e P190 KG, INCLUINDO O FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DOS RESPECTIVOS RECIPIENTES, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2022 - SMS**, foi declarada FRACASSADA PARA O GRUPO 01. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 15 de fevereiro de 2022.
Carlos Henrique Rocha Almeida
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Araçuaí I - Pres-ARÇ-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 04 de março de 2022, às 10 horas, no sítio eletrônico www.compra.mg.gov.br. O Edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Estímulo à devastação

Decretos facilitam a legalização de garimpos e ampliam a área em que a atividade será permitida

Jair Bolsonaro parece movido a obsessões. Fossem, porém, algumas delas reflexo de preocupação com o bem-estar da população ou a eficácia da máquina pública – objetivos impostos pelo mandato que exerce – decerto os brasileiros não estariam chorando a morte de mais de 600 mil pessoas pela covid-19 nem haveria tantas famílias lançadas na miséria por culpa da fraqueza da economia que em boa medida decorre da incompetência de seu governo. Mas não é disso que se trata. Uma de suas obsessões mais notórias é com sua própria sobrevivência política e com a proteção de sua família. Outras são com questões pontuais, como a situação dos garimpeiros.

Facilitar a vida dos garimpeiros, sobretudo os que agem – em geral em situação irregular – na Amazônia, foi tema de sua campanha eleitoral em 2018, de projeto de lei, de decisões administrativas, de autorizações que não levaram em conta seu impacto ambiental e social. Agora, com dois decretos, Bolsonaro simplificou os critérios de análise de pedidos de outorga pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e criou incentivos para o "garimpo artesanal".

Um dos decretos cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala, apelidado pelo governo de Pró-Mape. Seu objetivo é "estimular o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e nacional".

Assim justificado, parece ser a redenção regional, especialmente da Amazônia, onde garimpeiros buscam, sobretudo, ouro e pedras preciosas. Até agora, a atividade garimpeira na região é predominantemente ilegal. Informalidade, falta de fiscalização e invasão de áreas protegidas por lei, como unidades de conservação ambiental e terras indígenas, estão entre suas características. São muito poucos os garimpeiros que, por meio de cooperativas, operam legalmente no País.

Os decretos constituem mais uma etapa do esforço do governo de Jair Bolsonaro de legalizar essas atividades. Em fevereiro de 2020, na iniciativa mais ampla nessa direção, o presidente da República propôs um projeto de lei que permite a exploração de mineral em terras indígenas, com a justificativa de que isso permitiria ao índio tornar-se garimpeiro de sua própria terra. "Não é justo querer criminalizar o garimpeiro no Brasil", disse no ano passado o presidente da República. Ressaltou na ocasião que não dizia isso porque seu pai tinha sido garimpeiro por algum tempo.

Mas o impacto nocivo do avanço do garimpo ilegal teve sua demonstração mais exuberante em novembro do ano passado, com as imagens de barreiras formadas por balsas que procuram ouro no Rio Madeira, no Amazonas. A atividade ilegal ganhou forte impulso no governo Bolsonaro. Para eliminar as impurezas do minério, garimpeiros de ouro utilizam o mercúrio, substância tóxica que é lançada diretamente nas águas do Madeira.

Teme-se que, com os novos decretos, a área liberada para mineração alcance cerca de 40% da Amazônia legal, onde há florestas de proteção integral e áreas indígenas. ●

Ambiente Garimpo na Amazônia

Deputado tenta barrar decreto do governo de 'mineração artesanal'

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

Um dia após ser publicado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, o decreto que prevê um programa de incentivo ao garimpo na região amazônica foi alvo de questionamentos no Congresso. Por meio de um projeto de decreto legislativo protocolado ontem, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), acompanhado de todos os demais membros do partido, pediu a suspensão do ato.

Segundo Lopes, que é líder da bancada petista, o decreto presidencial institui uma série de medidas que, na prática, "poderão representar um aumento nas atividades potencialmente danosas de garimpagem na região" amazônica, com incentivo à mineração predatória e invasão de áreas protegidas.

"O decreto simplesmente muda o nome de 'garimpo' para 'mineração artesanal' e consolida a política do governo Bolsonaro no avanço da mineração predatória sobre áreas até o momento protegidas", afirma o parlamentar, na justificativa do decreto legislativo.

'SUSTENTÁVEL'. Conforme informações publicadas no *Diário Oficial* da União, o decreto assinado por Bolsonaro tem o objetivo de "propor políticas públicas e estimular o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala", para estimular o "desenvolvimento sustentável regional e nacional".

O decreto deixa claro que a mineração artesanal e em pequena escala diz respeito às atividades de "extração de substâncias minerais garimpáveis". Paralelamente, foi criada a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Comape), cuja tarefa seria definir a atuação dos órgãos da administração pública federal para executar o programa.

Desde sua pré-campanha, em 2018, Bolsonaro defende a atuação de garimpeiros e critica o trabalho de fiscais quando há apreensão e destruição de máquinas. ●

COLUNA SECOVI SP – A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO
Informe Publicitário
Jornalista Responsável Silvia Carneiro MTb 19.466 | Ano 40 Nº 2064 16 de fevereiro 2022 | secovi.com.br

Fundos de Investimento Imobiliário em ano desafiador

Com balanço positivo em 2021, FIIs podem ter um ponto ideal de entrada em 2022

Apesar da segunda onda da pandemia e do início do processo de aumento das taxas básicas de juros, o mercado brasileiro de fundos de investimento imobiliário (FIIs) fechou 2021 com um balanço positivo, com R$ 24,2 bilhões em novas ofertas públicas, patamar parecido com os dois últimos anos (R$ 24,6 bilhões/2020 e R$ 21,4 bilhões/2019).

Ao final do ano passado, o mercado totalizou R$ 128 bilhões de valor de mercado e 399 fundos listados em bolsa. Na comparação com 2020, o número de fundos cresceu 33% e o valor total de mercado 8%.

Renda mensal e isenção de IR contribuíram para ultrapassar a marca de 1,5 milhão de investidores. As pessoas físicas responderam por 73% do volume total investido e 65% do volume negociado, o que demonstra a grande popularidade alcançada por este importante instrumento nos últimos anos.

Os FIIs que investem em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) se destacaram em 2021 e, pela primeira vez, representaram o maior segmento do mercado de FIIs listados em bolsa e, dentre os que investem diretamente em imóveis, o setor logístico foi o de maior representatividade no ano.

Para 2022, o panorama é mais desafiador para os FIIs. Juros altos afugentam parte dos investidores de renda variável para renda fixa. Estima-se que o volume total de novas captações, este ano, seja menos do que a metade da média dos últimos três anos, e mais concentrado em fundos de CRIs (que têm papéis atrelados à inflação ou ao CDI).

"As pessoas físicas responderam por 73% do volume total"

Rossano Nonino, diretor de Fundos e Securitização Imobiliária do Secovi-SP SP e diretor executivo da Ourinvest Real Estate

Entretanto, neste 1º semestre de 2022, a conjunção de inflação na máxima dos últimos 12 meses (o que aumenta o valor de aluguéis e, consequentemente, dos rendimentos dos FIIs) e taxa de juros elevada (o que diminui o valor de mercado desses fundos) indica que estamos próximos do ponto ideal de entrada, nesse mercado, de investidores em busca de bons rendimentos no curto prazo e perspectivas de ganhos de capital no médio e longo prazos.

Indicadores Pesquisa da Serasa

Suspeitas de fraude têm alta recorde em 2021

O Brasil teve no ano passado 4,1 milhões de movimentações suspeitas de fraude, apontou o Indicador de Tentativas de Fraude da Serasa Experian. O número representa um aumento de 16,8% em relação ao acumulado de 2020. Os dados do ano passado ganham destaque por serem os mais expressivos de toda a série histórica, iniciada em 2011.

O segmento de bancos e de cartões foi o principal foco dos golpistas, com 2,3 milhões de tentativas de fraude, aumento de 33,3% na comparação com o ano anterior. Apenas os setores de serviços e de telefonia tiveram baixas, com quedas de 3,8% e 44%, respectivamente.

Já o recorte por idade mostra que os consumidores que possuem entre 36 e 50 anos foram os que mais sofreram ataques: 1,5 milhão do total. Na análise por região, o destaque fica para o Sudeste, com 2,1 milhões de movimentações suspeitas sinalizadas.

Para o diretor de Soluções de Identidade e Prevenção a Fraudes do Serasa Experian, Jaison Reis, os avanços tecnológicos impulsionados pela pandemia são, em sua maioria, positivos, mas também trazem consequências para os consumidores.

"O aumento das transações online em 2021 e os diversos novos serviços que passaram a ser oferecidos digitalmente são um prato cheio para os golpistas. Por isso, uma tentativa de fraude acontece no País a cada sete segundos", disse Reis. ● **NINA GATTIS**

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

www.grupocarrefourbrasil.com.br

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09

RESULTADOS 4T 2021

VENDAS +29% EM 2 ANOS E GMV ALIMENTAR CRESCENDO 6,5X
SINERGIA DO GRUPO BIG REVISADAS PARA CIMA

Grupo Carrefour
EBITDA Aj. e Margem (R$ milhões e % vendas líquidas)

+0,4 p.p. de ganho de *market share* em 2021

	4T19	4T20	4T21
EBITDA Aj.	1.465	1.732	1.757
Margem	9,1%	8,7%	8,5%

Vendas brutas **R$22,8 bi** +3,7% a/a **+ 29,2% vs 2019**

EBITDA Ajustado **R$1,8 bi** +1,4% a/a **+ 19,9% vs 2019**

Lucro Líquido Ajustado **R$766 mi** -13,5% a/a **+ 13,4% vs 2019**

Atacadão
EBITDA Aj. e Margem (R$ milhões e % vendas líquidas)

	4T19	4T20	4T21
EBITDA Aj.	847	1.065	1.193
Margem	7,8%	7,5%	7,9%

Ritmo de expansão acelerado e aumento da rentabilidade
- Vendas Brutas: **R$ 16,7 bilhões +6,6% a/a** (-5,0% LfL a/a e +20,6% LfL vs 4T19);
- **LFL do 4T enfrentou a maior base de comparação de 2020;** normalização gradual esperada para 2022;
- **Aceleração da expansão,** contribuindo com **10,9%** para o faturamento no 4T21;
- **+44 lojas no ano; 250 lojas** ao final de 2021, em linha com o planejado;
- **Momento contínuo no digital: +97,7% em vendas** vs. 3T21; resultados encorajadores da parceria com a Facily, mais por vir;
- **Diluição sequencial de SG&A:** estável t/t, melhora de 0,3 p.p. vs. 2T21 e 0,5 p.p. vs 1T21; compras oportunísticas em contexto desafiador para controlar custos;
- **EBITDA ajustado de R$ 1,2 bi (+40,9%** em 2 anos +12,0% a/a) com margem de 7,9%.

Carrefour Varejo
EBITDA Aj. e Margem (R$ milhões e % vendas líquidas)

	4T19	4T20	4T21
EBITDA Aj.	320	455	286
Margem	6,1%	8,1%	5,2%

+16,9% nas vendas de alimentos no multi-formato em dois anos
- Vendas brutas (incl. gasolina): R$ 6,1 bilhões -3,4% LfL a/a (alimentar +1,4% LfL; não alimentar -23,0% LfL e gasolina +49,6% LfL);
- Vendas brutas multi-formato: **alimentar cresce 16,9%** e não alimentar -3,7% em 2 anos;
- **Nível recorde de marca própria:** 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos, dada a iniciativa de congelamento de preços e mostrando sua relevância em um ambiente inflacionário;
- **Despesas SG&A** cresceram 4,6% no 4T, impactadas pelo aumento de custos, mas **caíram 0,8% no ano**, refletindo as melhorias estruturais de eficiência implementadas desde o ano passado;
- **EBITDA ajustado de R$ 286 milhões** ou 5,2% da receita líquida.

Banco Carrefour
EBITDA Aj. (R$ milhões)

EBITDA ajustado acima do nível de 2019
- Faturamento total: **R$ 13,3 bilhões** no 4T21 (+14,6% a/a);
- **Vendas cruzadas e novos produtos cresceram 45,7% no 4T** e quase dobraram no ano;
- **Receita líquida aumentou 39,5% para R$ 1 bilhão,** refletindo maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil;
- **Consumo *off-us* cresceu 20,4%,** destacando nossa relevância para clientes fora do ecossistema;
- **Inadimplência (NPL) sob controle** apesar do aumento natural em uma economia deteriorada;
- **Índice de eficiência de 30,8%** (ganho de 9,2 p.p. vs. 4T20), maior nível desde o IPO;
- **EBITDA ajustado de R$ 351 milhões** no trimestre, superando os níveis de 2019.

Em R$ milhões	Consolidado 4T 21	Consolidado 4T 20	Consolidado Δ%	Atacadão 4T 21	Atacadão 4T 20	Atacadão Δ%	Carrefour Varejo 4T 21	Carrefour Varejo 4T 20	Carrefour Varejo Δ%	Banco Carrefour 4T 21	Banco Carrefour 4T 20	Banco Carrefour Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Líquidas	**20.661**	**19.873**	**4,0%**	**15.196**	**14.276**	**6,4%**	**5.465**	**5.597**	**-2,4%**			
Lucro Bruto	**4.262**	**3.940**	**8,2%**	**2.362**	**2.012**	**17,4%**	**1.268**	**1.394**	**-9,0%**	**638**	**539**	**18,4%**
Margem Bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	15,5%	14,1%	1,4 p.p.	23,2%	24,9%	-1,7 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	**1.757**	**1.732**	**1,4%**	**1.193**	**1.065**	**12,0%**	**286**	**455**	**-37,1%**	351	266	32,0%
Margem EBITDA Ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.	5,2%	8,1%	-2,9 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	**766**	**886**	**-13,5%**									
Margem Líquida Ajustada	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R$ 6 milhões e R$ 5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R$ 67 milhões em 2021 e R$ 49 milhões em 2020.

Em R$ milhões	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Consolidado Δ%	Atacadão 2021	Atacadão 2020	Atacadão Δ%	Carrefour Varejo 2021	Carrefour Varejo 2020	Carrefour Varejo Δ%	Banco Carrefour 2021	Banco Carrefour 2020	Banco Carrefour Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Líquidas	**73.552**	**67.640**	**8,7%**	**53.595**	**47.058**	**13,9%**	**19.957**	**20.582**	**-3,0%**			
Lucro Bruto	**14.876**	**13.918**	**6,9%**	**8.137**	**7.040**	**15,6%**	**4.745**	**5.161**	**-8,1%**	**2.016**	**1.740**	**15,9%**
Margem Bruta	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.	15,2%	15,0%	0,2 p.p.	23,8%	25,1%	-1,3 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	**5.715**	**5.610**	**1,9%**	**3.925**	**3.605**	**8,9%**	**1.114**	**1.502**	**-25,8%**	930	698	33,2%
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.	7,3%	7,7%	-0,3 p.p.	5,6%	7,3%	-1,7 p.p.			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	**2.399**	**2.758**	**-13,0%**									
Margem Líquida Ajustada	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R$ 22 milhões e R$ 23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R$ 232 milhões em 2021 e R$ 172 milhões em 2020.

> **Stéphane Maquaire, CEO, declarou:**
> **O Grupo Carrefour Brasil apresentou um desempenho muito resiliente no 4T e no ano de 2021, com crescimento nas vendas brutas e EBITDA ajustado, mesmo diante de uma base de comparação muito difícil. A expansão do Atacadão acelerou e o Banco Carrefour continuou sua forte recuperação, enquanto as vendas de alimentos do Carrefour Varejo voltaram a crescer e a recuperação da Unidade de Negócios está a caminho. O Carrefour está ao lado dos consumidores brasileiros no ambiente desafiador do país, como visto em sua decisão de congelar os preços dos produtos alimentícios de marca própria, protegendo assim o poder de compra. Nosso ecossistema multi-formato e multi-canal se fortaleceu ainda mais, e o fechamento da aquisição do Grupo BIG esperado até junho, cujas metas de sinergias foram elevadas, deve contribuir para mais um ano de crescimento em 2022.**

AQUISIÇÃO DO GRUPO BIG

Um novo passo para o fechamento, sinergias revisadas para cima

Mais próximo do fechamento
Conforme divulgado em Fato Relevante de 25 de janeiro de 2022, a Superintendência-Geral do CADE recomendou a aprovação da aquisição do Grupo BIG pelo Grupo Carrefour Brasil, anunciada em março de 2021. A decisão final deve ser publicada até junho. A recomendação baseia-se na celebração de um Acordo em Controle de Concentrações que prevê a alienação de operações para mitigar problemas de concentração excessiva. A Superintendência menciona até 11 das 388 lojas do Grupo BIG, representando até 2,8% do portfólio total de lojas.
Sinergias: no mínimo 15% de aumento potencial
As sinergias esperadas identificadas pelo Grupo Carrefour Brasil no momento da assinatura da operação totalizaram em um EBITDA adicional de R$ 1,7 bilhão anualmente três anos após o fechamento.
Após a revisão, **atualmente vemos pelo menos 15% de aumento em relação ao valor inicialmente comunicado**. Nesse momento estimamos que o montante de sinergias seja de no mínimo R$ 2,0 bilhões no ano de 2025. As principais oportunidades incluem:
i. Maiores ganhos relacionados à densidade de vendas e conversão de lojas
ii. Sinergias de compras
iii. Otimização de despesas gerais e maior eficiência da cadeia de suprimentos

SINERGIAS +15% potencial

Portfólio atual
O Grupo BIG vem transformando suas lojas e adaptando sua exposição a diferentes formatos. As seguintes alterações ocorreram em relação aos números de dezembro de 2020:

NOVOS AVANÇOS EM ESG

O Grupo Carrefour Brasil avançou ainda mais nos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) no 4T21.

Ambiental
Desmatamento Zero: Dentre as fazendas monitoradas 87% estão em conformidade com a política de compra de carne do Grupo e os 13% que não estão conformes estão bloqueados ou em processo de requalificação.
84 toneladas de embalagens evitadas: Economia Circular
Consumo de energia: 21% de redução 2021 vs. 2020; 1ª loja com painel solar e 100% das novas aberturas nesse modelo 28% de aumento em produtos, **coletados via logística reversa**

Social
Um ano do lançamento do Plano Antirracismo do Grupo: 8 compromissos públicos; 49 ações; 100% do plano de ação de 2021 alcançado
Aceleração do empreendedorismo negro Inclusão e promoção de 10 fornecedores negros em nossas lojas; Criação de um *squad* comercial focado em fornecedores negros
Investimentos no combate ao racismo: R$ 115 milhões em investimentos em ações de combate ao racismo até o final do Termo de Ajuste de Conduta (TAC); 300 bolsas para qualificação profissional em tecnologia para jovens negros em situação de vulnerabilidade social

Liderança: 38% mulheres;
53% negros
em Dezembro 2021
2 mulheres na alta gestão

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Vendas

Atacadão lidera com crescimento de 41,1% em dois anos
O Grupo Carrefour Brasil registrou crescimento de 29,2% (+15,3% em LfL) em dois anos no 4T21, suportado pelo crescimento de 41,1% do Atacadão no período. As vendas consolidadas no 4T21 atingiram R$ 22,8 bilhões, com crescimento de 3,7% em relação ao 4T20 (2,4% excluindo gasolina). O Atacadão cresceu 6,6% no trimestre, impulsionado principalmente pela forte contribuição de 10,9% da aceleração na expansão, que mais do que compensou as vendas LfL negativas momentâneas de - 5,0% (em um LfL muito difícil de 27,0% no 4T20). O Carrefour Varejo melhorou a tendência dos trimestres anteriores, com desempenho resiliente no segmento alimentício (+1,5%) e pressão no segmento não alimentício (-23,0%), resultando em queda de 3,4% nas vendas brutas totais.
Esse desempenho ocorreu em meio a um ambiente macro volátil, marcado pela deterioração do poder de compra do consumidor: a inflação de alimentos nos últimos 12 meses manteve-se persistentemente alta ao longo do ano e encerrou 2021 em 8,2% (10,4% no trimestre), segundo o IBGE. No ano de 2021, as vendas brutas totais atingiram nível recorde de R$ 81,2 bilhões (+8,6% a/a e +30,5% em 2 anos).

Expansão em linha com o planejado
A estratégia de expansão do Grupo Carrefour Brasil continuou e inauguramos 9 lojas Cash & Carry e 2 operações de atacado de entrega no 4T21, totalizando 44 lojas e 3 atacados de entrega em 2021, em linha com o plano anunciado no início do ano. A integração bem-sucedida das lojas Makro em 2021 faz com que a perspectiva de integração do Grupo BIG seja muito animadora.
No segmento de Varejo abrimos 12 lojas de conveniência - incluindo lojas autônomas - e 1 supermercado, no ano de 2021 abrimos 14 lojas Express (11 autônomas) e 1 supermercado. A rede total de lojas do Grupo Carrefour Brasil atingiu 779 lojas ao final de 2021.

Fortes resultados no Banco Carrefour
O faturamento bruto do Banco Carrefour totalizou R$ 13,3 bilhões ou +14,6% em relação ao mesmo período de 2020, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour (+8,8%) e Atacadão (+26,1%). O canal *off- us* continuou sua forte tendência, crescendo 20,4% a/a no 4T21, destacando a força de nossos cartões de crédito na vida de nossos clientes fora do ecossistema. As vendas *on-us*, impactadas principalmente pelos menores volumes do segmento não-alimentar durante o ano, diminuíram 1,6% a/a no último trimestre de 2021.

	4T20 LFL	4T21 Vendas Brutas (R$MM)	4T21 LFL s/ efeito Calendário[1]	4T21 Expansão	4T21 Total (%)
Atacadão	27,0%	16.722	-5,0%	10,9%	6,6%
Carrefour (s/gasolina)	13,3%	5.138	-9,2%	0,1%	-9,2%
Gasolina	-23,7%	920	49,6%	0,0%	49,6%
Carrefour (c/gasolina)	8,2%	6.059	-3,4%	0,1%	-3,4%
Consolidado (s/gasolina)	**22,9%**	**21.860**	**-6,1%**	**8,0%**	**2,4%**
Consolidado (c/gasolina)	**20,8%**	**22.781**	**-4,6%**	**7,8%**	**3,7%**
Crescimento Faturamento Total Banco Carrefour	**19,2%**	**13.282**	**n.a.**	**n.a.**	**14,6%**

(1) Excluindo efeito calendário de +0,3% no Atacadão e +0,2% no consolidado.

	2020 LFL	2021 Vendas Brutas (R$MM)	2021 LFL s/ efeito Calendário[1]	2021 Expansão	2021 Total (%)
Atacadão	17,6%	58.993	4,2%	9,7%	13,8%
Carrefour (s/gasolina)	19,6%	19.231	-7,1%	0,1%	-7,3%
Gasolina	-24,1%	2.961	35,1%	0,1%	35,2%
Carrefour (c/gasolina)	13,4%	22.192	-3,0%	0,1%	-3,2%
Consolidado (s/gasolina)	**18,2%**	**78.224**	**1,0%**	**7,0%**	**7,8%**
Consolidado (c/gasolina)	**16,3%**	**81.185**	**2,0%**	**6,7%**	**8,6%**
Faturamento Total Banco Carrefour	**15,5%**	**48.171**	**n.a.**	**n.a.**	**26,1%**

(1) Excluindo efeito calendário de -0,3% no Atacadão, -0,3% no Carrefour Varejo e -0,3% no consolidado.

LfL é calculado em termos de VENDAS BRUTAS.

Outras Receitas
Operações financeiras suportando aumento de 30,0% a/a: Outras receitas cresceram 30,0% e atingiram R$ 1,2 bilhão, impulsionadas principalmente pelo aumento das receitas do banco, refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil, bem como a continuidade do crescimento do marketplace do Atacadão.

Margem Bruta Consolidada e VG&A
Conhecimento de mercado e recuperação do Banco suportando os resultados: O lucro bruto atingiu R$ 4,3 bilhões no 4T21, crescendo 8,2%, impulsionado pelo crescimento das vendas do Atacadão e do Banco Carrefour, que mais uma vez conseguiram mais do que compensar a pressão esperada nas operações de Varejo. A margem bruta consolidada foi de 20,6%, aumentando 0,8 p.p. a/a, impulsionada principalmente pelas compras oportunísticas do Atacadão em meio ao ambiente inflacionário desafiador. As despesas VG&A totalizaram R$ 2,5 bilhões, 13,4% acima e representando 12,2% da receita líquida no 4T21, um aumento de 1,0 p.p. a/a, principalmente devido à aceleração da expansão. Em uma base sequencial as despesas VG&A como percentual da receita líquida mantiveram-se estáveis.

Em R$ milhões	Consolidado 4T21	Consolidado 4T20	Consolidado Δ%	Atacadão 4T21	Atacadão 4T20	Atacadão Δ%	Carrefour Varejo 4T21	Carrefour Varejo 4T20	Carrefour Varejo Δ%	Banco Carrefour 4T21	Banco Carrefour 4T20	Banco Carrefour Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Brutas ex-gasolina	21.860	21.348	2,4%	16.722	15.692	6,6%	5.138	5.656	-9,2%			
Vendas Líquidas	**20.661**	**19.873**	**4,0%**	**15.196**	**14.276**	**6,4%**	**5.465**	**5.597**	**-2,4%**			
Outras Receitas (1)	1.203	926	30,0%	47	40	16,6%	155	169	-8,5%	1.007	722	39,5%
Vendas Totais	**21.864**	**20.799**	**5,1%**	**15.243**	**14.316**	**6,5%**	**5.620**	**5.766**	**-2,5%**	**1.007**	**722**	**39,5%**
Lucro Bruto	**4.262**	**3.940**	**8,2%**	**2.362**	**2.012**	**17,4%**	**1.268**	**1.394**	**-9,0%**	**638**	**539**	**18,4%**
Margem Bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	15,5%	14,1%	1,4 p.p.	23,2%	24,9%	-1,7 p.p.			
Despesas VG&A (2)	**(2.518)**	**(2.221)**	**13,4%**	**(1.173)**	**(951)**	**23,3%**	**(991)**	**(948)**	**4,6%**	**(287)**	**(273)**	**5,1%**
%VG&A de Vendas Líquidas	12,2%	11,2%	1,0 p.p.	7,7%	6,7%	1,1 p.p.	18,1%	16,9%	1,2 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	**1.757**	**1.732**	**1,4%**	**1.193**	**1.065**	**12,0%**	**286**	**455**	**-37,1%**	**351**	**266**	**32,0%**
Margem EBITDA Ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.	5,2%	8,1%	-2,9 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	**766**	**886**	**-13,5%**									
Margem Líquida Ajustada	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R$ 6 milhões e R$ 5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R$ 67 milhões em 2021 e R$ 49 milhões em 2020.

Em R$ milhões	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Consolidado Δ%	Atacadão 2021	Atacadão 2020	Atacadão Δ%	Carrefour Varejo 2021	Carrefour Varejo 2020	Carrefour Varejo Δ%	Banco Carrefour 2021	Banco Carrefour 2020	Banco Carrefour Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Brutas ex-gasolina	78.224	72.561	7,8%	58.993	51.817	13,8%	19.231	20.744	-7,3%			
Vendas Líquidas	**73.552**	**67.640**	**8,7%**	**53.595**	**47.058**	**13,9%**	**19.957**	**20.582**	**-3,0%**			
Outras Receitas (1)	4.199	3.551	18,2%	178	147	21,1%	546	494	10,5%	3.497	2.933	19,2%
Vendas Totais	**77.751**	**71.191**	**9,2%**	**53.773**	**47.205**	**13,9%**	**20.503**	**21.076**	**-2,7%**	**3.497**	**2.933**	**19,2%**
Lucro Bruto	**14.876**	**13.918**	**6,9%**	**8.137**	**7.040**	**15,6%**	**4.745**	**5.161**	**-8,1%**	**2.016**	**1.740**	**15,9%**
Margem Bruta	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.	15,2%	15,0%	0,2 p.p.	23,8%	25,1%	-1,3 p.p.			
Despesas VG&A (2)	**(9.211)**	**(8.360)**	**10,2%**	**(4.225)**	**(3.448)**	**22,5%**	**(3.668)**	**(3.698)**	**-0,8%**	**(1.086)**	**(1.042)**	**4,2%**
%VG&A de Vendas Líquidas	12,5%	12,4%	0,2 p.p.	7,9%	7,3%	0,6 p.p.	18,4%	18,0%	0,4 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	**5.715**	**5.610**	**1,9%**	**3.925**	**3.605**	**8,9%**	**1.114**	**1.502**	**-25,8%**	**930**	**698**	**33,2%**
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.	7,3%	7,7%	-0,3 p.p.	5,6%	7,3%	-1,7 p.p.			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	**2.399**	**2.758**	**-13,0%**									
Margem Líquida Ajustada	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R$ 22 milhões e R$ 23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R$ 232 milhões em 2021 e R$ 172 milhões em 2020.

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras

EBITDA Ajustado

Ecossistema poderoso levando a um crescimento de dois digitos em dois anos

O EBITDA ajustado consolidado no 4T foi de R$ 1,8 bilhão, 1,4% a/a, com margem de 8,5%. Esse resultado se deve à combinação do forte desempenho das lojas do Atacadão e da continuidade da tendência de recuperação do Banco Carrefour. Isso mais do que compensou o desempenho da divisão Varejo, que foi negativamente impactada pelo segmento não alimentar.

Em um acumulado de dois anos, o EBITDA Ajustado consolidado do 4T cresceu 19,9%, demonstrando mais uma vez a assertividade da nossa estratégia e o poder do nosso ecossistema.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R$ 5,7 bilhões (margem de 7,8%) aumentando 1,9% em relação a 2020 e 20,2% em dois anos.

Composição do EBITDA Ajustado* (R$ milhões)

■ Atacadão ■ Carrefour Varejo ■ Banco Carrefour

*Total inclui funções globais e eliminações intragrupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

Iniciativas digitais

Contínuo momento das vendas digitais de alimentos no Atacadão

O GMV total no 4T21 atingiu R$ 1.012 bilhão, um aumento de 6,6% a/a, impulsionado pelas vendas digitais de alimentos.

Vendas alimentos digitais
6,5x crescimento em 2 anos
47% do GMV total no 4T21

O GMV Alimentar multiplicou 2,5x (+146,5%) no 4T21 em relação ao mesmo período do ano anterior e já representa 46,6% do GMV total. Esse desempenho é ainda mais relevante considerando a forte base comparável do ano passado. O canal digital do Atacadão continua ganhando força (aumento de 100,7% vs 3T21), representando 2,1% de suas vendas totais no trimestre ou 73,7% do total de vendas de alimentos via canal digital do Grupo, reforçando o poder e escalabilidade do nosso modelo. No ano de 2021, o GMV alimentar cresceu +77,7% e, em dois anos, o segmento cresceu seis vezes.

A tendência no segmento não alimentar foi semelhante à observada no 3T21 e foi amplamente impactada pela forte base de comparação. Eletrodomésticos foi a categoria mais impactada no 1P no trimestre, apresentando queda de -48,1% vs. 4T20 e -35,1% no acumulado do ano.

O 3P, que é quase inteiramente constituído por produtos não alimentares do Varejo, apresentou a mesma dinâmica.

Implementando novas iniciativas

O Atacadão continua evoluindo suas parcerias com os operadores de entrega de rápida, agora disponíveis em 121 lojas em 20 estados. No 4T21, em linha com sua estratégia de oferecer mais serviços digitais aos clientes B2B, o Atacadão iniciou uma parceria com o app Facily: uma plataforma de compras em grupo que, por meio de seu modelo de negócios, atende a regiões remotas e de difícil acesso. Com esta nova parceria, o Atacadão reforça mais uma vez sua capacidade de oferecer comodidade e melhores preços a todos os clientes.

Evolução Picking nas Lojas (# de lojas): jul/21 0; ago/21 1; set/21 15; out/21 32; nov/21 45; dez21 57

No Varejo, a implementação do *in-store picking* está evoluindo e no final do ano já estava presente em 57 lojas, substituindo gradualmente as *side stores*. Em dez/2021, o número total de clientes mais que dobrou, pois alcançamos quase 40% de novos clientes após a implementação da iniciativa (vs. 25% anteriormente), impulsionando as vendas de e-commerce alimentar no Varejo, que dobraram também. Esses resultados reforçam a assertividade do nosso novo modelo com maior sortimento, raio de entrega/tempo reduzido e o mesmo preço das lojas.

	4T21 (R$ MM)	Crescimento Total 4T21 vs 4T 20	4T20 vs 4T 19	4T21 vs 4T 19	2021 (R$ MM)	Crescimento Total 2021 vs 2020	2020 vs 2019	2021 vs 2019
Serviço de entrega rápida[1]	172	17,0%	369,8%	449,5%	631	41,1%	376,1%	571,6%
In-store picking Varejo Alimentar	20	n.a.	n.a.	n.a.	20	n.a.	n.a.	n.a.
1P Alimentar	280	529,4%	7,5%	576,6%	569	137,9%	119,3%	421,8%
GMV Alimentar	**471**	**146,5%**	**163,3%**	**549,2%**	**1.220**	**77,7%**	**238,3%**	**500,9%**
In-store picking Varejo Não Alimentar	3	n.a.	n.a.	n.a.	3	n.a.	n.a.	n.a.
1P Não Alimentar	371	-37,0%	-3,1%	-39,0%	1.463	-26,4%	23,8%	-8,9%
3P	166	-1,7%	10,9%	9,0%	529	-19,9%	52,1%	21,9%
GMV Não Alimentar	**540**	**-28,7%**	**-0,3%**	**-28,9%**	**1.995**	**-24,7%**	**29,8%**	**-2,2%**
GMV Total (inc. serv. entrega rápida)	**1.012**	**6,6%**	**13,9%**	**21,5%**	**3.215**	**-3,6%**	**48,7%**	**43,4%**

(1) Last-mile delivery is already included in multi-format and Atacadão's sales.

ATACADÃO: 2021 MARCADO POR RÁPIDA EXPANSÃO, FORTE CRESCIMENTO LFL EM 2 ANOS

Aceleração na expansão compensa a desafiadora base de comparação de LfL

O ano de 2021 foi marcado pela aceleração da expansão do Atacadão, e o 4T21 demonstrou isso novamente. As vendas brutas atingiram R$ 16,7 bilhões no trimestre, e apesar de uma evolução LFL negativa de -5,0% a/a, a expansão mais acelerada de 10,9% a/a, aliada ao bom desempenho do canal digital - que representou 2,1% das vendas totais do Atacadão - levaram a um crescimento total de 6,6% a/a.

O desempenho LfL negativo esperado no trimestre vem em cima da base de comparação mais forte de 2020 - o LfL no 4T20 foi de 27,0% - e em meio a um ambiente macro em deterioração. Com a inflação persistentemente alta - o IPCA Alimentação em Domicílio encerrou o ano em 8,2% (10,4% no trimestre) segundo o IBGE - a queda nos volumes era esperada. A partir de janeiro de 2022, esperamos uma normalização gradual nos níveis de volume e, consequentemente, no LFL do Atacadão.

A expansão continuou em ritmo constante e inauguramos 9 novas lojas de Cash & Carry no trimestre, reforçando a relevância do formato em um ambiente de crise.

Comprometidos em acelerar o ritmo de expansão e em linha com o anunciado no início de 2021, nos últimos 12 meses inauguramos 44 lojas Cash & Carry - sendo 22 Makro e 22 lojas orgânicas - e 3 operações de atacado de entrega. Encerramos o ano com 250 lojas Cash & Carry e 33 atacados de entrega.

Em um período de dois anos, entregamos um crescimento total de 41,1% (21% LfL).

Mais um trimestre de EBITDA recorde, demonstrando a força do modelo

Em R$ milhões	4T21	4T 20	4T 19	4T21 vs 4T 20	4T21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Vendas Brutas	16.722	15.692	11.855	6,6%	41,1%	58.993	51.817	42.055	13,8%	40,3%
Vendas Líquidas	**15.196**	**14.276**	**10.790**	**6,4%**	**40,8%**	**53.595**	**47.058**	**38.220**	**13,9%**	**40,2%**
Outras Receitas	47	40	40	16,6%	16,6%	178	147	140	21,1%	27,1%
Vendas Totais	**15.243**	**14.316**	**10.830**	**6,5%**	**40,7%**	**53.773**	**47.205**	**38.360**	**13,9%**	**40,2%**
Lucro Bruto	**2.362**	**2.012**	**1.669**	**17,4%**	**41,5%**	**8.137**	**7.040**	**5.895**	**15,6%**	**38,0%**
Margem Bruta	*15,5%*	*14,1%*	*15,5%*	*1,4 p.p.*	*0,1 p.p.*	*15,2%*	*15,0%*	*15,4%*	*0,2 p.p.*	*-0,2 p.p.*
Despesas VG&A	**(1.173)**	**(951)**	**(823)**	**23,3%**	**42,5%**	**(4.225)**	**(3.448)**	**(3.101)**	**22,5%**	**36,2%**
%VG&A de Vendas Líquidas	*7,7%*	*6,7%*	*7,6%*	*1,1 p.p.*	*0,1 p.p.*	*7,9%*	*7,3%*	*8,1%*	*0,6 p.p.*	*-0,2 p.p.*
EBITDA Ajustado	**1.193**	**1.065**	**847**	**12,0%**	**40,9%**	**3.925**	**3.605**	**2.804**	**8,9%**	**40,0%**
Margem EBITDA Ajustada	*7,9%*	*7,5%*	*7,8%*	*0,4 p.p.*	*0,0 p.p.*	*7,3%*	*7,7%*	*7,3%*	*-0,3 p.p.*	*0,0 p.p.*

O 4T21 seguiu as mesmas tendências observadas no 3T21, e continuamos enfrentando um ambiente de alta inflação e menor elasticidade do consumidor em relação aos preços, principalmente em produtos básicos. Nesse cenário, realizamos compras oportunísticas e conseguimos novamente um posicionamento de preço competitivo, crescimento de receita e altos níveis de rentabilidade.

O lucro bruto total do Atacadão aumentou 17,4% no trimestre para R$ 2,4 bilhões e a margem bruta ficou em 15,5%, +1,4 p.p. vs 4T20 e estável vs 3T21. Despesas VG&A aumentaram para R$ 1,2 bilhão (+23,3%), principalmente devido à aceleração das aberturas de lojas.

As despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita líquida apresentaram aumento de 1,06 p.p a/a, impactadas pela aceleração da expansão. Apesar desse aumento, a tendência sequencial é estável t/t e melhorou 0,3 p.p. vs 2T21 e 0,5 p.p. vs 1T21, resultado da maturação de novas lojas.

O EBITDA Ajustado atingiu impressionantes R$ 1,2 bilhão no trimestre, superando o forte patamar do 3T21 e 12% superior a/a, com margem de 7,9%. Comparado ao 4T19, o EBITDA ajustado foi 40,9% superior em termos nominais com margem estável, demonstrando mais uma vez a força do modelo, capacidade de crescimento e integração rápida de M&A com execução superior.

*Inclui atacado de entrega. Números anualizados para lojas com menos de 12 meses.

CARREFOUR VAREJO

Resiliência do segmento alimentar e rentabilidade estável em 2 anos

As vendas totais do Carrefour Varejo atingiram R$ 6,1 bilhões no 4T21, uma queda de 3,4% de LfL vs. 4T20 (-9,2% LfL ex-gasolina). Isso marca uma continuação das tendências observadas durante 2021.

A categoria alimentar mostrou novamente sua resiliência e registrou um crescimento LfL positivo de 1,4%, além do forte crescimento de 14,2% 4T20, impulsionado por um ambiente atípico de COVID-19. Ao longo de dois anos, as vendas totais permaneceram sólidas e encerraram o 4T21 em território positivo (+3,0%), impulsionadas pelo crescimento de 15,9% do segmento alimentar no período.

Nossos produtos de marca própria continuam quebrando recordes a cada trimestre. No 4T21, eles representaram 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos (+4,5 p.p. vs 4T20) e os volumes continuaram a crescer +33% no 4T21 a/a, com forte desempenho principalmente na categoria de produtos frescos (volumes +65%). Encerramos o trimestre com aproximadamente 3.240 SKUs (+16,9% ou 470 SKUs a/a).

Também tivemos um crescimento significativo de 35% a/a no 4T21 de frutas e vegetais "Únicos" - aqueles que não atendem aos padrões usuais em termos visuais, mas são perfeitos para consumo e vendidos a preços promocionais.

O Grupo Carrefour Brasil reconhece seu papel na sociedade e acredita que os itens de marca própria têm maior relevância nas cestas de clientes no atual ambiente inflacionário volátil e desafiador que impacta o poder de compra. Assim, pela segunda vez durante este período de pandemia, decidimos congelar os preços dos nossos produtos de marca própria de novembro/21 a janeiro/22.

As vendas LfL de produtos não-alimentares caíram 23,0% no 4T21 a/a, uma vez que continuaram sendo impactadas por uma base de comparação muito desafiadora e também pela deterioração do ambiente econômico já mencionada.

	4T21 (R$ MM)	LFL 4T21 vs 4T 20	LFL 4T21 vs 4T 19	Crescimento Total 4T21 vs 4T 20	Crescimento Total 4T21 vs 4T 19	2021 (R$ MM)	LFL 2021 vs 2020	LFL 2021 vs 2019	Crescimento Total 2021 vs 2020	Crescimento Total 2021 vs 2019
Multi-formato com serv. entrega rápida	**4.746**	**-5,6%**	**9,4%**	**-5,5%**	**9,4%**	**17.601**	**-4,7%**	**12,9%**	**-5,0%**	**12,8%**
Alimentar	3.231	2,1%	16,8%	2,2%	16,9%	11.819	2,5%	16,0%	2,3%	16,0%
Não Alimentar[1]	1.515	-18,5%	-3,6%	-18,6%	-3,7%	5.781	-16,6%	7,0%	-16,9%	6,7%
E-commerce	**392**	**-37,9%**	**-39,9%**	**-37,9%**	**-39,6%**	**1.630**	**-26,5%**	**-4,9%**	**-26,7%**	**-4,9%**
Alimentar 1P	21	-50,7%	-49,5%	-50,7%	-49,2%	168	-28,8%	54,1%	-29,0%	53,9%
Não Alimentar 1P[1]	371	-37,0%	-39,3%	-37,0%	-39,0%	1.463	-26,2%	-8,9%	-26,4%	-8,9%
Carrefour (s/gasolina): Multi-formato + E-comm	**5.138**	**-9,2%**	**2,9%**	**-9,2%**	**3,0%**	**19.231**	**-7,1%**	**11,1%**	**-7,3%**	**11,0%**
Alimentar	3.252	1,4%	15,7%	1,5%	15,9%	11.987	1,8%	16,4%	1,6%	16,4%
Não Alimentar[1]	1.886	-23,0%	-13,6%	-23,0%	-13,5%	7.244	-18,8%	3,4%	-19,1%	3,2%
3P	**161**	**-2,5%**	**5,6%**	**-2,5%**	**6,1%**	**512**	**-21,4%**	**17,8%**	**-21,7%**	**17,8%**
Carrefour + GMV (s/gasolina)	**5.300**	**-9,0%**	**3,0%**	**-9,0%**	**3,1%**	**19.743**	**-7,5%**	**11,3%**	**-7,7%**	**11,2%**

(1) Includes drugstores.

Melhorias estruturais confirmadas em 2021

O lucro bruto consolidado do Carrefour Varejo atingiu R$ 1,3 bilhão ou 23,2% no 4T21, 1,7 p.p. abaixo do mesmo período do ano passado, impactado pelo novo programa de fidelidade e pelo já esperado *trade down* dos consumidores em meio ao ambiente desafiador atual. Além disso, a margem bruta do ano passado foi levemente impulsionada pelo cancelamento da Black Friday, o que não ocorreu no 4T21.

Embora as despesas VG&A tenham aumentado 4,6% para R$ 991 milhões no 4T21, impactadas pelo aumento dos custos de energia e mão de obra, as melhorias de eficiência estrutural implementadas desde o ano passado resultaram em uma redução de 0,8% no ano. É importante mencionar que ainda temos despesas adicionais relacionadas ao COVID-19.

Em um período de dois anos, as despesas com vendas, gerais e administrativas do Carrefour Varejo aumentaram 5,7% e ficaram praticamente estáveis em relação à receita líquida.

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil** CNPJ 75.315.333/0001-09

Em R$ milhões	4T21	4T20	4T19	4T21 vs 4T 20	4T21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 Vs 2019
Vendas Brutas	6.059	6.271	5.783	-3,4%	4,8%	22.192	22.934	20.165	-3,2%	10,1%
Vendas Brutas ex-gasolina	5.138	5.656	4.987	-9,2%	3,0%	19.231	20.744	17.321	-7,3%	11,0%
Vendas Líquidas	**5.465**	**5.597**	**5.224**	**-2,4%**	**4,6%**	**19.957**	**20.582**	**18.299**	**-3,0%**	**9,1%**
Outras Receitas	155	169	130	-8,5%	18,9%	546	494	460	10,5%	18,7%
Vendas Totais	**5.620**	**5.766**	**5.354**	**-2,5%**	**5,0%**	**20.503**	**21.076**	**18.759**	**-2,7%**	**9,3%**
Lucro Bruto	**1.268**	**1.394**	**1.248**	**-9,0%**	**1,6%**	**4.745**	**5.161**	**4.507**	**-8,1%**	**5,3%**
Margem Bruta	*23,2%*	*24,9%*	*23,9%*	*-1,7 p.p.*	*-0,7 p.p.*	*23,8%*	*25,1%*	*24,6%*	*-1,3 p.p.*	*-0,9 p.p.*
Despesas VG&A**	**(991)**	**(948)**	**(938)**	**4,6%**	**5,7%**	**(3.668)**	**(3.698)**	**(3.532)**	**-0,8%**	**3,9%**
%VG&A de Vendas Líquidas	*18,1%*	*16,9%*	*18,0%*	*1,2 p.p.*	*0,2 p.p.*	*18,4%*	*18,0%*	*19,3%*	*0,4 p.p.*	*-0,9 p.p.*
EBITDA Ajustado**	**286**	**455**	**320**	**-37,1%**	**-10,6%**	**1.114**	**1.502**	**1.014**	**-25,8%**	**9,9%**
Margem EBITDA Ajustada	*5,2%*	*8,1%*	*6,1%*	*-2,9 p.p.*	*-0,9 p.p.*	*5,6%*	*7,3%*	*5,5%*	*-1,7 p.p.*	*0,0 p.p.*

O EBITDA Ajustado consolidado do Carrefour Varejo totalizou R$ 286 milhões ou 5,2% da receita líquida no 4T21. No ano, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 1,1 bilhão ou 5,6% da receita líquida, praticamente estável em dois anos, beneficiando-se da resiliência do Varejo e melhorias estruturais contínuas no digital.

Diluição de VG&A em 2 anos
-0,9 p.p.

BANCO CARREFOUR

Resultados fortes em um ambiente em deterioração

O faturamento do Banco Carrefour cresceu 14,6% e atingiu R$ 13,3 bilhões no 4T21, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour e Atacadão, que apresentaram crescimento de +8,8% e +26,1%, respectivamente. As vendas cruzadas e novos produtos, que compreendem principalmente empréstimos pessoais, também apresentaram números sólidos de R$ 155 milhões. O canal *off-us* continuou sua forte tendência de crescimento de 20,4% a/a no 4T21, destacando a força de nossos cartões de crédito e o potencial que temos na vida de nossos clientes fora do ecossistema. As vendas *on-us*, impactadas principalmente pelos menores volumes do segmento não alimentar no Varejo durante o ano, caíram 1,6% a/a no último trimestre de 2021.

A carteira de crédito total atingiu R$ 15,4 bilhões, alta de 13,4% a/a (IFRS9), confirmando a assertividade de nossa estratégia nos últimos dois anos, equilibrando foco no crescimento com exposição disciplinada ao risco.

Nossa receita aumentou 39,5% a/a no 4T21, favorecida pela sazonalidade usual no último trimestre do ano, mas também refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil.

Em R$ milhões	4T21	4T20	4T 19	4T21 vs 4T 20	4T21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Faturamento cartão Carrefour	8.486	7.802	6.879	8,8%	23,4%	30.907	25.919	23.650	19,2%	30,7%
Faturamento cartão Atacadão	4.641	3.680	2.721	26,1%	70,6%	16.624	11.971	8.966	38,9%	85,4%
Outros produtos*	155	106	122	45,7%	26,8%	640	325	482	96,7%	32,8%
Faturamento Total	**13.282**	**11.588**	**9.722**	**14,6%**	**36,6%**	**48.171**	**38.216**	**33.097**	**26,1%**	**45,5%**
Total da carteira de crédito	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%

*Outros produtos incluem empréstimos pessoais e pagamento de contas com o cartão.

Carga de risco: Nível adequado em um ambiente econômico deteriorado

A carga de risco permaneceu praticamente nos mesmos níveis observados em 2021 e atingiu R$ 369 milhões no 4T, -5,1% t/t. Na comparação a/a, cresceram 101,6%, refletindo a abordagem de provisionamento adequada diante de um ambiente econômico deteriorado.

Embora o 4T21 seja sazonalmente favorecido pelo pagamento do 13º salário, nosso nível de inadimplência (Non-Performing Loans - NPLs) continuaram aumentando no 4T21, após o processo natural de envelhecimento observado desde o final de 2020. O indicador Over 90 atingiu 10,7% e Over 30 foi 14,7%.

O índice de eficiência – índice que mede a eficiência na gestão das despesas do Banco – atingiu 30,8% no trimestre, seu melhor patamar desde o IPO do Grupo Carrefour Brasil e uma melhora de 9,2 p.p. em relação ao 4T20.

Mesmo com o impacto adicional da Lei 14.183/21, que elevou a alíquota do imposto de renda para instituições financeiras de 45% para 50% de julho a dezembro de 2021, o lucro líquido atingiu R$ 193 milhões no último trimestre de 2021, um aumento de 35,9%.

Evolução Portfólio de Crédito (R$ bilhões)

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Total	13,5	13,9	13,7	14,4	15,4
Ajuste IFRS9	2,5	2,8	2,1	2,2	2,2
Carteira	11,1	11,1	11,6	12,1	13,2
Over 30 BACEN	11,2%	11,3%	11,7%	13,1%	14,7%
Over 90 BACEN	9,3%	7,9%	8,1%	9,0%	10,7%

Em R$ milhões	4T21	4T20	4T19	4T21 vs 4T 20	4T21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Receitas da intermedição financeira	1.007	722	829	39,5%	21,5%	3.497	2.933	2.965	19,2%	17,9%
Carga de risco	(369)	(183)	(239)	101,6%	54,4%	(1.481)	(1.193)	(898)	24,1%	64,9%
Resultado bruto da intermediação financeira	**638**	**539**	**590**	**18,4%**	**8,1%**	**2.016**	**1.740**	**2.067**	**15,9%**	**-2,5%**
Despesas VG&A	(287)	(273)	(255)	5,1%	12,5%	(1.086)	(1.042)	(967)	4,2%	12,3%
EBITDA ajustado	**351**	**266**	**335**	**32,0%**	**4,8%**	**930**	**698**	**1.100**	**33,2%**	**-15,5%**
Despesa com depreciação e amortização	(12)	(9)	(9)	33,3%	33,3%	(44)	(36)	(34)	22,2%	29,4%
EBIT ajustado	339	257	326	31,9%	4,0%	886	662	1.066	33,8%	-16,9%
Outras receitas (despesas)	(28)	(14)	(13)	100,0%	115,4%	(69)	(59)	(54)	16,9%	27,8%
Resultado financeiro	(6)	(4)	(6)	50,0%	0,0%	(15)	(13)	(25)	15,4%	-40,0%
Imposto de renda	(112)	(97)	(84)	15,5%	33,3%	(339)	(237)	(344)	43,0%	-1,5%
Lucro líquido (100%)	**193**	**142**	**223**	**35,9%**	**-13,5%**	**463**	**353**	**643**	**31,2%**	**-28,0%**

RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO (APÓS EBITDA AJUSTADO)

Outras receitas e despesas operacionais

Em R$ milhões	4T21	4T20	Δ milhões de R$	2021	2020	Δ milhões de R$
Custos de reestruturação	(7)	(4)	(3)	(50)	(26)	(24)
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(32)	(19)	(13)	(47)	(105)	58
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	204	138	66	325	208	117
Projeto Pinheiros	-	-	-	495	-	495
Despesas com transações de M&A e outras	(17)	(59)	42	(89)	(83)	(6)
Outras receitas e despesas operacionais	**148**	**56**	**92**	**634**	**(6)**	**640**

Outras receitas aumentaram R$ 92 milhões para R$ 148 milhões no 4T21, impulsionadas por maiores receitas relacionadas a litígios, principalmente devido a: (i) decisões favoráveis e acordos de conciliação alcançados em processos administrativos (esfera cível); e (ii) autuações recentes no Atacadão relacionadas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Imposto de Renda

As despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R$ 230 milhões no 4T21, R$ 134 milhões ou 36,8% inferior ao mesmo período do ano anterior. A alíquota efetiva no trimestre foi de 17,4% vs. 26,5% no 4T20, favorecida pelo efeito de R$ 107 milhões de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da tributação dos valores relativos à taxa Selic recebidos em caso de pagamento indevido de impostos. Isso mais do que compensou a maior contribuição em nosso lucro consolidado antes de impostos do nosso banco, cuja alíquota de imposto de renda e contribuição social era de 50% de julho a dezembro de 2021, conforme determinado pela Lei 14.183/21 (de 45% antes). A alíquota efetiva ajustada para itens não recorrentes ficou em 28,1% no 4T21 e 29,4% em 2021.

Em R$ milhões	4T21	4T20	Δ	Δ%	2021	2020	Δ	Δ%
EBITDA Ajustado	1.757	1.732	25	1,4%	5.715	5.610	105	1,9%
Outras receitas e despesas operacionais	148	56	92	163,9%	634	(6)	640	n.m.
Depreciação e amortização	(314)	(278)	(36)	13,0%	(1.223)	(1.092)	(131)	12,0%
Receitas e despesas financeiras	(266)	(140)	(126)	89,7%	(786)	(579)	(207)	35,8%
Lucro Antes dos Impostos*	**1.325**	**1.370**	**(45)**	**-3,3%**	**4.340**	**3.933**	**407**	**10,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(230)**	**(364)**	**134**	**-36,8%**	**(965)**	**(1.081)**	**116**	**-10,7%**
Alíquota Efetiva	17,4%	26,5%			22,2%	27,5%		

Em R$ milhões	4T21	Ajustes	4T21 Ajustado	2021	Ajustes	2021 Ajustado
Lucro antes dos impostos e contribuições*	1.325	(151)	1.174	4.340	(639)	3.701
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(100)	(330)	(965)	(125)	(1.090)
Alíquota Efetiva	**17,4%**	**-**	**28,1%**	**22,2%**	**-**	**29,4%**

*Não inclui resultado de equivalência patrimonial.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

O lucro líquido ajustado fornece uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado como lucro líquido, menos outras receitas e despesas operacionais e o correspondente efeito financeiro e no imposto de renda.

Como resultado dos efeitos mencionados e também do impacto do aumento das despesas financeiras (maior nível de endividamento e taxas de juros), o lucro líquido ajustado atingiu R$ 766 milhões ou 3,7% da receita líquida no 4T21. Em 2021 o lucro líquido ajustado totalizou R$ 2,4 bilhões ou 3,3% da receita líquida do Grupo Carrefour Brasil.

Lucro Líquido 2021
R$ 2,4 bi
em uma forte base de comparação

Em R$ milhões	4T21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Lucro líquido, controladores	**1.017**	**935**	**8,8%**	**3.144**	**2.671**	**17,7%**
(+/-) Outras receitas(despesas)	(148)	(56)	163,8%	(635)	6	n.m.
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(3)	2	-268,5%	(4)	67	-105,6%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	(100)	5	n.m.	(125)	14	n.m.
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	n.m.	19	-	n.m.
Lucro líquido ajustado, controladores	**766**	**886**	**-13,5%**	**2.399**	**2.758**	**-13,0%**
Margem líquida	3,7%	4,5%	-0,7 p.p	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.

Capital de Giro

Demonstrando a forte sazonalidade do último trimestre do ano, nosso capital de giro permaneceu em níveis comparáveis ao do 4T20, com estoques 2 dias acima, impulsionados pelas compras do Atacadão. Antes dos recebíveis, o capital de giro representou um recurso líquido de R$ 5,8 bilhões (34 dias) no 4T21. Ao todo, representou um recurso líquido de R$ 4,8 bilhões ou 29 dias.

Capital de giro líquido
R$ 4,8 bi

	4T21		3T21		2T21		1T21		4T20	
	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias
(+) Estoques	8.788	52	8.534	53	7.867	50	7.958	52	7.709	50
(-) Fornecedores (**)	(14.553)	(87)	(8.670)	(54)	(9.194)	(58)	(8.428)	(55)	(13.860)	(90)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	**(5.766)**	**(34)**	**(136)**	**(1)**	**(1.327)**	**(8)**	**(470)**	**(3)**	**(6.151)**	**(40)**
(+) Contas a Receber (*)	951	6	2.503	15	1.659	11	1.429	9	1.051	7
(=) Capital de Giro incluindo recebíveis	**(4.815)**	**(29)**	**2.367**	**15**	**332**	**2**	**959**	**6**	**(5.100)**	**(33)**

(*) Recebíveis comerciais, excluindo recebíveis de aluguel das galerias (Carrefour Property) e fornecedores

(**) Excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis e líquido de descontos a serem recebidos de fornecedores.

Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo de Mercadorias Vendidas

Perfil da Dívida e Resultado Financeiro Líquido

Os empréstimos líquidos de derivativos para cobertura totalizaram R$ 6,9 bilhões em dezembro de 2021, R$ 3,3 bilhões superior ao final de 2020, explicado por duas linhas de crédito rotativo contratadas com o Carrefour Finance em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, das quais a Companhia já utilizou valor total de € 725 milhões (R$ 4,6 bilhões) – a Companhia já pagou R$ 3,0 bilhões desse valor com vencimento em dezembro de 2021. Houve também um empréstimo com quatro bancos no valor de R$ 1,9 bilhão assinado em setembro.

Com efeito da recente entrada de capital da referida nova dívida e também como resultado de sua forte geração de caixa, a Companhia encerrou 2021 com caixa líquido de R$ 565 milhões. Incluindo os recebíveis descontados, o Grupo Carrefour Brasil encerrou dezembro com dívida líquida de R$ 2,4 bilhões ou 0,43x EBITDA Ajustado LTM. Considerando a dívida líquida média LTM (R$ 5,9 bilhões, incluindo recebíveis descontados e usando números de final de trimestre), a alavancagem representaria 1,03x o EBITDA Ajustado LTM em dezembro de 2021 (vs 0,51x em 2020).

Em R$ milhões	Dez. 21	Dez. 20
Empréstimos	(6.877)	(3.617)
Caixa e equivalentes de caixa	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários – Banco Carrefour	497	358
(Dívida Líq.) Caixa Líquido	**565**	**2.413**
Recebíveis descontados	(3.013)	(2.100)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/recebíveis descontados)	**(2.448)**	**313**
Dívida com aluguéis (IFRS 16)	(2.038)	(1.860)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/aluguéis e recebíveis descontados)	**(4.486)**	**(1.547)**
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados)/EBITDA Ajustado LTM	*- 0,43x*	*0,06 x*
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados e aluguéis)/EBITDA Ajustado LTM	*- 0,79x*	*- 0,28x*

O custo líquido da dívida (incluindo recebíveis descontados) totalizou R$ 169 milhões no 4T21, impulsionado pelo aumento do nível de endividamento em relação a 2020 e também pelo aumento das taxas de juros no Brasil. O resultado financeiro líquido representou uma despesa de R$ 266 milhões neste trimestre, R$ 126 milhões superior ao 4T20.

Em R$ milhões	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto	(178)	(52)	242,2%	(426)	(199)	114,0%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(40)	(14)	187,1%	(66)	(89)	-25,6%
Receita Financeira	49	10	390,7%	67	47	42,7%
Custo da dívida, Líquido (c/recebíveis descontados)	**(169)**	**(56)**	**201,9%**	**(425)**	**(241)**	**76,4%**
Despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16)	(52)	(49)	6,1%	(211)	(183)	15,3%
Custo da dívida, Líquido (c/aluguéis e recebíveis descontados)	**(221)**	**(105)**	**110,5%**	**(636)**	**(424)**	**50,0%**
Juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais	(33)	(18)	84,5%	(109)	(70)	56,0%
Variação cambial, ganhos e (perdas) líquida	(1)	(7)	-82,6%	(1)	(32)	n.m.
Outros	(11)	(10)	8,6%	(40)	(53)	-24,8%
Resultado financeiro líquido	**(266)**	**(140)**	**89,7%**	**(786)**	**(579)**	**35,8%**

INVESTIMENTOS

O Capex total foi de R$ 927 milhões no 4T21 (+34,3% a/a) impulsionado principalmente pela contínua aceleração da expansão do Atacadão (+9 lojas orgânicas no 4T21 em cima de 35 até setembro) e também pelo aumento dos custos relacionados à construção. O valor negativo no efeito do IFRS 16 (ativos de direito de uso) no 4T21 refere-se a um ajuste contábil de R$ 55 milhões devido à revisão dos valores de aluguéis registrados a serem pagos pela Companhia no futuro. Os investimentos totais foram de R$ 911 milhões no 4T21.

Em R$ milhões	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Expansão*	670	434	54,4%	2.035	1.028	98,0%
Manutenção	122	94	29,6%	338	293	15,2%
Reformas de Lojas	26	39	-33,6%	87	85	2,2%
TI e outros	109	123	-11,3%	324	277	16,8%
Capex Total	**927**	**690**	**34,3%**	**2.784**	**1.683**	**65,4%**
Direito de uso de arrendamento	(16)	463	-103,5%	360	651	-44,7%
Total de adições de ativo fixo	**911**	**1.153**	**-21,0%**	**3.144**	**2.334**	**34,7%**
Aquisição lojas Makro	-	1.333	n.m.	170	1.529	-88,9%
Aquisição Grupo BIG	-	-	n.m.	900	-	n.m.
Investimentos Totais Capex + M&A	**911**	**2.487**	**-63,4%**	**4.214**	**3.863**	**9,1%**

*Inclui o valor referente à conversão das lojas Makro.

Fluxo de Caixa Livre

O Grupo Carrefour Brasil conseguiu manter uma geração de caixa muito forte mesmo quando comparado ao ano atípico de 2020, graças ao seu sólido desempenho das operações e também da gestão do capital de giro. Com isso, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais cresceu 14,3%.

Incluindo o efeito do aumento do Capex (+65,4%) para suportar a expansão mais acelerada do Atacadão (+44 lojas em 2021 vs. +20 lojas em 2020), o Fluxo de Caixa Livre totalizou R$ 2,1 bilhões (-15,1% vs. 2020).

Em R$ milhões	2021	2020	Δ%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações	**5,543**	**5,416**	**2.3%**
Imposto de renda pago	(1,144)	(1,201)	-4.7%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações, líquido de imposto de renda	**4,399**	**4,215**	**4.4%**
Variação nas exigências de capital de giro de mercadoria	(285)	342	-183.3%
Variação em Contas a pagar	693	2,371	-70.8%
Variação em Estoques	(1,079)	(1,760)	-38.7%
Variação em Contas a receber	100	(269)	-137.3%
Variação em Outros Ativos e Passivos Circulantes	333	(393)	-184.7%
Variação no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros	109	(178)	-161.2%
Variação do Capital de Giro	**157**	**(229)**	**-168.6%**
Fluxo de Caixa das Operações	**4,556**	**3,986**	**14.3%**
Capex (excluindo direito de uso e aquisições do Makro e Grupo BIG)	(2,784)	(1,683)	65.4%
Variações em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	277	81	241.4%
Alienação de ativos fixos	11	42	-73.8%
Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais	**(2,496)**	**(1,560)**	**60.0%**
Fluxo de Caixa Livre (*)	**2,060**	**2,426**	**-15.1%**
Lease operacional (IFRS16)	(339)	(290)	16.9%
Custo da dívida	(193)	(275)	-29.8%
Fluxo de Caixa Livre Acionista	**1,528**	**1,861**	**-17.9%**

(*) conforme definido no glossário.

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil** CNPJ 75.315.333/0001-09

REDE DE LOJAS

No 4T, inauguramos **9 novas lojas Cash & Carry** nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia e **2 atacados de entrega** nos estados de Minas Gerais e Acre. Sob as bandeiras Carrefour foram **12 lojas de proximidade** - incluindo lojas autônomas - e **1 abertura de supermercado** e fechamos 1 drogaria no estado de São Paulo.

Atualmente operamos 779 lojas com área total de 2.180.514m²

Número de lojas	Dez. 20	Aberturas	Fechamentos	Dez. 21
Atacadão	206	44	-	250
Hipermercados	100	-	-	100
Supermercados	53	1	-	54
Lojas de conveniência	130	14	-	144
Atacado	30	3	-	33
Drogarias	125	1	5	121
Postos de combustível	77	-	-	77
Grupo	**721**	**63**	**5**	**779**

Área de vendas	Dez. 20	Dez. 21	Δ (%)
Atacadão	1.136.762	1.348.527	18,6%
Hipermercados	704.876	700.179	-0,7%
Supermercados	67.781	68.403	0,9%
Lojas de conveniência	23.023	23.736	3,1%
Drogarias	8.035	7.811	-2,8%
Postos de combustível	31.858	31.858	0,0%
Área de vendas total (m²)	**1.972.335**	**2.180.514**	**10,6%**

*No 4T21, alinhamos o critério de mensuração das área de vendas entre os nossos segmentos (Atacadão e Varejo). Dados históricos também foram ajustados.

INFORMAÇÕES DA VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Streaming de Vídeo

Inglês	10h00 – Brasília
Português	08h00 – Nova York
16 de fevereiro de 2022	13h00 – Londres
(Quarta-feira)	14h00 – Paris

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

David Murciano - Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores
Natália Lacava - Diretora de Relações com Investidores
Ludimila Aielo - Especialistas de Relações com Investidores
Victor Bento - Especialistas de Relações com Investidores
Telefone: +55 11 3779-8500 e-mail: ribrasil@carrefour.com
website: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA

Em R$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas brutas	22.781	21.963	3,7%	81.185	74.751	8,6%
Vendas líquidas	20.661	19.873	4,0%	73.552	67.640	8,7%
Outras receitas	1.203	926	30,0%	4.199	3.551	18,2%
Receita operacional líquida	**21.864**	**20.799**	**5,1%**	**77.751**	**71.191**	**9,2%**
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(17.602)	(16.859)	4,4%	(62.875)	(57.273)	9,8%
Lucro bruto	4.262	3.940	8,2%	14.876	13.918	6,9%
Margem bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.
Despesas de VG&A	(2.518)	(2.221)	13,4%	(9.211)	(8.360)	10,2%
EBITDA Ajustado	**1.757**	**1.732**	**1,4%**	**5.715**	**5.610**	**1,9%**
Margem EBITDA ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.
Depreciação e amortização	(301)	(265)	13,7%	(1.173)	(1.040)	12,8%
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1)	n.m.	(9)	(8)	12,5%
Outras receitas (despesas)	148	56	163,9%	634	(6)	n.m.
EBIT	1.605	1.509	6,3%	5.117	4.504	13,6%
Despesas financeiras líquidas	(266)	(140)	89,7%	(786)	(579)	35,8%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	1.339	1.369	-2,2%	4.331	3.925	10,3%
Imposto de renda	(230)	(364)	-36,8%	(965)	(1.081)	-10,7%
Lucro líquido	**1.109**	**1.005**	**10,4%**	**3.366**	**2.844**	**18,4%**
Lucro líquido, controladores	**1.017**	**935**	**8,8%**	**3.144**	**2.671**	**17,7%**
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	92	70	31,2%	222	173	28,3%

ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R$ Milhões	Dez. 21	Dez. 20
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários	**47**	-
Contas a receber	1.298	1.330
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	11.038	9.417
Estoques	8.788	7.709
Impostos a recuperar	1.294	721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30	106
Instrumentos financeiros derivativos	95	116
Despesas antecipadas - Grupo BIG	900	-
Outras contas a receber	403	342
Ativo Circulante	**30.838**	**25.413**
Contas a receber	9	4
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	485	457
Instrumentos financeiros derivativos	107	185
Títulos e valores mobiliários	450	358
Impostos a recuperar	2.812	4.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	107	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	633	482
Despesas antecipadas	48	40
Depósitos e bloqueios judiciais	2.570	2.401
Outras contas a receber	142	87
Estoques	300	-
Propriedade para investimentos	560	397
Investimentos	104	111
Imobilizado	17.417	15.465
Intangível e ágio	2.342	2.323
Ativo não Circulante	**28.086**	**26.411**
Ativo total	**58.924**	**51.824**

Em R$ Milhões	Dez. 21	Dez. 20
Passivo		
Fornecedores	15.449	14.423
Empréstimos	3.019	574
Passivo de arrendamento	161	139
Operação com cartão de crédito	8.249	7.534
Impostos a recolher	372	531
Imposto de renda e contribuição social	267	101
Obrigações trabalhistas	825	891
Dividendos a pagar	**65**	**49**
Receita diferida	33	55
Outras contas a pagar	551	410
Instrumentos financeiros derivativos	85	13
Passivo Circulante	**29.076**	**24.720**
Empréstimos	3.973	3.344
Passivo de arrendamento	1.877	1.721
Operações com cartão de crédito	1.266	223
Imposto de renda e contribuição social diferidos	439	602
Provisões	3.290	3.618
Provisões (imposto de renda e contribuição social)	582	510
Receita diferida	18	18

Em R$ Milhões	Dez. 21	Dez. 20
Outras contas a pagar	7	23
Passivo não Circulante	**11.452**	**10.059**
Capital social	7.651	7.649
Reserva de capital	2.213	2.193
Reservas de lucros	7.487	6.143
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Lucros acumulados	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	10	6
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**17.079**	**15.709**
Participação de não controladores	**1.317**	**1.336**
Total passivo e patrimônio líquido	**58.924**	**51.824**

ANEXO III - BANCO CARREFOUR

De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada no prazo dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a índices de inadimplência mais elevados.
Por outro lado, o IFRS9 implica a constituição de provisões não só para créditos vencidos, mas também causa impactos relevantes de acordo com as perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo se baseia em diversos indicadores e expectativas, ele resulta em maior volatilidade dos resultados, índices e necessidade de capital.

DRE simplificada

Metodologia BACEN - Em R$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Receitas da intermedição financeira	**1.022**	**731**	**39,8%**	**3.527**	**2.971**	**18,7%**
Carga de risco	(401)	(111)	261,3%	(1.270)	(1.199)	5,9%
Lucro bruto	**621**	**620**	**0,2%**	**2.257**	**1.772**	**27,4%**
Despesas VG&A	(304)	(283)	7,4%	(1.119)	(1.083)	3,3%
EBITDA Ajustado	**317**	**337**	**-5,9%**	**1.138**	**689**	**65,2%**
Lucro Líquido (100%)	**164**	**188**	**-12,8%**	**580**	**349**	**66,2%**

IFRS 9 - Em R$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Receitas da intermedição financeira	**1.007**	**722**	**39,5%**	**3.497**	**2.933**	**19,2%**
Carga de risco	(369)	(183)	101,6%	(1.481)	(1.193)	24,1%
Lucro bruto	**638**	**539**	**18,4%**	**2.016**	**1.740**	**15,9%**
Despesas VG&A	(287)	(273)	5,1%	(1.086)	(1.042)	4,2%
EBITDA Ajustado	**351**	**266**	**32,0%**	**930**	**698**	**33,2%**
Lucro Líquido (100%)	**193**	**142**	**35,9%**	**463**	**353**	**31,2%**

Análise da Carteira de Créditos Vencidos

Metodologia BACEN - Em R$ milhões	Dezembro 21		Setembro 21		Junho 21		Março 21		Dezembro 20	
Carteira Total	13.194	100,0%	12.131	100,0%	11.620	100,0%	11.065	100,0%	11.063	100,0%
Carteira em Dia	10.985	83,3%	10.256	84,5%	10.019	86,2%	9.597	86,7%	9.686	87,6%
Atraso 30 dias	1.936	14,7%	1.586	13,1%	1.361	11,7%	1.249	11,3%	1.240	11,2%
Atraso 90 dias	1.410	10,7%	1.160	9,6%	943	8,1%	875	7,9%	1.034	9,3%
Saldo de PDD	**1.579**	**12,0%**	**1.377**	**11,4%**	**1.160**	**10,0%**	**1.097**	**9,9%**	**1.333**	**12,1%**
PDD/Atraso 90 dias		**112,0%**		**118,7%**		**123,0%**		**125,5%**		**128,9%**

IFRS 9 - Em R$ milhões	Dezembro 21		Setembro 21		Junho 21		Março 21		Dezembro 20	
Carteira Total	15.351	100,0%	14.375	100,0%	13.726	100,0%	13.901	100,0%	13.535	100,0%
Carteira em Dia	10.985	71,6%	10.253	71,3%	10.000	72,9%	9.577	68,9%	9.671	71,5%
Atraso 30 dias	4.077	26,6%	3.820	26,6%	3.467	25,3%	4.080	29,4%	3.708	27,4%
Atraso 90 dias	3.501	22,8%	3.350	23,3%	3.009	21,9%	3.651	26,3%	3.458	25,6%
Carteira até 360 dias										
Atraso 30 dias	1.999	15,1%	1.670	13,7%	1.455	12,4%	1.307	11,7%	1.307	11,7%
Atraso 90 dias	1.422	10,7%	1.201	9,8%	996	8,5%	877	7,9%	1.057	9,5%
Saldo de PDD	**4.120**	**26,8%**	**4.038**	**28,1%**	**3.706**	**27,0%**	**4.290**	**30,9%**	**3.978**	**29,4%**
PDD/Atraso 90 dias		**117,7%**		**120,5%**		**123,2%**		**117,5%**		**115,0%**

GLOSSÁRIO

EBITDA: Consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social", pela "equivalência patrimonial" e pelas despesas com "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

EBITDA Ajustado: O EBITDA ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas" (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

Faturamento Banco Carrefour: representa o montante total relacionado a uma operação transacionada por cartão de crédito.

Fluxo de Caixa Livre: definido como o caixa líquido fornecido pelas nossas atividades operacionais, mais caixa utilizado em variações de depósitos judiciais e bloqueio judicial de depósitos, menos caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos caixa utilizado em adições ao imobilizado, menos caixa utilizado em adições aos ativos intangíveis.

Funções Corporativas: incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das nossas holdings; (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio de nossa controladora que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas; e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos a nenhum segmento.

GMV: "Gross Merchandise Volume" ou volume bruto de mercadorias se refere à todas as vendas online (vendas próprias + vendas do marketplace), bem como receita com frete e exclui as comissões do marketplace, porém inclui impostos sobre vendas.

Lucro líquido ajustado: Lucro líquido, excluindo outras receitas e despesas e o efeito do resultado financeiro e imposto correspondente.

Margem de lucro bruto: Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual

Margem de lucro líquido: Calculamos a Margem de lucro líquido como o lucro líquido do período divido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada: Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Net Promoter Score (NPS): Uma ferramenta de gerenciamento que pode ser usada para avaliar a lealdade dos relacionamentos com clientes de uma empresa. Ele serve como uma alternativa à pesquisa tradicional de satisfação do cliente.

Outras receitas: As outras receitas compreendem as receitas de nosso segmento Soluções Financeiras (incluindo taxas de cartões bancários e juros provenientes das atividades de crédito ao consumidor), aluguéis de shopping centers e comissões relacionadas com outros serviços prestados nas lojas, caixa rápido e taxas de manuseio.

Vendas brutas: Receita total proveniente de nossos clientes em nossas lojas, postos de gasolinas, farmácias e em nosso site de comércio eletrônico.

Vendas Lfl: As referências a vendas mesmas lojas ("like-for-like" ou vendas "LFL") comparam as vendas brutas no período relevante com as do período imediatamente anterior, com base nas vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período. Como as vendas de gasolina são muito sensíveis aos preços de mercado, essas vendas são excluídas do cálculo de mesmas lojas. Outras empresas varejistas podem calcular as vendas LfL de forma diferente, portanto, nosso desempenho histórico e futuro das vendas mesmas lojas podem não ser comparáveis com outras métricas similares utilizadas por outras companhias.

Vendas líquidas: Vendas brutas ajustadas pelos impostos incidentes sobre as vendas (em particular impostos de ICMS e Pis/Cofins.).

PGC: Produtos de grande circulação.

AVISO LEGAL

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros da Companhia. Essas declarações prospectivas são baseadas nas visões e premissas atuais da Administração da Companhia. Tais declarações não são garantia de resultados ou desempenhos futuros. Os resultados e os desempenhos efetivos podem diferir substancialmente das declarações prospectivas, devido a um grande número de riscos e incertezas, incluindo, mas não limitado aos riscos descritos nos documentos de divulgação arquivados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em especial no Formulário de Referência. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

www.grupocarrefourbrasil.com.br

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	47	-
Contas a receber	7	1.031	907	1.298	1.330
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	11.038	9.417
Estoques	9	6.343	5.238	8.788	7.709
Impostos a recuperar	10	792	310	1.294	721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	30	106
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	93	116	95	116
Empréstimos a controladas	29	1.079	-	-	-
Adiantamento aquisição Grupo BIG	3	900	-	900	-
Outras contas a receber		60	98	403	342
		13.565	8.800	30.838	25.413
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	9	4
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	485	457
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	107	185	107	185
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	450	358
Impostos a recuperar	10	1.664	2.495	2.812	4.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		73	-	107	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	633	482
Despesas antecipadas		10	16	48	40
Depósitos e bloqueios judiciais	11	131	106	2.570	2.401
Empréstimos a controladas	29	-	1.019	-	-
Outras contas a receber		17	29	142	87
		2.002	3.850	7.363	8.115
Estoques	9	-	-	300	-
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	560	397
Investimentos	12	7.707	6.721	104	111
Imobilizado	13.2	13.414	11.371	17.417	15.465
Intangível	14	1.424	1.414	2.342	2.323
		24.547	23.356	28.086	26.411
Total do ativo		38.112	32.156	58.924	51.824

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	16	11.148	9.708	15.449	14.423
Empréstimos	28.3	2.939	491	3.019	574
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	85	-	85	13
Passivo de arrendamento	15	33	34	161	139
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	8.249	7.534
Impostos a recolher		139	159	372	531
Imposto de renda e contribuição social a pagar		84	60	267	101
Obrigações trabalhistas	32.2	380	378	825	891
Dividendos a pagar	20.4	-	-	65	49
Receita diferida	19	28	28	33	55
Outras contas a pagar		268	175	551	410
		15.104	11.033	29.076	24.720
Não circulante					
Empréstimos	28.3	3.871	3.167	3.973	3.344
Passivo de arrendamento	15	1.010	875	1.877	1.721
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	1.266	223
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.2	435	599	439	602
Provisões	18.1	360	488	3.290	3.618
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	582	510
Receita diferida	19	249	276	18	18
Outras contas a pagar		4	9	7	23
		5.929	5.414	11.452	10.059
Patrimônio líquido					
Capital social	20.2.1	7.651	7.649	7.651	7.649
Reserva de capital	20.2.2	2.213	2.193	2.213	2.193
Reservas de lucros	20.2.4	7.487	6.143	7.487	6.143
Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)
Ajustes de avaliação patrimonial	20.2.5	10	6	10	6
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		17.079	15.709	17.079	15.709
Participação de não controladores	20.5	-	-	1.317	1.336
		17.079	15.709	18.396	17.045
Total do passivo e do patrimônio líquido		38.112	32.156	58.924	51.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Vendas líquidas	22.1	53.598	47.062	73.552	67.640
Outras receitas	22.2	202	170	4.199	3.551
Receita operacional líquida	22	53.800	47.232	77.751	71.191
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(45.640)	(40.169)	(62.875)	(57.273)
Lucro bruto		8.160	7.063	14.876	13.918
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)
Depreciação e amortização	24	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Resultado de equivalência patrimonial	12	968	555	(9)	(8)
Outras receitas (despesas)	25	54	123	634	(6)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		4.210	3.689	5.117	4.504
Receitas financeiras		1.121	890	1.147	948
Despesas financeiras		(1.554)	(1.102)	(1.933)	(1.527)
Resultado financeiro	26	(433)	(212)	(786)	(579)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.777	3.477	4.331	3.925
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(793)	(744)	(1.279)	(1.021)
Diferido	17.1	160	(62)	314	(60)
Lucro líquido do exercício		3.144	2.671	3.366	2.844
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	3.144	2.671
Acionistas não controladores	20.5	-	-	222	173
Lucro líquido por ação básico e diluído (R$)	21	-		1,58	1,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	3.144	2.671	3.366	2.844
Outros resultados abrangentes - líquidos dos efeitos de impostos:	4	7	4	7
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting*	(14)	21	(4)	16
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usados para *hedge* de fluxo de caixa em controladas	10	(5)	-	-
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
Ganhos e (perdas) atuariais sobre benefícios a empregados, líquido de imposto	7	(9)	8	(9)
Ganhos atuariais sobre benefícios a empregados em controladas, líquido de imposto	1	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	3.148	2.678	3.370	2.851
Atribuível ao:				
Acionistas controladores	-	-	3.148	2.678
Acionistas não controladores	-	-	222	173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.777**	**3.477**	**4.331**	**3.925**
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	584	473	1.223	1.092
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	187	128	255	227
Juros sobre empréstimos a controladas	29	(61)	(19)	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	26	79	574	79	574
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	107	74	211	183
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos	26	159	(514)	159	(514)
Provisão para impairment de ativos imobilizados		-	-	18	(7)
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		8	30	56	120
Resultado projeto Pinheiros	25	-	-	(495)	-
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(123)	(149)	(325)	(208)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(968)	(555)	9	8
Pagamento baseado em ações		12	11	22	16
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		3.761	3.530	5.543	5.416
Variação do capital de giro	27	365	(54)	(64)	(4)
Variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	109	(178)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(842)	(765)	(1.144)	(1.201)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.284	2.711	4.444	4.033
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(19)	(10)	(161)	(170)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(2.488)	(3.058)	(2.793)	(3.275)
Adiantamento aquisição Grupo BIG	3	(900)	-	(900)	-
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		268	78	276	81
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	-	(82)	-	(1)
Empréstimos a controladas		-	(1.000)	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		9	22	11	42
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(3.130)	(4.050)	(3.567)	(3.323)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		2	6	2	6
Captação de empréstimos	28.4	6.620	2.662	6.620	3.177
Amortização de empréstimos	28.4	(3.593)	(2.049)	(3.671)	(2.641)
Juros pagos	28.4	(125)	(176)	(193)	(275)
Instrumentos financeiros derivativos		2	236	2	236
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(17)	(13)	(131)	(109)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(107)	(74)	(208)	(181)
Distribuição de dividendos		(1.800)	(494)	(2.025)	(573)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento		982	98	396	(360)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	2.131	3.372	5.672	5.322
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Valores Adicionados

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	59.225	52.014	85.649	78.657
Outras receitas	42	48	493	31
Constituição de provisão de perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(10)	(7)	(65)	(145)
	59.257	52.055	86.077	78.543
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(50.035)	(43.964)	(67.390)	(61.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.114)	(1.528)	(4.485)	(4.145)
Perda de valores ativos	(24)	(62)	(106)	(142)
	(52.173)	(45.554)	(71.981)	(65.667)
Valor adicionado bruto	7.084	6.501	14.096	12.876
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	(584)	(473)	(1.223)	(1.092)
Valor adicionado líquido produzido	6.500	6.028	12.873	11.784
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	968	555	(9)	(8)
Receitas financeiras	1.121	890	1.147	948
Valor adicionado total a distribuir	8.589	7.473	14.011	12.724
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(1.822)	(1.592)	(3.242)	(3.111)
Benefícios	(261)	(219)	(579)	(525)
F.G.T.S.	(115)	(95)	(190)	(168)
	(2.198)	(1.906)	(4.011)	(3.804)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.217)	(1.258)	(3.199)	(3.282)
Estaduais	(357)	(441)	(1.120)	(984)
Municipais	(68)	(53)	(213)	(188)
	(1.642)	(1.752)	(4.532)	(4.454)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(1.547)	(1.096)	(1.921)	(1.543)
Aluguéis	(58)	(48)	(126)	(79)
Encargos financeiros	-	-	(55)	-
	(1.605)	(1.144)	(2.102)	(1.622)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	(1.041)	(482)	(1.041)	(482)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(2.103)	(2.189)	(2.103)	(2.189)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(222)	(173)
	(3.144)	(2.671)	(3.366)	(2.844)
Valor adicionado total distribuído	(8.589)	(7.473)	(14.011)	(12.724)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 1° de janeiro de 2020		7.643	2.178	249	3.705	12	(282)	-	(1)	13.504	1.201	14.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.671	-	2.671	173	2.844
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	7
Total resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	2.671	7	2.678	173	2.851
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	6	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	15	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2019		-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-	(12)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	134	-	-	-	(134)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(49)	(52)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(479)	-	(479)	-	(479)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	759	-	(759)	-	-	-	-
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.296	-	-	(1.296)	-	-	-	-
Reversão dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Total de transações de capital com acionistas		6	15	134	1.296	747	-	(2.671)	-	(473)	(38)	(511)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	6	15.709	1.336	17.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (Em milhões de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 1° de janeiro de 2021		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	6	15.709	1.336	17.045
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.144	-	3.144	222	3.366
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	4
Total resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	3.144	4	3.148	222	3.370
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	20	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2020		-	-	-	-	(759)	-	-	-	(759)	(92)	(851)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	157	-	-	-	(157)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(65)	(68)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(1.038)	-	(1.038)	-	(1.038)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84)	(84)
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.946	-	-	(1.946)	-	-	-	-
Total de transações de capital com acionistas		2	20	157	1.946	(759)	-	(3.144)	-	(1.778)	(241)	(2.019)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021		7.651	2.213	540	6.947	-	(282)	-	10	17.079	1.317	18.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

continuação

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil**

CNPJ 75.315.333/0001-09

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Nota 1: Operações

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autosserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão" e "Carrefour".

Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Rua George Eastman 213, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

Nota 2: Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros e prejuízos e nos ativos líquidos de um empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela ***International Accounting Standards Board*** ("IASB").

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

Nota 2.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

Nota 2.3. Métodos de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Nota 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Nota 2.5. Novas Normas e Interpretações

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios - As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material - As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e o Grupo está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

- IFRS 17 - Contratos de seguro - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento decapital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Nota 3: Eventos Significativos do Período

COVID - 19

O Grupo Carrefour Brasil manteve as iniciativas adotadas desde março de 2020 para assegurar a saúde e segurança de seus clientes e colaboradores. Nossas lojas do Segmento Atacadão, Varejo, nossas drogarias e shoppings centers são partes de um processo rigoroso de verificação conduzido por uma empresa terceirizada a fim de garantir que nossos protocolos estejam alinhados com as melhores práticas internacionais. Nossas iniciativas e esforços foram reconhecidos como a primeira empresa brasileira de varejo a receber o selo internacional "My Care" que atesta a eficiência e segurança das medidas que o Grupo adotou para proteger seus clientes e funcionários.

Dentre as principais medidas tomadas pelo Grupo, podemos citar:

- Rápida implementação de um conjunto de medidas abrangentes, além dos exigidos pelos órgãos de saúde pública, em lojas e centros de distribuição;
- Adoção de uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho administrativo, como a recomendação de *home office*, criação de comitês de crise e o cancelamento de viagens nacionais e internacionais e a participação em eventos externos;
- Aumento do estoque de produtos mais sensíveis e prioritários, fortalecimento do quadro de funcionários de lojas e CDs, desenvolvimento acelerado de nossas capacidades no e-commerce; e
- Negociações recorrentes com fornecedores para evitar ou conter aumento de preços.

As medidas de confinamento tomadas em vários Estados e cidades também afetaram alguns segmentos e formatos:

- Nossos shoppings e galerias permaneceram fechados ou abertos com restrições conforme as medidas decretadas e;
- Restrições nas atividades de nossas lojas, tais como limitação de tráfego na loja, limitação de venda de itens não essenciais, restrição de horários de funcionamento, entre outras.

O Grupo reavaliou as estimativas contábeis a seguir:

- Provisão para perdas nos recebíveis decorrentes de locação de nossos shoppings e galerias relacionados ao período em que os estes ativos permaneceram fechados, conforme descrito na nota 28.7;
- Valor justo das propriedades para investimento, conforme descrito na nota 13.1; e
- Em nosso segmento de Soluções Financeiras, a provisão para risco de crédito foi calculada de acordo com a classificação de nossa carteira por estágios, como descrito na nota 28.7.

O Grupo realizou ao longo de 2021 o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da COVID-19, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber do segmento de Soluções Financeiras. Eventuais mudanças que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

Os impactos relacionados ao anúncio do período pós-pandêmico não são facilmente quantificados, principalmente devido ao rápido e constantemente desenvolvimento da situação. Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, em especial aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) tornar mais difícil ou oneroso para o Grupo obter financiamento para as operações ou refinanciar a dívida no futuro; (ii) prejudicar a condição financeira de clientes e fornecedores; e (iii) reduzir os programas de investimentos.

O Grupo mantém constante monitoramento sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (Nota 28.2). Adicionalmente, a administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 5) e a disponibilidade de linhas de crédito que permitem administrar seu nível de endividamento (Nota 33).

Verpar

Em 13 de outubro de 2021 foi assinado um Instrumento de Transação e Outras Avenças entre a Companhia e a Verpar S.A. com objetivo de finalizar definitivamente as Ações de Rescisão Contratual ajuizada por Verpar S.A. no ano de 2000 e Ação de Cobrança ajuizada pelo Carrefour Comércio e Indústria em 2012. Conforme o instrumento assinado a Verpar S.A. pagará a Companhia o valor de R$ 86 milhões em parcelas mensais e consecutivas nos próximos 10 anos.

Compra de Ativos do Makro

Em 24 de junho de 2021, a Companhia anunciou que todas as lojas adquiridas do Makro Atacadista S.A. foram integralmente convertidas para a bandeira Atacadão, com exceção da loja alugada localizada em São Gonçalo/RJ (e respectivo posto de combustível), que foi excluída da transação, por questões negociais junto ao proprietário do imóvel.

A Companhia desembolsou o valor total de R$ 1.958 milhões, em relação à aquisição das 22 lojas próprias, 7 lojas alugadas (totalizando 29 novas lojas) e 13 postos de combustível anunciadas no Fato Relevante de 16 de fevereiro de 2020.

Caso Porto Alegre

Em 11 de junho de 2021, a Companhia celebrou o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") junto ao Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, além de determinadas organizações não governamentais, em relação ao evento ocorrido na loja Carrefour localizada no bairro de Passo D' Areia, em Porto Alegre/RS, em 19 de novembro de 2020.

Através deste Termo, o Grupo Carrefour Brasil reafirma seu compromisso irrevogável a lutar contra o racismo e a atuar como um agente de transformação da sociedade. O Termo, com vigência de três anos, ratifica os diversos compromissos já assumidos publicamente e reforçados pelo Grupo Carrefour Brasil desde então e amplia até o montante total de R$ 115 milhões o fundo criado em novembro de 2020 para promover a inclusão racial e o combate ao racismo. O valor acordado no TAC será destinado, principalmente, a bolsas de estudo, campanhas educacionais, projetos sociais e qualificação profissional para negros e negras. O cumprimento das iniciativas definidas será verificado por uma auditoria externa.

O Termo extingue os processos coletivos em andamento relacionados ao caso e se soma aos vários acordos já assinados com os membros da família do Sr. João Alberto Silveira Freitas, demonstrando a diligência e proatividade do Grupo Carrefour Brasil após o incidente de Porto Alegre.

Aquisição Grupo BIG

No dia 24 de março de 2021, a Companhia anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de ações e outras avenças com Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S., companhia controlada pelo Walmart Inc., para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. pelo montante total de R$ 7,5 bilhões, sujeito aos demais ajustes nos termos do acordo. Do valor total da transação, foi pago a título de antecipação pela Companhia o valor equivalente a R$ 900 milhões.

A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, incluindo, mas não se limitando à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e dos acionistas da Companhia reunidos em sede de Assembleia Geral.

Projeto Pinheiros

No dia 03 de fevereiro de 2021, foi emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo o Alvará de Execução n° 2021/00700-00 do Projeto Pinheiros, publicado no diário oficial do município em 30 de janeiro de 2021. O projeto consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos pelo seu parceiro. Com a emissão do Alvará de Execução n° 2021/00700-00 foram cumpridas todas as condições precedentes para a escritura da permuta. Os impactos contábeis da transação foram registrados de acordo os critérios de mensuração dados a transações de permuta de ativos não financeiros (CPC 27/IAS 16) e registrados de acordo com a intenção de uso do ativo pela Companhia, seus efeitos estão descritos nas notas explicativas 9, 13 e 25.

Nota 4: Base de Consolidação

Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessar.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos".

Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2021 e 2020 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1° de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (impairment) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
- Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou
- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação.

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.
- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação.

Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	% de participação		% de participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") - Subsidiárias	**100,00**	-	**100,00**	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
E-mídia informações Ltda.	-	100,00	-	100,00
BSF Holding S.A. - Subsidiárias	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	**99,99**	-	**99,99**	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Verparinvest S.A.	0,01	99,99	0,01	99,99
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	**51,00**	-	**51,00**	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações nos fatos e circunstâncias consideradas pelo Grupo para avaliar a relação de controle junto às suas subsidiárias.

Nota 5: Caixa e Equivalente de Caixa

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	555	445	701	613
Aplicações financeiras	2.712	1.686	6.244	5.059
Caixa e equivalentes de caixa	**3.267**	**2.131**	**6.945**	**5.672**

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 84% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (87% em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e taxa média ponderada de 86% da taxa do CDI (90% em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

Nota 6: Títulos e Valores Mobiliários

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento.

A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Carteira Total:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	497	358
Títulos e valores mobiliários	**497**	**358**
Circulante	47	-
Não circulante	450	358

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic.

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

www.grupocarrefourbrasil.com.br

Nota 7: Contas a Receber

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas em atacado	678	729	678	729
A receber de cartão de crédito	68	-	225	326
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	69	68	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	178	168
Cartão alimentação	57	-	69	8
Verbas comerciais a receber (b)	93	81	171	142
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (b) e (c)	82	44	119	78
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(16)	(15)	(133)	(117)
Contas a receber, líquido	**1.031**	**907**	**1.307**	**1.334**
Circulante	**1.031**	**907**	**1.298**	**1.330**
Não circulante	-	-	**9**	**4**

(a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão e Carrefour, eliminados na consolidação.

(b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais. A contrapartida é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas no momento da venda da mercadoria.

(c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a controladora do Grupo na França (Nota 29).

A exposição do Grupo a riscos de crédito são divulgadas na Nota 28.7.

Cessão de contas a receber de clientes

O Grupo fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. O saldo correspondente a essas operações era de R$ 3.013 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.100 milhões em 31 de dezembro de 2020). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 - Resultado financeiro).

Nota 8: Atividades de Soluções Financeiras

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes do Carrefour e do Atacadão incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

- O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - circulante" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - não circulante".
- O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito - circulante" e "Operação com cartão de crédito - não circulante".
- Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.
- A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas", enquanto os custos correspondentes, incluindo aqueles relacionadas a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor são registrados na demonstração de resultado na rubrica de "Outros custos".

A variação do capital corrente das atividades bancárias, incluindo os efeitos relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor, é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

Nota 8.1. Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (ativo)

Em 31 de dezembro de 2021, o crédito ao consumidor totalizava R$ 11.523 milhões (R$ 9.874 milhões em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber	8.861	7.945
Empréstimos e financiamentos (a)	6.491	5.590
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (b)	(3.829)	(3.661)
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	**11.523**	**9.874**
Circulante	11.038	9.417
Não circulante	485	457

(a) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações decorrentes do cartão de crédito do Banco CSF S.A. de clientes para os quais já foi emitida a fatura, e não foi paga integralmente.

(b) A exposição do Grupo a riscos de crédito, e classificação por estágio de risco, do saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras são divulgadas na Nota 28.7.

Nota 8.2. Operações de cartão de crédito (passivo)

O saldo das contas a pagar da Empresa de soluções financeiras oriundo das operações de cartão de crédito totalizou R$ 9.515 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.757 milhões em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de dívida (depósitos interbancários)	1.905	1.245
Dívida mercantil:	**7.610**	**6.512**
Relacionados a adquirentes	6.729	5.544
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour (a)	881	968
Operações de cartão de crédito	**9.515**	**7.757**
Circulante	8.249	7.534
Não circulante	1.266	223

(a) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.

Nota 9: Estoques

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 16 (IAS 2) - Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos alimentares	5.892	4.916	6.939	5.939
Produtos não alimentares	451	322	1.671	1.602
Estoque em construção (a)	-	-	300	-
Outros produtos	-	-	178	168
Estoques, líquidos	**6.343**	**5.238**	**9.088**	**7.709**
Circulante	6.343	5.238	8.788	7.709
Não circulante	-	-	300	-

(a) O saldo refere-se às unidades adquiridas de uma nova torre corporativa que ainda estão em fase de construção na permuta de ativos no Projeto Pinheiros (Nota 3).

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para desvalorização de estoque, que impactaram o resultado, diminuíram em R$ 5 milhões na Controladora, totalizando R$ 17 milhões (R$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2020), e aumentaram em R$ 15 milhões no Consolidado, totalizando R$ 80 milhões (R$ 65 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 10: Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	199	184	583	807
ICMS substituição tributária (ST) (a)	2.068	1.922	3.564	3.508
ICMS a recuperar ativo imobilizado	121	87	122	88
PIS e COFINS (b)	228	771	252	788
Outros	-	1	9	34
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(160)	(424)	(403)
Impostos a recuperar	**2.456**	**2.805**	**4.106**	**4.822**
Circulante	792	310	1.294	721
Não circulante	1.664	2.495	2.812	4.101

(a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais. Dada decisão do Supremo Tributal Federal - STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundos das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos a 8 anos.

(b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal - "STF", proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos em nome da controlada direta Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e da controlada indireta Comercial de Alimentos Ltda. tiveram o transito em julgado, tornando-se definitivos e não passíveis de recurso, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, ocasião na qual foi reconhecido crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R$ 121 milhões, sendo R$87 milhões de principal e R$34 milhões de correção monetária, relativos ao período de 2013 a 2016, sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Já o processo em nome da Companhia teve trânsito em julgado, tornando-se definitivo e não passível de recurso durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019, ocasião na qual foi reconhecido o crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R$ 537 milhões, sendo R$ 361 milhões de principal e R$176 milhões de correção monetária relativo ao período de 2011 a 2016 sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Ainda, a Companhia reconheceu imposto de renda diferido passivo no montante R$ 183 milhões em relação ao crédito registrado.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal - STF: (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas.

Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Afora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

Nota 11: Depósitos e Bloqueios Judiciais

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	129	103	2.489	2.310
Trabalhistas	1	2	53	56
Cíveis	1	1	28	35
Depósitos e bloqueios judiciais	**131**	**106**	**2.570**	**2.401**

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente por:

- A ação do CCI e da Comercial de Alimentos sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R$ 1.533 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.502 milhões em 31 de dezembro de 2020); e
- A ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R$ 557 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 513 milhões em 31 de dezembro de 2020).

As provisões das respectivas ações são contabilizadas em cada encerramento, conforme Notas 18.2.1 e 18.2.2.

Movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Em 1° de janeiro de 2020	**108**	**2.382**
Atualização	2	58
Adição (reversão)	(2)	2
Utilização	(2)	(41)
Em 31 de dezembro de 2020	**106**	**2.401**
Atualização	3	55
Adição (reversão)	22	134
Utilização	-	(20)
Em 31 de dezembro de 2021	**131**	**2.570**

Nota 12: Investimentos

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Composição dos saldos

		Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	Percentual de participação direta	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas:					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	7.723	6.753	-	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	-	-	-	-
Nova Tropi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	273	279	-	-
CMBCI Invest. e Participações Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00%	(5)	1	-	-
(-) Eliminação (a)		(284)	(312)	-	-
Controladas em conjunto:					
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (b)	50,00%	-	-	70	73
Ewally Tecnologia e Serviços S.A. (c)	49,00%	-	-	34	38
Total dos investimentos		**7.707**	**6.721**	**104**	**111**

Movimentação dos saldos (controladora)

(Em milhões de Reais)	01/01/2020	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2020	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2021
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	6.131	6	541	(5)	80	**6.753**	8	952	10	-	**7.723**
Pandora Participações Ltda.	291	-	(12)	-	-	**279**	-	(6)	-	-	**273**
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	(1)	-	2	**1**	-	(6)	-	-	**(5)**
(-) Eliminação (a)	(339)	-	27	-	-	**(312)**	-	28	-	-	**(284)**
Total	**6.083**	**6**	**555**	**(5)**	**82**	**6.721**	**8**	**968**	**10**	**-**	**7.707**

(a) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras divulgada na Nota 19.

(b) Valor refere-se ao saldo em controlada em conjunto Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A., cuja participação é detida pela CMBCI Investimentos e Participações Ltda. O valor da despesa de equivalência patrimonial do exercício foi de R$ 5 milhões (R$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2020).

(c) Valor refere-se à participação adquirida em 04 de outubro de 2019 pela controlada Carrefour Comercio e Indústria Ltda. O valor de despesa de equivalência patrimonial do exercício foi de R$ 4 milhões (R$ 5 milhões em 31 de dezembro de 2020).

BSF Holding S.A.

A controlada indireta BSF Holding S.A. conta com participação significativa de não controladores e possuía os seguintes saldos nos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Balanço Patrimonial:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	2.863	2.826
Passivo	162	100
Patrimônio líquido	2.701	2.726

Demonstração dos resultados do exercício:

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receita	511	363
Lucro líquido	463	353

Nota 13: Propriedade para Investimento e Imobilizado

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) - Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.

Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou
- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (Yield Method). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.

Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

Nota 13.1. Propriedades para investimentos

	Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Custo das propriedades para investimentos	706	531
Depreciação	(146)	(134)
Total das propriedades para investimentos, líquido	**560**	**397**

Movimentação de propriedade para investimentos

Em 1° de janeiro de 2020	**408**
Adição	-
Depreciação	(11)
Em 31 de dezembro de 2020	**397**
Adição (a)	170
Transferência advinda do imobilizado (a)	5
Depreciação	(12)
Em 31 de dezembro de 2021	**560**

(a) Valor refere-se aos imóveis envolvidos na permuta de ativos do Projeto Pinheiros (Nota 3).

As receitas de aluguéis geradas por propriedades para investimentos, registradas nas demonstrações dos resultados na rubrica *"Outras receitas"* (Nota 22.2), totalizaram R$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2020). Os custos operacionais diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2020).

A avaliação do valor justo das propriedades para investimentos é realizada semestralmente, sendo a última realizada em 31 de dezembro de 2021, resultando em um valor justo das propriedades para investimentos de R$ 808 milhões.

Nota 13.2. Imobilizado

Políticas contábeis

O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.

Reconhecimento inicial

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.

O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.

Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo.

Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.

Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento

Quando o uso da propriedade muda de "ocupada pelo proprietário" para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

Vida útil

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada.

Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações

• Edificações	40 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 30 anos
• Equipamentos e instalações	4 a 15 anos
• Outros	5 a 10 anos

continua

continuação

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil

CNPJ 75.315.333/0001-09

Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.
A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre o período total do contrato.
Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

Teste ao valor recuperável (Nota 14.3)

Composição

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	31/12/2020 Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
						Controladora
Edificações e benfeitorias	8.108	(1.091)	**7.017**	6.486	(894)	**5.592**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	3.414	(1.634)	**1.780**	2.720	(1.344)	**1.376**
Imobilizado em andamento	448	-	**448**	596	-	**596**
Terrenos	2.962	-	**2.962**	2.691	-	**2.691**
Direito de uso de arrendamento	1.352	(145)	**1.207**	1.206	(90)	**1.116**
Total	**16.284**	**(2.870)**	**13.414**	**13.699**	**(2.328)**	**11.371**

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Custo	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido	31/12/2020 Custo	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido
								Consolidado
Edificações e benfeitorias	10.972	(2.698)	(18)	**8.256**	9.277	(2.405)	(15)	**6.857**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	7.304	(4.441)	(20)	**2.843**	6.549	(3.988)	(19)	**2.542**
Imobilizado em andamento	549	-	-	**549**	615	-	-	**615**
Terrenos	3.677	-	(2)	**3.675**	3.460	-	(2)	**3.458**
Direito de uso de arrendamento	2.659	(565)	-	**2.094**	2.363	(370)	-	**1.993**
Total	**25.161**	**(7.704)**	**(40)**	**17.417**	**22.264**	**(6.763)**	**(36)**	**15.465**

Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2021	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2021
						Controladora
Edificações e benfeitorias	**5.592**	994	(197)	(1)	629	**7.017**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	**1.376**	702	(322)	(10)	34	**1.780**
Imobilizado em andamento	**596**	748	-	-	(896)	**448**
Terrenos	**2.691**	44	-	(7)	234	**2.962**
Direito de uso de arrendamento	**1.116**	181	(56)	(30)	(4)	**1.207**
Total	**11.371**	**2.669**	**(575)**	**(48)**	**(3)**	**13.414**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2020	Adições (c)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
						Controladora
Edificações e benfeitorias	**5.007**	719	(159)	(18)	43	**5.592**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	**1.258**	392	(267)	(7)	-	**1.376**
Imobilizado em andamento	**37**	711	-	-	(152)	**596**
Terrenos	**1.588**	1.003	-	(9)	109	**2.691**
Direito de uso de arrendamento	**590**	587	(40)	(21)	-	**1.116**
Total	**8.480**	**3.412**	**(466)**	**(55)**	**-**	**11.371**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2021	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências (b)	*Impairment*	Saldo em 31/12/2021
							Consolidado
Edificações e benfeitorias	**6.857**	1.063	(280)	(17)	637	(4)	**8.256**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	**2.542**	912	(609)	(29)	32	(5)	**2.843**
Imobilizado em andamento	**615**	774	-	-	(840)	-	**549**
Terrenos	**3.458**	44	-	96	77	-	**3.675**
Direito de uso de arrendamento	**1.993**	360	(189)	(54)	(16)	-	**2.094**
Total	**15.465**	**3.153**	**(1.078)**	**(4)**	**(110)**	**(9)**	**17.417**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2020	Adições (c)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
						Consolidado
Edificações e benfeitorias	**6.322**	759	(241)	(37)	54	**6.857**
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	**2.546**	556	(540)	(34)	14	**2.542**
Imobilizado em andamento	**72**	723	-	-	(180)	**615**
Terrenos	**2.365**	1.004	-	(18)	107	**3.458**
Direito de uso de arrendamento	**1.610**	651	(173)	(95)	-	**1.993**
Total	**12.915**	**3.693**	**(954)**	**(184)**	**(5)**	**15.465**

(a) Inclui valores referentes à conversão das lojas do Makro que estavam em imobilizado em andamento.
(b) Inclui valores referentes aos ativos acima citados e aos ativos envolvidos na permuta de ativos do Projeto Pinheiros (Nota 3).
(c) Inclui valores referentes à compra de ativos do Makro Atacadista S.A.

Nota 14: Intangível

Políticas contábeis

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo foi registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios pelo Grupo, e baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.
Na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).
De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que a seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).
Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.
A amortização de fundo de comercio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Composição

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	31/12/2020 Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
						Controladora
Ágio	1.702	(312)	**1.390**	1.702	(312)	**1.390**
Software	89	(55)	**34**	70	(46)	**24**
Total	**1.791**	**(367)**	**1.424**	**1.772**	**(358)**	**1.414**

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido	31/12/2020 Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
							Consolidado
Ágio	3.289	(1.461)	-	**1.828**	3.289	(1.461)	**1.828**
Software	1.620	(1.216)	-	**404**	1.529	(1.094)	**435**
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	95	(62)	(9)	**24**	95	(58)	**37**
Intangível em andamento	86	-	-	**86**	23	-	**23**
Total	**5.090**	**(2.739)**	**(9)**	**2.342**	**4.936**	**(2.613)**	**2.323**

Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
		Controladora
Atacadão (a)	1.390	1.390
Total	**1.390**	**1.390**

(Em milhões de Reais)	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
		Consolidado
Varejo	437	437
Atacadão (a)	1.391	1.391
Total	**1.828**	**1.828**

(a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia por meio de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia na data da aquisição no montante de R$ 453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R$ 2.233 milhões, subsequentemente ajustado para R$ 2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R$ 1.702 milhões nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R$ 1.390 milhões.

Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2021	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
				Controladora
Ágio	**1.390**	-	-	**1.390**
Software	**24**	19	(9)	**34**
Total	**1.414**	**19**	**(9)**	**1.424**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
				Controladora
Ágio	**1.390**	-	-	**1.390**
Software	**21**	10	(7)	**24**
Total	**1.411**	**10**	**(7)**	**1.414**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2021	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	*Impairment*	Saldo em 31/12/2021
							Consolidado
Ágio	**1.828**	-	-	-	-	-	**1.828**
Software	**435**	64	(129)	(2)	36	-	**404**
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	**37**	-	(4)	-	-	(9)	**24**
Intangível em andamento	**23**	97	-	-	(34)	-	**86**
Total	**2.323**	**161**	**(133)**	**(2)**	**2**	**(9)**	**2.342**

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
						Consolidado
Ágio	**1.827**	1	-	-	-	**1.828**
Software	**443**	139	(124)	(53)	30	**435**
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	**40**	-	(3)	-	-	**37**
Intangível em andamento	**18**	30	-	-	(25)	**23**
Total	**2.328**	**170**	**(127)**	**(53)**	**5**	**2.323**

Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Políticas contábeis

Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.
Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.
Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por impairment é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.
O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.
O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.
A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (impairment) no ágio.

Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UCGs às quais o ágio é alocado.
De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.
Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.
Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.
A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.
Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de impairment. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:
- indicador de impairment interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o forecast mais recente; e
- indicador de impairment externo: um aumento significativo da taxa de desconto e/ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacadão e Varejo) que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:
(i) Receitas: projetadas de 2022 a 2026 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
(ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
(iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;
(iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
(v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
(vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
(vii) Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 9,3% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (10,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020); e
(viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 3,1% a.a. em 31 de dezembro 2021 (3,5% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade

Os testes de *impairment* em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2021 de acordo com o CPC 01/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.
As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021 Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo
Varejo	9,3%	3,1%
Atacadão	9,3%	3,1%

Nota 15: Operações de Arrendamento Mercantil

Políticas contábeis

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.
O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, como por exemplo, aquisição de fundo de comercio, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.
O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.
O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significantemente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.
O Grupo não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.
Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC/SEP 02/2019.

Grupo como arrendatário

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e prédios administrativos. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é demonstrada na nota 13.2 e do passivo de arrendamento na nota 28.4. Os fluxos estimados de pagamento são demonstrados na nota 28.3.
Esses contratos de arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 30 anos e podem ter uma opção de renovação. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador.

(Em milhões de Reais)	Atacadão Quantidade	Atacadão % total lojas	Varejo Quantidade	Varejo % total lojas	Soluções Financeiras Quantidade	Média ponderada do prazo estimado de arrendamento (em anos)	31/12/2021 Direito de uso líquido	Créditos de PIS e COFINS potencial	Direito de uso total	Passivo de arrendamento	31/12/2020 Direito de uso total	Passivo de arrendamento
Autosserviço	53	21%	-	N.A	-	13	933	69	1.002	(811)	881	(656)
Atacado de entrega	10	30%	-	N.A	-	18	110	10	120	(131)	136	(147)
Hipermercado	-	N.A	31	31%	-	4	313	28	341	(383)	336	(363)
Supermercado	-	N.A	46	84%	-	15	229	18	247	(277)	248	(264)
Conveniências	-	N.A	122	85%	-	21	91	6	97	(105)	85	(91)
Centros de distribuições	-	N.A	8	N.A	-	28	165	17	182	(209)	192	(213)
Edifícios administrativos	1	N.A	-	N.A	1	6	98	7	105	(122)	115	(126)
Total	**64**	**-**	**207**	**-**	**1**	**-**	**1.939**	**155**	**2.094**	**(2.038)**	**1.993**	**(1.860)**
Controladora									**1.207**	**(1.043)**	**1.116**	**(909)**
										(33)		(34)
										(1.010)		(875)
Consolidado									**2.094**	**(2.038)**	**1.993**	**(1.860)**
										(161)		(139)
										(1.877)		(1.721)

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
1 a 5 anos	3,7%	12,2%
6 a 10 anos	8,5%	13,5%
11 a 15 anos	10,9%	14,1%
Mais de 15 anos	11,9%	14,1%

Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	10,0%	5,03%	3,41%	3,00%	3,00%	-
Controladora	143	139	122	108	1.211	1.723
Consolidado	362	346	276	196	2.276	3.455

(Em milhões de Reais)	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxos corrigidos pela inflação	Despesa de depreciação do direito de uso	Despesa de depreciação considerando fluxos corrigidos pela inflação
Controladora	107	131	56	69
Consolidado	211	223	189	230

Grupo como arrendador

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Dentro de 1 ano	200	174
De 1 a 5 anos	289	161
Após 5 anos	5	-
Grupo como arrendador	**494**	**335**

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras

Nota 16: Fornecedores

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terceiros:				
Fornecedores mercadorias	10.473	9.307	14.002	13.358
Fornecedores diversos	90	84	663	574
Fornecedores de imobilizado	585	317	697	421
Partes relacionadas:				
Carrefour Import S.A.	-	-	86	64
Carrefour Argentina	-	-	-	5
Maison Johannes Boubee	-	-	1	1
Fornecedores	**11.148**	**9.708**	**15.449**	**14.423**

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza, montantes e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas.

O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 era R$ 2.289 milhões na controladora e R$ 3.614 milhões no consolidado (R$ 1.649 milhões na controladora e R$ 3.176 milhões no consolidado em 31 de dezembro 2020).

Nota 17: Imposto de Renda e Contribuição Social

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Segmento de Varejo e Atacadão

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Nossas controladas Imopar, E-mídia e CMBCI optaram por calcular os lucros tributáveis como uma porcentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, estas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

Segmentos de Soluções Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos da instituição financeira Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$ 240 mil para imposto de renda e 20% sobre o rendimento tributável da contribuição social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 25% e 20% sobre as diferenças temporárias De acordo com a Lei Nº 14.183/21, a alíquota da Contribuição Social, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras passou de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022.

Devido a essas alterações, os ativos e passivos fiscais diferidos, cuja realização espera-se ocorrer durante esse período, foram reconhecidos considerando a nova alíquota.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais).

São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	(793)	(744)	(1.279)	(1.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160	(62)	314	(60)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(633)**	**(806)**	**(965)**	**(1.081)**

Reconciliação da alíquota efetiva

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 22% (28% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020) e reflete, entre outros efeitos, o reconhecimento do valor justo do Projeto Pinheiros e o pagamento de juros sobre capital próprio.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.777**	**3.477**	**4.331**	**3.925**
Alíquota de imposto	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	**(1.284)**	**(1.182)**	**(1.473)**	**(1.335)**
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio	243	168	303	168
Equivalência patrimonial	323	180	-	-
Multas não dedutíveis	14	19	35	19
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos	-	-	55	63
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 50% (45% em 31 de dezembro de 2020)	-	-	(146)	(65)
Ajuste a valor justo do projeto Pinheiros (controlada Imopar - lucro presumido)	-	-	134	-
Efeito do IFRIC 23 (a)	73	-	107	-
Outras diferenças permanentes	(2)	9	20	69
Total	**(633)**	**(806)**	**(965)**	**(1.081)**
Alíquota efetiva	**-17%**	**-23%**	**-22%**	**-28%**

a) Em 27 de setembro de 2021, o STF reconheceu, em sede de repercussão geral (RE 1.063.187) Tema 962, a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. Diante dessa decisão, em 30 de novembro de 2021, foram registrados os créditos tributários de imposto de renda no montante de R$ 73 milhões na controladora e R$ 107 milhões no consolidado, na rubrica de Tributos a Recuperar.

Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos

A controladora apresenta um passivo fiscal diferido líquido de R$ 435 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 599 milhões em 31 de dezembro de 2020).

O ativo fiscal diferido líquido, na posição consolidada, é de R$ 194 milhões em 31 de dezembro de 2021. Variação positiva de R$ 314 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	633	482
Saldo de impostos diferidos passivos	(435)	(599)	(439)	(602)
Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)	**(435)**	**(599)**	**194**	**(120)**

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

Controladora

		Reconhecido em			Reconhecido em:		
(Em milhões de Reais)	01/01/2020	Resultado do exercício	ORA	31/12/2020	Resultado do exercício	ORA	31/12/2021
Depreciação de imobilizado	(158)	(31)	-	(189)	(37)	-	(226)
Ganhos tributários não realizados	(188)	(11)	-	(199)	199	-	-
Ganhos cambiais não realizados	-	-	-	-	(92)	-	(92)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(93)	(6)	(99)	20	4	(75)
Amortização fiscal de ágio	(472)	-	-	(472)	(1)	-	(473)
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Total imposto diferido passivo	**(818)**	**(135)**	**(6)**	**(959)**	**85**	**4**	**(870)**
Perdas cambiais não realizadas	-	71	-	71	68	-	139
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	29	-	29
Provisões	211	(32)	-	179	(25)	-	154
Outras provisões administrativas	8	5	-	13	4	-	17
Provisão para participação nos lucros	32	15	-	47	(17)	-	30
Provisão para descontos de vendas em estoque	24	1	-	25	3	-	28
Plano de pagamento baseado em ações	2	1	-	3	5	-	8
Outras provisões	10	12	-	22	8	-	30
Total imposto diferido ativo	**287**	**73**	**-**	**360**	**75**	**-**	**435**
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	**(531)**	**(62)**	**(6)**	**(599)**	**160**	**4**	**(435)**

Consolidado

		Reconhecido em:			Reconhecido em:		
(Em milhões de Reais)	01/01/2020	Resultado do exercício	ORA	31/12/2020	Resultado do exercício	ORA	31/12/2021
Depreciação de imobilizado	(214)	(32)	-	(246)	(39)	-	(285)
Amortização fiscal de ágio	(618)	-	-	(618)	(1)	-	(619)
Ganhos tributários não realizados	(188)	(30)	-	(218)	197	-	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	1	(93)	(2)	(94)	(44)	-	(138)
Total imposto diferido passivo	**(1.019)**	**(155)**	**(2)**	**(1.176)**	**113**	**-**	**(1.063)**
Perdas cambiais não realizadas	-	71	-	71	68	-	139
(-) Impairment de ativos fixos	15	(2)	-	13	4	-	17
Provisões	1.114	1	-	1.115	(47)	-	1.068
Prejuízo fiscal	884	(7)	-	877	(14)	-	863
Provisão para participação nos lucros	79	42	-	121	(43)	-	78
Provisão para descontos de vendas em estoque	165	(23)	-	142	7	-	149
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	179	(114)	-	65	-	-	65
Plano de ações	2	1	-	3	5	-	8
Aluguéis	255	61	-	316	14	-	330
Outras provisões	135	2	-	137	152	-	289
Total imposto diferido ativo	**2.828**	**32**	**-**	**2.860**	**146**	**-**	**3.006**
Total de impostos diferidos líquidos	**1.809**	**(123)**	**(2)**	**1.684**	**259**	**-**	**1.943**
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.867)	63	-	(1.804)	55	-	(1.749)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	**(58)**	**(60)**	**(2)**	**(120)**	**314**	**-**	**194**

Nota 17.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

Os ativos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R$ 1.749 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.804 milhões em 31 de dezembro de 2020), incluindo R$ 580 milhões referentes a prejuízos fiscais (R$ 735 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 1.169 milhões em diferenças temporárias (R$ 1.069 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo que para as empresas do segmento de Varejo, o estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

	Impostos diferidos ativos reconhecidos		Impostos diferidos ativos não reconhecidos	
(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	333	848	-	-
2023	51	192	-	-
2024	51	217	-	-
2025	-	-	-	97
2026	-	-	-	98
2027-2029	-	-	-	279
2030-2032	-	-	-	139
2033-2035	-	-	-	139
2036-2038	-	-	-	139
2039-2041	-	-	-	139
A partir de 2042	-	-	-	719
	435	**1.257**	**-**	**1.749**

Nota 18: Imposto de Renda a Pagar, Provisões e Passivos Contingentes

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 1° de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controlada Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.

De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizado na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

Nota 18.1. Movimentação das provisões

Controladora

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições /(reversões)	Utilização	31/12/2021
Tributárias	392	8	(85)	(61)	254
Trabalhistas	50	-	5	(14)	41
Cíveis	31	11	11	(4)	49
Benefícios pós-emprego	15	1	-	-	16
Provisões	**488**	**20**	**(69)**	**(79)**	**360**

Consolidado

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições /(reversões)	Utilização	31/12/2021
Tributárias	2.734	80	(237)	(133)	2.444
Trabalhistas	280	49	86	(169)	246
Cíveis	268	51	4	(32)	291
Compromissos contingentes (a)	317	-	(26)	-	291
Benefícios pós-emprego	19	1	(2)	-	18
Total	**3.618**	**181**	**(175)**	**(334)**	**3.290**

Consolidado

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	Atualizações e juros	Adições /(reversões)	Utilização	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 18.2.1)	**510**	**18**	**54**	**-**	**582**

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2021, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discute judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido a que as instituições financeiras estão sujeitas. O *leading* case que discutia este tema no Supremo Tribunal Federal foi julgado improcedente, em caráter definitivo, contra os contribuintes em junho de 2020. Portanto, o Banco CSF espera resultado semelhante na sua ação.

Em 31 de dezembro de 2021 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava R$ 582 milhões (510 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Os valores referentes a esta provisão foram pagos via depósitos judiciais, apresentados na nota 11.

Nota 18.2.2. PIS e COFINS

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, o Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. O Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconheceu provisão para determinados créditos e também efetuou depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais.

Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.

Os valores referentes a esta provisão estão depositados judicialmente, conforme apresentado na Nota 11.

Nota 18.2.3. ICMS Cesta Básica

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica deveria ser estornada. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, impactando todos os contribuintes. Os contribuintes apresentaram embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Em 9 de maio de 2019, o STF rejeitou os embargos de declaração, apresentados pelo contribuinte no caso principal (RE 635.688). Como resultado, não houve modulação dos efeitos do estorno de parte dos créditos reconhecidos sobre as transações de períodos anteriores dessa decisão. Desta forma, parte substancial das adições de provisões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refere-se à provisão registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de possível para provável em relação à matéria (Nota 18.2.5 e Nota 25).

Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

Conforme mencionado na Nota 25, a Companhia e suas controladas aderiam a programas de anistia fiscal concedidos por determinados estados durantes os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais incluíram débitos relacionados a este tema.

Nota 18.2.4. Outras contingências fiscais

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", (iv) COFINS - Base de cálculo e alíquota e (v) Outras causas menos relevantes.

Nota 18.2.5. Resumo dos litígios fiscais provisionados

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(582)	(510)
PIS e COFINS	(21)	(21)	(1.461)	(1.325)
ICMS	(210)	(351)	(837)	(1.220)
Outros tributos	(23)	(20)	(146)	(189)
Total das provisões tributárias	(254)	**(392)**	(3.026)	**(3.244)**
Depósitos judiciais oferecidos em garantia (notas 18.2.1 e 18.2.2)	-	-	**2.090**	**2.015**
Provisões tributárias líquidas de depósitos dados em garantia	**(254)**	**(392)**	**(936)**	**(1.229)**

O Grupo aderiu, no ano de 2020, a determinados programas estaduais de anistia fiscal. Especialmente, aos programas lançados pelo Mato Grosso do Sul e pelo Rio de Janeiro. O valor total envolvido nestes programas é de R$ 91 milhões na controladora e R$ 550 milhões no consolidado, cujos pagamentos realizados durante o exercício de 2020 totalizaram R$ 32 milhões na controladora e R$ 41 milhões no consolidado. Durante o exercício de 2021, os respectivos pagamentos totalizaram R$ 57 milhões na controladora e R$ 120 milhões no consolidado. A reversão relativa à provisão, decorrente dos benefícios das anistias, corresponde a R$ 58 milhões na controladora e R$ 357 milhões no consolidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com o desembolso em 2021, ainda houve a reversão de mais R$ 105 milhões no consolidado.

Durante o primeiro trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programa de anistias fiscais lançados por alguns estados, especialmente, Amazonas e Goiás. O valor total pago por meio desses programas foi de R$ 42 milhões na controladora e R$ 76 milhões no consolidado. A reversão bruta das provisões, devido ao benefício dessas anistias, totalizou R$ 31 milhões na controladora e R$ 53 milhões no consolidado.

Durante o segundo trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programa de anistias fiscais lançados por alguns estados, especialmente, Pernambuco. O valor total pago em relação a estes programas foi de R$ 7 milhões no consolidado. A reversão das provisões, decorrente do benefício das anistias, totalizou R$ 7 milhões no consolidado. Não houve impacto na controladora.

Durante o terceiro trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programas de anistia fiscal lançados por alguns estados, especialmente, Minas Gerais. O valor total pago em relação a estes programas foi de R$ 15 milhões na controladora e R$ 37 milhões no consolidado. A reversão das provisões, devido ao benefícios das anistias, totalizou R$ 1 milhão na controladora e R$ 45 milhões no consolidado.

Durante o quarto trimestre de 2021 o Grupo aderiu a programas de anistia fiscal lançados por alguns estados, especialmente Ceará, Paraíba e Tocantins. O valor total pago em relação a estes programas foi de R$ 1 milhão na controladora e R$ 1 milhão no consolidado. A reversão das provisões, devido ao benefícios das anistias, totalizou R$ 4 milhões no consolidado, sem impacto na controladora.

Os efeitos das referidas reversões estão apresentados na Nota 25.

Nota 18.3. Disputas relacionadas a empregados (trabalhistas) provisionadas

O Grupo é parte de vários processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público, envolvendo, basicamente reclamações em relação à jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhistas. Tais demandas envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista e ajuste de conduta.

Demandas de ex-empregados e empregados terceirizados

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para casos em fase inicial e inferiores a R$ 1 milhão. Baseado em banco de dados das empresas do Grupo referentes aos processos concluídos nos últimos dois anos e segregando os empregados pelas principais categorias, uma média sobre os pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados é calculada e aplicada para novas reclamações. Além disto, para os casos cujas reclamações trabalhistas são superiores a R$ 1 milhão, a expectativa de perda, incluindo o montante a ser registrado, é individualmente analisado por assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Nenhuma reclamação trabalhista individualmente é considerada como material pelo Grupo.

Processos coletivos movidos por associações profissionais e pelo Ministério Público

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em quantidade suficiente quando necessário.

continua

continuação

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil

CNPJ 75.315.333/0001-09

Nenhuma das ações movidas por associações ou Ministério Público é considerada individualmente material pelo Grupo.
Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para processos trabalhistas totalizavam R$ 246 milhões (R$ 280 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 18.4. Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, o Grupo Carrefour está sujeito às fiscalizações e autuações dos mais diversos órgãos e das mais diversas esferas (Municipal, Estadual e Federal), tendo em vista a ampla regulamentação aplicada ao ramo varejista. Já no âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo, da relação comercial com os fornecedores e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios.
Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para as disputas cíveis totalizavam R$ 291 milhões (R$ 268 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 18.5. Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo está envolvido em outras contingências tributárias, cíveis e previdenciárias, cujas perdas foram consideradas como possíveis pela Administração com o suporte de assessores jurídicos externos, e, portanto, não provisionadas, no valor de R$ 3.852 milhões na Controladora (R$ 3.710 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 9.070 milhões no Consolidado (R$ 8.451 milhões em 31 de dezembro de 2020). Considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido de passivos contingentes para o Grupo é de R$ 3.379 milhões na Controladora (R$ 3.237 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 8.481 milhões no Consolidado (R$ 7.859 milhões em 31 de dezembro de 2020).
Em janeiro de 2022 a controlada recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a créditos sobre determinadas despesas, bem como sobre descontos comerciais de seus fornecedores no valor total de R$ 483 milhões.

Nota 18.5.1. Tributários

Os passivos contingentes tributários são:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	3.044	2.974	3.255	3.183
PIS e COFINS	135	88	2.158	1.595
ICMS	562	486	2.842	2.901
Outros tributos	111	162	815	772
Total	**3.852**	**3.710**	**9.070**	**8.451**

Os principais tópicos que compõem os passivos contingentes tributários referem-se a: (i) Dedutibilidade de amortização de ágios, (ii) Alteração de regime de tributação de variação cambial para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, (iii) Tributação de ICMS sobre cupons cancelados e créditos de ICMS em disputa no Estado de São Paulo, (iv) Reconhecimento de créditos de PIS/COFINS sobre determinadas despesas, bem como tributação de PIS/COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores, e (v) Imposto sobre transmissão de bens Imóveis - ITBI.
Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A. (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde junho 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referentes à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.
O principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras refere-se à dedutibilidade da amortização do ágio decorrente da aquisição do Atacadão em 2007. A referida aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ / CSLL relativos: (a) as despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pago pelo Atacadão aos seus acionistas, desproporcionalmente à participação detida pelos acionistas. Os autos acima mencionados foram contestados pela Companhia.
Para o primeiro caso, durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão parcialmente favorável foi proferida, em esfera administrativa, reduzindo o risco total do auto de infração, quanto à dedutibilidade das despesas financeiras e multa qualificada. Com a exclusão dos valores cancelados (por meio da parte favorável do julgamento), em decorrência das decisões, a cobrança mantém-se em R$ 2.040 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.998 milhões em 31 de dezembro de 2020).
Em julho de 2017, a Companhia recebeu decisão desfavorável em instância final administrativa quanto aos demais pontos (dedutibilidade da amortização do ágio, multa isolada e JCP) e deu prosseguimento à defesa na esfera judicial. Em outubro de 2017, a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio do oferecimento de seguro-garantia.
Em julho de 2018, foi proferida decisão judicial de primeira instância desfavorável com relação aos juros sobre capital próprio - "JCP". Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso, e não há alteração na avaliação de risco.
Adicionalmente, quanto à mesma operação, a Companhia recebeu um segundo auto de infração complementar em 2016, relativa aos períodos de 2012 e 2013. Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributários pertinentes a essa matéria.
Com relação ao segundo auto de infração mencionado acima, em fevereiro de 2018, a Companhia obteve decisão administrativa parcialmente favorável no CARF quanto à (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. Quanto aos temas da amortização do ágio e da distribuição dos juros sobre capital próprio ("JCP"), o CARF manteve o posicionamento desfavorável. Atualmente há recursos da Companhia e das autoridades fiscais pendentes de julgamento. Em dezembro de 2019 a Companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R$ 120 milhões. Em junho de 2020 a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio de oferecimento de seguro-garantia. Em 31 de dezembro de 2021 o valor referente a este auto era de R$ 725 milhões (R$ 705 milhões em 31 de dezembro de 2020).
Em 31 de dezembro de 2021, o montante total em disputa era de R$ 2.765 milhões (R$ 2.705 milhões em 31 de dezembro de 2020), considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R$ 2.292 milhões (R$ 2.232 em 31 de dezembro de 2020).

Alteração de regime de tributação da variação cambial

A Companhia recebeu autos de infração pertinente ao período de 2015 e 2016 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social. As autoridades fiscais federais questionaram a mudança do regime de reconhecimento das variações cambiais e seus efeitos.
Em 31 de dezembro de 2021, o montante total destes autos de infração era de R$ 278 milhões (R$ 269 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendários de 2006 a 2010, referentes à suposta falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando do cancelamento de cupons fiscais. Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", por meio do qual o Carrefour adota preço inferior comprovado e apresentado pelo cliente, em um produto idêntico àquele a ser comprado numa loja Carrefour.
A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado, possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações contábeis, onze casos haviam sido julgados na esfera judicial, nove com decisões favoráveis ao Carrefour, uma decisão parcialmente favorável (aproximadamente 90% de ganho) e uma desfavorável com recurso do Carrefour pendente de julgamento. Os demais processos aguardam julgamento seja na esfera administrativa ou na esfera judicial.
O Carrefour constituiu provisão sobre o valor atualizado dos débitos, levando em consideração os casos que já receberam decisões já proferidas, ainda que não definitivas, o montante provisionado é revisado periodicamente.
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste passivo contingente era de R$ 1.519 milhões (R$ 1.576 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS - "GIA's", e também registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2021, o valor total das autuações recebidas era de R$ 488 milhões (R$ 480 milhões em dezembro de 2020).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

A controlada Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas. O valor total das autuações fiscais era de R$ 1.198 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.020 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.
Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.
Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.
Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.
Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.
Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.
Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mas relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019.
Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superiora do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).
Em 31 de dezembro de 2021 o valor total das autuações recebidas era de R$ 212 milhões (R$ 209 milhões em 31 de dezembro de 2020) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R$ 96 milhões (R$ 94 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Bonificação de fornecedores recebida pelo Carrefour

Como prática comum no varejo, o Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Carrefour recebeu autos de infração, pertinentes aos anos de 2007 e 2008, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.
No primeiro semestre de 2020, o Carrefour obteve duas decisões parcialmente favoráveis em razão de inconsistências nos autos de infração, resultando na redução de R$ 81 milhões do valor total das autuações, porém estas decisões ainda estão pendentes de recurso na esfera administrativa.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R$ 825 milhões (R$ 487 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Imposto sobre transmissão de bens Imóveis - ITBI - Carrefour

O município de São Paulo cobra do Carrefour o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital). Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI e a ocorrência da prescrição das cobranças.
No primeiro trimestre de 2020 o CCI obteve ganho parcial em 2 casos deste tema o que ocasionou uma redução de R$ 12 milhões no valor discutido. No terceiro trimestre o CCI também obteve ganho de um processo o que ocasionou uma redução de R$ 34 milhões em um caso de ITBI discutido contra o município de São Paulo.
Durante o segundo trimestre de 2021 o CCI obteve decisão integralmente favorável para um caso desse tema, o que ocasionou uma redução de R$17 milhões no valor discutido.
Em 31 de dezembro de 2021 o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R$ 240 milhões (R$ 236 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Outras contingências fiscais não provisionadas

A Companhia e suas controladas ainda possuem outras demandas administrativas e judiciais, as quais, após análise, foram classificadas como "perdas possíveis". Dentre os tópicos envolvidos estão: ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias.

Nota 18.5.2. Cíveis

Processo administrativo

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex- funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e determinado processo criminal decorrente de um deles não envolvem a Companhia.
Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. Esses processos se encontram ainda em fase inicial.
Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento, não existem ajustes a serem feitos nas demonstrações financeiras em relação ao tema.

Nota 19: Receita Diferida

Controladora

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.
Essa parceria propiciou o ingresso de R$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, tendo sido registrado em 31 de dezembro de 2016 como receita diferida o valor de R$ 825 milhões.
Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.
A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

	Controladora	
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Transação "Cartão Atacadão"	274	300
Outras receitas diferidas	3	4
Receita diferida	**277**	**304**
Circulante	28	28
Não circulante	249	276

Consolidado

Em 03 de novembro de 2020 lançamos o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.
A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.
Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no consolidado referente essa transação é de R$ 21 milhões no passivo circulante.

Nota 20: Patrimônio Líquido

Nota 20.1. Gestão de capital

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:
- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;
- Otimizar os retornos dos acionistas; e
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.
O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria

Nota 20.2.1. Capital social

Emissão de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 140.500 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal com o valor de emissão de R$ 11,70 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.
O capital social da Companhia devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R$ 7.651 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.649 milhões em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.985.339.550 ações ordinárias (1.985.199.050 em 31 de dezembro de 2020), nominativas, escriturais e sem valor nominal.
A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é apresentada abaixo:

Quantidade de ações	31/12/2021		31/12/2020	
Acionistas				
Carrefour Nederland B.V.	770.832.970	39%	770.832.970	39%
Carrefour S.A.	651.400.000	33%	651.400.000	33%
Península II Fundo de Investimento em Participações	152.070.854	8%	152.070.854	8%
Free Float	411.035.726	20%	410.895.226	20%
Total	**1.985.339.550**	**100%**	**1.985.199.050**	**100%**

Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: *i)* absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; *ii)* resgate, reembolso ou compra de ações; *iii)* resgate de partes beneficiária; *iv)* incorporação ao capital; e *v)* pagamento de dividendo cumulativo.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da reserva de capital era de R$ 2.213 milhões (R$ 2.193 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 63 milhões (R$ 43 milhões em 31 de dezembro de 2020) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

Nota 20.2.4. Reserva legal e retenção de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 540 milhões (R$ 383 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:
(i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* (Nota 28.8);
(ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
(iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.
Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

Nota 20.3. Ações em tesouraria

Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.
Não havia ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nota 20.4. Dividendos

Políticas contábeis

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.
O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

Controladora

Em 12 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 1.241 milhões que equivale a R$ 0,63 por ação. Descontada às antecipações feitas durante o ano de 2020, restando o valor de R$ 759 milhões. A proposta de distribuição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 e o pagamento das ações ocorreu em 24 de junho de 2021 aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 16 de abril de 2021.
Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, no valor bruto de R$ 175 milhões, equivalente ao valor de R$ 0,088148225 por ação em circulação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 18 de junho de 2021, sendo que a partir de 21 de junho de 2021 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio. O pagamento foi realizado em uma única parcela, no dia 30 de junho de 2021, na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isento.
Em 09 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos, no valor bruto de R$ 324 milhões, equivalentes a 0,163145896 por ação em circulação, e de juros sobre capital próprio, no valor de R$ 542 milhões, equivalentes a 0,273001160 por ação em circulação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 12 de novembro de 2021, sendo que a partir de 16 de novembro de 2021 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito". O pagamento foi realizado em 2 (duas) parcelas, nos dias 25 de novembro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, na proporção da participação de cada acionista, com retenção de Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas imunes ou isentos.

(Em milhões de Reais)	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	3.144	2.671
Reserva legal	(157)	(134)
Lucro líquido ajustado, de acordo com a lei das S.A.s	**2.987**	**2.537**
Dividendo	1.041	1.241
	35%	49%

Controlada BSF holding

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2020, é R$ 100 milhões, dos quais o valor de R$ 51 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R$ 49 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. Em 29 de abril de 2021, foi aprovada além da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, dividendos adicionais propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 189 milhões, dos quais o valor de R$ 97 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R$ 92 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. O montante de R$ 289 milhões (R$148 milhões controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e R$ 141 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.) foi liquidado em 21 de junho de 2021.
Na Assembleia Geral Extraordinária em 09 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários e juros sobre capital próprio decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 170 milhões, dos quais o valor de R$ 86 milhões foi pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R$ 84 milhões foi pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.
O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2021, é R$ 132 milhões, dos quais o valor de R$ 67 milhões será pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R$ 65 milhões a ser pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

Nota 20.5. Não controladores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acionistas não controladores possuem participação em 49% das ações da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. e 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A, cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.

Nota 21: Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Participação dos Controladores)

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.
As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.
O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.
A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)	**3.144**	**2.671**
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	1.985	1.985
Denominador básico (em milhões)	**1.985**	**1.985**
Opções de compra de ações (em milhões)	3	2
Denominador diluído (em milhões)	**1.988**	**1.987**
Lucro básico por ação (em R$)	**1,58**	**1,35**
Lucro diluído por ação (em R$)	**1,58**	**1,35**

Nota 22: Receita Operacional Líquida

Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.
As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.
As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, aluguéis de centros comerciais e taxas de franquia.
A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).
A receita é reconhecida se:
- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*

www.grupocarrefourbrasil.com.br

e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

- Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Programa de fidelidade

As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas. O valor é estimado com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita operacional bruta	59.225	52.014	85.584	78.812
Impostos sobre receitas	(5.425)	(4.782)	(7.833)	(7.621)
Receita operacional líquida	**53.800**	**47.232**	**77.751**	**71.191**

Nota 22.1 Vendas líquidas

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas brutas de vendas	58.997	51.821	81.185	74.751
Impostos sobre vendas	(5.399)	(4.759)	(7.481)	(7.085)
Vendas líquidas antes do programa de fidelidade	**53.598**	**47.062**	**73.704**	**67.666**
Programa de fidelidade	-	-	**(152)**	**(26)**
Vendas líquidas	**53.598**	**47.062**	**73.552**	**67.640**

Nota 22.2 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas brutas	-	-	3.703	3.326
Impostos e deduções	-	-	(228)	(415)
Receitas de transações financeiras	-	-	**3.475**	**2.911**
Serviços e comissões	201	172	645	587
Receita de aluguéis	27	21	203	170
Impostos sobre vendas	(26)	(23)	(124)	(117)
Outras receitas	**202**	**170**	**4.199**	**3.551**

Nota 23: Custo das Mercadorias Vendidas, Serviços Prestados e Operações Financeiras

Políticas contábeis

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo das mercadorias vendidas	(45.627)	(40.156)	(61.298)	(56.028)
Depreciação	(13)	(13)	(50)	(52)
Outros custos	-	-	(1.527)	(1.193)
Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	**(45.640)**	**(40.169)**	**(62.875)**	**(57.273)**

Outros custos compreendem em sua grande maioria a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras determinadas conforme critérios descritos na nota 28.7. O valor destas provisões, líquido de reversões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 era R$ 1.305 milhões (R$ 1.160 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Nota 24: Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Depreciação e Amortização

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)
Depreciação e amortização	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Despesas com vendas, depreciação e amortização	**(4.972)**	**(4.052)**	**(10.384)**	**(9.400)**

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesa com benefícios a empregados	(2.509)	(2.158)	(4.778)	(4.498)
Despesa de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais (a)	(23)	(18)	(38)	(28)
Aluguéis	(50)	(45)	(90)	(54)
Serviços de terceiros	(288)	(245)	(1.440)	(1.404)
Custos de manutenção e reparação	(368)	(295)	(724)	(659)
Energia, água e gás	(497)	(387)	(779)	(653)
Comissão de cartão de crédito	(97)	(86)	(273)	(218)
Outras despesas	(569)	(358)	(1.089)	(846)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	**(4.401)**	**(3.592)**	**(9.211)**	**(8.360)**

(a) As despesas reconhecidas como pagamento baseado em ações corresponde (i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de outorga (R$ 12 milhões na Controladora e R$ 22 milhões no Consolidado) e (ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e aos encargos sociais.

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidado totalizaram respectivamente R$ 584 milhões e R$ 1.223 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 473 milhões e R$ 1.092 milhões em 31 de dezembro de 2020), como segue:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Imobilizado	(562)	(453)	(1.028)	(902)
Intangíveis	(9)	(7)	(133)	(127)
Propriedade de investimento	-	-	(12)	(11)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento	**(571)**	**(460)**	**(1.173)**	**(1.040)**
Depreciação da área logística	(13)	(13)	(50)	(52)
Depreciação e amortização	**(584)**	**(473)**	**(1.223)**	**(1.092)**

Nota 25: Outras Receitas (Despesas)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos (i)	39	10	(47)	(105)
Custos de reestruturação (ii)	(22)	(3)	(50)	(26)
Receitas relativas a demandas judiciais (iii)	134	149	481	574
Despesas relativas a demandas judiciais (iii)	(11)	-	(156)	(366)
Custos em transações de aquisição de empresas e ativos (iv)	(86)	(33)	(86)	(33)
Resultado projeto Pinheiros (v)	-	-	495	-
Outras despesas (vi)	-	-	(3)	(50)
Outras receitas (despesas)	**54**	**123**	**634**	**(6)**
Outras receitas	173	149	976	574
Outras despesas	(119)	(26)	(342)	(580)

(i) Os "Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos" podem conter (i) o resultado das perdas por *impairment* de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, remodeling de nossas lojas, etc. Em 2020, em sua maior parte é decorrente da baixa devido à troca do sistema da plataforma de e-commerce.

(ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento.

(iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão dos pagamentos de provisões após o pagamento sob a anistia descrita na nota 18.2.5 e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica (Nota 18.2.3); (b) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (Nota 18.5.1); e (c) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Acordo assinado com a Verpar S.A. conforme mencionado na nota 3. Em 2020 inclui-se ainda (a) Decisão favorável em causa cível; (b) Decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e (c) Provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS.

(iv) Em 2021 o montante refere-se principalmente a aquisição do Grupo BIG S.A. (Nota 3). Em 2020 referente à compra de ativos do Makro Atacadista S.A..

(v) Refere-se principalmente ao ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos (Nota 3).

(vi) Em 2020 o saldo refere-se principalmente aos gastos oriundos do incidente ocorrido na loja de Porto Alegre em Novembro.

Nota 26: Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	42	37	67	47
Atualização monetária de depósitos judiciais	5	3	57	66
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	1.000	823	1.000	823
Outras receitas financeiras	74	27	23	12
Total das receitas financeiras	**1.121**	**890**	**1.147**	**948**
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(180)	(128)	(189)	(138)
Juros sobre arrendamentos	(107)	(74)	(211)	(183)
Juros de antecipação de cartão de crédito	(7)	-	(66)	(89)
Comissão de carta de fiança	(1)	(1)	(18)	(28)
Atualização monetária das provisões para contingências	(12)	(10)	(166)	(136)
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	(81)	(574)	(79)	(607)
Juros sobre instrumentos derivativos	(237)	(61)	(237)	(61)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(922)	(248)	(922)	(248)
Imposto sobre transações financeiras	(7)	(5)	(11)	(7)
Outras despesas financeiras	-	(1)	(34)	(30)
Total das despesas financeiras	**(1.554)**	**(1.102)**	**(1.933)**	**(1.527)**
Resultado financeiro	**(433)**	**(212)**	**(786)**	**(579)**

A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira junto a sua coligada, Carrefour Finance, na Bélgica e instituições financeiras no exterior. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos *(contratos a termo, NDFs ou Swap em Euros e Dólares)* designados como hedge para proteção contra perdas cambiais conforme descritos na nota 28.8.

Os ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, como resultado de nossa estrutura de hedge, descrita na nota 28.8, são apresentados abaixo.

(Em milhões de reais)	**Controladora e Consolidado**
Perda com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (a)	(79)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	78
Variação cambial e derivativos, impacto líquido	**(1)**

(a) Não inclui variação cambial sobre demais ativos e passivos financeiros.

Nota 27: Alterações no Fluxo de Caixa

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021			2020	31/12/2021			2020
	Saldo final	**Saldo inicial**	**Variação**	**Variação**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Variação**	**Variação**
(-) Contas a receber	(1.031)	(907)	(124)	(46)	(1.307)	(1.334)	27	(123)
(-) Estoques	(6.343)	(5.238)	(1.105)	(1.589)	(8.788)	(7.709)	(1.079)	(1.760)
+ Fornecedores	10.563	9.392	1.171	2.014	14.752	14.002	750	2.155
(-) Impostos a recuperar	(2.456)	(2.805)	349	(457)	(4.106)	(4.822)	716	(619)
(-) Depósitos judiciais	(131)	(106)	(25)	2	(2.570)	(2.401)	(169)	(19)
+ Obrigações trabalhistas	380	378	2	70	825	891	(66)	201
+ Impostos a pagar	139	159	(20)	41	372	531	(159)	249
(-) Outros ativos operacionais	(85)	(144)	59	(64)	(1.090)	(826)	(264)	(165)
+ Outros passivos operacionais	910	975	(65)	(174)	4.494	4.635	(141)	(133)
+/(-) Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(2)	(13)	11	(18)
+ Outros ajustes:								
Variação de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos				-			(15)	20
Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais	-	-	123	149	-	-	325	208
Variação em ativos e passivos operacionais	**1.946**	**1.704**	**365**	**(54)**	**2.580**	**2.954**	**(64)**	**(4)**
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(11.523)	(9.874)	(1.649)	(1.008)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	9.515	7.757	1.758	830
Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	**(2.008)**	**(2.117)**	**109**	**(178)**

(*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 somaram o montante de R$ 1.305 milhões (R$ 1.160 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 28: Instrumentos Financeiros

Políticas contábeis

Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o impairment diminuir, a perda por impairment anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por *impairment* previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito

A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de default maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pela Companhia para fins de classificação em estágios.

Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos

Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- contas a receber (Nota 7);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 8);
- outras contas a receber.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- empréstimos: Os "Empréstimos de Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 16);
- operações com cartão de crédito (Nota 8.2); e
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nocional, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

continua

continuação

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil**
CNPJ 75.315.333/0001-09

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da *Bloomberg*. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da *BM&F Bovespa*; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da *BM&F Bovespa* apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da *Bloomberg*.

Nota 28.1. Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 (IFRS13) e a respectiva mensuração:

		Controladora				
		Em 31 de dezembro de 2021				
			Divisão por categoria			
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		3.267	-	3.267	-	3.267
Contas a receber		1.031	-	1.031	-	1.031
Instrumentos financeiros derivativos	2	200	-	-	200	200
Empréstimos a controladas	2	1.079	-	1.079	-	1.135
Outras contas a receber		37	-	37	-	37
Ativo		**5.614**	**-**	**5.414**	**200**	**5.670**
Fornecedores		11.148	-	11.148	-	11.148
Empréstimos	2	6.810	3.703	3.107	-	5.521
Outras contas a pagar		272	-	272	-	272
Instrumentos financeiros derivativos	2	85	-	-	85	85
Passivo		**18.315**	**3.703**	**14.527**	**85**	**17.026**

		Controladora				
		Em 31 de dezembro de 2020				
			Divisão por categoria			
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		2.131	-	2.131	-	2.131
Contas a receber		907	-	907	-	907
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	301
Empréstimos a controladas	2	1.019	-	1.019	-	1.011
Outras contas a receber		83	-	83	-	83
Ativo		**4.441**	**-**	**4.140**	**301**	**4.433**
Fornecedores		9.708	-	9.708	-	9.708
Empréstimos	2	3.658	1.673	1.985	-	4.122
Outras contas a pagar		184	-	184	-	184
Passivo		**13.550**	**1.673**	**11.877**	**-**	**14.014**

		Consolidado					
		Em 31 de dezembro de 2021					
			Divisão por categoria				
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		6.945	-	6.945	-	-	6.945
Títulos e valores mobiliários	2	497	-	-	-	497	497
Contas a receber	2	1.307	169	1.138	-	-	1.307
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	3	11.523	-	11.523	-	-	10.889
Instrumentos financeiros derivativos	2	202	-	-	202	-	202
Outras contas a receber		381	-	381	-	-	381
Ativo		**20.855**	**169**	**19.987**	**202**	**497**	**20.221**
Fornecedores		15.449	-	15.449	-	-	15.449
Empréstimos	2	6.992	3.703	3.289	-	-	5.675
Operações com cartão de crédito	2	9.515	-	9.515	-	-	9.332
Outras contas a pagar		558	-	558	-	-	558
Instrumentos financeiros derivativos	2	85	-	-	85	-	85
Passivo		**32.599**	**3.703**	**28.811**	**85**	**-**	**31.099**

		Consolidado					
		Em 31 de dezembro de 2020					
			Divisão por categoria				
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		5.672	-	5.672	-	-	5.672
Títulos e valores mobiliários	2	358	-	-	-	358	358
Contas a receber	2	1.334	334	1.000	-	-	1.334
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	3	9.874	-	9.874	-	-	9.878
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	-	301
Outras contas a receber		275	-	275	-	-	275
Ativo		**17.814**	**334**	**16.821**	**301**	**358**	**17.818**
Fornecedores		14.423	-	14.423	-	-	14.423
Empréstimos	2	3.918	1.673	2.245	-	-	4.382
Operações com cartão de crédito	2	7.757	-	7.757	-	-	7.742
Outras contas a pagar		433	-	433	-	-	433
Instrumentos financeiros derivativos	2	13	-	-	13	-	13
Passivo		**26.546**	**1.673**	**24.860**	**13**	**-**	**26.995**

Os métodos e premissas utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo são apresentados abaixo:

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras:

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do CSF informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

O Banco CSF apura a provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro segundo as orientações do IFRS9. No conceito IFRS9 a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração. Assim, a provisão IFRS9, relativa à carteira local, é deduzida da carteira a valor justo.

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e crédito. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacadão.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos três segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios.

Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

Nota 28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários atuais totalizaram R$ 7.442 milhões (R$ 6.030 milhões em 31 de dezembro de 2020) e para enfrentar necessidades inesperadas de liquidez de curto prazo, nós também possuímos duas linhas bancárias comprometidas de € 450 milhões e € 657 milhões (Atacadão) com sua coligada Carrefour Finance. Os empréstimos do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Taxa de juros	Vencimento final
Circulante						
Em moeda estrangeira						
Carrefour Finance	1.588	480	1.588	480	VC + 0,6% a.a.	12/2021 e 01/2022
Resolução nº 4131	858	6	858	6	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução nº 4131	6	-	6	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
Em moeda local						
Debêntures	8	2	8	2	106% CDI	04/2023
Debêntures	461	3	461	3	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução nº 4131	18	-	18	-	R$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	-	-	80	83	106% CDI	12/2023
	2.939	**491**	**3.019**	**574**		
Não circulante						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	830	1.667	830	1.667	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução nº 4131	1.371	-	1.371	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
Em moeda local						
Debêntures	500	500	500	500	106% CDI	04/2023
Debêntures	550	1.000	550	1.000	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução nº 4131	620	-	620	-	R$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	-	-	102	177	106% CDI	12/2023
	3.871	**3.167**	**3.973**	**3.344**		
Total	**6.810**	**3.658**	**6.992**	**3.918**		

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora					
(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	11.148	11.148	-	-	-	11.148
Empréstimos	6.810	3.133	2.386	2.763	-	8.282
Passivo de arrendamento	1.043	153	166	476	2.865	3.660
Outras contas a pagar	272	268	-	-	4	272
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-	85
Total do passivo	**19.358**	**14.787**	**2.552**	**3.239**	**2.869**	**23.447**

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora					
(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	9.708	9.708	-	-	-	9.708
Empréstimos	3.658	494	1.431	2.023	287	4.235
Passivo de arrendamento	909	137	142	393	2.385	3.057
Outras contas a pagar	184	175	-	-	9	184
Total do passivo	**14.458**	**10.513**	**1.573**	**2.416**	**2.681**	**17.182**

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado					
(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	15.449	15.449	-	-	-	15.449
Empréstimos	6.992	3.213	2.466	2.785	-	8.464
Passivo de arrendamento	2.038	385	410	927	4.046	5.768
Operações de cartão de crédito	9.515	8.249	1.266	-	-	9.515
Outras contas a pagar	558	551	3	-	4	558
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-	85
Total do passivo	**34.637**	**27.932**	**4.145**	**3.712**	**4.050**	**39.839**

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado					
(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	14.423	14.423	-	-	-	14.423
Empréstimos	3.918	577	1.514	2.117	287	4.495
Passivo de arrendamento	1.860	348	357	894	3.545	5.144
Operações de cartão de crédito	7.757	7.534	223	-	-	7.757
Outras contas a pagar	433	410	14	-	9	433
Instrumentos financeiros derivativos	13	13	-	-	-	13
Total do passivo	**28.405**	**23.305**	**2.109**	**3.011**	**3.841**	**32.265**

Segmento Atacadão

Emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, foi realizada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Primeira Série", e "Segunda Série", respectivamente) da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), totalizando o montante de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na data de emissão. Em 21 de novembro de 2019, foi realizada a segunda emissão de debêntures simples, totalizando o montante de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na data de emissão.

A emissão foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. A Emissão é destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da legislação vigente.

Características das Debêntures:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (quant.)	Data de Emissão	Vencimento inicial	Encargos anuais	Preço Unitário (em R$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
1ª Emissão - 1ª série	1.000	1.000.000	25/04/2018	25/04/2021	104,40% CDI	1.000	-
1ª Emissão - 2ª série	500	500.000	25/04/2018	25/04/2023	105,75% CDI	1.000	508
2ª Emissão - 1ª série	450	450.000	21/11/2019	23/06/2022	CDI + 0,45 a.a.	1.000	455
2ª Emissão - 2ª série	350	350.000	21/11/2019	20/06/2024	CDI + 0,55 a.a.	1.000	354
2ª Emissão - 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65 a.a.	1.000	202

O valor nominal unitário das Debêntures será integralmente liquidado da respectiva data de vencimento das Debêntures. A remuneração das 1ª e 2ª séries serão pagas semestralmente, sem carência, a partir da data de emissão, no dia 25 dos meses de abril e outubro de cada ano, o primeiro pagamento ocorreu em 25 de outubro de 2018 e o último na data de vencimento da respectiva série.

Uso dos recursos:

O objetivo desta emissão é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes. Esta emissão não implica nenhum aumento no nível de endividamento atual da Companhia.

Pagamentos:

Em 28 de dezembro 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures dos Debenturistas da Primeira Série da primeira emissão.

Captação de empréstimos

Nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões, equivalentes a R$ 4,6 bilhões. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (Revolving Credit Facilities). No ano de 2021 foi pago, conforme vencimento, o montante de € 550 milhões, sendo € 75 milhões captados em 2020.

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizam o equivalente a R$ 2 bilhões com vencimento em 24 e 36 meses.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Segmento Soluções Financeiras

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

• assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetados durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financiamento comprometidas com as previsões dinâmicas de empréstimos;

• cumprir com as regras do BACEN, aumentando os índices de cobertura de liquidez, através de um processo que visa proporcionar uma melhoria sustentável da qualidade dos ativos investindo em um fundo especial qualificado para inclusão no cálculo do índice e alongamento do vencimento dos passivos a fim de melhorar o financiamento estável líquido; e

• diversificar as fontes de refinanciamento para incluir linhas de crédito bancário, questões do mercado monetário e emissões de letra financeira.

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco CSF consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecendo um retorno satisfatório. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco CSF detém R$ 497 milhões de títulos públicos (R$ 358 milhões em 31 de dezembro de 2020). O Banco CSF considera a posição de liquidez como sólida.

Com o objetivo de suportar a necessidade de caixa, diversificar as fontes de financiamento e alongar o prazo médio da dívida, o Banco CSF emitiu Letras Financeiras, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, e descritas abaixo:

- Em maio de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 300 milhões, com taxas que variam de DI+1,10% a.a. a DI + 1,20% a.a e com vencimentos em 2023. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em junho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 100 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em julho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 50 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em setembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 150 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em novembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 316 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R$ 184 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a ou 109% do DI e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e as do principal, no vencimento.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de de Letras Financeiras Garantidas, no valor total de R$ 114 milhões, à taxa SELIC+0,75% a.a. e com vencimento em 2022. As amortizações de juros e de principal são no vencimento.

O saldo de R$ 182 milhões (R$ 80 milhões no passivo circulante e R$ 102 milhões no passivo não circulante) de letras financeiras, considera a dívida financeira para a operação de compra do direito de exclusividade do cartão Atacadão, conforme descrito na nota 19.

Nota 28.4. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamento

(Em milhões de Reais)	Controladora Empréstimos	Consolidado Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**2.519**	**2.856**
Captação de empréstimos	2.662	3.177
Amortização de empréstimos	(2.049)	(2.641)
Juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(176)	(275)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	**437**	**261**
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	702	801
Total variação não caixa	**702**	**801**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.658**	**3.918**

(Em milhões de Reais)	Controladora Empréstimos	Consolidado Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**3.658**	**3.918**
Captação de empréstimos	6.620	6.620
Amortização de empréstimos	(3.593)	(3.671)
Juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(125)	(193)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	**2.902**	**2.756**
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	266	334
Instrumentos financeiros derivativos	(16)	(16)
Total variação não caixa	**250**	**318**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.810**	**6.992**

(Em milhões de Reais)	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**565**	**1.628**
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	74	183
Adições e baixas de financiamento	357	344
Outras variações não caixa	-	(5)
Total variação não caixa	**431**	**522**
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(13)	(109)
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(74)	(181)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	**(87)**	**(290)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**909**	**1.860**

(Em milhões de Reais)	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**909**	**1.860**
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	107	211
Adições e baixas de financiamento	151	306
Total variação não caixa	**258**	**517**
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(17)	(131)
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(107)	(208)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	**(124)**	**(339)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.043**	**2.038**

Nota 28.5. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 9,15% na data destas demonstrações financeiras. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)		Controladora Baixo			Alto		
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.712	(21)	(52)	(104)	21	52	104
Empréstimos	(1.519)	14	36	72	(14)	(36)	(72)
Exposição líquida	**1.193**	**(7)**	**(16)**	**(32)**	**7**	**16**	**32**

(Em milhões de Reais)		Consolidado Baixo			Alto		
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	6.244	(49)	(123)	(246)	49	123	246
Títulos e valores mobiliários	497	(5)	(11)	(23)	5	11	23
Empréstimos	(1.701)	26	66	131	(26)	(66)	(131)
Exposição líquida	**5.040**	**(28)**	**(68)**	**(138)**	**28**	**68**	**138**

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)		Controladora Baixo			Alto		
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.686	(3)	(7)	(14)	3	7	14
Empréstimos	(1.505)	3	7	15	(3)	(7)	(15)
Exposição líquida	**181**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**(1)**

(Em milhões de Reais)		Consolidado Baixo			Alto		
	Exposição	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.059	(8)	(21)	(42)	8	21	42
Títulos e valores mobiliários	358	(1)	(2)	(3)	1	2	3
Empréstimos	(1.765)	3	9	17	(3)	(9)	(17)
Exposição líquida	**3.652**	**(6)**	**(14)**	**(28)**	**6**	**14**	**28**

Nota 28.6. Risco de câmbio

Em 2021 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na Bélgica e junto a instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares). O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Além disso, o Grupo, através da controlada CCI, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs (veja nota 28.8). Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Nota 28.7. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplência de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação. Estas transações são realizadas em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A Companhia e suas controladas estabeleceram como política de gestão de risco de crédito trabalhar com instituições financeiras que possuam, no mínimo, um rating A- (escala nacional) e B- (em escala global Standard & Poor's) ou equivalente, avaliado pelas seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's. De forma complementar e não excludente à análise do rating, a alocação dos investimentos respeita limites máximos por rating, por patrimônio líquido da instituição e por concentração de contrapartes, este limitado a 30% do total de investimentos disponíveis. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita no quadro abaixo, considerando o rating o mais conservador da Standard & Poor's ou equivalente em escala nacional:

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras

www.grupocarrefourbrasil.com.br

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
AAA	3.094	1.811	6.082	4.865
AA+	151	113	761	113
AA	-	207	-	689
Sem Rating	22	-	102	5
Caixa e equivalentes de caixa	**3.267**	**2.131**	**6.945**	**5.672**

Segmento de Varejo e Atacadão

Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).

As perdas por *impairment* são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber. Frente a uma situação sem precedentes (desde o início de 2020, shoppings e galerias permaneceram diversos períodos fechados, com reaberturas graduais, conforme as medidas decretadas nos estados onde estão locados), o Grupo registrou provisão adicional sobre os aluguéis referentes ao período de pandemia.

Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Vencido				
Até 30 dias	16	10	39	31
30-90 dias	2	1	15	77
91-180 dias	2	-	26	35
Acima de 180 dias	11	13	104	162
Total vencidos	**31**	**24**	**184**	**305**
Total a vencer	**841**	**773**	**966**	**926**
Total de Contas a receber de clientes	**872**	**797**	**1.150**	**1.231**
Verbas comerciais a receber	175	125	290	220
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(16)	(15)	(133)	(117)
Total de Contas a receber	**1.031**	**907**	**1.307**	**1.334**

Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de crédito relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de Soluções Financeiras

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

· Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;

· Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;

· Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);

· Gestão ativa de processos de recebimento;

· Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e

· O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

Estágio 1: instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de impairment (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o default estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de default; e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em default (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2021 Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %	Consolidado 31/12/2020 Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %
Estágio 1	9.873	(416)	10,1%	7.852	(367)	9,2%
Estágio 2	1.681	(474)	11,5%	1.912	(269)	6,8%
Estágio 3	3.798	(2.939)	71,3%	3.771	(3.025)	76,0%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	**15.352**	**(3.829)**	**24,9%**	**13.535**	**(3.661)**	**27,0%**
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(3.829)			(3.661)		
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido	**11.523**			**9.874**		
Compromissos contingentes	(291)			(317)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(4.120)			(3.978)		

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

• Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;

• Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e

• Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

Em 1° de janeiro de 2020	**(2.703)**
Constituição	(1.073)
Reversão	219
Mudança nos modelos/parâmetros de risco	(104)
Em 31 de dezembro de 2020	**(3.661)**
Constituição	(1.477)
Reversão	146
Venda de carteira/outras	1.163
Em 31 de dezembro de 2021	**(3.829)**

Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita. A política contábil para contabilidade de hedge do Grupo é descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nocional, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Controladora - 31 de dezembro de 2021

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge										
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do período	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
C 16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	-	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	-	-	-	-
H 11/01/2021	11/01/2022	Euro	50	6,5514	12	Citi Bank	NDF	11/01/2021	11/01/2022	50	6,5514	6,7474	1	(12)	(10)	(21)
I 13/01/2021	12/01/2022	Euro	100	6,4528	14	BNP Paribas	NDF	13/01/2021	12/01/2022	100	6,4528	6,6558	1	(14)	(19)	(32)
L 26/03/2021	23/12/2021	Euro	50	6,5466	4	CACIB	NDF	26/03/2021	23/12/2021	50	6,5466	6,7550	-	(4)	(10)	-
M 21/06/2021	21/12/2021	Euro	100	5,9993	(42)	Banco Bradesco	NDF	21/06/2021	21/12/2021	100	5,9993	6,1676	-	42	(17)	-
			375		**(12)**					**375**			**2**	**12**	**(56)**	**(53)**

Em janeiro de 2021, a Companhia renovou, com a tranche K, a tranche C no montante de € 75 milhões, equivalentes à R$ 478 milhões, com vencimento original em 21 de janeiro de 2021 para um novo vencimento em dezembro de 2021.

Controladora - 31 de dezembro de 2021

Objeto de Hedge (empréstimos)							Instrumento de Hedge									
	Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
E	06/01/2021	06/12/2021	Euro	100	6,3366	(3)	Banco Itaú	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,71%	-	3	(24)	-
F	06/01/2021	06/12/2021	Euro	75	6,5404	12	Banco Bradesco	SWAP	06/01/2021	06/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,78%	-	(12)	(19)	-
G	08/01/2021	08/12/2021	Euro	75	6,5323	9	CACIB	SWAP	08/01/2021	08/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,69%	-	(9)	(19)	-
J	19/01/2021	19/01/2022	Euro	100	6,3752	6	Banco Santander	SWAP	19/01/2021	19/01/2022	0,60% a.a.	CDI + 0,51%	(1)	(6)	(25)	(32)
K	20/01/2021	20/12/2021	Euro	75	6,3747	(5)	Deutsche Bank	SWAP	20/01/2021	20/12/2021	0,60% a.a.	CDI + 0,57%	-	5	(19)	-
				425		**19**							**(1)**	**(19)**	**(106)**	**(32)**

Controladora - 31 de dezembro de 2020

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge										
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Variação cambial reconhecida no resultado do período	Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
A 09/01/2020	11/01/2021	Euro	75	4,5513	(131)	ING Bank	NDF	09/01/2020	11/01/2021	75	4,5513	4,7563	-	131	(15)	-
B 14/01/2020	15/01/2021	Euro	50	4,6101	(78)	Credit Agricole	NDF	14/01/2020	15/01/2021	50	4,6101	4,8075	-	78	(10)	-
C 16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	(131)	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	(1)	131	(14)	116
D 26/02/2020	26/02/2021	Euro	50	4,8257	(69)	Credit Agricole	NDF	26/02/2020	26/02/2021	50	4,8257	5,0194	-	69	(9)	-
			250		**(409)**					**250**			**(1)**	**409**	**(48)**	**116**

Além dos empréstimos em moeda estrangeira, a controlada Carrefour Comercio e Indústria efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentado no quadro abaixo:

Consolidado - 31 de dezembro de 2021

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 05/01/2023	12	Média 6,5446	Média 6,5531	(1)
Dólar	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 16/02/2023	59	Média 5,7170	Média 5,7233	3
				71			**2**

Consolidado - 31 de dezembro de 2020

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 19/06/2020 a 29/12/2020	De 06/01/2021 a 15/12/2021	10	Média 6,4078	Média 6,4771	-
Dólar	NDF	De 31/01/2020 a 29/12/2020	De 05/01/2021 a 16/12/2021	51	Média 5,4109	Média 5,4265	(13)
				61			**(13)**

(b) Hedge de valor justo

Para os empréstimos 4131 captados em abril de 2020 e setembro de 2021, a Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Controladora - 31 de dezembro de 2021

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	4	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	(1)	(4)	(15)	48
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	(6)	(6)	(10)	45
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	(3)	(6)	(14)	48
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(28)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	(1)	31	(10)	31
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	(6)	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	-	6	(6)	-
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	(47)	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	-	34	(14)	20
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	(15)	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	-	14	(6)	8
			1.138		**(86)**							**(11)**	**101**	**(75)**	**200**

Controladora - 31 de dezembro de 2020

Objeto de Hedge (empréstimos)						Instrumento de Hedge									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	(56)	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	5	56	(3)	60
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	(52)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	4	52	(4)	55
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	(53)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	7	53	(4)	59
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(5)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	6	5	(2)	11
			275		**(166)**							**22**	**166**	**(13)**	**185**

Nota 29: Partes Relacionadas

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

• Contas a receber - Verbas comerciais a receber - estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade ("CWT") para a Companhia e para o CCI, baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;

• Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais;

• Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance (Nota 28.3);

• Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.3;

• Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo;

• Serviços de TI - Carrefour Systèmes d'Information presta serviços à Companhia e à CCI de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação;

• Correspondente de Serviços Bancários - Atacadão e CCI atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes em suas lojas, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e

• Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade. Nenhum valor foi faturado.

continua

continuação

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil**
CNPJ 75.315.333/0001-09

Transações nos balanços patrimoniais

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram as seguintes:

Controladora — 31 de dezembro de 2021

	Ativo					Passivo				
	Ativo circulante					Passivo circulante			Passivo não circulante	
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Empréstimos a controladas	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	64	-	**64**
Controladas										
Banco CSF S.A.	69	9	-	-	**78**	-	27	45	247	**319**
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (a)	-	1	-	1.079	**1.080**	-	-	20	-	**20**
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	12	-	-	**12**	-	-	-	-	-
Coligadas										
Carrefour World Trade	82	-	-	-	**82**	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	3	-	**3**	1.588	-	7	-	**1.595**
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	22	-	**22**
Outras partes relacionadas										
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	7	-	**7**
Total	**151**	**22**	**3**	**1.079**	**1.255**	**1.588**	**27**	**165**	**247**	**2.027**

(a) Em maio de 2020 foi formalizado um contrato de empréstimo ("mútuo") entre a Companhia e sua controlada Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("CCI"), com limite de R$ 1 bilhão, que pode ser utilizado de modo fracionado mediante demanda do CCI. A taxa de juros da linha de crédito foi definida em CDI + 1,62%, com vencimento em junho de 2022 e pagamento dos juros no final do prazo do empréstimo (ou de qualquer reembolso antecipado).

Durante os meses de junho e julho de 2020, o CCI contratou a totalidade do limite disponível (R$ 1 bilhão). Os juros acumulados entre as partes ao fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 79 milhões. Nenhuma provisão para perda de créditos esperadas de ativo financeiro foi contabilizada a respeito desta transação em 2021.

Controladora — 31 de dezembro de 2020

	Ativo					Passivo				
	Ativo circulante			Ativo não circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Empréstimos a controladas	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	39	-	**39**
Controladas										
Banco CSF S.A.	68	8	-	-	**76**	-	27	44	273	**344**
Carrefour Comércio e Indústria Ltda (a)	-	-	-	1.019	**1.019**	-	-	14	-	**14**
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	3	-	-	**3**	-	-	-	-	-
Coligadas										
Carrefour World Trade	44	-	-	-	**44**	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	3	-	**3**	480	-	2	-	**482**
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	22	-	**22**
Outras partes relacionadas										
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	6	-	**6**
Total	**112**	**11**	**3**	**1.019**	**1.145**	**480**	**27**	**127**	**273**	**907**

Consolidado — 31 de dezembro de 2021

	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante				Passivo circulante			
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	1	**1**	-	-	116	**116**
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	**2**	-	-	2	**2**
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	6	**6**	-	-	59	**59**
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	7	**7**
Carrefour Import S.A.	2	-	-	**2**	-	86	-	**86**
Carrefour World Trade	119	-	-	**119**	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	3	-	**3**	1.588	-	7	**1.595**
Maison Johannes Boubees	-	-	-	-	-	1	-	**1**
Sociedad de Compras Modernas	1	-	-	**1**	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	7	**7**
Total	**122**	**3**	**9**	**134**	**1.588**	**87**	**198**	**1.873**

Consolidado — 31 de dezembro de 2020

	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante				Passivo circulante			
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	7	**7**	-	-	78	**78**
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	**2**	-	-	2	**2**
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	79	**79**
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	9	**9**
Carrefour Import S.A.	4	-	-	**4**	-	64	-	**64**
Carrefour Argentina	-	-	-	-	-	5	-	**5**
Carrefour World Trade	78	-	-	**78**	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	3	-	**3**	480	-	2	**482**
Maison Johannes Boubee	-	-	-	-	-	1	-	**1**
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	6	**6**
Total	**82**	**3**	**9**	**94**	**480**	**70**	**176**	**726**

Transações nas demonstrações do resultado do exercício

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram as seguintes:

Controladora — 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)	Vendas	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	(68)	-	-	**(68)**
Controladas										
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	-	-	(31)	(68)	-	25	61	-	**(9)**
Banco CSF S.A.	-	27	-	-	-	(26)	83	-	26	**110**
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	**1**
Coligadas										
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(55)	-	**(55)**
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(29)	-	-	**(29)**
Carrefour World Trade	-	-	177	-	-	-	-	-	-	**177**
Total	**4**	**27**	**177**	**(31)**	**(68)**	**(26)**	**11**	**7**	**26**	**127**

Controladora — 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)	Vendas	Compras	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(36)	-	-	**(36)**
Controladas											
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	(7)	-	-	(31)	(54)	-	23	19	-	**(46)**
Banco CSF S.A.	-	-	24	-	-	-	(22)	69	-	54	**125**
Coligadas											
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)	-	**(28)**
Carrefour Systèmes 'Information	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	**(21)**
Carrefour World Trade	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	**149**
Total	**4**	**(7)**	**24**	**149**	**(31)**	**(54)**	**(22)**	**35**	**(9)**	**54**	**143**

Consolidado — 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	Total
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(128)	-	-	**(128)**
Coligadas					
Carrefour Import S.A.	-	-	(252)	-	**(252)**
Carrefour World Trade	249	-	-	-	**249**
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	1	-	-	**1**
Compagnie d'ativite et de Commerce	-	-	(1)	-	**(1)**
Carrefour Marchandises Internationales	-	(7)	-	-	**(7)**
Carrefour Finance	-	-	-	(55)	**(55)**
Carrefour Systèmes d'Information	-	(61)	-	-	**(61)**
Maison Joaness Boubée	-	-	(1)	-	**(1)**
Sociedad Compras Modernas	-	(1)	-	-	**(1)**
Total	**249**	**(196)**	**(254)**	**(55)**	**(256)**

Consolidado — 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	Total
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(72)	-	-	**(72)**
Coligadas					
Carrefour Manegement	-	(1)	-	-	**(1)**
Carrefour Import S.A.	-	-	(250)	-	**(250)**
Carrefour World Trade	206	-	-	-	**206**
Carrefour Argentina	-	-	(9)	-	**(9)**
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	1	-	-	**1**
Compagnie d'ativite et de Commerce	-	-	(1)	-	**(1)**
Carrefour Marchandises Internationales	-	(9)	-	-	**(9)**
Carrefour Finance	-	-	-	(28)	**(28)**
Carrefour Systèmes d'Information	-	(69)	-	-	**(69)**
Maison Joaness Boubée	-	-	(1)	-	**(1)**
Sociedad Compras Modernas	-	-	(6)	-	**(6)**
Total	**206**	**(150)**	**(267)**	**(28)**	**(239)**

Nota 30: Informações por Segmentos

Políticas contábeis

O CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo e soluções financeiras, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nos segmentos de Varejo e Atacadão.

As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.

Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar nos segmentos de Varejo e Atacadão; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.

Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.

As operações de cada um dos segmentos do Grupo são as seguintes:

(i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca Carrefour, bem como farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico;

(ii) Atacadão, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão e plataforma de comércio eletrônico; e

(iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes.

O Grupo não possui outros segmentos além dos três reportados anteriormente.

Além dos segmentos citados acima, reconhecido como "Funções Corporativas", o Grupo incorre em um centro de custos relativo às funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades holding (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento.

Nota 30.1. Resultado por segmento

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	73.552	53.595	19.957	-	-	-
Outras receitas	4.199	178	546	3.497	-	(22)
Receita operacional líquida	**77.751**	**53.773**	**20.503**	**3.497**	-	**(22)**
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(62.875)	(45.636)	(15.758)	(1.481)	-	-
Lucro bruto	**14.876**	**8.137**	**4.745**	**2.016**	-	**(22)**
Vendas, gerais e administrativas	(9.211)	(4.225)	(3.668)	(1.086)	(232)	-
Depreciação e amortização	(1.173)	(572)	(557)	(44)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9)	-	(9)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	634	26	623	(15)	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**5.117**	**3.366**	**1.134**	**871**	**(232)**	**(22)**
Resultado financeiro	(786)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.331	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	3.366	-	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)	**2.954**	2.507	342	105		
Aquisição de direito de uso de arrendamento	**360**	181	176	3		

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	67.640	47.058	20.582	-	-	-
Outras receitas	3.551	147	494	2.933	-	(23)
Receita operacional líquida	**71.191**	**47.205**	**21.076**	**2.933**	-	**(23)**
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(57.273)	(40.165)	(15.915)	(1.193)	-	-
Lucro bruto	**13.918**	**7.040**	**5.161**	**1.740**	-	**(23)**
Vendas, gerais e administrativas	(8.360)	(3.448)	(3.698)	(1.042)	(172)	-
Depreciação e amortização	(1.040)	(460)	(544)	(36)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(8)	-	(8)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(6)	97	(97)	(6)	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**4.504**	**3.229**	**814**	**656**	**(172)**	**(23)**
Resultado financeiro	(579)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.925	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	2.844	-	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)	**3.211**	2.835	316	60		
Aquisição de direito de uso de arrendamento	**651**	587	64			

Nota 30.2. Ativos e passivos por segmento

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
Ativo					
Ágio	1.828	1.391	437	-	-
Outros ativos intangíveis	514	35	284	195	-
Imobilizado	17.417	13.407	3.923	87	-
Propriedades para investimento	560	-	560	-	-
Outros ativos do segmento	27.217	11.263	3.921	12.033	-
Total do ativo por segmento	**47.536**	**26.096**	**9.125**	**12.315**	-
Ativos não alocados	11.388	-	-	-	-
Total do ativo	**58.924**	-	-	-	-
Passivo (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	28.501	12.667	5.825	9.839	170
Passivos não alocados	12.027	-	-	-	-
Total do passivo	**40.528**	-	-	-	-

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
Ativo					
Ágio	1.828	1.391	437	-	-
Outros ativos intangíveis	495	25	313	157	-
Imobilizado	15.465	11.363	4.040	62	-
Propriedades para investimento	397	-	397	-	-
Outros ativos do segmento	24.208	9.443	4.725	10.040	-
Total do ativo por segmento	**42.393**	**22.222**	**9.912**	**10.259**	-
Ativos não alocados	9.431	-	-	-	-
Total do ativo	**51.824**	-	-	-	-
Passivo (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	25.486	11.082	6.286	8.034	84
Passivos não alocados	9.293	-	-	-	-
Total do passivo	**34.779**	-	-	-	-

Nota 31: Pagamento Baseado em Ações

Políticas contábeis

O Grupo mantém sete planos de pagamento baseados em ações a fim de reter os seus principais executivos. Além disso, esses executivos também participam de quatro planos, nos quais recebem ações da controladora do Grupo (Carrefour S.A.).

O custo reconhecido como despesa com benefícios a empregados corresponde i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano) e ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e os encargos sociais.

Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo valor justo das opções de compra de ações é registrado como despesa com benefícios a empregados com um aumento correspondente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito dos prêmios. O valor do imposto de renda retido na fonte e os encargos sociais correspondentes são registrados como um aumento no passivo (parcela do plano tratada com plano liquidado em caixa). O valor justo das opções de ações é determinado utilizando dois modelos, dependendo do tipo do plano: (i) modelo binomial de precificação de opções de ações na data de outorga e (ii) modelo Black-Scholes.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

Detalhes dos planos de ações e de opções de compra de ações definido para diretoria e funcionários selecionados são apresentados a seguir:

Nota 31.1. Planos de opções de compra de ações

(a) Descrição dos Planos de opções de compra de ações/Incentivo de Longo Prazo baseados em Ações

(i) Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO")

O primeiro plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei 6.404, de 15/12/1976, era de reter um grupo de executivos chave para o planejamento e a execução da oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo. O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do

continua

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras

www.grupocarrefourbrasil.com.br

direto de exercício (vesting) (iv) as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas [1]	9.283.783
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	46
Período de exercício das opções [2]	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017,

(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;

-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e

-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;

(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e

(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu vesting period completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações (antigo "Segundo Plano de Opções de Compra de Ações") - ("Plano Regular")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2020, por meio da qual passou a ser denominado "Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações", tendo sido incluída a possibilidade de outorga de ações restritas, além das já previstas opções de compra de ações. As outorgas são anuais e suas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade**: nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções ou ações restritas se tornem exercíveis**: 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício**: até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima**: 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício das opções:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.
- **Meta de performance:** o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculado a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir.

Número de opções autorizadas [1]	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92
Período de exercício das opções [2]	Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Volatilidade e rendimento de dividendos:

1. Plano Pré-IPO: sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

2. Plano regular: a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular
Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2021	**1.822.472**	**3.163.616**
(+) Opções concedidas no período	-	-
(-) Opções exercidas no período	(140.500)	-
(-) Opções canceladas no período	-	(199.055)
(+) Recálculo ações pendentes	944.999	194.694
Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	**2.626.971**	**3.159.255**

Nota 31.2. Planos de remuneração em ações

(i) Plano Grupo

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

Data da Outorga [1]	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data do vesting [2]	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	17 de fevereiro de 2024
Total de número ações outorgadas na data de outorga	256.700	196.478	249.100
Número de ações outorgadas	256.700	196.478	249.100
Valor justo de cada ação (em €) [3]	14,32	13,05	11,85

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do vesting period e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o vesting period.

(ii) Plano Regular

Em 10 de novembro de 2020, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do vesting period. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista;
- Item relacionado à de transformação digital da empresa; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

	Plano Local 2020	Plano Local 2021
Número de ações autorizadas [1]	1.291.074	1.832.230
Número de ações outorgadas	1.028.221	1.556.541
Número de executivos elegíveis	80	124
Data da outorga [2]	10/11/2020	25/08/2021
Data do vesting [3]	10/11/2023	25/08/2024
Valor justo de cada ação (em R$)	17,35	14.56

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020 (outorga 2021) e 25 de agosto de 2021 (outorga 2021);

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

(c) Conciliação dos planos de ações em circulação

	Plano Global 2019	Plano Global 2020	Plano Regular 2020	Plano Global 2021	Plano Regular 2021
Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2021	**212.600**	**198.340**	**999.403**	-	-
(+) Ações concedidas no período	6.000	2.719	29.965	249.100	1.556.541
(+) Outorga tardia	18.800	54.502	-	56.200	-
(-) Ações canceladas no período	(10.700)	(15.804)	(52.228)	(16.800)	(33.306)
Ações em 31 de dezembro de 2021	**226.700**	**239.757**	**977.140**	**288.500**	**1.523.235**
Ações exercíveis	-	-	-	-	-

Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

Nota 32: Remuneração dos Empregados e Benefícios

Políticas contábeis

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Políticas contábeis

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

Nossa controlada CCI e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores para 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$ 10 milhões (R$ 9 milhões em 31 e dezembro de 2020).

Nota 32.2. Obrigações trabalhistas

Os saldos relativos aos principais benefícios concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de reais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias e encargos	146	123	298	273
Salários a pagar e encargos	141	116	296	264
Provisão de 13º salário e encargos	-	-	-	2
Provisão de bônus	72	126	203	337
Outras obrigações a pagar	21	13	28	15
Obrigações trabalhistas	**380**	**378**	**825**	**891**

Nota 32.3. Remuneração da Administração

O Conselho de Administração (12 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos dois conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de reais, exceto número de executivos)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração do período	12	9	21	19
Remuneração em opções de compra de ações	8	4	11	6
Bônus	11	12	18	20
Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia)	2	2	3	2
Total pago da compensação no ano	**33**	**27**	**53**	**47**
Impostos sobre a folha de pagamento do empregador	9	6	13	10
Benefícios de rescisão	7	-	8	1
Número de executivos	7	4	12	10

Nota 33: Compromissos Futuros não Registrados no Balanço

Políticas contábeis

Os compromissos assumidos e recebidos pelo Grupo que não são reconhecidos no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do exercício. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados à (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

Compromissos assumidos

	Consolidado				
		Vencimento			
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	31/12/2020
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	**24.118**	24.118	-	-	**26.636**
Relacionado com operações	**819**	611	208	-	**1.576**
Total	**24.937**	**24.729**	**208**	-	**28.212**

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- compromissos de crédito e limites de crédito "pré-aprovados" oferecidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. São divididos em dois tipos sendo (i) limites cartões de crédito já aprovados e não utilizado no montante de R$ 12 bilhões (R$ 14 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e (ii) empréstimos pessoais "pré-aprovado" no montante de R$ 12 bilhões (R$ 13 bilhões em 31 de dezembro de 2020). A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto são classificados como curto prazo;

Relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia até 5 anos;
- compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis;
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais (como por exemplo contratação de serviços de mídia); e
- outros compromissos assumidos.

Compromissos recebidos

	Consolidado				
		Vencimento			
(Em milhões de Reais)	31/12/2021	Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	31/12/2020
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	**5.416**	**5.416**	-	-	**3.348**
Atacadão	5.416	5.416	-	-	3.348
Outros compromissos recebidos	-	-	-	-	9
Relacionado com locação de imóveis	**494**	200	289	5	335
Total	**5.910**	**5.616**	**289**	**5**	**3.692**

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- Linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas pelo Grupo no final do período.

Relacionados com operações incluem:

- Hipotecas e outras garantias recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo; e
- outros compromissos recebidos.

Relacionados com locação de imóveis:

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R$ 494 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 335 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Bens dados em garantia

- Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em ações judiciais é de R$ 30 milhões.

Nota 34: Cobertura de Seguro

Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros do Grupo Carrefour Brasil compreendia:

Cobertura de seguro (Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Riscos operacionais	15.177	25.514
Lucros cessantes	5.381	8.541
Responsabilidade civil-limite máximo de indenização	643	643

Nota 35: Eventos Subsequentes

Captação de empréstimo

No mês de janeiro de 2022, a Companhia contratou empréstimo no montante de R$ 2,2 bilhões junto à sua coligada Carrefour Finance, na França. A taxa de juros do empréstimo é de 12% a.a. com vencimento em março de 2023.

Em janeiro de 2022, a companhia também contratou empréstimos junto à instituições financeiras no exterior que totalizaram R$ 2,9 bilhões (US$ 520 milhões). Os contratos têm vencimento em 16 e 17 meses, com taxas de juros que variam de 1,08% a 1,71% a.a.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge.

Parecer da Superintendência-Geral do CADE sobre Aquisição do Grupo BIG

Em 25 de janeiro de 2022 foi emitido o Despacho SG nº 85/2022 pela Superintendência-Geral do CADE ("SG"), com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo BIG") pela Companhia ("Transação"), mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC").

A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e. menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

A Transação será agora analisada pelo Tribunal do CADE, que tem até junho de 2022 (caso decida utilizar o prazo máximo regulamentar, incluindo extensões) para decidir de forma definitiva sobre as recomendações da SG, incluindo os termos do ACC negociado. Após fechamento da operação, a Companhia vai iniciar os trabalhos para a conversão das 388 lojas (sendo 63 Maxxi, 43 Sam's Club, 86 BIG, 45 Super Bompreço, 54 Nacional e 97 TodoDia).

O Grupo Carrefour Brasil manterá seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito de quaisquer desdobramentos relevantes.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Introdução: De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Instrução CVM nº 308/99, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A ("Companhia") deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê de Auditoria é composto atualmente por cinco membros, os quais também são membros do Conselho de Administração.

Atividades: Durante o ano de 2021 o Comitê de Auditoria realizou seis (6) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna. Dentro das principais atividades do ano de 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou de perto as medidas adotadas pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, juntamente com consultores externos especializados, com o objetivo de aprimorar os controles internos e os padrões de conformidade, incluindo a avaliação das alterações implementadas pelo Departamento de Compliance da Companhia. O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos da Deloitte, em relação às demonstrações financeiras trimestrais, mas também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade. Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, orientando e avaliando a estrutura e equipe de forma a confirmar sua adequação às atividades exercidas, conforme requerido pelo Regulamento do Novo Mercado. Em cada reunião do Conselho de Administração, um relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria foi apresentado pelo Coordenador do Comitê e discutido com os membros do Conselho de Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras: Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

Matthieu Malige
Coordenador do Comitê de Auditoria

Claire Du Payrat
Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Fernando Vendramini Fleury
Membro Independente do Comitê de Auditoria

Eduardo Pongrácz Rossi
Membro do Comitê de Auditoria

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac
Membro do Comitê de Auditoria

Declaração dos Diretores Acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instituição CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do **Atacadão S.A.** ("a Companhia"),

Declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

Stéphane Maquaire
Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor-Presidente - Atacadão

David Murciano
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil

Guillaume de Braquilanges
Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

Contador

Sauro Bagnaresi Neto - CRC SP290296/O-4

Diretoria

Stéphane Maquaire
Diretor Presidente - Grupo Carrefour Brasil

David Murciano
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor Presidente - Atacadão

Guillaume de Braquilanges
Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

continua

continuação

Atacadão S.A. **Grupo Carrefour Brasil**

CNPJ 75.315.333/0001-09

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do
Atacadão S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards* - IFRS"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos tributários: *Porque é um PAA*: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundos de diversas contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento as provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um principal assunto em nossa auditoria. A avaliação da Diretoria em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas tributários e legal como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários mais significativos; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que não foram refletidos pela Diretoria, e apesar de imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, afetaram a mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transação de permuta de ativos: *Porque é um PAA*: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou uma transação de permuta de ativos ("Projeto Pinheiros") que consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos com um terceiro envolvido na permuta. A transação de permuta foi contabilizada pelo valor justo e resultou em ganho reconhecido no resultado do exercício no montante de R$ 495.000 mil.

A transação de permuta envolveu a mensuração de um ganho significativo entre o valor justo e o custo histórico do ativo, e exigiu esforços significativos por parte da Companhia e contratação de serviços de avaliação de ativos executado por terceiros. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido: (i) a ser uma transação não-usual no exercício, (ii) ao montante envolvido e relevância da estimativa e dos aspectos relativos à valorização de ativos de diferentes natureza e consequentemente a mensuração do ganho na venda, (iii) avaliação dos respectivos impactos contábeis de transações desta natureza assim como a adequada divulgação em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a inspeção e avaliação dos instrumentos de compromisso de compra e venda de imóveis e os demais contratos e acordos correlatos; (ii) a avaliação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados; (iii) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise da avaliação realizada pela Diretoria; (iv) a revisão do laudo de avaliação de ativo preparado pelos especialistas contratados pela Companhia; (v) a utilização de nossos especialistas de suporte financeiro na avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para mensuração do valor justo; e (vi) a avaliação da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para ao registro da transação de permuta e seus reflexos, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: *Porque é um PAA*: A provisão para perda esperada das operações de crédito é constituída levando em consideração a CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros "Financial Instruments". Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia desenvolveu e implementou políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas para cobrir os seus riscos de crédito das operações de crédito, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 8.1 às demonstrações financeiras. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, pelo fato dessas metodologias de provisão para perdas esperadas de crédito envolverem julgamento significativo da Diretoria, estimativas e premissas baseadas na perda histórica e em projeções por parte da Diretoria, consideramos esse assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; (ii) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (iii) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 17 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin
Contador - CRC nº 1 SP 228416/O-5

Indicadores Habitação

Setor projeta queda de 13% na venda de imóveis

CIRCE BONATELLI

Depois dos recordes de lançamentos e vendas no ano passado, o mercado imobiliário na capital paulista tende a encolher neste ano, de acordo com o Sindicato da Habitação (Secovi-SP). Os lançamentos devem variar de 65 mil a 70 mil apartamentos em 2022. O ponto médio da projeção aponta para uma queda de 17,5% em relação a 2021, quando foram lançadas 81,8 mil unidades. No caso das vendas, a previsão é de que fiquem entre 55 mil e 60 mil em 2022, o que indica uma expectativa de baixa de 13% ante 2021, quando chegaram a 66,1 mil unidades.

"A expectativa de uma oscilação para menos é uma adequação ao ritmo da economia em curso", disse o economista-chefe do Secovi-SP, Celso Petrucci. O Brasil deve ter um crescimento bem mais baixo do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e conviver com juros e desemprego elevados, como lembrou Petrucci.

Outro fator de incerteza é a eleição presidencial. No entanto, o principal receio dos empresários está relacionado ao aumento na taxa de juros do crédito imobiliário. Atualmente, ela está em torno de 9% a 10% ao ano. Já no começo de 2021, estava perto de 7% ao ano. O aumento na taxa se traduz em parcelas mais altas para os mutuários e redução no seu poder de compra.

"O aumento na taxa de juros é algo que preocupa", disse Petrucci. Ele ponderou, entretanto, que a taxa permanece "atrativa" o suficiente para manter a liquidez do setor. O economista explicou que a taxa atingiu recordes de baixa, o que impulsionou os recordes de negócios em 2021, e agora voltou a um patamar mais próximo das médias históricas com que o mercado costuma trabalhar.

Petrucci descartou preocupações com o estoque em níveis recordes na cidade. "Nossa sensação é de que a partir de agora vai se reduzir o ritmo de lançamentos, e as empresas vão trabalhar mais a oferta final não vendida (*de imóveis*) nos primeiros meses do ano."

Em relação ao ritmo das vendas no começo do ano, ele disse que os resultados preliminares são mistos. "Algumas empresas reclamaram muito das vendas em janeiro. Outras falaram bem. Nós ainda vamos fechar os números para ter uma posição mais precisa", afirmou.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO -13/1/2022

Prédio é erguido no Piqueri, zona norte de SP; menos lançamentos

Perspectivas

70 mil unidades devem ser lançadas pelas construtoras neste ano

17,5% é a queda no total de imóveis novos em relação a 2021

60 mil unidades devem ser vendidas em 2022

13% deve ser a queda nas vendas neste ano em relação ao ano passado

CASA VERDE E AMARELA. O programa Casa Verde e Amarela na cidade de São Paulo permanece em alta e não tende a perder participação de mercado apesar do ciclo de alta nos custos de construção. Em 2022, o programa tende a representar em torno de 40% a 50% dos lançamentos e das vendas, um nível em linha com o visto nos anos anteriores, estimou o presidente executivo do Secovi-SP, Ely Wertheim.

Os projetos dentro do programa habitacional responderam por 44% dos lançamentos em 2021, 49% em 2020 e 50% em 2019. No caso das vendas, esses empreendimentos responderam por 51% em 2021, 49% em 2020 e 46% em 2019, segundo dados do Secovi-SP. Com o aumento nos custos dos materiais e da mão de obra, muitos empresários disseram que os projetos do Casa Verde e Amarela vinham perdendo viabilidade, já que o programa tem um valor máximo de venda das unidades. ●

Desestatização **Energia**

TCU aprova primeira etapa da privatização da Eletrobras

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União aprovou ontem a primeira etapa da privatização da Eletrobras. Por seis votos a um, o órgão manteve os parâmetros que já haviam sido indicados pelo relator do tema, ministro Aroldo Cedraz, em dezembro. As recomendações foram consideradas pelo Ministério de Minas e Energia.

O secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, afirmou que a decisão é "extraordinária" e não compromete o cronograma para a venda, até maio. "Aconteceu o que deveria ter acontecido: um debate amplo e transparente, mas sem comprometer o prazo."

Nessa fase, o TCU analisou os valores referentes ao bônus de outorga que a União irá receber pela assinatura dos novos contratos das 22 usinas hidrelétricas da estatal e os repasses a serem feitos para amortizar as tarifas dos consumidores nos próximos anos. Em dezembro, atendendo a recomendações do relator do processo, o Conselho de Política Energética revisou os valores dos contratos adicionados e fixou o montante em R$ 67 bilhões – sendo R$ 25,3 bilhões a serem pagos ao Tesouro.

A segunda parte da análise sobre a desestatização, que envolverá a modelagem da operação, deve ser concluída pela área técnica do TCU entre o fim deste mês e o início de março. O relator desta etapa também será o ministro Aroldo Cedraz. ●

MARLLA SABINO e GUILHERME PIMENTA

Infraestrutura **Eletricidade**

Leilão de transmissão de energia prevê R$ 15,2 bi em investimentos

BRASÍLIA

O próximo leilão de linhas de transmissão de energia, marcado para 30 de junho, prevê a construção de 5.291 quilômetros de novas redes em todo o País, com investimento total de R$ 15,2 bilhões. A estimativa é de que sejam gerados 31,4 mil empregos na execução das obras, que varia entre 42 e 60 meses.

Os empreendimentos serão executados em Amapá, Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Pelas regras do leilão, as concessões, que foram divididas em 13 lotes, terão prazo de 30 anos, prorrogáveis por igual período. A previsão é de que o edital do leilão seja publicado até 26 de maio. A assinatura dos contratos deve ocorrer em 30 de setembro.

As limitações das linhas de transmissão são um problema crônico do setor elétrico e, nos últimos anos, causaram prejuízos bilionários ao País, com uma infinidade de parques eólicos e usinas hidrelétricas que ficaram prontas, mas não tinham como escoar energia. Hoje, esse descompasso também atinge os novos projetos de usinas fotovoltaicas.

Dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) apontam que, em 2019, 33 mil megawatts-hora (MWh) deixaram de ser lançados no sistema por falta de linhas de transmissão. Esse volume saltou para 70,8 mil MWh, em 2020, e chegou a 105 mil MWh em 2021, até agosto. Na prática, são centenas de milhões de reais de prejuízo aos investimentos, além de menos energia para o consumo, quando o País recorre a todo tipo de usina para evitar um apagão.

Descompasso
As limitações das linhas de transmissão são um problema crônico do setor elétrico

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Brasil possui hoje 145.600 km de linhas de transmissão de energia. A previsão é de que, até 2025, essa rede alcance 184.054 km. ● A.B.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

Aviso de Licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico Nº 42/2022, PROCESSO Nº 2022/00104**, para aquisição eventual e futura de **MEDICAMENTOS** , com encerramento em **04/03/2022** às **09:00 hs**. Mais informações e aquisição do Edital completo, fone/fax (14) 3434-2501 ou nos sites: www.hc.famema.br e www.bec.sp.gov.br.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu Regulamento de Compras:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0188-2022-00 – "WORKSTATION" **FFM 0204-2022-00** – "FOCO CIRURGICO" **FFM 0207-2022-00** – "SERVIÇO SOIAL EM REABILITAÇÃO" **FFM 0209-2022-00** – "FONOAUDIOLOGIA EM REABILITAÇÃO" **FFM 0211-2022-00** – "TERAPIA OCUPACIONAL EM REABILITAÇÃO" **FFM 0213-2022-00** – "FISIOTERAPIA EM REABILITAÇÃO"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 1046-2021-00 (RC 34.336)
CAMPANA E ZAGO LTDA, 01.144.600/0001-96
FFM 1160-2021-00 (RC 34.510)
LAWRENCE EDITORA LTDA, 05.882.681/0001-82
FFM 1293-2021-00 (RC 34.690)
TARGETWARE INFORMÁTICA LTDA, 09.240.519/0001-11
FFM 1399-2021-00 (PI 20210238)
STRATTNER B.V / HOLANDA
FFM 1415-2021-00 (RC 35.145)
ACE REVESTIMENTOS LTDA, 02.470.279/0001-00
FFM 0079-2022-00 (RC 35.031)
LOCATE TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA, 29.356.971/0001-50

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS GRUPOS 03 E 04

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 332/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – **SDHDS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PADARIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 332/2021 - SDHDS, foi declarada FRACASSADA PARA OS GRUPOS 03 E 04. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 15 de fevereiro de 2022.
João Matheus Carneiro Bezerra
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS – SEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO
Data: 15/02/2022 - Projeto Governo Cidadão – 8276-BR

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN torna público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**: **PE Nº 160/2022** - 97 GO - 1 - Processo SEI nº 00210066.001592/2021-06, destinado a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA/ EPI'S / MANUTENÇÃO PARA O HOSPITAL REGIONAL DA MULHER EM MOSSORÓ (ACORDO MARCO)**, no dia **04 de março de 2022, às 09:00 horas**, (horários de Brasília-DF), através do site www.licitacoes-e.com.br sob **ID nº 916128**. O Edital encontra-se no referido site e no www.governocidadao.rn.gov.br. Esclarecimentos necessários estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.064-901 – Tel: 84 3232.1964, ou ainda através dos e-mails: pegovernocidadao@gmail.com.

Ana Paula Borges Moreira
Pregoeira
Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação
Projeto Governo Cidadão

Shopping centers **Fusões e aquisições**

Após recusar proposta da Aliansce, BRMalls negocia com Gafisa e rivais

Empresa reabriu conversas com incorporadora controlada por Nelson Tanure e com a administradora de shoppings Ancar Ivanhoe, dona de 24 empreendimentos

CIRCE BONATELLI

Um mês após seu conselho de administração recusar a proposta de união com a Aliansce Sonae, a administradora de shoppings BRMalls estuda opções para ampliar o tamanho do negócio via fusões e aquisições. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast* com fontes do mercado, os interessados têm perfis e viabilidades muito distintas.

A BRMalls, dona de 31 shoppings em 12 Estados, reabriu conversas com a Ancar Ivanhoe e com o empresário Nelson Tanure, controlador da incorporadora Gafisa, com quem os acionistas da gestora de centros de compras já haviam negociado em 2021. E nem mesmo a fusão com a Aliansce pode ser descartada.

Tanure montou em 2020 um braço de investimentos em propriedades comerciais para complementar a atuação da Gafisa, tradicional no ramo de empreendimentos residenciais. Desde então, comprou os shoppings Jardim Guadalupe e São Conrado Fashion Mall, ambos no Rio.

A avaliação de Tanure é de que o negócio de construção e comercialização de apartamentos passa por altos e baixos, o que torna os resultados da empresa instáveis – ainda mais agora, com o ciclo de alta dos juros, que tende a esfriar as vendas de imóveis. Os shoppings, por sua vez, têm um faturamento mais estável proveniente dos aluguéis cobrados mensalmente dos lojistas.

ALIANSCE. As negociações entre BRMalls e Aliansce Sonae podem ganhar novos capítulos nas próximas semanas. Depois de a proposta de combinação dos negócios ser recusada pelos conselheiros, a reportagem apurou que as conversas passaram a ocorrer entre os acionistas das duas empresas. A estratégia é formar um grupo relevante o suficiente a ponto de mobilizar o conselho e reabrir tratativas.

A BRMalls tem uma base de acionistas pulverizada, sem um controlador definido, e há indicativos de que houve uma mudança relevante nesse pilar. As compras e vendas de ações da companhia nos últimos 30 dias cresceram quase 50%, em comparação com o giro médio do papel em 2021.

A própria Aliansce comprou o equivalente a uma fatia de cerca de 4% da BRMalls, e um de seus acionistas, o fundo canadense CPPIB, chegou a 6%. Entre os nomes novos ou os que reforçaram posição na base, estão ainda Sharp Capital, RPS Capital, Truxt Investimentos, SPX Capital, Grupo Neo e Miles Capital.

ANCAR. Outra porta que pode reabrir para a BRMalls é a retomada das conversas com a Ancar Ivanhoe para uma potencial aquisição de shoppings do portfólio da concorrente.

As empresas já tentaram um acordo em 2020, sem sucesso. Dessa vez, a notícia foi vista com ceticismo pelo mercado. Um relatório do Bradesco BBI aponta que essa possibilidade seria uma tentativa de pressionar a Aliansce a elevar sua oferta. A empresa propôs pagar um prêmio de R$ 1,35 bilhão aos acionistas da BRMalls, valor que o conselho achou baixo.

Procuradas, as empresas não comentaram. ●

Comparativo

● BRMalls
A BRMalls administra 31 shoppings, sendo 7 na região metropolitana de São Paulo. As vendas totais até setembro de 2021 somaram R$ 4,2 bilhões

● Aliansce Sonae
A Aliansce Sonae tem 27 shoppings próprios e administra outros 12, com vendas de R$ 3,5 bi até setembro.

● Ancar
O grupo Ancar tem 24 shoppings e 4,5 mil lojas sob sua administração

Fim de crise?

Venda da Oi Móvel encerra 'fase crítica' da tele, diz Abreu

A aprovação da venda da rede móvel da Oi, em votação apertada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), marcou o fim do "capítulo crítico" na história da tele, afirmou o presidente da companhia, Rodrigo Abreu, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*. Segundo ele, agora começa a fase da "construção da Nova Oi".

Ao sair do mercado de telefonia e internet móveis, o principal negócio da Nova Oi será a oferta de fibra óptica pela V.tal, que tem o BTG como sócio. A Oi tem a maior rede de fibra do Brasil e um plano de investimentos em expansão. A rede servirá tanto para a oferta de banda larga para consumidores da Oi quanto para outras operadoras regionais.

Paralelamente, a Nova Oi terá de amortizar as dívidas gigantescas. Dos R$ 16,5 bilhões a ser recebidos da venda da Oi Móvel, a tele destinará R$ 12 bilhões a credores. A empresa pretende encerrar até o fim de maio sua recuperação judicial, iniciada em 2016. ● C.B.

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, MATHEUS PIOVESANA, TALITA NASCIMENTO, CIRCE BONATELLI E CYNTHIA DECLOEDT/CRISTIANE BARBIERI (EDIÇÃO)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Stone avalia vender fatia da Tag, mas descarta buscar sócio para outros negócios

A fintech de meios de pagamento Stone avalia vender uma fatia de sua registradora de recebíveis de cartões, a Tag. Vender a própria Stone está fora de questão, assim como a Linx, empresa de software que a companhia comprou em 2020, assumiu em 2021 e está em plena incorporação. Após receber propostas de interessados na Tag, porém, a fintech passou a considerar o negócio. A Stone desenvolveu a Tag e detém 100% da empresa. Segundo fontes próximas à negociação, a controladora entendeu que, além de não ser necessário ter o total das ações, ter um sócio seria visto como uma ajuda à melhoria da governança. Além disso, os negócios têm ritmos e necessidades diferentes: a Stone vai no ritmo de adquirente e a Tag opera nos bastidores.

CEO nega rumores de venda da fintech

A Stone virou alvo de especulações desde que teve de parar as concessões de crédito, em meados de 2021, e fazer provisões contra os calotes da carteira. Os rumores vão de recuperação judicial, apesar dos R$ 2,7 bilhões em caixa em setembro, à venda da Stone – que o CEO, Thiago Piau, negou em carta a funcionários.

Linx também atrai interessados

Diante do cenário, o mercado foi à carga. A empresa recebeu manifestações de interessados não só pela Tag, mas também pela Linx, que não está à venda. Hoje, a Linx tem uma equipe de administração própria, e a integração entre as empresas deve começar pelos produtos. Procurada, a Stone não retornou.

● **JINGLE BELLS.** O consumo em restaurantes, bares, lanchonetes e padarias subiu 5,6% em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo mês de 2020. Houve também crescimento de 4,7% no valor gasto nos supermercados no mesmo período. Os dados, que consideram a inflação no período e são calculados em termos reais, são dos índices divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em parceria com a Alelo, bandeira de cartões especializada em benefícios.

● **PAPAI NOEL.** Os Índices de Consumo em Restaurantes (ICR) revelam alta de 12,4% na quantidade de vendas e de 3,8% no número de estabelecimentos que efetivaram ao menos uma transação. Segundo Cesario Nakamura, presidente da Alelo, os números vêm após três meses de indicadores negativos, o que aponta para uma possível recuperação.

● **MEIO MAGRO.** Quando se compara os números desse período de 2021 com o mesmo recorte de 2019 (pré-pandemia), o ICR mostra queda nos três indicadores em dezembro: 25% a menos no faturamento, 38,8% de queda na quantidade de vendas e menos 6,3% no número de estabelecimentos que realizou transações.

RECUPERAÇÃO

MARCIO FERNANDES/ESTADÃO-20/6/2011

Fim das restrições e avanço da vacinação contra covid-19 explicam alta no desempenho do segmento de bares e restaurantes no País

● **PEGA.** Os sinais de deterioração do ambiente macroeconômico estão contaminando parte relevante do empresariado. No mercado imobiliário, 44% dos executivos do primeiro escalão acreditam que a economia brasileira estará pior nos próximos 12 meses, 41% acham que ficará igual e 15%, melhor. Na pesquisa do trimestre anterior, só 33% achavam que o cenário do País seria pior, enquanto 31% acreditavam em algo semelhante e 36%, melhor.

● **DIFERENÇA.** Os dados fazem parte de um levantamento realizado pela consultoria Bain a pedido do Global Real Estate Institute, com 125 entrevistas. As expectativas para o desempenho do mercado imobiliário são mais otimistas, o que indica certa resiliência do setor. Faz sentido: enquanto o Produto Interno Bruto do País como um todo deve crescer perto de 0,5% em 2022, o PIB da construção deve subir 2%.

● **FIRME.** A pesquisa mostrou que 48% dos entrevistados acreditam em um desempenho melhor do mercado imobiliário nos próximos 12 meses. O número é saudável, mas houve baixa em relação ao trimestre anterior, quando 59% esperavam melhora. Já os pessimistas passaram de 6% para 13%.

● **DAS PEQUENAS.** Na tentativa de seguir em frente após dois duros anos devido à pandemia, as pequenas e micro empresas lideraram a demanda por crédito em janeiro. A busca nesse grupo cresceu 21,2% sobre o mesmo mês de 2021, segundo o Indicador de Demanda das Empresas por Crédito da Serasa Experian.

● **ACIMA DA MÉDIA.** As PMEs puxaram a alta de 20% no indicador geral, na comparação com janeiro de 2021. O economista Luiz Rabi diz que essas empresas acessaram linhas do governo, como o Programa Estímulo ao Crédito (PEC), já que ainda precisam de ajuda para voltar a operar nos níveis pré-pandemia.

SOBE

BB sobe quase 5% após balanço e puxa bancos

ALEX SILVA/ESTADÃO-9/8/2021

Os papéis do Banco do Brasil fecharam em alta de 4,74% após o bom resultado no quarto trimestre de 2021. O banco teve lucro líquido ajustado de R$ 5,93 bilhões, alta de 60,5%. Como reflexo, o BTG Pactual elevou a recomendação da ação para compra. O movimento foi seguido por Itaú Unibanco, que subiu 0,94%, e Bradesco, 1,13% (ON) e 0,09% (PN). Santander destoou no final, caindo 0,56%.

DESCE

Minério cai na China e derruba ações do setor

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO-21/7/2016

As ações ligadas aos setores de mineração e siderurgia caíram e pressionaram o Ibovespa. O movimento refletiu a baixa de quase 9% do minério de ferro em Qingdao, na China, em meio ao aumento de controle sobre as verificações do ativo nos portos chineses. As ações de CSN recuaram 4,83%, seguidas por Bradespar (3,67%), Vale (2,97%) e Usiminas PNA (0,57%). Gerdau e Gerdau Metalúrgica caíram 0,40% e 0,47%, respectivamente.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **114.828,18 PTS.** | Dia **0,82%** | Mês **2,39%** | Ano **9,55%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
LOCAWEB ON NM	11,15	15,31	31.899
BANCO PAN PN N1	11,08	10,47	15.775
AZUL PN N2	29,27	8,45	24.334

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
SID NACIONALON	26,40	-4,83	32.044
3R PETROLEUMON	37,01	-4,74	15.130
BRADESPAR PN N1	29,91	-3,67	11.566

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

10/2 A 10/3	0,0000	0,6986	0,5000	0,5000
11/2 A 11/3	0,0000	0,6992	0,5000	0,5000
12/2 A 12/3	0,0000	0,7001	0,5000	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	34.988,84	1,22	-0,41	-3,71
FRANKFURT - DAX	15.412,71	1,98	-0,38	-2,97
LONDRES - FTSE	7.608,92	1,03	1,94	3,04
TÓQUIO - NIKKEI	26.865,19	-0,79	-0,51	-6,69

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,26	3.029,20
	15/5/2035	5,59	1.860,21
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2030	5,51	3.941,77
PREFIXADO	1º/7/2024	11,64	772,07
	1º/1/2026	11,27	661,54
SELIC	1º/9/2024	0,06	11.349,12

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,73	0,67	0,67	10,60
IGPM (FGV)	0,87	1,82	1,82	16,91
IGP-DI (FGV)	1,25	2,01	2,01	16,71
IPC (FIPE)	0,57	0,74	0,74	9,60
IPCA (IBGE)	0,73	0,54	0,54	10,38
CUB (Sinduscon)	0,23	0,38	0,38	13,70
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,36	0,47	0,47	4,14

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,1691	IPCA (IBGE)	1,1038
IGP-DI (FGV)	1,1671	INPC (IBGE)	1,1060
IPC-FIPE	1,0960	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	10,95	0,18	4,99	19,67
CDI	10,65	0,00	16,39	16,39

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/22	18,07	163.424	17,96	18,27	-0,28
CAFÉ NY*	MAI/22	251,75	120.836	247,25	252,30	1,55
SOJA CBOT**	MAR/22	15,513	180.109	15,423	15,770	-1,19
MILHO CBOT**	MAI/22	6,38	557.953	6,353	6,545	-2,71

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq. R$/sc 60 kg	188,38	-0,07	17,09
BOI			
Cepea/esalq. R$/@	338,15	-0,22	11,60
MILHO			
Cepea/esalq. R$/sc 60 kg	96,55	0,59	15,77
CAFÉ			
Cepea/esalq. R$/sc 60 kg	1.499,37	-0,37	127,88

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1807	-0,72	-2,36	-7,09
DÓLAR TURISMO	5,3300	-0,74	-2,51	-7,09
EURO	5,8850	-0,19	-1,34	-6,79
OURO	308,000	-1,28	1,82	-6,67
WTI US$/BARRIL	91,9700	-2,94	4,09	20,32
BRENTUS$/BARRIL	93,1000	-2,64	4,28	19,53

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,1357	1,3539	0,1938
EURO	0,880	1,0000	1,1919	0,1707
FRANCO SUÍÇO	0,925	1,0510	1,2527	0,1794
LIBRA ESTERLINA	0,739	0,8392	1,0000	0,1432
IENE	115,622	131,3175	156,5270	22,411

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

● Tecnologia ● Novos nomes

Conheça as startups brasileiras que podem virar 'unicórnio' em 2022

Após ano recorde de investimentos, estudo aponta quais os nomes de tecnologia no País são candidatos a ultrapassar a marca de US$ 1 bilhão em valor de mercado

BRUNO ROMANI
GIOVANNA WOLF

Nos últimos anos, o Brasil virou um berçário de "unicórnios", como são chamadas as startups avaliadas em US$ 1 bilhão ou mais. Desde 2018, 23 empresas nacionais de tecnologia atingiram o status "mágico". Em 2021, o País teve um recorde: nove nomes entraram para o seleto grupo após o setor captar US$ 9,4 bilhões, segundo dados da empresa de inovação Distrito.

Com o início do novo ano, a expectativa por uma nova fornada de startups bilionárias é renovada. O **Estadão** teve acesso com exclusividade ao relatório da Distrito que destaca as principais candidatas a startup bilionária em 2022. O estudo inclui 22 nomes, dos quais 12 aparecem pela primeira vez no radar.

São eles: A55, Alice, Buser, Conta Azul, Contabilizei, Cora, Cortex, Descomplica, Fazenda Futuro, Isaac, Kovi, Liv Up, Neon, Omie, Open Co, Petlove, Pipefy, Shopper, Solinftec, Tembici, Zoop e Warren.

Claro, nem todos devem atingir o status neste ano: na edição passada, apenas 3 dos 17 nomes listados confirmaram a promessa. Isso significa que o relatório funciona mais como um radar.

"Sempre usamos dados na criação de *insights*. Neste ano, temos conseguido trabalhar mais algoritmos de predição e usar dados mais profundos sobre a evolução das empresas ao longo do tempo, o que nos permite assertividade maior", explica Gustavo Gierun, cofundador da Distrito.

Entre as informações analisadas estão número de funcionários, crescimento da equipe, visibilidade no mercado (dados de acesso ao portal, downloads de aplicativos ou audiência das redes sociais), porte dos investimentos, nomes dos investidores e valor acumulado de investimentos, além da frequência e da velocidade das captações de recursos.

A edição deste ano, porém, já começa acertando: na segunda-feira passada, a fintech Neon anunciou que se tornou unicórnio.

A reportagem conversou com CEOs e fundadores de 11 startups listadas, que falaram sobre suas ambições, planos e desafios para o ano, além de seu segmento de atuação. Conheça agora a safra de 2022! ●

Perfis

David Peixoto
Cofundador do Isaac

'A educação tem baixo capital alocado e pouca gente de tecnologia'

"Em 18 meses, o Isaac já atende a 500 escolas e a quase 250 mil responsáveis financeiros por alunos. A gente funciona como um sistema operacional das escolas privadas, combinando software com produtos financeiros. O setor de educação está atrasado em termos de inovação, porque teve baixo capital alocado e pouca gente de tecnologia. As 'edtechs' estão mudando isso. Nossa meta é chegar a 10 mil escolas, ou 25% do mercado privado. Com o tempo, poderemos ter serviços que permitirão a famílias pagar de acordo com a sua renda. Com o aporte de US$ 125 milhões recebido em novembro, não planejamos uma nova captação para 2022. Temos dois desafios pela frente: um é montar um bom time, o outro é credibilidade: quando você é uma startup em um setor tão tradicional, você encontra barreiras." ● B.R.

André Florence
Cofundador da Alice

'Queremos gerar mais saúde com um modelo escalável e sustentável'

"Espero que a Alice atinja o título de unicórnio em algum momento, porque precisamos fazer novos aportes para puxar o crescimento da empresa. Não está no nosso planejamento levantar mais uma rodada em 2022, já que levantamos duas no ano passado. Estamos revisando nossa operação para que seja um modelo escalável e sustentável. O nosso foco é aumentar a capilaridade em São Paulo. Ao mesmo tempo, mantemos conversas com parceiros em outras cidades. Entendemos que o mercado de saúde suplementar, nos moldes atuais, não funciona. Não há nenhum tipo de vínculo entre o usuário e o plano de saúde tradicional, o que torna a experiência horrorosa." ● G.W.

Marco Fisbhen
Fundador e CEO da Descomplica

'Queremos 30 mil alunos na graduação e podemos buscar novo aporte'

"A Descomplica está expandindo de maneira contundente. O que começou como um preparatório de vestibulares cresceu para ser a primeira faculdade 100% digital no Brasil, além de ter grande alcance na pós-graduação. Desde a metade de 2021, estamos trabalhando com empresas, como Amazon e iFood. Para 2022, queremos dobrar o número de alunos na pós-graduação, que hoje tem 70 mil pessoas, e triplicar o tamanho da graduação, chegando a 30 mil alunos. É muito provável que a gente volte ao mercado ainda neste ano em busca de uma nova captação. O recurso ajudaria com nosso maior desafio: gente. Os problemas da educação no Brasil demandam muita gente boa." ● B.R.

Hugo Mathecowitsh
CEO da A55

'Virar unicórnio em 2022 é a melhor das hipóteses para a nossa companhia'

"Para virarmos um unicórnio, ainda é necessário melhorar a nossa estrutura de crédito, escalá-la em algumas ordens de grandeza. A segunda coisa é ser muito mais uma empresa de inteligência de dados alternativos e menos de crédito. Rodadas de captação não são um fim em si: são sempre uma necessidade para financiar os projetos. É possível que a gente pense nisso no segundo semestre. Eu vejo entregas necessárias e outras que são suficientes. Fizemos uma rodada em 2021, então estamos bem. Quando as coisas dão certo para a startup, a gente sempre precisa de mais dinheiro para dobrar ou triplicar o negócio. Então, ser um unicórnio em 2022 é a melhor das hipóteses." ● BRUNA ARIMATHEA

Igor Senra
Cofundador da Cora

'Nossa meta é mudar toda a dinâmica da indústria financeira'

"A Cora pode ter o título de unicórnio a qualquer momento. Porém, o mais importante é focar na operação. Com as duas rodadas de 2021, temos dinheiro para viver este ano e o próximo, mesmo com um supercrescimento. A indústria financeira foi construída pensando nas pessoas físicas, sendo que as demandas das pessoas jurídicas são diferentes. Acreditamos que vamos conseguir entregar um produto melhor do que os bancos tradicionais. O crédito será uma área importante. Queremos ser agressivos a ponto de mudar a dinâmica da indústria. Isso significa não só ser competitivo, mas forçar os competidores a mudar para se adequar ao que a gente fizer." ● G.W.

Unicórnio metálico no Habitat, espaço de inovação do Bradesco, simboliza um dos objetivos de muitas startups brasileiras

Tomás Martins
Cofundador e CEO da Tembici

'Mobilidade é um jogo de apenas um vencedor, pois os custos são altos'

"A Tembici cresceu muito na pandemia. Criamos a linha de negócios para utilizar a frota de bicicletas compartilhadas para a realização de entregas: vamos bater 500 mil em

Felipe Matos *felipe@10k.digital*

Inova Simples, o 'MEI para startups'

Todo unicórnio um dia foi uma pequena startup. E para estas empresas, os primeiros passos de formalização são desafiadores. Os modelos societários no Brasil são custosos e complexos, exigindo o pagamento de taxas na junta comercial, elaboração de contratos, além da obrigatoriedade da empresa ter um contador responsável.

Para quem só quer formalizar uma ideia no começo, pode sair caro. Por isso, muitos empreendedores improvisam, tornando-se Microempreendedores Individuais (MEI) para terem um CNPJ e poderem abrir conta em banco e emitir notas fiscais. Acontece que essa figura jurídica foi pensada para pessoas físicas, aqueles microempreendedores, que exercem funções específicas e não atende às necessidades de uma startup. Essas empresas têm vários sócios e desempenham atividades ligadas a tecnologia que em sua maioria não são contempladas pelo MEI.

Pensando nisso, foi criado um novo regime empresarial, o Inova Simples. Trata-se de uma plataforma do governo federal que funciona como um MEI para startups. Ele foi instituída pela Lei Complementar 167/2019, de autoria do deputado Otávio Leite, permitindo um processo simples, gratuito e 100% online para abertura, alteração e fechamento de negócios sob este regime.

Novo regime mira pequenas empresas com serviços e produtos inovadores e tecnológicos

O Inova Simples permite que os empreendedores se registrem via internet e sem custos para obter um CNPJ para seu negócio em áreas inovadoras, com o registro adequado dos sócios e suas respectivas participações. O programa também prioriza a análise de pedidos de patentes e marcas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) para empresas formalizadas como Inova Simples. Além disso, há o acesso facilitado às informações da Redesim, um conjunto de sistemas para a legalização de empresas dos municípios, estados e União.

Para se cadastrar no Inova Simples, é preciso que a solução forneça serviços, produtos ou tecnologias inovadoras, que gerem resultados a curto prazo e substituam bens e serviços já disponíveis no mercado. Para manter o enquadramento na categoria, o limite de faturamento anual deve ser o mesmo do MEI, de R$130 mil, valor atualizado para o ano de 2022. Se o negócio prosperar e ultrapassar esse faturamento anual, poderá ser convertido para uma sociedade limitada ou anônima. Se fracassar, o procedimento de fechamento do negócio pode ser feito online, também de forma muito simplificada o que é uma grande vantagem, especialmente para negócios inovadores que possuem risco elevado. ●

ESPECIALISTA EM EMPREENDEDORISMO E TECNOLOGIA. JÁ APOIOU MAIS DE 10 MIL STARTUPS NO BRASIL E É SÓCIO DA 10K DIGITAL

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO -13/9/2021

fevereiro. Apostamos também na bicicleta elétrica, com a meta de colocar 10 mil delas nas ruas até o fim de 2022. Já estávamos na indústria quando surgiu o modelo de bikes e patinetes sem estação, mas ele não para em pé. Eles colocam uma quantidade muito maior de ativos nas ruas e é difícil de rentabilizar. A Tembici coloca uma quantidade menor, mas com duração maior do equipamento. Nossa frota tem índice de vandalismo de 0,15%. É um dos desafios que outras empresas sofreram. Na mobilidade, a barreira de entrada é grande porque precisa de investimento de outra magnitude. É um jogo de um vencedor só." ● **GUILHERME GUERRA**

Talita Lacerda
CEO da Petlove

'Nosso foco está no plano de saúde para pets, o que vai dobrar nossa carteira'

"O foco da Petlove está no plano de saúde para pets, que está indo muito bem. Se você quer oferecer um ecossistema para o animal, é preciso pensar em toda a jornada. A gente vê muito potencial de crescimento nesse negócio – que vai mais que dobrar a nossa carteira. Eu não acredito que esse é um mercado que apenas uma empresa possa dominar. Tem espaço, mas acho que existe uma proposta atraente em ter tudo em um lugar só. Depois do aporte do ano passado, não está nos planos fazer uma rodada em 2022. Estamos em uma situação macroeconômica muito complicada. O orçamento das famílias está mais apertado, e o setor sofre um pouco mais nesse contexto." ● **B.A.**

Vinicius Roveda
Cofundador e CEO da Conta Azul

'Vamos oferecer serviços financeiros e estamos próximos de ser unicórnio'

"A Conta Azul depende de alguns fatores para virar unicórnio em 2022, mas a gente está muito próximo. Depois de conquistarmos espaço com a plataforma de gestão e transformar o mercado de contabilidade, nosso próximo passo é oferecer serviços financeiros. O nosso ecossistema permite que a gente seja uma fintech relevante. Embora a gente não descarte, não estamos buscando novos aportes neste ano. No ano passado, recebemos um investimento para realizar alguns movimentos inorgânicos, como a compra da Swipe. O desafio é chegar a mais empreendedores: 40% deles passam pelos problemas que a gente resolve, mas nunca ouviram falar de soluções como as nossas." ● **B.R.**

Adhemar Milani Neto
CEO da Kovi

'Parte do nosso plano é expandir para países da América Latina'

"A Kovi nasceu para ser uma empresa de décadas, porque levará tempo para transformar a relação do ser humano com o carro. Começamos em São Paulo e na Cidade do México, que são as maiores cidades do Uber no mundo, e pretendemos expandir para todos os lugares do planeta que tenham o mesmo perfil. Crescemos três vezes no ano passado e pretendemos continuar nesse ritmo. O Brasil tem uma das maiores taxas de financiamento do mundo: o brasileiro financia o veículo em 60 meses, não consegue pagar e acaba ficando sem o carro e com o nome sujo. Nosso produto é uma assinatura simplificada e mais acessível." ● **G.W.**

Fabiano Cruz
CEO da Zoop

'Para lidar com o cenário macroeconômico, é preciso estar capitalizado'

"A Zoop quer se posicionar estrategicamente e buscar parceiros para expansão internacional. Se mantivermos esse olhar, é muito provável que nos tornemos um unicórnio. Quando se pensa em serviços financeiros, existe muita coisa para fazer. Há uma revolução acontecendo nas formas de pagar e receber dinheiro, no Pix e no *open finance*. Além do nosso País, existem o México e a Colômbia, que estão atrasados em cinco anos em relação a nós. O Brasil é um ambiente muito complexo, e a alta na Selic afeta diretamente nossos custos de captação. É um ambiente difícil e não muito favorável, mas, se estivermos capitalizados e com um bom time, passaremos por qualquer crise." ● **G.G.**

Fábio Rodas
CEO da Shopper

'A avaliação de mercado de US$ 1 bilhão vai acontecer naturalmente'

"A categoria da Shopper ficou em evidência na pandemia. Nossos concorrentes focam no sintoma, e não na doença: todos têm modelos que esperam o cliente sentir a falta de um item em casa e só então vendem e entregam para o cliente. Em um cenário de crise econômica, com inflação em alta, o nosso modelo de negócios de compras programadas vai melhor por ser uma alternativa mais barata. A previsibilidade nos traz menos desperdício, menos estoques, garante uma logística planejada de forma eficiente e sem depender de lojas físicas caras. A estrutura de custos do modelo é muito menor. A avaliação de mercado superior a US$ 1 bilhão vai acontecer naturalmente." ● **G.G.**

Smartphone Lançamento

Samsung lança Galaxy S22 no País por até R$ 10,5 mil

Anunciada globalmente na semana passada, a nova geração de smartphones da Samsung já está desembarcando no Brasil. A fabricante sul-coreana anunciou ontem que a família Galaxy S22 chega ao País custando entre R$ 6 mil e R$ 10,5 mil – é a mesma faixa de preço anunciada para a linha S21 no ano passado. Os aparelhos S22, S22+ e S22 Ultra já estão disponíveis nas lojas oficiais da Samsung.

O principal destaque da nova família de smartphones é o Galaxy S22 Ultra, que absorveu algumas das principais características do Galaxy Note, categoria de celulares que popularizou aparelhos de tela grande e o uso de canetas stylus. O Ultra conta com a caneta S Pen embutida e design com bordas retas. Assim, a família Note, que já teve lançamento cancelado em 2021, fica em um "limbo" e perde ainda mais espaço dentro do catálogo da fabricante sul-coreana.

O topo de linha da fabricante chega bem mais barato do que o seu principal concorrente. O iPhone 13 Pro Max sai por R$ 15,5 mil em sua versão mais cara. Mas tem um detalhe: o telefone da Apple conta com 1 TB de armazenamento, ante 512 GB do S22 Ultra. No modelo com 512 GB, o iPhone custa R$ 13,5 mil.

SAMSUNG

Galaxy S22 Ultra chegou mais barato do que o iPhone

O S22 e o S22 +, por sua vez, seguem o mesmo design da linha S21: as bordas são arredondadas, e há integração do espaço da câmera com a lateral do aparelho – a peça de metal funciona como se estivesse "abraçando" o celular. Todos os aparelhos têm suporte ao 5G.

NOVIDADES. Uma das principais evoluções dos novos celulares está no processador. Depois de a linha S21 chegar ao Brasil com o processador Exynos 2100, da própria Samsung, a família S22 terá chip Snapdragon 8 Gen 1, da Qualcomm. A mudança promete melhorias, já que o processador da fabricante sul-coreana fazia o celular esquentar exageradamente, principalmente durante o uso da câmera.

Também para aliviar o superaquecimento dos aparelhos, a Samsung remodelou todo o sistema de gerenciamento térmico dos smartphones, com peças mais eficientes na propagação térmica.

A bateria do S22 e do S22 + são de 3.700 mAh e 4.500 mAh, respectivamente, enquanto a versão Ultra tem 5.000 mAh. Aqui, nos modelos mais simples, há um passo para trás em relação aos celulares apresentados no ano passado: as baterias do S21, do S21+ e do S21 Ultra tinham 4.000 mAh, 4.800 mAh e 5.000 mAh, respectivamente. Pode ser um cuidado extra para lidar com o aquecimento do aparelho.

TABLET. A Samsung também está trazendo ao País o tablet Galaxy Tab S8, com preço de R$ 7,7 mil. O aparelho, primeiro da marca com suporte ao 5G, está em pré-venda desde ontem. ● GIOVANNA WOLF

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

AUTOS

TOYOTA

COROLLA XEI 2.0
R$85.000 15/15, flex, aut, preto, 10.800Km, estado de novo ☎(11)98333-8081/3085-4458

VOLKSWAGEN

FOX 1.0
15/16 Preto, 24.900 KM, placa final 5 Novissimo 1198475-0878

CAMINHÕES

CARRETA GRANELEIRA COM PINO LOC
2004/ 2005 Rodoviária Fachini, com 3 eixos. ☎(11)2618-1494

MERCEDES BENZ
2004 Trucado LS 1634. Bom estado e Baixa KM. Vendo. ☎(11)2618-1494

SEGURO, NEGÓCIOS E CONSÓRCIO

COMPRO CONSÓRCIO
À vista,contemplado ou não, mesmo em atraso (11)94720-3533

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO ARTE TABLEAU
SOMENTE ON-LINE ou TELEFONE. Leilão: 21, 22 e 23/02/2022 às 20:00h. ☎ (11) 3061-2200 Leiloeiro: Luiz Carlos Moreira. Mat. 686. Visite: www.tableau.com.br

CLÍNICA TERAPÊUTICA E ESTÉTICA

LIGAN MASSAG.RELAXANTE
wht 11)96669-9214/2366-4934

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Sr.Wilker Soares da Luz - CTPS: 0003526919 - Série: 6824/SP. Convidamos o Sr. Wilker Soares da Luz CTPS: 0003526919 - Série: 6824/SP, a comparecer em nosso escritório a fim de retomar ao emprego ou justificar as faltas desde 11/01/22 no prazo de 24hs à partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos do Art. 482 Letra I da CLT. S.Paulo, 16 de fevereiro de 2022. Lester Segurança Patrimonial Ltda.

ABANDONO DE EMPREGO
Sr.Rogério Santos dos Anjos, CTPS: 0003917721 Série: 7837/SP. Convidamos Sr.Rogério Santos dos Anjos CTPS: 0003917721 Série: 7837/SP, a comparecer em nosso escritório a fim de retomar ao emprego ou justificar as faltas desde 11/01/2022 no prazo de 24hs à partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos do Art. 482 Letra I da CLT. S.Paulo,16 de fevereiro de 2022. Lester Segurança Patrimonial Ltda.

COMUNICADOS

COMUNICADO
Solicitamos que SONIA MENEGALDO SIMONETTI, filha de IDA MENEGALDO SIMONETTI entre em contato através do telefone (11) 93012-1273 para providenciar a exumação dos corpos sepultados no Cemitério de São Pedro.

COMUNICADO
Eu, Carolina Ramos Daoud Yacoub , RG 38.401.981-x, comunico a perda de meu diploma de Médica emitido em 12/11/14 pela FMUSP

COMUNICADO À PRAÇA
A empresa Veja Materiais p/Construção Ltda, CNPJ 14.334.253/0001-06, c/sede R: Pedro Ravara 125, sala 2 - Jd.Ipanema. Cep: 05187-300 - SP-SP, comunica o extravio do Enquadramento de Microempresa-ME, registrado sob no. 914896/11-8 em sessão de 02.09.2011 da Junta Comercial de SP

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
2 p/ R$5. Livros, CD, DVD e disco, vários(Sebo) Pça João Mendes 140

RELAX / ACOMPANHANTES

MASSAGEM 98565-1075
Com técnica espec.no final

EMPREGOS

MOTORISTA (O)
Contrato, para uma pessoa só. Deverá ajudar no serviço da casa em geral, se possível morar no emprego (bairro Moema). Com referência. Tratar (11)99169-8390

LEILÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS/SENAD – CUIABÁ/MT

Terreno 7.619m² em Cuiabá/MT, Av. Leonides de Carvalho, 637 c/ Rua J, 643 c/ Rua H, 638 com Av. Senegal, 644, Loteamento Jardim Aclimação, Setor A.

INICIAL R$ 5.250.000,00

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO!

balbinoleiloes.com.br
0800-707-9339
BALBINO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL
SOMENTE ON-LINE
22/02/2022 11h00

IMÓVEL COMERCIAL NA REGIÃO DO IPIRANGA
Áreas: 720m² (terr.) e 833m² (constr.)

Lance mínimo a partir de: R$ 2.000.000,00

ACESSE O NOSSO SITE E CONFIRA TODAS AS OPORTUNIDADES

Informações: (11) 3093 5252 — Vicente Paulo Albuquerque — Veja essa e outras opções em www.leilaovip.com.br — Leilão VIP

bradesco LEILÃO DE IMÓVEL
Somente online
23/02/2022 14h00

OPORTUNIDADE EM SÃO PAULO: TERRENO COMERCIAL

Lance Mínimo a partir de: R$ 3.335.000,00

APROVEITE: À VISTA 10% DE DESCONTO - Consulte Financiamento

Inf.: (11) 3093 5252 — Vicente Paulo Albuquerque — Veja essa e outras opções em www.leilaovip.com.br — Leilão VIP

PESTANA LEILÕES

LEILÃO - IMÓVEL COMERCIAL EM SÃO PAULO/SP

24/02/2022
QUI - 10h30 | ELETRÔNICO

São Paulo/SP
Unidade autônoma c/ área útil de 88,30m² e c/ 2 vagas de garagem.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.768. Ed. Conselheiro Souza e Mello. 1-B (1° andar ou 4º pav.)
Bairro Jardim América - 20° Subdistrito.
Lance Mínimo: R$ 520.000,00

COND. DE PGTO DO LEILÃO:
- À vista c/ 10% de desconto.
Comissão de 5% à Leiloeira.
Edital completo, descrição e fotos do imóvel no site.

bradesco
Liliamar Pestana Gomes
Leiloeira Oficial
JUCISRS 168/00

51 3535.1000 | banco.bradesco/leiloes | leiloes.com.br

@deseulance.com

LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 - São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Infs: (11) 5575-9555 - VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES! (rh@deseulance.com)

CAMINHÕES (CAT/ MB) • VEÍCULOS LEVES • MÁQS. OPERATRIZES • TANQUES (AC/ FIBRA) • COMPRESSORES DE AR • MÁQS. DE SOLDA • PÇS. PORTA PALETES • 4T BOBINAS DE AÇO • 9T BARRAS E TUBOS AC • 07 PENEIRAS CILÍNDRICAS • PNEUS • INSTR. MEDIÇÃO • DIVERSOS.

DATA: 22.02.22 - 3ª FEIRA - 11:00 H
18 Máqs. Operatrizes (Centro Usinagem CNC • 03 Mandriladoras Autom. • 03 Retíficas Cil. • Furadeira Coord. • 02 Fresadoras • Plaina Vert. • 03 Serras • Afiadora Ferramentas • Tridimensional) • Conjto Elevador Automotivo • 02 Carros Transportadores/Transferidores 40T • Aprox. 9 T Barras/Vigas e Tubos AC • Aprox. 150 Instrumentos Medição (Paquímetros, Micrômetros, Etc.) • 04 Máqs. Solda • Mesa em Granito p/ Desempeno • 18 Ferramentas Pneumáticas • 04 Aspiradores de Pó.

Votorantim — DATA: 23.02.22 4ª FEIRA - 11:00 H
Caminhão Fora de Estrada Cat • Varredeira Tennant • Caminhão M. Benz 2217 • VW Saveiro • Aprox. 39 Contêiners Plásticos • Aprox. 85T Sucata de Esteira de Borracha • Aprox. 60T Mangas de Filtros • Pneus • 800T Colagem de Refratários • Tambores • Bombonas Plásticas • Diversos.

@deseulance.com — DATA: 24.02.22 - 5ª FEIRA - 11:00 H
Equiptos (Serra Fita • 02 Apertadeiras Parafusadeiras • Máq. Corte Plasma • 02 Máqs. Solda • 03 Seladoras e Datadoras • Desempeno) • Alimentador Vibratório de Peças • Elevador Cargas • Paleteira Elét. 2T • Plataforma Elevação • Misturador Inox 15 L) • 07 Motores 60 a 120HP • 1.300 Pçs p/ Porta Paletes • Motobomba • 14 Bombas • 02 Compressores • 05 Redutores • 29 Tanques Vert. • Informática • Cozinha Industrial • Diversos.

SAINT-GOBAIN E OUTROS COMITENTES — DATA: 24.02.22 5ª FEIRA - 14:00 H
09 Tanques Verticais (Fibra/ AC) • Eqptos. em Inox (Moto Ventilador/ Colunas/ Envasadoras/ Reatores/ Calhas Vibratórias, Etc.) • Strechedeira Aut. • 04 Envasadoras Aut. • 02 Prensas • Guilhotina • 05 Impressoras Laser • Pçs. Em Alumínio • Esteiras Transportadoras • Divs.

JURANDIR DANTAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 243

CULTURA & COMPORTAMENTO
O ESTADO DE S. PAULO QUARTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2022

LEEKYUNG KIM

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO – 8/4/2016

Colunista do 'Estadão', tratou de mazelas sociais e de sua infância

C4 **Cinema**

Morre o cineasta inquieto

Arnaldo Jabor deixa filmes clássicos e textos irônicos

Direto da Fonte
Sonia Racy
Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Entre amigos

Convidado da live de **Ciro Gomes** de ontem, **Tasso Jereissati** deixou clara a sua falta de entusiasmo pela candidatura de **João Doria** à Presidência pelo PSDB ao aceitar o convite. Em 2002, Tasso também se distanciou do tucanato ao apoiar Ciro contra **José Serra**.

A proposta da live, segundo a assessoria de Tasso, era de resgatar a história dos dois políticos no Ceará desde 1986, quando o tucano foi eleito governador pela primeira vez. E falar de política fiscal e da continuidade de projetos mesmo em gestões de partidos diferentes.

Carná 22

Está definida a programação do Carnaval na Cidade, em terceira edição. Será entre o dia 26 e 1.º de março, no Jockey Clube, com mais de 12 atrações. Entre elas **Thiaguinho** no dia 26 (sábado), **Alok** e **Luan Santana** no dia 28 (domingo) e, na terça, dia 1º, **Anitta**. Tudo organizado pelas agências Fishfire e Carvalheira.

Conversando...

A editora Matrix fechou parceria com **Costanza Pascolato** para publicar o *Puxa Conversa Moda*. Como um baralho, 100 cartas trarão perguntas para falar de estilo, gostos e hábitos do universo fashion. O desafio é "para promover a conversa e a diversão", afirma o editor **Paulo Tadeu**.

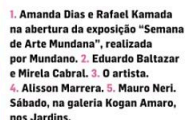
Triplicou

O Zoológico de SP registrou público recorde no último fim de semana, desde a reabertura das atividades econômicas. Mais de 11 mil pessoas visitaram o parque. Quase três vezes mais que a média habitual de sábado e domingo, de quatro mil.

LEO FARIA

POLAROID

A Reserva lança collab inspirada nos personagens icônicos da Estação Primeira de Mangueira. Cartola, Jamelão e Delegado, a comunidade mangueirense e sua energia foram captadas durante ensaios que inspiraram a coleção. Que também conta, é claro, com os clássicos tons da escola de samba: verde e rosa.

FOTOS IARA MORSELLI

1. Amanda Dias e Rafael Kamada na abertura da exposição "Semana de Arte Mundana", realizada por Mundano. **2.** Eduardo Baltazar e Mirela Cabral. **3.** O artista. **4.** Alisson Marrera. **5.** Mauro Neri. Sábado, na galeria Kogan Amaro, nos Jardins.

NA FRENTE

- **Kátia Canton** abre o debate de ideias *Contingências Antropofágicas / 100 Anos Depois de 22*, amanhã, no CCBB, e lança o livro *Ana e a Semana*, sábado, na Livraria Travessa.

- **Nara Roesler** apresenta *Seasons Of The Soul* – individual de **Karin Lambrecht**, amanhã – inaugurando o programa anual de exposições da galeria.

- A Urbia, gestora do Parque Ibirapuera, em parceria com a startup Paint and Drink, realizará oficinas de pintura no Auditório Ibirapuera, dias 19 e 20.

- **Silvia Poppovic** e **Veronica Hipolito** participam da primeira temporada do podcast *Plenae*, de **Geyze Diniz**.

- Fasano e Parigi acabam de abrir sua tradicional temporada de trufas negras.

Roberto DaMatta

Coroas e poderes

Nossos governantes não usam coroas como símbolo de suas prerrogativas, responsabilidades (sempre esquecidas) e poderes (sempre reafirmados). É, contudo, evidente que os líderes políticos de países do "clube atômico" possuem a extremada capacidade de, num conflito com seus pares, destruir o planeta. Algo jamais imaginado por nenhum potentado da antiguidade. Faraó, rajá, papa ou rei divinizado acreditavam, mas sabiam não ter os meios de realizar tamanha façanha destrutiva.

Afinal, construir pirâmides, palácios, cidades aristocráticas como Versalhes ou Brasília, templos e catedrais, poderia ser perigoso, mas era mais inocente que realizar um pacto atômico concreto com o nosso lado mais perverso.

As coroas simbolizam tipos de poder e salientavam a cabeça – esse topo superior do corpo humano é, na maioria das sociedades conhecidas, o local da razão e o do direito divino do poder da realeza. Tanto que o a decapitação por uma máquina especial, a guilhotina, foi inventada como um modo avançado de decepar justamente cabeças. Justo essa parte do corpo que, com suas tiaras e coroas, revelavam materialmente, como indisfarçáveis emblemas, o absolutismo da aristocracia.

Escrevo inspirado por um precioso ensaio de Claude Lévi-Strauss intitulado *As Joias do Etnólogo*, parte do livro *Somos Todos Canibais* (publicado em 2013 pela Columbia University

A decapitação pela guilhotina foi inventada como modo de decepar justamente cabeças

Press), no qual aprendo que existem "coras abertas" e "fechadas" como parte da hierarquia aristocrática. As primeiras simbolizam o poder imperial e absoluto do rei; as segundas são usadas por condes, duques e marqueses como figuras menores na emblemática das aristocracias.

Ao descobrir essa distinção de coroas, pensei na quantidade de coroas abertas que teríamos aqui no Brasil, pois como já foi sugerido faz tempo, seria uma repinica coroada. Imaginei também os milhares de coroas abertas a serem usadas pelos governadores, ministros, juízes, parlamentares e altos funcionários a competir com as coroas usadas pelas nossas celebridades, que têm o poder de abandonar toda e qualquer racionalidade.

Imaginei também as desagradáveis disputas eleitorais, nas quais todo um conjunto de "especialistas" (esse neologismo para aspirantes à aristocracia) adota estratégias para seus patronos obterem suas coroas fechadas – essa marca indiscutível de um poder absoluto expresso no axioma de Luiz XIV, o rei-sol, pronunciada no dia 13 de abril de 1655, segundo o qual "o estado sou eu!". Sonho de muitas revoluções que prometeram em ir para frente, mas acabaram andando para trás. Pois perder a coroa é, simbolicamente, perder a cabeça. É justamente assim que estabelece o nosso bárbaro realismo político de vencer de qualquer jeito... ●

É ANTROPÓLOGO SOCIAL E ESCRITOR, AUTOR DE 'FILA E DEMOCRACIA'

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Literatura ***Aniversário***

Loyola festeja os 40 anos de uma infindável utopia

Em 'Não Verás País Nenhum', escritor e colunista do 'Estadão' trata de uma sombria realidade futurista bem próxima da atual

UBIRATAN BRASIL

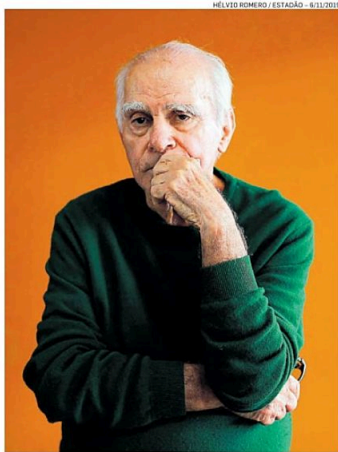
Os rios acabaram secando, fruto de um desmatamento desenfreado, o que resultou em uma incômoda poeira espessa espalhada em todos os cantos. Apesar de apocalíptico, o cenário se aproxima em diversos aspectos da realidade do planeta hoje, o que transformou o romance *Não Verás País Nenhum*, no qual reina aquele ambiente, em um potente escrito visionário.

"Tem sido estudado como ficção científica, mas prefiro chamá-lo de ficção político-burocrática", comenta seu autor, Ignácio de Loyola Brandão, colunista do *Caderno 2*. "Há anos, quando me pediam para autografar, eu escrevia invariavelmente: 'tomara que tal futuro jamais aconteça'. Mas, certa vez, uma mulher me disse: 'mas, meu caro senhor, ele já está acontecendo, olhe em volta'."

Não Verás País Nenhum completou 40 anos de lançamento em 2021, e a homenagem veio com uma edição especial da editora Global: além do texto original, o volume traz um apêndice de 32 páginas coloridas, nas quais Loyola apresenta o que chamou "Diário de Trabalho". Nele, estão registrados a evolução dos textos, as descobertas, as buscas de palavras e expressões, e o questionamento do significado das cenas e o surgimento dos personagens. Registra também algumas capas publicadas no Brasil e no exterior.

CONTO. Isso porque o romance passou por um fervilhante processo criativo. Loyola trabalhava na Editora Abril, em 1972, quando rascunhou um conto chamado *O Homem do Furo na Mão*. A inspiração veio das conversas com colegas do trabalho, especialmente as que tratavam da ditadura militar que vigorava na época e suas consequências como censura, prisões, mortes. "As pessoas 'diferentes' incomodavam os 'normais'", comenta Loyola, que escreveu o conto, mas o manteve na gaveta.

Com o tempo, ele passou a guardar recortes de notícias sobre devastação, poluição, enchentes, inundações, doenças estranhas causadas pelo sol. "Então, comecei a reescrever o conto que tinha oito ou dez páginas. Ele cresceu, cheguei a 50, 100, 200 páginas", conta. "Seria um romance, a ideia pipocou meses dentro de mim: um Brasil sem árvores – o Amazonas, um deserto. O principal estava ali, delineei o País, o sistema, a natureza morta, os efeitos, a corrupção e, quando a coisa ferveu, me vi, depois de três anos, com o romance pronto."

HÉLVIO ROMERO / ESTADÃO – 6/11/2019

Para o título do livro, Loyola se inspirou em um verso de Olavo Bilac

O fio condutor do romance é a trajetória de um professor de História que, nas primeiras décadas do século 21, é aposentado como forma de punição pela direção da universidade porque insistia em publicar os fatos reais, enquanto os governantes reescreviam ao seu interesse.

Para criar o título, o autor se inspirou em um verso de Olavo Bilac, do poema *A Pátria*, de 1904: "Criança! Não verá país nenhum como este! / Imita na grandeza a terra em que nasceste". "Loyola releu o poema, tomou fôlego e trouxe o abismo para dentro de casa", observa a historiadora Heloisa M. Starling, em texto publicado no livro. "Foi cirúrgico. Cortou o verso de Bilac no ponto exato, inverteu bruscamente os principais componentes da nossa projeção utópica de país e revelou que alguma coisa deu muito errado no Brasil."

TAMANHO. Loyola relembra que chegou a vacilar em relação ao tom do texto. "A certa altura, lá pela lauda 300, reli tudo e me sufoquei. Quem ia ler esse brutamontes? Imediatamente passei um fio da navalha, porque sabia que se usasse a sátira, o humor, o absurdo total o leitor respiraria, e assim foi. Levei meses reescrevendo, cheguei mesmo a cortar vários segmentos", relembra ele ao **Estadão**.

A fama de utópico, que colou no romance ao longo dos anos, nunca foi bem digerida pelo próprio autor. "Não antevi nada, imaginei tudo, a realidade me copiou e continua a copiar. O sucesso do livro hoje é essa estranheza. O horror de ele ser possível", comenta Loyola. "Então, os leitores percebem que está tudo à nossa volta. O livro se passa no futuro e os personagens lembram o passado, e o passado é hoje."

Loyola é autor também de outro clássico da literatura, *Zero* (1975), que nasceu do sufoco sob a pressão da ditadura e sua censura, violência, torturas, prisões e guerrilhas. "Veja que usei o mesmo processo para *Zero*, mas ao contrário. Narrei o passado verdadeiro", afirma. "Em *Não Verás*, olhei para o que poderia acontecer lá na frente. Em *Zero*, que levou dez anos para ser escrito, guardei várias notícias que os censores proibiram na ditadura militar – eu era secretário de redação na *Última Hora*, e recebia direto do censor o que estava proibido."

Loyola garante que não há uma só cena inventada. "Reescrevi à minha maneira tudo que os brasileiros tinham sofrido e não puderam ler naquele período nefasto, hoje negado. Ampliei a fórmula de *Bebel que a Cidade Comeu*, livro que teve influência direta de *Manhattan Transfer*, de John Dos Passos, e *Marco Zero*, de Oswald de Andrade. Fragmentei tudo, porque o Brasil me parecia estilhaçado por mil bombas de terroristas e da polícia." ●

Não Verás País Nenhum

Autor: Ignácio de Loyola Brandão

Global Editora

424 páginas

R$ 99

Arnaldo Jabor 1940 - 2022

Cineasta gostava dos paradoxos

Diretor, que chegou a ser parceiro de Rita Lee em canção, deixa filmes premiados (e um inédito), além de textos polêmicos na imprensa

OBITUÁRIO

UBIRATAN BRASIL

Nos anos 1990, desgostoso com o sucateamento da produção cinematográfica nacional provocado pelo governo Collor, o cineasta Arnaldo Jabor iniciou uma nova e vitoriosa carreira: a de cronista para jornais, como o **Estadão**, rádios e televisão. Polemista, colecionou críticas, mas também uma grande legião de fãs. "Descobri que tenho um público heterogêneo, de todas as classes sociais", afirmou ele em 2014. "Apesar de erros eventuais que eu possa cometer (e realmente cometo), minha franqueza é mais admirada, algo que considero fundamental para um texto ter valor."

Dono de tal elogiada sinceridade, que construía com paradoxos, Jabor morreu na terça-feira, 15, aos 81 anos. Estava internado no Hospital Sírio-libanês, em São Paulo, desde o dia 16 de dezembro, depois de sofrer um acidente vascular cerebral (AVC) isquêmico, cujas complicações provocaram sua morte.

Cineasta que alcançou reconhecimento de público e crítica no final dos anos 1960, ainda sob os ecos do Cinema Novo, Jabor nasceu no Rio de Janeiro, em 1940, filho de um oficial da Aeronáutica e de uma dona de casa. Apesar de conhecido como diretor de filmes fundamentais, como *Toda Nudez Será Castigada*, ele também trabalhou como técnico de som, crítico teatral, roteirista e colunista de jornais e televisão.

Seu primeiro longa foi um documentário inovador, *Opinião Pública* (1967), em que realiza uma prospecção da mentalidade da classe média brasileira. Já nos anos 1970, com o aperto do regime militar, envereda por caminhos metafóricos, como em *Pindorama* (1970).

PEÇA. Em 1973, dirige um de seus grandes filmes, *Toda Nudez Será Castigada*, a partir da peça de Nelson Rodrigues, ácida crítica à hipocrisia da moral burguesa e seus costumes. Dois anos depois, lança *O Casamento*, também adaptação da obra de Nelson, em que flertou com o grotesco e o histérico, sem, contudo, atingir a maestria do longa anterior.

Com *Tudo Bem* (1978), inicia a chamada Trilogia do Apartamento, em que investiga novamente as contradições da sociedade brasileira, agora ironizando as famílias vitimadas pelo fracasso do milagre econômico. Já em 1980 lançou *Eu Te Amo*, análise intimista e sexual de um casal, interpretado por Sonia Braga e Paulo Cesar Pereio. Finalmente, em *Eu Sei Que Vou Te Amar* (1986) repete de alguma forma o tom de psicodrama do trabalho anterior, agora com um casal mais jovem, Fernanda Torres (premiada em Cannes) e Thales Pan Chacon.

No início da década de 1990, com o fim do fomento estatal para a produção cinematográfica, Jabor iniciou um longo período sem filmar, momento em que alcançou grande sucesso popular como comentarista de jornais como **Estadão**.

Enveredou também pela música, assinando, ao lado de Rita Lee e Roberto de Carvalho, a canção *Amor e Sexo* (2003), inspirada em um artigo seu. Retomou a carreira de cineasta em 2010 com *A Suprema Felicidade*, um retrato do Rio da sua infância. Deixou ainda um filme pronto, *Meu Último Desejo*, baseado em conto de Rubem Fonseca e protagonizado por Michel Melamed. ●

Repercussão

"Enxergo o mundo pelas mesmas lentes que ele. O legado das diversas causas que Jabor defendeu permanece pautando o debate público do País"
Luciano Huck
Apresentador de TV

"Brilhante no modo como se comunicava, fazia arte das palavras. Nem sempre concordei com suas opiniões, mas sempre admirei seu talento"
Bruno Gagliasso
Ator

"Jabor acompanhou toda a minha vida. A morte dele é a morte de um pedaço de mim"
Cacá Diegues
Cineasta

"Politicamente atuante, um crítico mordaz, inconformado com as mazelas brasileiras"
Ary Fontoura
Ator

2

Jabor fez uma preciosa análise da mentalidade da sociedade brasileira

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Arnaldo Jabor faz parte da segunda geração do Cinema Novo. Isso quer dizer que, quando se inicia no movimento, este já está praticamente encerrado. Seu primeiro curta, *O Circo* (1965), e o primeiro longa, o também documentário *Opinião Pública* (1967), se dão ainda no interior do movimento integrado por Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Cacá Diegues, de quem é amigo pessoal. Mas, segundo Diegues, já não há mais sentido falar em Cinema Novo após o Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968.

Em *Opinião Pública*, Jabor realiza uma preciosa prospecção da mentalidade da classe média brasileira. Dirige esse longa com a maestria adquirida como assistente de direção de Cacá, em *Ganga Zumba*, e de Leon Hirszman, em *Maioria Absoluta*, dois títulos emblemáticos do Cinema Novo.

O documentário prepara o cineasta que, com *Pindorama* (1970), faz o seu primeiro longa de ficção. Ou, seria melhor dizer, sua alegoria sobre um país chamado Brasil, na época sufocado por uma terrível ditadura. Os cineastas, e outros artistas, não tiveram outra alternativa nesta época senão adotar a linguagem alegórica como estratégia para driblar a censura. Jabor não foi exceção. Levando o discurso alegórico ao limite, o filme não convenceu. Foi fracasso de público e de crítica.

Em seguida, e talvez em resposta a essa primeira e problemática incursão ficcional, Jabor dá início a um intenso e profícuo diálogo com o dramaturgo Nelson Rodrigues, de quem assimila temas, estilo e talvez visão de mundo. *Toda Nudez Será Castigada* passa pela melhor adaptação de Nelson Rodrigues para o cinema, em que pese este ter sido vertido para a tela grande por mestres como Nelson Pereira dos Santos (*Boca de Ouro*) e Leon Hirszman (*A Falecida*). Mas Jabor, com *Toda Nudez*, impregna-se para valer do expressionismo suburbano de Nelson e conta com a interpretação iluminada de Darlene Glória. O filme é um escândalo de bom. Conquista um Urso de Prata no Festival de Berlim.

Deixando o universo de Nelson Rodrigues, em *Tudo Bem* Jabor tenta novamente a linguagem alegórica, desta vez de forma muito feliz. Faz de uma família de classe média espécie de microcosmo que comentaria a sociedade brasileira em seu conjunto, com sua alienação, preconceitos e limitações. Num apartamento em reforma em Copacabana, estabelece a dialética entre donos da casa e empregados, como forma de metaforizar a sociedade de classes nacional. Em tom cômico, realiza um bem-humorado e agudo corte transversal das nossas ⊖

VANTOEN PEREIRA JR – 21/5/2009

IPANEMA FILMES

EMBRAFILME

1. Na direção de seu último filme, 'A Suprema Felicidade', de 2010

2. Cena de um de seus clássicos, 'Toda Nudez Será Castigada', lançado em 1973

3. Fernanda Torres e Thales Pan Chacon, em 'Eu Sei Que Vou Te Amar', de 1986

No último filme, focou o próprio passado

ANÁLISE

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Arnaldo Jabor surgiu nos anos 1960, integrado ao movimento do Cinema Novo, mas se afastou dele por considerá-lo "masturbatório". Aos 25 anos, estreou na direção com o curta *O Circo*. Dois anos mais tarde, fez o média *Opinião Pública*, refletindo sobre a classe média. Os dois filmes formaram um programa duplo lançado nos cinemas. Jabor ganhou o elogio da crítica, mas logo veio o fracasso de *Pindorama*. Alegórico e barroco, o filme era tudo aquilo que o autor criticava no Cinema Novo.

No início dos anos 1970, redimiu-se do que parecia uma trajetória ziguezagueante ao adaptar Nelson Rodrigues. *Em Toda Nudez Será Castigada*, encontrou sua voz. A classe média revelada por meio da hipocrisia sexual. A paixão do viúvo Herculano pela prostituta Geni, o desfecho impactante com o ladrão boliviano. A trilha com tangos de Astor Piazzolla e Darlene Glória criando uma das maiores personagens femininas da história do cinema brasileiro.

Toda Nudez virou clássico, mas, ao repetir Nelson Rodrigues, com *O Casamento*, de 1975, Jabor não obteve o mesmo sucesso. Ziguezagueou de novo. Em 1978, num lampejo de lucidez, colocou o Brasil do regime militar dentro de um apartamento e iniciou, com *Tudo Bem*, a trilogia entre quatro paredes. Um grupo de operários faz a reforma de um apartamento – do regime? Fernanda Montenegro, Paulo Gracindo, Regina Casé e grande elenco.

Na sequência, surgiram *Eu Te Amo*, de 1980, com Sonia Braga, que bateu recordes de bilheteria, e *Eu Sei Que Vou Te Amar*, de 1986, que valeu a Fernanda Torres o prêmio de melhor atriz em Cannes.

ANOS DIFÍCEIS. Os anos seguintes foram difíceis e Jabor fez apenas um curta, *Carnaval*, em 1990. O (des)governo Collor e a Retomada o mantiveram longe das telas. Tornou-se um cineasta da palavra. Virou articulista e comentarista na TV. Esteve na contramão dos governos do PT. Isso lhe valeu não poucas inimizades.

Voltou à direção e, em 2010, lançou um de seus mais belos filmes: *A Suprema Felicidade*. De certa forma, o seu *Amarcord*. Voltou-se para o próprio passado, reconstituindo a vida familiar, os anos na escola, as experiências na zona de baixo meretrício do Rio de sua juventude, no Mangue. *A Suprema Felicidade* carece de uma estrutura dramática, parecendo mais uma sucessão de vinhetas. Os críticos que aceitavam isso em Federico Fellini passaram a cobrar de Jabor. Ainda eram resquícios das inimizades como articulista.

Irregularidade e grandeza
A obra do cineasta Arnaldo Jabor pode ser irregular, mas, quando acertava, era grande

A Suprema Felicidade tem grandes cenas e interpretações. Magníficos fragmentos de cinema. Marco Nanini como o avô, e as mulheres – Mariana Lima, Maria Flor, Maria Luiza Mendonça, Tammy Di Calafiori. O monólogo final de Mariana Lima – a mãe – é das cenas mais belas filmadas no Brasil. Uma bela despedida de Jabor. Sua obra pode ser irregular, mas, quando acertava, ele era grande. ●

➔ contradições e expõe o ridículo das nossas ambições.

Influenciado pela psicanálise, e atento à sociedade do espetáculo que aos poucos se impõe ao subdesenvolvimento brasileiro, realiza *Eu Te Amo* (1981), acerto de contas do casal Paulo César Pereio e Sonia Braga. O filme, com 3,5 milhões de ingressos vendidos, foi um dos grandes êxitos do cinema nacional nos anos 1980. Com *Eu Sei Que Vou Te Amar* (1986) apura o sentido de psicodrama que existe em toda relação conjugal, com Thales Pan Chacon e Fernanda Torres formando o problemático casal. Fernandinha ganhou uma Palma de Ouro em Cannes por sua interpretação, em 1986.

O polemista
De Nelson Rodrigues, que tão bem adaptou, guarda, como articulista, o gosto pelo exagero e o estilo ferino

Nos anos 1990, desiludido com os rumos do cinema brasileiro, na prática destruído durante a gestão de Collor de Melo na presidência, Jabor volta-se para o jornalismo. Lança várias coletâneas de seus escritos que, como suas diatribes televisivas e radiofônicas, angaria fãs e detratores. Jabor é um polemista, no pior e no melhor sentido do termo. No melhor, porque não tem papas na língua, fala o que lhe dá na telha e não tem medo de briga. No pior, porque, em geral, polêmicas provocam mais calor que luz e não comportam nuances, uma vez que nada se pode conceder ao adversário. De Nelson Rodrigues, que tão bem adaptou para o cinema, guarda o gosto pelo exagero, pelo paroxismo, pela frase de efeito. O pensamento, que parece sempre propenso ao apocalipse, faz dele figura marcante, amado ou odiado.

Quando se pensava que o Jabor jornalista jamais voltaria a dirigir, eis que anuncia novo filme, *A Suprema Felicidade* (2010), de tom memorialístico e nostálgico. Desta vez, o personagem principal é o próprio Eu do autor, sua infância carioca, as experiências da primeira juventude.

Tem sua beleza, embora se ressinta da falta de fluidez provocada, provavelmente, pelos anos de inatividade. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Lua Cheia em Leão
Data estelar: Vênus e Marte em conjunção

Deixa tuas carências de lado se realmente buscas um relacionamento que te complete, porque assim construirás algo que aumente tua presença, e não um refúgio para te esconder das complexidades da vida.

Relacionamentos, definitivamente, não são refúgios, são microcosmos do estado atual da civilização, que se encontra perigosamente à beira de repetir os erros que a brutalidade tem imposto ao longo do tempo, pela imaginação de que qualquer tipo de ordem social seria resultado do domínio dos fortes sobre os fracos.

Quando o relacionamento começa sobre as carências e fragilidades, essa dinâmica da civilização se intromete e toma conta. E, uma vez dentro, não haverá milagre que te salve. Busca um relacionamento porque tenhas algo a oferecer, e não porque algo te falte. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Você está numa fase decisiva, mas nem todas as decisões estão sob seu poder e controle, o que provoca certa apreensão. No entanto, se você se entregar à vida, a ordem oculta dela carregará sua alma a um destino melhor.

TOURO 21-4 a 20-5
Agora, que sua alma viu o que viu, não dá mais para voltar atrás e fingir que daria para continuar existindo como se nada tivesse acontecido. As percepções da realidade mudam completamente o ritmo das coisas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
É impossível seguir em frente sem assumir alguns riscos, e isso traz à tona inúmeras apreensões, todas elas cobertas de razões insuperáveis. Porém, seguir em frente é preciso, apesar de tudo e de todos.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Os entendimentos acontecerão, porque se não acontecerem será pior para todas as pessoas envolvidas, todas perderão e, certamente, haverá um instinto de sobrevivência falando mais alto do que as emoções contrárias.

LEÃO 22-7 a 22-8
As potencialidades se mostram apenas por sinais muito sutis, tanto que se corre o risco de passarem despercebidas. Procure assumir uma postura de leveza e alegria, porque assim sua percepção estará despejada de ansiedade.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Nem tudo é transparente para você agora, sua alma está tendo de arrancar significado de eventos que, talvez, não tenham sentido algum, ou pelo menos um que tenha valor. A atenção é importante, mas relaxar é mais ainda.

LIBRA 23-9 a 22-10
Talvez não seja possível finalizar tudo do jeito que você pretendia, porém, é melhor se livrar o quanto antes do passado e tocar a bola para frente, porque ainda há muito jogo para ser jogado. Em frente.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
É tudo muito bonito o que acontece, tudo muito atraente e sedutor, mas ainda não é realista o suficiente para você determinar o teor das decisões que precisa tomar. Aguarde por sinais mais concretos para isso.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Sua alma sabe que este não é um momento comum, igual a quaisquer outros. Há algo de especial no ar, porém, é muito difícil identificar direito o que seria esse algo especial que a alma pressente. O que será?

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Normalmente, a vida é vivida com displicência, sem grande envolvimento, como se nada demais nem de menos acontecesse. Enquanto isso, a vida continua acontecendo no infinito e infinitesimal com grande valor.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Nem tudo está em seus devidos lugares, nem tudo acontece de acordo com suas pretensões, nem todas as pessoas com que você precisa se relacionar lhe são simpáticas, mas, mesmo assim, a alma vive leveza e alegria.

PEIXES 20-2 a 20-3
Em vez de se atormentar com o dilema de se deve ou não seguir em frente, sua única preocupação há de ser como fazer o que, evidentemente, não dá mais para evitar. Passe para a ação o mais rápido possível.

Cinema **Tragédia**

Família de diretora de fotografia morta em set processa Alec Baldwin

Ator fez o disparo que matou Halyna Hutchins em ensaio para as filmagens do western 'Rust', em outubro de 2021

A família da mulher morta no set do western *Rust* com um tiro acidental processou nesta terça-feira, 15, por homicídio culposo o ator Alec Baldwin, que portava a arma e que fez o disparo.

Em outubro passado, Baldwin ensaiava em um set do Novo México com um revólver junto de Halyna Hutchins, diretora de fotografia do filme, quando ocorreu o disparo que a feriu mortalmente.

Durante coletiva de imprensa nesta terça, o advogado Brian Parnish argumentou que Baldwin e outros produtores do western incorreram em "conduta imprudente e medidas para reduzir custos", resultando na morte de Hutchins.

O advogado que representa Mathew e Andros, respectivamente marido e filho de Hutchins, apresentou uma lista de "pelo menos 15 procedimentos-padrão da indústria" que, disse, foram ignorados pelos produtores no set.

REVÓLVER. Entre estes estão não usar armas cenográficas no lugar de um revólver real, ausência de pessoas qualificadas para manipular armas no set e falta de equipamentos de proteção para os profissionais.

Parnish também argumentou que Baldwin "se recusou" a receber treinamento para sacar a arma. O advogado mostrou uma reconstrução em 3D do incidente.

Ao ser questionado sobre o montante da compensação financeira que a família de Hutchins espera receber, Parnish disse acreditar que é "substancial". ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Crer é muito monótono, a dúvida é apaixonante"* **Oscar Wilde**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

Ratoeira humana

Uma jovem jornalista precisando de emprego, mas só encontrando as portas fechadas, decide dar a cartada final depois de pouco mais de três meses em Nova York e quase nenhum dinheiro. Ela consegue convencer os seguranças do prédio onde ficava o jornal *New York World* a deixá-la subir e, lá, consegue ser atendida pelo editor-chefe.

Ela se oferece a embarcar na terceira classe de um navio europeu rumo aos Estados Unidos para depois escrever sobre a experiência do imigrante na chegada ao país. O editor não gosta da sugestão, diz que ela é inexperiente para a pauta (não era; já tinha sido correspondente no México), mas pergunta se ela estaria disposta a se internar no Hospício de Alienados de Blackwell's Island. Havia indícios de que as pacientes sofriam maus-tratos. Nellie Bly, que era como Elizabeth Jane Cochrane assinava, aceitou na hora e começou a traçar seu plano.

Tudo isso, é preciso dizer, aconteceu em 1887. E a história que ela testemunhou, que não se difere muito de outras ocorridas em diferentes lugares até não muito tempo atrás, está relatada em *Dez Dias Num Hospício*, lançado no Brasil no ano passado, pela Fósforo, com as reportagens que o jornal publicou – elas

Dez Dias Num Hospício
Autora: Nellie Bly
Editora: Fósforo
112 págs.; R$ 49,90; R$ 29,90 o e-book

deram fama para Nellie (1864-1922), uma pioneira do jornalismo investigativo, e iniciaram uma série de melhorias na instituição. Porque o que ela nos mostra é o retrato do horror.

Além de denunciar a precariedade com que seres humanos eram tratados na ilha, que servia mais como uma prisão do que como um lugar de tratamento e cura, Nellie expôs o descaso de médicos e juízes com relação às mulheres. Aos 23 anos, ela conseguiu, de certa forma, convencer, e não foi difícil, profissionais de que precisava de atendimento psiquiátrico.

Primeiro ela se hospeda em um abrigo temporário. Arruma uma leve confusão. A polícia é chamada. Ela é examinada, julgada. Próxima parada: a ala psiquiátrica do Bellevue Hospital. Depois de outras avaliações, recebe o diagnóstico ("louca, sem dúvida nenhuma") e a sentença (internação involuntária no "hospital de alienados").

Uma vez lá dentro, ela não fingiu mais nada. Insistia em sua sanidade, tentava ajudar as outras mulheres. "Por incrível que pareça, quanto mais eu agia e falava com lucidez mais louca me consideravam", escreve. Viveu ao lado de mulheres que precisavam, sim, de atendimento e de outras tão sãs quanto ela que foram injustamente mandadas para lá e que, depois de comer comida intragável e estragada, de dividir a água da banheira, toalha e pente com outras 45 pacientes, de carregarem no pescoço as marcas das mãos das enfermeiras, realmente enlouqueceram. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Acusar · Em plano superior; erguida · Reunir · Escola de formação de oficiais · Sinhá (bras.) · De ovo (?): mal-humorado (pop.) · Proferir com clareza · Diminuição de preço · É traçada pela régua · Período de permanência em um local · Ibidem (abrev.) · Sinal da vitória · Pecado, em inglês · Conserto; remendo · Ensina; instrui · Chamado para depor · Aquele que sustenta a família (fig.) · Aquele de quem se fala · Loja de calçados · Ana Carolina, cantora · Conjunto de galhos de uma planta · Amolador de facas · Pressionar e soltar o mouse (Inform.) · Antônimo de "abaixo" · Grito de lutas marciais · Referente a toda a Terra · Tratar com paparicos · Lindos · Tirita de frio, medo ou febre · Setor hospitalar (sigla) · Teleobjetiva (red.) · Dar um (?): deixar de pagar dívida · Casa publicadora · Atua; pratica · Agosto (abrev.) · Nosso, em inglês · Receitar remédios · Árvore ornamental (Bot.)

A
G
E

BANCO 3/our — sin. 5/álamo. 6/arrimo — global. 7/editora.

Nível Fácil

	7			3			6	
3		2				7		8
	1		9		8		2	
		7		6		3		
9			3		7			6
		3		9		8		
	8		6		5		3	
5		4				6		1
	6			8			9	

SOLUÇÕES

CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

A naftalina

Nome comercial do naftaleno, a **NAFTALINA** é um hidrocarboneto **AROMÁTICO** que já foi muito utilizado em ambientes **DOMÉSTICOS** para espantar baratas e **TRAÇAS**. Isso porque, ao passar do estado sólido ao **GASOSO**, num processo conhecido como **SUBLIMAÇÃO**, a naftalina emite um vapor **TÓXICO**, de odor muito forte, funcionando como uma espécie de **REPELENTE** em armários e **GAVETAS** e afastando microrganismos indesejáveis. No entanto, a toxicidade da naftalina não atinge apenas essas ~~**PRAGAS**~~ que desejamos espantar. A substância, quando **INALADA** em grande quantidade, também pode ser **NOCIVA** aos seres humanos. Por isso seu uso não é mais tão difundido como antigamente, já que pode causar males à saúde. O ideal é manter as **BOLINHAS** de naftalina sempre dentro da **EMBALAGEM** lacrada, de forma a minimizar a inalação pelas pessoas e atingir apenas os insetos. Além disso, é recomendável **AREJAR** as roupas por uns minutos antes de vesti-las e não utilizar o produto em peças de **ROUPA** infantil, pois as crianças são mais suscetíveis aos **COMPONENTES** tóxicos da naftalina.

R O E L E R R I L O
I N A F T A L I N A
U O C D R I I F G N
M C E F A E I G A O
M I L C Ç M C G L F
T V S O A B T A I Y
A A R M S A A S I P
S N N P C L N O I R
A E C O E A D S H A
T T D N S G S O T G
E O D E A E N I T A
V I O N R M S T I S
A E T T E H A M N N
G O Ó E P B H N A E
E N X S E N N A L F
A S I A L R I A A M
O T C R E G L N D O
C E O S N O O A A S
I T E I T R B A L O
T L S N E S L R H C
A B U M A F L A C I
M I B O H N U J N T
O S L L S U O E O S
R S I B R M R R N E
A M M Y R R A A U M
Y F A S N O A G C O
G C Ç Y E A U S T D
R F Ã T B C G P R I
G D O L L L I I A E

Solução

Leandro Karnal

Quem será moderno hoje?

Há cem anos, a ainda pacata vida cultural de São Paulo foi abalada pela Semana de Arte Moderna. Um grupo de intelectuais, vários deles ligados à Academia Paulista de Letras, usou o espaço do Teatro Municipal para indicar vanguardas e criticar modelos antigos, como a poesia Parnasiana.

Aqueles dias memoráveis viraram tópico de estudo. A Semana aparece nos vestibulares. Vários dos integrantes transformaram-se em "medalhões" da cena artística. A poeira baixou um pouco. Não sei se há uma pesquisa, no entanto, imagino que existam boas tribos citando "ora direis ouvir estrelas" de Bilac como há encantados com o ódio de Bandeira ao "lirismo que para e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo". O volumoso rio da língua portuguesa admitiu igarapés variados.

Sou historiador e não literato. Tenho dúvida se modernos e parnasianos seriam inimigos ou faces distintas de uma mesma moeda. De um lado, uma cara arrojada e arlequinal; de outro, uma coroa de fraque e pince-nez – ambos fundidos de mesmo metal raro e algo elitista. Do ponto de vista da novidade, Carolina de Jesus é um terremoto social mais denso com seu *Quarto de Despejo* do que os debates de 1922. Se não quisermos entrar na delicada seara social-étnica, tenho a sensação de que, bem antes daquele fevereiro de 1922, *O Guesa* de Sousândrade tinha um potencial revolucionário certamente perturbador.

> ***Hoje o máximo da vanguarda modernista é ler um livro inteiro sem ir às redes sociais***

Volto ao tema: 1922 foi um ano agitado! Em fevereiro, São Paulo gritou ao mundo seu orgulho de vanguarda. Em março, fundava-se o Partido Comunista, em Niterói (RJ). No início de julho, os canhões do Forte de Copacabana anunciavam o começo do fim da República Velha. E, claro, Epitácio Pessoa passaria o poder ao famigerado Arthur Bernardes em meio às celebrações do centenário da Independência. Nos agitados meses de 1922, o mundo ainda veria o choro inicial de um futuro laureado do Nobel: José Saramago. Naquele ano, o prêmio foi para o espanhol Jacinto Benavente.

No mundo de 2022, quem seria moderno? A primeira e segunda geração de modernistas já viraram nomes de ruas, praças e bibliotecas. No atomismo atual, onde estaria a modernidade? Acho que o máximo da vanguarda modernista hoje é ler um livro inteiro sem consultar redes sociais durante a leitura. Quem faz isso está além de *Macunaíma* de Mário ou da pedra poética de Drummond. Ler e pensar já é ato de modernidade completamente fora do padrão e de imensa ousadia. ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Teatro ***Mostra***

Festival de Curitiba volta enxuto e realista

Evento teve última edição em 2019, depois parou por causa da pandemia; será retomado entre 29 de março e 10 de abril

DIRCEU ALVES JR.
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

LEEKYUNG KIM

Denise Stoklos apresentará em Curitiba o espetáculo solo 'Abjeto – Sujeito', nos dias 8 e 9 de abril

O Festival de Curitiba encerrou a edição de 2019 com números superlativos e aplausos incansáveis. Foram 400 atrações em 80 espaços da capital paranaense e a expectativa de superação no ano seguinte. Jamais se imaginaria que as cortinas demorariam três anos para serem reabertas por causa de uma pandemia que tornaria proibitivo encontros presenciais e aglomerações.

Entre 29 de março e 10 de abril, o maior evento de artes cênicas do País volta em formato enxuto e realista. O Festival de Curitiba celebra três décadas com 25 espetáculos na mostra oficial, duas vitrines paralelas e 120 apresentações de rua. Os ingressos para as atrações fechadas, ao preço máximo de R$ 80, começam a ser vendidos amanhã, dia 17.

O orçamento de R$ 5,5 milhões, com patrocínio das leis de incentivo estadual e federal, captado em empresas de diferentes setores, como o agrícola e o de tecnologia, não é muito diferente do consumido para colocar de pé a grandiosa edição anterior. "Precisamos nos adaptar para realizar o que era possível, porque tudo subiu muito, desde os custos de produção até as passagens aéreas para trazer os artistas", explica Leandro Knopfholz, um dos criadores do evento, em 1992.

Knopfholz responde pela direção-geral ao lado de Fabíula Passini, que assumiu em conjunto a curadoria. A programação olha para o passado com a intenção de projetar o presente dos artistas que consolidaram o prestígio da mostra. O diretor Gabriel Villela (*Cordel do Amor Sem Fim ou Flor do Chico*), a coreógrafa Deborah Colker (*Cura*) e os grupos Armazém (*Angels in América*), Cia. dos Atores (*Conselho de Classe*), Galpão (*Till, A Saga de um Herói Torto*), Magiluth (*Estudo nº 1 – Morte e Vida*), Satyros (*Aurora e Pessoas Brutas*) e Parlapatões (*Prego na Testa* e *Parlapatões Revistam Angeli*) figuram na grade. "Focamos mais em nomes que construíram essa história do que em obras específicas", justifica Knopfholz. "Preparamos um feijão com arroz bem temperado para nos mostrarmos presentes e relevantes", disse.

Imagens do festival
Mostra paralela traz exposição com 400 fotos de Lenise Pinheiro desde a 1ª edição do evento

Entre os espetáculos programados para 2020 que ganham espaço estão a comédia *O Mistério de Irma Vap*, com Mateus Solano e Luís Miranda, o musical *A Hora da Estrela ou O Canto de Macabéa*, protagonizado por Laila Garin, e o show *AmarElo*, de Emicida. Denise Fraga traz o solo *Eu de Você* nos dias 5 e 6 de abril. "Derramamos litros de lágrimas com aquele cancelamento, mas agora estaremos lá e vai ser mais lindo ainda", avisa a atriz.

ESTREIA. Presente, entre outras, na primeira edição com *The Flash and The Crash Days*, o encenador Gerald Thomas promove a estreia presencial do monólogo *G.A.L.A.*, protagonizado por Fabiana Gugli, em 29 e 30. "Depois de dois anos isolado, eventos presenciais me dão medo, mas o que mais me assusta é colocar no palco algo que concebi pelo computador, vamos começar tudo de novo, do zero em vários sentidos", diz Thomas.

Quem também volta a Curitiba é a atriz Denise Stoklos com o solo *Abjeto – Sujeito*, adaptação de textos de Clarice Lispector dirigida por Elias Andreato, que será visto em 8 e 9 de abril. "Eu me lembro do Leandro, um menino, me procurando para participar de uma das primeiras edições, em 1994", recorda a artista. "Vibro com a retomada dessa efervescência do festival, de restabelecer esse contato com o público."

O diretor Marcio Abreu, da Companhia Brasileira de Teatro, que apresenta *Sem Palavras*, em 3 e 4 de abril, evoca o valor político da retomada. "Marcar um espaço presencial é importante para estabelecer um novo ponto de vista humano, de troca, de como a gente se organiza para uma convivência segura nos espaços públicos", declara ele, que cuidou da curadoria das cinco edições anteriores ao lado do ator Guilherme Weber. Uma das raras estreias, aliás, é *Tudo*, comédia dramática dirigida por Weber e protagonizada por Julia Lemmertz e Vladimir Brichta, que ganha a cena em 1 e 2 de abril.

Entre as atrações paralelas destacam-se uma exposição da fotógrafa Lenise Pinheiro, formada por quatrocentas imagens registradas desde a primeira edição, e uma série de debates sob a curadoria do jornalista Celso Curi e da atriz Giovana Soar. Será montado ainda um ponto de encontro no Alfaiataria Espaço de Artes para promover o contato entre artistas e público. ●

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2022 • ANO 40 • Nº 2009 O ESTADO DE S. PAULO
JC
FOTOS: DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO

Visual atualizado recentemente tornou SUV inconfundível nas ruas. Porém, divide opiniões

Traseira também tem elementos que podem não agradar a todos

Painel é fácil de ler e acabamento transmite um ar sofisticado

Tela do multimídia projeta imagens das câmeras em alta resolução

Avaliação

Creta 2.0 é hi-tech e cobra caro por isso

Versão de topo Ultimate do SUV da Hyundai tem bom kit multimídia e 167 cv, mas a tabela parte de R$ 163.990

DIOGO DE OLIVEIRA

A nova geração do Hyundai Creta estreou no Brasil há seis meses e vai indo bem nas vendas. Porém, com a disparada dos preços, o do SUV compacto feito em Piracicaba (SP) se aproxima perigosamente do de modelos médios. Isso é ainda mais evidente na versão de topo, Ultimate, que tem motor 2.0 flexível, câmbio automático de seis marchas e parte de R$ 163.990. Para comparação, ele custa R$ 2 mil a mais que um Toyota Corolla Cross XR 2.0 com câmbio CVT.

Ainda bem que o Hyundai traz recursos de condução semiautônoma, como frenagem automática de emergência, controle de velocidade de cruzeiro adaptativo e assistente de permanência em faixa. Porém, além de ter os mesmos itens o Toyota oferece mais espaço para pessoas e bagagem.

O Creta tem 4,30 metros de comprimento, 1,79 m de largura e 2,61 m de distância entre os eixos. Já o Corolla Cross mede, respectivamente, 4,46 m de comprimento (16 cm a mais), 1,82 m de altura e 2,64 m de entre-eixos (3 cm a mais nos dois casos). A altura de ambos é de 1,62 m. Por sua vez, o porta-malas do Hyundai tem capacidade de 422 litros, ou 18 l a menos que a do Toyota.

O Creta Ultimate tem trunfos. A cabine recebe cinco adultos com conforto e há bom espaço para as pernas e cabeça de quem viaja no banco traseiro, bem como uma porta USB.

Aliás, por falar em equipamentos há teto solar panorâmico, farol alto com ajuste automático da altura do facho e câmeras de 360º com linhas dinâmicas e imagem de alta definição. O sistema de conectividade é um dos destaques.

Sobretudo por causa do Bluelink, serviço da Hyundai que permite checar informações do carro e acionar alguns comandos à distância, por meio do smartphone. Há ainda carregador de celular sem fio (por indução) e central multimídia.

O dispositivo permite espelhamento com Android Auto e Apple CarPlay. Porém, a conexão é feita por cabo. Já a tela de 10,25 polegadas é retangular e tem resolução full HD.

O novo Creta nada lembra o anterior. Graças aos recursos eletrônicos, o SUV pode corrigir a trajetória automaticamente e detectar animais, pedestres e ciclistas. Além disso, as câmeras facilitam as balizas.

Por sua vez, o conjunto mecânico não impressiona. O motor 2.0 de quatro cilindros até garante uma condução mais prazerosa que o 1.0 turbo de três cilindros e injeção direta de outras versões. São 167 cv de potência e 20,6 mkgf de torque a 4.700 rpm com etanol. O 1.0 entrega, respectivamente, 120 cv e 17,5 mkgf.

Graças ao câmbio automático de seis marchas com opção Sport, as respostas ficam mais espertas. A Hyundai anuncia que o Creta leva 9,3 segundos para acelerar de 0 a 100 km/h.

Porém, há opções mais modernas no mercado. É o caso dos recém-lançados 1.3 turbo que equipam o Duster e o Renegade (leia mais na próxima página). No caso do Renault, são 170 cv e no do Jeep, 185 cv.

Porém, com o 2.0 o Creta também bebe bem. Durante a avaliação, o computador de bordo chegou a marcar 6,5 km por litro de etanol na cidade. Segundo dados do Inmetro, as médias são de 7,7 km/l (cidade) e de 8,7 km/l (estrada). Já com gasolina, são, 10,9 km/l e 12,4 km/l, respectivamente.

Seja como for, o conjunto recebeu ajustes para ficar mais eficiente e cumprir as novas regras de emissões de poluentes, que entraram em vigor neste ano. O Creta Ultimate é um bom carro. Porém, cobra caro pelo que oferece. ●

Ficha técnica

● **Hyundai Creta Ultimate**

Preço sugerido	R$ 163.990
Motor	2.0, 4 cil., 16V, flexível
Potência (cv)	167 a 6.200 rpm
Torque (mkgf)	20,6 a 4.700 rpm
Câmbio	Automático, 6 m.
0 a 100 km/h	9,3 segundos
Comprimento	4,30 metros
Entre-eixos	2,61 metros
Porta-malas	422 litros

NÚMEROS COM ETANOL. FONTE: HYUNDAI

Prós & contras

● **Tecnologias**
Versão tem bom pacote de itens tecnológicos, além de serviços conectados.

Preço
Motor 2.0 está longe de empolgar e tabela é mais alta que a do Corolla Cross, que é médio.

Mercado

Renegade 2022 ganha motor 1.3 turbo e parte de R$ 123.990

SUV mais vendido do Brasil em 2021, compacto da Jeep traz o novo T270 de até 185 cv e 27,5 mkgf, e leves atualizações no visual e na cabine

VAGNER AQUINO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

SUV mais vendido do Brasil, o Renegade chega à linha 2022 com novidades. O Jeep feito em Goiana (PE) traz alterações nos faróis, lanternas e cabine. A novidade mais importante é o motor T270 1.3 turbo flexível, que gera até 185 cv de potência e 27,5 mkgf de torque. A versão Sport, de entrada, parte de R$ 123.990.

O 1.3 turbo da família GSE substitui o 1.8 Etorq flexível, que gerava 139 cv e 19,3 mkgf. Além disso, a linha Renegade deixa de oferecer o 2.0 turbodiesel. Com isso, o modelo da Jeep se enquadra nas novas leis de controle de emissões, que entraram em vigor no Brasil no dia 1º de janeiro.

O T270 estreou no País em 2021 na picape Fiat Toro. Depois, passou a equipar os SUVs Jeep Compass e Commander – as duas marcas fazem parte do Grupo Stellantis. Ou seja, o Renegade é o quarto carro a receber o quatro-cilindros.

Segundo informações da Jeep, o 1.3 turbo tem coletor de admissão com trocador de calor integrado, o que aumenta sua eficiência térmica. Já a corrente não precisa ser trocada.

As versões do Renegade com tração apenas na dianteira têm câmbio automático de seis marchas. Por sua vez, as 4x4 vêm com transmissão automática de nove velocidades.

A Jeep também recalibrou a eletrônica e os conjuntos de suspensão do SUV. Essas mudanças foram reveladas pelo **Jornal do Carro** em dezembro, quando demos uma volta rápida no novo Renegade.

Na linha 2022 do Renegade, a Jeep deixou de oferecer a versão Standard, que tinha preço em torno dos R$ 100 mil e era voltada às vendas diretas. A intermediária, Longitude, tem tabela inicial de R$ 138.990. Para a topo de linha, Trailhawk, o valor parte de R$ 163.290.

JEEP

Para-choque e grade foram atualizados e faróis ganharam Full-LEDs e luzes de seta integradas

Compacto mantém liderança de vendas no início de 2022

Em janeiro deste ano, a Jeep emplacou 11,4 mil veículos no mercado brasileiro. Com cerca de 5 mil unidades, o Renegade manteve o posto de SUV mais vendido no País, conquistado em 2021. Por sua vez, o Compass teve 4,9 mil unidades vendidas no primeiro mês deste ano e o Commander somou 1.437 unidades emplacadas no mesmo período.

Bem equipado

De série, novo SUV vem com controles de tração e estabilidade, multimídia, leitor de placas e 6 air bags

Esse também é o preço inicial da inédita Série S, que acaba de estrear. Seu diferencial é o visual mais esportivo. Há tração 4x4 com reduzida e programa de condução off-road.

Desde a versão de entrada Sport, o Renegade é bem equipado. Traz controles eletrônicos de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa e multimídia com tela de 7 polegadas e conexão sem fio com os sistemas Android Auto e Apple CarPlay. Assim como faróis full-LEDs, frenagem automática de emergência, assistente de permanência na faixa de rolagem, detector de fadiga, leitor de placas e seis airbags.

No visual, o para-choque foi redesenhado. Os faróis arredondados (agora Full-LEDs) e a grade dianteira receberam retoques, e a luzes de seta estão integradas ao conjunto óptico. As lanternas traseiras ganharam estilo mais moderno e passaram a ter luzes de LEDs. ●

FORD

Ranger FX4 já está no País e será lançada em março

A Ranger FX4 é a próxima aposta da Ford do Brasil. A nova opção da picape média virá da Argentina, onde foi flagrada em testes, e pode ser oferecida como uma série especial. Entre os destaques, há santantônio e grade pretos, e rodas de liga leve de 18 polegadas, por exemplo. A FX4 terá cabine dupla, câmbio automático de seis marchas, motor 3.2 turbodiesel de 200 cv e 47,9 mkgf e tração 4x4. O preço deve ficar acima dos R$ 250 mil.

● **TORO MAIS ECONÔMICA.** Com as novas leis de emissões, a Fiat precisou fazer ajustes nos motores da picape Toro. Assim, o destaque da linha 2022 é a redução de até 7,4% no consumo de combustível. Além disso, as versões com o 2.0 turbodiesel passam a trazer um tanquinho de Arla 32. Assim, o sistema injeta ureia em um catalisador para tratar os gases de escape e reduzir os níveis de emissões. Além disso, o modelo deixa de oferecer o motor 1.8 Etorq, que gerava até 139 cv. A tabela vai de R$ 137.990, para a versão Endurance, a R$ 207.390, para a Ultra, de topo da linha.

● **POLO JÁ PASSA DE R$ 140 MIL.** A Volkswagen reajustou a tabela de alguns de seus veículos. Com isso, a versão de entrada, 1.0 MPI, do Polo, por exemplo, parte de R$ 75.360. Ou seja, a alta foi de R$ 2.630. No caso da GTS, de topo, que tem motor 1.4 turbo flexível de 150 cv, o reajuste foi de R$ 4.840. Agora, sua tabela começa em R$ 140.390. Com o sedã Virtus não foi diferente. A opção mais simples, Comfortline, ficou R$ 3.840 mais cara e o preço sugerido passou a ser de R$ 112.090. Para a GTS, a tabela começa R$ 147.050. Ou seja, a alta foi de R$ 5.100.

● **BYD DE MEIO MILHÃO.** Apresentado no Brasil no fim de 2021, o Tan EV, SUV 100% elétrico da BYD, está à venda. Com sete lugares, o chinês chega em versão única e tem preço sugerido de R$ 487.590. Há dois motores elétricos que geram o equivalente a 517 cv de potência total e 69,3 mkgf de torque. A tração é 4x4 e a autonomia é de 472 km, segundo da BYD.

● **FERRARI HÍBRIDA.** Já está à venda no Brasil a SF90 Spider (foto abaixo), mais potente conversível feito em série pela Ferrari. Com cerca de 1.000 cv, o modelo é híbrido e tem preço sugerido de R$ 8,4 milhões. O conjunto propulsor é formado pelo motor V8 4.0 biturbo de 780 cv a gasolina e três elétricos alimentados por baterias que podem ser recarregadas em tomadas. O carro vai de 0 a 100 km/h em 2,5 segundos.

FERRARI

SÃO PAULO, 16 DE FEVEREIRO DE 2022

mobilidade ESTADÃO

EDIÇÃO ESPECIAL MOTOMOTOR

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Honda CBR 1000RR-R SP traz tecnologia das pistas para as ruas

Nova geração da superesportiva utiliza soluções da MotoGP e muita inovação para domar seus mais de 216 cv de potência | Pág. 2

Além do novo motor de quatro cilindros e 1.000 cc, a moto tem o mesmo diâmetro e curso da RC 213-V, da MotoGP. Modelo herdou as "asas" aerodinâmicas na carenagem e também conta com sensor de medição inercial de seis eixos

Fotos: Divulgação Honda e Spenser Roberts | Lightning Motorcycles

Para mais conteúdos, acesse nosso portal

Moto elétrica usará nióbio para superar recorde de velocidade

Parceria inédita da norte-americana Lightning Motorcycles com a brasileira CBMM irá experimentar a utilização do metal para reduzir peso e melhorar desempenho da motocicleta | Pág. 4

Motor é o mais potente já produzido pela Honda

Honda CBR 1000RR-R SP conta, ainda, com moderno sensor de medição inercial de seis eixos

POR ARTHUR CALDEIRA

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

FICHA TÉCNICA

MOTOR
4 cilindros, 999 cm³

CÂMBIO
6 marchas com *quickshift*

POTÊNCIA
216,2 cv a 14.500 rpm

TORQUE
11,5 mkgf a 12.500 rpm

PESO
201 kg (ordem de marcha)

PREÇO
R$ 160.590

A nova Honda CBR 1000RR-R desembarcou, no Brasil, no final de 2021, em sua versão SP, topo de linha, com preço sugerido de R$ 160.590. A superesportiva de 1.000 cc da marca japonesa foi totalmente renovada, em relação ao modelo anterior. Buscou inspiração na MotoGP, espécie de Fórmula 1 das motos, para ficar ainda mais leve, potente e rápida nas pistas.

Apesar de ter ganhado um "R" a mais no nome para reforçar seu caráter "*racing*", ou seja, uma moto de corrida, mas que traz espelhos retrovisores, sistema de iluminação e suporte de placa para rodar nas ruas. Graças aos modernos controles eletrônicos e toda a tecnologia embarcada no modelo, não é preciso ser piloto profissional para guiar essa máquina, seja nas pistas, seja nas ruas.

Dotada de muita inovação, a nova CBR 1000RR-R SP tem um moderno sensor de medição inercial de seis eixos, da Bosch, para fazer uma completa leitura da moto em movimento e ajustar os controles de assistência à pilotagem com mais precisão.

Entre os itens de segurança, que ajudam meros mortais a domar a superesportiva japonesa, estão controle de tração, sistema anti-*wheeling*, que evita "empinadas", freios ABS e até um controle de largada, que ajuda a arrancar na frente no grid.

POTÊNCIA DE SOBRA

O motor de quatro cilindros que equipa a nova CBR é o mais potente já produzido pela Honda. A marca usou o mesmo diâmetro e curso dos pistões da RC-213-V, modelo da MotoGP, para atingir a potência máxima de 216,2 cv a 14.500 rpm.

Além de mais potente, a superesportiva perdeu peso e marca 201 quilos na balança, já pronta para entrar na pista. O que resulta em uma incrível relação peso/potência de 1,075 cv/kg. Ou seja, cada "cavalo" de potência carrega menos de 1 quilograma.

Na pista, isso se traduz em acelerações impressionantes e velocidades acima de 250 km/h na reta do autódromo de Interlagos (SP), onde aceleramos a nova CBR 1000RR-R SP.

Nessas situações, outra solução herdada das pistas de corrida, as *winglets*, pequenas aletas na lateral da carenagem, ajudam a manter a estabilidade da moto. Segundo a Honda, a *downforce*, quer dizer, a pressão aerodinâmica exercida pelas "asinhas" em alta velocidade, é a mesma das máquinas de MotoGP.

MAIS "AFIADA"

A nova CBR 1000RR-R Fireblade (que significa "lâmina de fogo", em tradução livre do inglês) é mais "afiada" em todos os aspectos, e isso fica claro logo ao subir na moto. Em comparação à geração anterior, a altura do assento foi aumentada, as pedaleiras, recuadas, e o guidão ficou mais baixo. Tudo para proporcionar uma posição de pilotagem mais *racing*; porém, menos confortável.

Mas à sua frente o piloto tem um painel digno de motos de rua, formado por uma tela colorida em alta definição de 5 polegadas, parecida com as dos smartphones, de TFT (sigla de "*thin film transistor*"), que oferece acesso aos inúmeros recursos eletrônicos, fundamentais para manter toda a cavalaria sob controle.

Destaque para as suspensões Öhlins Smart EC, que são semiativas ou quase uma suspensão inteligente. Com três padrões definidos – *rain*, *sport* e *track* –, o garfo dianteiro e o monoamortecedor traseiro se ajustam às condições do piso e à forma de pilotagem do condutor.

O novo conjunto ciclístico da CBR 1000RR-R transmite confiança para deitar nas curvas, antes de girar o acelerador e deixar os controles eletrônicos trabalharem. Eles estão ali, mas atuam de forma suave e não prejudicam uma pilotagem mais esportiva.

Após algumas voltas no templo da velocidade em São Paulo, a nova geração da CBR 1000RR-R SP mostra que evoluiu bastante, em comparação à anterior. O preço, agora que o modelo é importado, também se equipara ao das esportivas topo de linha, como a Ducati Panigale V4S ou a BMW S 1000RR.

Afinal, a nova Fireblade é, sem dúvida, a CBR mais esportiva feita até agora. Exatamente o que muitos consumidores pediram durante anos. Mas é importante ressaltar que ela manteve a dirigibilidade que esperamos da Honda, mas, agora, com a vantagem de ir muito bem também nas pistas.

EDIÇÃO ESPECIAL MOTO MOTOR 16 FEV 2022

Nova Fireblade ficou mais leve e potente; painel (*no alto*) tem tela colorida como nos smartphones

Fotos: Divulgação Honda

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Especialista de Publicações: **Lara De Novelli**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Mariana Fernandes**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Arte: **Isac Barrios** e **Robson Mathias**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva** e **Rafaela Vizoná**; Analista de Business Inteligence: **Bruna Medina**; Assistentes de Marketing: **Amanda Miyagui Fernandez** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Arthur Caldeira**, **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**; Revisão: **Marta Magnani**; Designer: **Cristiane Pino**

Publicação da S/A O Estado de S.Paulo
Conteúdo produzido pelo Estadão Blue Studio

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

App de transporte torna-se nova fonte de ganho familiar

Após seguidos roubos no negócio da família , casal adere à plataforma de mobilidade: dirigir tornou-se na opção mais segura e de maior flexibilidade e satisfação no dia a dia

Por cinco anos, depois de manter um minimercado no Jardim Icaraí, zona sul de São Paulo, o casal Viviane Carvalho Xavier, 47 anos, e Paulo César Xavier, de 52, resolveu dar um basta no negócio após o estabelecimento ser roubado 22 vezes! O último assalto, ocorrido em 2018, foi a gota d'água, quando até a aliança de casamento foi levada.

A atual motorista parceira da 99 — plataforma de tecnologia voltada à mobilidade urbana, presente em 1.600 municípios brasileiros com 20 milhões de usuários — desabafou com o marido: "Pelo amor de Deus, vende o mercado!". "E vamos viver de quê?" foi a resposta de Paulo César. "Sempre tinha a esperança de dar certo e de que dias melhores viriam, mas infelizmente isso não aconteceu", lamenta ele.

Então, Viviane revelou já estar cadastrada no aplicativo de transporte, sem que ele soubesse, e já dirigindo algumas horas por dia. Ele não só aceitou a escolha da esposa: duas semanas depois de passar o negócio adiante, também se cadastrou na plataforma.

Escolha também motivada pela "paixão"

No começo, eles dividiam o automóvel da família: ela de dia, ele de noite. Atualmente, cada um dirige um carro, ambos alugados (ela um Chevrolet Cobalt, e Paulo César, um Toyota Yaris). Ele explica que, agora, com a volta às aulas, durante a semana Viviane dirige de manhã, e ele, durante as tardes e noites. "Nos finais de semana, ambos vão da tarde até a madrugada", explica Paulo. As horas livres são reservadas aos filhos: Paloma, 21 anos, e Pablo, de 9.

O casal não se arrepende da escolha. Viviane encara a parceria com a 99 como "uma paixão". De acordo com ela, o app é bem dinâmico, e as campanhas da empresa fazem o parceiro pensar para ter bons resultados. "Para mim, os melhores motoristas fazem a 99", observa Viviane. Ela até já recebeu uma gorjeta de R$ 100 de um passageiro por tê-lo deixado cochilar no carro. "A Viviane é guerreira, extremamente focada no trabalho, motorista 5 estrelas e muito estrategista. Tenho muito orgulho dela", revela Paulo César.

Foto: Arquivo Pessoal

Motorista 5 estrelas, Viviane Carvalho Xavier convenceu Paulo César a vender o minimercado na zona sul de São Paulo para se dedicarem integralmente à plataforma: "Não me arrependo da escolha!"

Compromisso com as mulheres

Na 99, o público feminino tem atenção especial: elas representam 5% da base de motoristas parceiros cadastrados e 60% dos passageiros. Há um ano, o aplicativo lançou o 99Mulher, botão que permite às motoristas ativarem e só aceitarem corridas de passageiras, a qualquer momento. Do mesmo modo, as usuárias também sabem que a corrida será feito por outra mulher. Viviane, por exemplo, utiliza o recurso. "Sim, a opção é primordial, principalmente à noite", recomenda.

Desde 2020, quando aumentaram os números de agressões a mulheres durante a pandemia, a 99 incentiva a denúncia e o combate à violência, com o oferecimento de vouchers para o público feminino chegar a qualquer uma das 180 Delegacias da Mulher. Em um levantamento realizado pela plataforma em 2021, as viagens para as delegacias subiram 42% em comparação ao periodo anterior.

Justiça para todas, usuárias ou não

Há três anos, a 99 desenvolveu o programa "99 Mais Mulheres", marcando seu compromisso em melhorar a mobilidade urbana, especialmente a feminina, incluindo a ocupação delas em todos os espaços. Uma dessas ações é a parceria com o projeto Justiceiras, rede de apoio que orienta de forma gratuita e online mulheres em situação de vulnerabilidade e violência (usuárias do app 99 ou não).

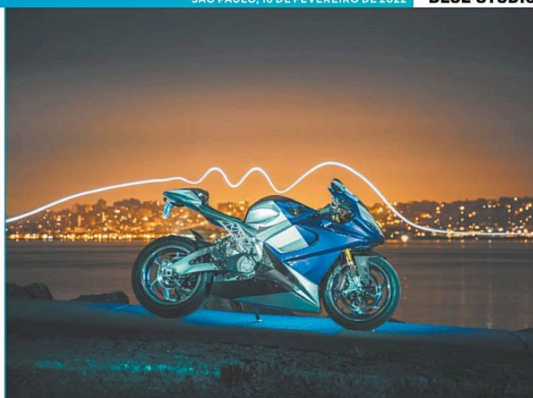
Por meio de um botão de denúncia e comunicação direta na plataforma, elas recebem o acolhimento das voluntárias do projeto assim que o aplicativo é iniciado. "Independentemente de onde tenha ocorrido a violência, a mulher pode e deve solicitar apoio usando o aplicativo da 99", reforça Livia Pozzi, diretora de Operações e Produtos da 99. Para conhecer todas as ações da empresa voltadas às mulheres, acesse https://99app.com/maismulheres.

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code:

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da 99.

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Moto elétrica usará nióbio para quebrar recorde de velocidade

Parceria inédita irá testar aplicação do metal para reduzir peso e melhorar desempenho

Produtos do metal no chassi e na bateria para ultrapassar 400 km/h

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Ferronióbio permite criar estruturas mais leves e resistentes

Uma união entre a Lightning Motorcycles, fabricante norte-americana, e a CBMM, empresa brasileira especialista em nióbio, irá experimentar produtos do metal na fabricação do chassi e das baterias de suas motos elétricas. O objetivo é reduzir o peso e aumentar o desempenho para tentar quebrar o recorde de velocidade com uma moto elétrica de produção. "As corridas sempre impulsionaram as inovações", explica Richard Hatfield, CEO da Lightning sobre a iniciativa de testar a aplicação de produtos do nióbio para ultrapassar a marca dos 400 km/h (cerca de 250 mph).

A Lightning Motorcycles aposta em motos esportivas elétricas de alto desempenho como vitrine para novas tecnologias e também para a eletrificação dos veículos de duas rodas. "Escolhemos o mesmo caminho que a Tesla. Quando começamos, aliás, eles ficavam no mesmo quarteirão que a nossa empresa", lembra Hatfield. Assim como os carros da Tesla, as motos da Lightning não são populares. A LS-218, modelo que estão no topo da linha de produtos oferecidos pela empresa, tem motor de mais de 200 cv e é vendida por US$ 38 mil (mais de R$ 200 mil).

O nome do modelo, aliás, faz referência à velocidade alcançada, em 2015, nos desertos de sal: 218,637 mph, ou seja, 351,787 km/h. Marca que conferiu à LS 218 o título de motocicleta elétrica de produção mais rápida no mundo.

Na tentativa de superar o recorde anterior, a Lightning Motorcycles vai usar dois produtos do nióbio. O primeiro é o ferronióbio, aplicado no chassi da motocicleta, criando assim uma liga mais leve e, ao mesmo tempo, mais resistente. "Reduzir o peso é essencial para motocicletas de alto desempenho", esclarece Hatfield.

O ferroniόbio é usado em pequenas quantidades. "É só uma pitadinha mesmo", explica Mariana Perez de Oliveira, gerente de desenvolvimento de mercado da CBMM. Segundo Oliveira, a parceria com a Lightning Motorcycles é estratégica, pois servirá de plataforma para experimentar e testar tecnologias de nióbio em motos. Embora seja amplamente difundido na indústria automotiva (*veja quadro*), o nióbio vai ser aplicado pela primeira vez em uma moto.

MENOS PESO

"A ideia é demonstrar, na prática, as vantagens da aplicação do nióbio, uma vez que a adição do material poderá trazer inúmeros benefícios ao projeto visando redução de peso e maior eficiência energética, além de contribuir, diretamente, para a segurança", completa Oliveira.

Outro produto do metal, o óxido de nióbio será utilizado nas baterias que fornecem energia ao motor elétrico de 204 cv da LS 218. A substância é aplicada no catodo das baterias, garantindo melhor estabilidade no carregamento, maior densidade energética e menores custos.

"Os indutores com nióbio diminuíram a temperatura dos componentes magnéticos em mais de 30%, em comparação ao material que utilizávamos", explica Hatfield. A redução de temperatura evita que as baterias peguem fogo – uma questão delicada em veículos elétricos."

Vale destacar que as baterias são feitas de íons de lítio, e não de nióbio, diz Oliveira, da CBMM. O uso do óxido de nióbio na bateria, entretanto, permite melhorar a eficiência energética.

O CEO da Lightning acredita que os produtos do nióbio podem contribuir para a eletrificação dos veículos de duas rodas. O metal cria ligas mais leves, reduzindo o peso das motos, o que contribui para aumentar a autonomia, além de permitir recargas ultrarrápidas, em menos de cinco minutos. "Seria o mesmo tempo que você leva para abastecer uma moto a combustão interna no posto de combustível", diz ele. (A.C.)

Benefícios do nióbio na indústria automotiva

- **Estrutura dos veículos: o uso do ferroniόbio resulta em chassi mais resistente, com menos uso de matéria-prima e, consequentemente, menor peso – veículos mais leves têm maior eficiência energética (no caso dos elétricos) ou menor consumo de combustível (em veículos a combustão)**
- **Mais segurança, pois o metal pode ser usado para criar estruturas mais resistentes a impactos ou até discos de freio melhores**
- **Em baterias, o nióbio pode ser aplicado nos catodos delas, o que garante melhor estabilidade, maior densidade energética e menores custos (no caso da Lightning)**
- **Metal também pode ser usado nos anodos de baterias de recarga ultrarrápida, que serão utilizadas em ônibus da VWCO**

Fotos: Spenser Roberts | Lightning Motorcycles e Parceria CBMM e Lightning Motorcycles

Combustível adulterado é o maior inimigo do motor

Saiba quais são os sinais de que a gasolina e o etanol receberam misturas proibidas

Foto: Getty Images

Combustível adulterado é o inimigo número 1 dos motores dos automóveis. Abastecer o tanque com gasolina ou etanol com misturas proibidas é uma ameaça que pode pesar no bolso do usuário.

"O combustível irregular, que tem água, solventes e outras substâncias, prejudica a combustão do motor e pode causar vários problemas", diz o engenheiro Marco Barreto, coordenador do curso de pós-graduação em mecânica automotiva do Centro Universitário da FEI.

Os efeitos podem ser imediatos. Pouco tempo depois de sair do posto de serviço que usa combustível "batizado", o motorista já percebe a perda de potência do automóvel.

Trabalhando de forma inadequada, o motor aumentará o consumo e haverá também contaminação do óleo, carbonização e depósito de resíduos e entupimento dos bicos injetores, tornando o prejuízo ainda pior. "Em alguns casos, é preciso trocar a bomba de combustível", afirma Barreto.

Uma das recomendações do engenheiro é que o motorista, ao perceber que foi vítima da fraude do combustível, vá imediatamente a um posto de bandeira confiável para abastecer com gasolina aditivada. "Ela ajuda a limpar o tanque, diluindo a gasolina ou o etanol ruim."

Conheça seis sinais de que o combustível está adulterado:

1. Preços baixos
Desconfie sempre de postos com preço do litro do combustível bem abaixo do praticado pelo mercado. Não há milagre: é muito provável que o estabelecimento, geralmente de bandeira desconhecida, esteja adulterando o combustível oferecido nas bombas. Fuja desses lugares.

2. Luz do motor
A luz de alerta com o ícone de um motor no painel indica algum problema no sistema de injeção eletrônica. A causa pode ser combustível adulterado. O sistema, que controla a admissão de combustível e calcula a porcentagem de mistura com ar, detecta problemas ao trabalhar com etanol ou gasolina com composição irregular.

Combustível "batizado" não é o único motivo que faz a luz acender, mas é uma pista importante. Se isso acontecer depois de abastecer o tanque, a razão pode ser combustível misturado com outro produto não reconhecido pela sonda lambda, nome dado ao equipamento montado no sistema de exaustão dos gases de escape do motor a combustão interna, cuja função é determinar a quantidade de oxigênio remanescente do processo de combustão.

3. Perda de potência
Perda de potência repentina é outro indício de combustível contaminado. O carro custa a atingir uma velocidade elevada e o torque já não é o mesmo, ou seja, o desempenho do automóvel está comprometido.

4. Motor beberrão
Se a média de consumo do carro aumentar sem nenhuma explicação, saiba que o combustível adulterado adora deixar o motor mais "beberrão".

5. Óleo contaminado
Mudanças nas características do óleo que saiu do cárter também são sintomas de adulteração do combustível. Isso acontece por causa da existência de solventes na gasolina ou de excesso de água no etanol.

6. Carro começa a dar soquinhos
O carro começa a dar pequenos "soquinhos" e o motor passa a falhar, como se estivesse engasgando. Isso ocorre porque os elementos impróprios do combustível já tomaram conta do sistema, prejudicando o funcionamento do veículo.

Aponte a câmera do celular para este QR Code e assista à entrevista com o engenheiro Marco Barreto, da FEI

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Aposta nas viagens de moto

Mais baratas, elas crescem entre os aplicativos de transporte

Com preços cerca de 30% menores do que os deslocamentos feitos em carros, modalidade se expande no País

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

O serviço de viagens de moto por app está em **85 municípios**

5 dicas para viajar de moto

1. Tenha seu próprio capacete
2. Use máscara
3. Higienize as mãos e partes da moto com álcool em gel 70%
4. Apoie os pés, firmemente, nas pedaleiras traseiras e segure nas alças da moto
5. Use roupa e calçado apropriados

Uso de capacete e máscara é obrigatório nas viagens de moto por aplicativo

Com a alta dos combustíveis e a inflação, os aplicativos de transporte de passageiros, como Uber e 99, apostam nas motos para atrair novos usuários, além de oferecer uma alternativa mais econômica para as viagens de carro. A modalidade, que estreou, no País, em novembro de 2020, com o Uber Moto, em Aracaju (SE), agora se expande para mais cidades, com preços menores do que nos automóveis.

"Desde que começamos com as viagens em moto, percebemos que elas passaram a ser utilizadas para, por exemplo, conectar os nossos usuários com modais de transporte, como estações de ônibus, trens e metrô, das cidades, principalmente, para deslocamentos rápidos, aquilo a que, no mundo da mobilidade, chamamos de '*last mile*'", afirma Luciana Ceccato, diretora de marketing da Uber.

Na última semana, a modalidade Uber Moto, que já estava presente em 45 cidades brasileiras, foi expandida para outras localidades. Agora, usuários de 83 municípios, em todas as regiões do País, podem escolher viajar de moto, com preços que chegam a ser 25% mais em conta do que uma viagem de UberX, a modalidade mais econômica para deslocamentos de carro.

99MOTO ESTREIA EM NOVE CIDADES

Também pensando em oferecer a esse público, a 99 estreou, no início do ano, a categoria 99Moto. O serviço de viagens de motocicleta já pode ser acessado pelos passageiros desde 11 de janeiro.

"Buscamos essa solução via aplicativo porque, na 99, acreditamos em um ecossistema multimodal para ajudar a construir uma mobilidade eficiente, e a moto, definitivamente, faz parte desse conjunto de opções de transporte. Entendemos que a categoria pode ser mais inclusiva, seja por adentrar em locais mais estreitos e íngremes, seja, principalmente, por ser financeiramente mais acessível", explica Lívia Pozzi, diretora de operações de produtos da 99. Segundo a empresa, as corridas via 99Moto podem ser até 30% mais baratas do que as da 99POP.

A categoria chegou, inicialmente, a nove cidades brasileiras: Aracaju (SE), Feira de Santana (BA), Goiânia (GO), Campo Grande (MS), João Pessoa (PB), Recife (PE), Sorocaba (SP), Sobral (CE) e Teresina (PI). De acordo com a 99, nesse início da operação, as localidades foram escolhidas com base em pesquisas, que apontaram para a oportunidade de melhoria da mobilidade urbana dos usuários dessas regiões.

"Estamos acompanhando diariamente e muito de perto os resultados desde que lançamos a 99Moto. Como a motocicleta já compõe o modal de mobilidade em muitas cidades brasileiras, observamos uma aceitação muito positiva por parte dos passageiros e também dos motociclistas, que veem na categoria uma nova fonte de ganhos. O objetivo, agora, é melhorar a experiência dos usuários e seguir expandindo, tanto em número de motociclistas parceiros quanto em quantidade de cidades em que a categoria estará disponível", afirma Pozzi.

CAPACETE PRÓPRIO E MÁSCARA

De acordo com as plataformas, os motociclistas que queiram trabalhar com viagens de moto precisam ter, além da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) definitiva, na categoria A, a permissão para exercício de atividade remunerada (EAR). No caso da Uber, por exemplo, os entregadores parceiros já cadastrados no Uber Eats podem também fazer viagens de Uber Moto, desde que tenham a EAR na carta.

"Assim como os motoristas parceiros da plataforma, os motociclistas passam por um rigoroso processo de cadastro com base em documentos como CPF, CNH, licenciamento do veículo e checagem de antecedentes", acrescenta a diretora de produtos e operações da 99.

Já o passageiro precisa, assim como o condutor, usar capacete apropriado para motocicletas, item obrigatório por lei. Embora as duas plataformas recomendem aos parceiros que tenham capacete extra para os passageiros, a orientação é que o usuário use seu próprio equipamento para viajar em segurança, ainda mais em tempos de covid-19.

"Caso o passageiro não tenha capacete próprio, o motociclista parceiro deve higienizar um, entre as viagens, com aplicação de produto com ação antimicrobiana, como álcool 70%. O uso de máscara é obrigatório em todas as viagens da 99, incluindo as da modalidade 99Moto", ressalta Lívia Pozzi.

As duas plataformas destacam que as viagens de moto têm os mesmos recursos de segurança existentes nas de carro. Inclusive com seguro para acidentes pessoais, tanto para usuários como para motociclistas parceiros. (A.C.)

Fotos: Divulgação 99 e Uber

Mulheres e motocicletas

Ao desconstruir estereótipos de gênero, elas têm demonstrado comportamentos mais seguros

POR DANIELA SARAGIOTTO

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

A cada ano, aumenta o interesse das mulheres, em todo o Brasil, em obter habilitação para pilotar motocicletas. Nos Centros de Formação de Condutores (CFCs), onde as aulas ocorrem, é comum que os instrutores utilizem motos menores, que facilitam, ao máximo, o processo de aprendizagem, para que os candidatos sintam segurança durante o treinamento.

"Mas, ao final desse período, após passarem pelos períodos de estudo e prática veicular, vemos que muitas mulheres acabam optando por motos com cilindradas maiores", conta Jucimara Fernandes, observadora certificada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) que atua na cidade de Poços de Caldas (MG).

A empresária Silvana Bernardes Rosa é um exemplo dessa situação: ela passou por diversos treinamentos disponíveis no mercado, como o Capitão da Estrada, entre outros, e atualmente conduz grupos de motociclistas ao pilotar uma Harley-Davidson de 1.700 cilindradas.

Ela conta que já fez diversas viagens longas: a famosa Rota 66, nos Estados Unidos; Machu Picchu, no Peru; e, no Brasil, partiu de Minas Gerais para percorrer as regiões Sul e Sudeste do País.

Segundo ela, a decisão de conduzir uma moto de grande porte e alta cilindrada foi impulsionada pelo conforto. Precavida, diz sempre pilotar com muita atenção. "Já sofri um acidente, mas ele foi causado por um condutor imprudente. Porém, na ocasião, eu estava com todos os equipamentos de segurança e seguindo as leis de trânsito", diz Rosa.

Silvana Bernardes Rosa, empresária, e sua Harley-Davidson de 1.700 cilindradas

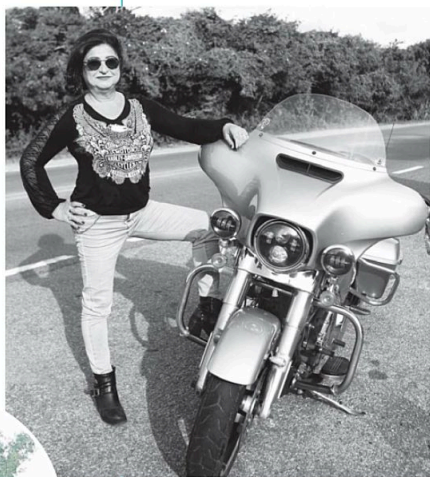
COMUNIDADES SEGURAS

Ao desconstruir estereótipos de gênero, as mulheres, além de pilotar motocicleta de alta cilindrada, participam de eventos e criam grupos para estimular o vínculo social e a condução segura, acompanhando o avanço das novas tecnologias e o lançamento de equipamentos atrativos ao público feminino. Juliana Nascimento, empresária e motociclista, conta que sempre segue as novidades que envolvem o universo das duas rodas.

"O passeio, para mim, é uma terapia. Sou prudente e sempre uso equipamentos de segurança", afirma. De acordo com o mapeamento realizado pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), com dados disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em março de 2021, foram registradas 25,8 milhões de condutoras de automóvel habilitadas e, desse total, 6,8 milhões também pilotam motocicleta.

"Mesmo observando crescimento no número de condutoras, o percentual de mulheres envolvidas em sinistros de trânsito, quando comparadas aos homens, é sempre menor, demonstrando que elas pilotam com mais cautela", explica a observadora certificada.

O Infosiga SP analisou os acidentes de trânsito de janeiro a agosto de 2020 e concluiu que, do total de sinistros da capital, 1.812 foram causados por homens (93,5%) e apenas 122 (6,5%) por mulheres, estatística que se repete de forma muito semelhante em todo o País. "Por causa disso, o público feminino é considerado de baixo risco pelas seguradoras, pagando valores menores que os homens", completa Fernandes.

As empresas estão atentas a esse público, que tem demonstrado ser fiel, mais exigente na busca por novas abordagens, criando iniciativas inovadoras que permitam, cada vez mais, a inserção das mulheres nesse universo. "A segurança é uma prioridade para elas e fator fundamental para a boa convivência entre todos os agentes do trânsito. Ela deve ser uma meta perseguida por todos os condutores, independentemente do gênero", finaliza Fernandes.

"Andar de moto, para mim, é uma terapia", diz Juliana Nascimento, empresária e motociclista

Fotos: Divulgação Cristina Galo e Arquivo Pessoal

ALEXANDRE CURY
DIRETOR COMERCIAL DA HONDA MOTOS

Solução prática por uma mobilidade mais econômica

Motos proporcionam fonte de renda e agilidade nos deslocamentos urbanos

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

"A capacidade de percorrer muitos quilômetros com o cada vez mais caro litro de combustível é apenas um dos aspectos que tornaram motocicletas e scooters ferramentas de economia indispensáveis para nossa sociedade.

Tempos como os que vivemos tornam os inúmeros benefícios da motocicleta ainda mais evidentes. Meio de transporte, de trabalho, de lazer e de exercício de cidadania. Leva e traz pessoas, suas coisas e encomendas. Supera as dificuldades do caminho e sempre chega antes.

Motos movimentam a economia, proporcionam fonte de renda e reduzem as horas de deslocamento dos que têm que cumprir horários rígidos. O guidão possibilita ganhar a vida para levar o pão à mesa e elimina o desperdício de horas em transportes menos eficientes.

Podem ser compradas de maneira facilitada, via financiamento ou consórcio, e a manutenção é simples, ágil e mais barata se comparada a outros veículos. Problemas mecânicos e eletrônicos são raros, mas, se acontecem, seja em grandes centros, seja nos mais distantes locais, a solução é rápida. Motos depreciam pouco o seu valor de revenda e, em certas circunstâncias, até se valorizam quando a demanda supera a oferta, como ocorreu em 2021.

Uma Honda CG 160, a moto favorita dos brasileiros, valorizou mais de 10%, em relação ao seu preço de aquisição, nos últimos 12 meses. Essa atípica situação também foi motivada pelo aumento da procura de motos para uso profissional. Enfim, um bem de consumo que protege o dinheiro nele investido, que ainda gera renda e serve de meio de transporte e de lazer.

"CUSTO DE MANUTENÇÃO SEMPRE SERÁ MENOR DO QUE QUALQUER OUTRO MEIO DE TRANSPORTE."

MAIS TECNOLOGIA

Para além de todas essas vantagens, na moto, não há aglomeração. Não é o horário dos trens ou ônibus que determinam o momento da partida, mas sim a necessidade de quem a escolheu como parceira. O tempo do percurso não muda, com ou sem engarrafamentos no caminho. E, com isso, se ganha precioso tempo. Tempo para descansar, tempo para trabalhar, tempo para se divertir. Tempo para viver.

O direito de ir e vir se efetiva, na prática, com a propriedade de uma motocicleta. Mesmo os que se julgam pouco hábeis têm, nas atuais scooters, a chance de começar de maneira fácil a vida ao guidão. A tecnologia aplicada nas scooters reduziu a complexidade da operação a níveis mínimos – por exemplo, pelo tipo de transmissão automática CVT, dentre outras facilidades. Amigáveis com os inexperientes, as pequenas scooters são econômicas, muito práticas e capazes de trazer ao mundo das duas rodas gente de todos os tipos e idades.

Muitas pessoas deixam seus carros na garagem e vivenciam uma realidade de transporte diferente, em que o tempo dos trajetos cai para um terço ou menos. Outras podem dizer adeus aos ônibus de horário incerto e aos trens e metrôs lotados. A opção pelas simpáticas scooters multiplica possibilidades, agiliza estacionamento e proporciona mais qualidade de vida.

Na ponta do lápis, o custo de manutenção de uma motocicleta ou scooter de baixa cilindrada é, e sempre será, menor do que a despesa com qualquer outro meio de transporte. Exceção é a bicicleta, certamente mais econômica se comparada às motos, mas cujo uso se complica em distâncias maiores, em locais de topografia acidentada, por não comportar um passageiro ou em função de limitações físicas individuais.

Solução fácil para tempos difíceis, pequenas motocicletas e scooters são o meio exato para locomoção e para trabalho. Gastam o mínimo, rendem o máximo, alavancam a economia das pessoas e do País. São protagonistas da melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias e agentes de uma democrática e irreversível inclusão social sobre duas rodas.

Em poucas palavras, motocicletas e scooters representam, claramente, economia com grande versatilidade."

Não perca a nossa live, todas as quartas, às 11h, pelas redes sociais do Estadão ou no portal Mobilidade

Fotos: Divulgação Honda

Segurança nas viagens de ônibus

Equipamento descontaminante de ação contínua obteve eficácia de até 98% em testes e promete ser efetivo até contra o coronavírus

POR DANIELA SARAGIOTTO

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

A pandemia da covid-19 trouxe a necessidade de higienizações frequentes em diversos ambientes, entre eles no transporte público. Um produto recém-chegado ao Brasil, conhecido comercialmente como Halo Led e importado pela Mercato Automação, promete cumprir esse papel de forma automática e contínua em locais fechados, como no interior dos ônibus. Trata-se de um equipamento que libera no ambiente peróxido de hidrogênio e tem eficácia comprovada na eliminação de fungos, vírus e bactérias.

"Por um ano e meio, fizemos diversos testes, realizados por laboratórios independentes e com a supervisão da SPTrans, responsável pela gestão do transporte público por ônibus na cidade de São Paulo. Ao final desse processo, obtivemos eficácia de até 98% na eliminação das substâncias e o produto teve aprovação do órgão normatizador", explica Armando Scarcella Júnior, representante comercial da Mercato Automação.

COMO ELE AGE

Instalado no sistema de dutos dos ônibus, junto ao ar-condicionado, o equipamento gera uma reação química com a entrada do ar, liberando constantemente peróxido de hidrogênio no ambiente, neutralizando os contaminantes e evitando a necessidade do trabalho manual de limpeza dos veículos.

"Ele neutraliza vírus (entre eles o coronavírus e suas variantes, como a ômicron), bactérias, mofo, fungos, odores e compostos orgânicos voláteis. E o peróxido de hidrogênio, na concentração em que o equipamento funciona, é totalmente seguro para a saúde das pessoas, inclusive aliviando quadros de rinite, por exemplo", explica Scarcella Júnior.

Atualmente, a cidade de São Paulo conta com três ônibus rodando com o equipamento em três empresas de transporte público. A descontaminação vale para todas as superfícies dos ônibus, como bancos, catracas, barras de apoio, e até para os usuários.

Em nota, a SPTrans informa que não há restrição ao seu uso na frota de veículos urbanos de São Paulo.

Aparelho libera peróxido de hidrogênio, que neutraliza diversas substâncias

Foto: Divulgação Halo Led

Cidades em movimento

O que Brasília tem feito para se adequar aos desafios da eletromobilidade

POR JU CABRINI

Mudanças na legislação urbanística são essenciais para as novas demandas

Rogério Markiewicz é arquiteto, urbanista, curador do Planeta Elétrico e presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei)

Muitas cidades brasileiras têm procurado se adaptar às transformações necessárias à implantação de infraestrutura para os veículos elétricos. Uma delas é Brasília, que, assim como São Paulo, tem avançado, embora lentamente, na criação de leis que estimulem a utilização de veículos elétricos. De acordo com Rogério Markiewicz, arquiteto, urbanista, curador do Planeta Elétrico e presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei), a capital federal deu um importante passo à frente rumo à mobilidade sustentável ao aprovar a lei que institui o Código de Obras e Edificações (conhecido como COE). Fácil não foi, pois mudanças que procurem abrir espaço ao novo sempre encontram resistência.

Além disso, Markiewicz afirma que o fato de a cidade ser tombada exigiu muito cuidado ao mexer em políticas públicas e que a revisão do COE, realizada em 2018, contempla, entre outras medidas, a obrigatoriedade de ponto de recarga comum em todas as novas edificações com número superior a 200 vagas. Confira mais detalhes na entrevista a seguir.

As cidades foram preparadas para a mobilidade a combustão. O que precisa mudar para a eletrificação?

Rogério Markiewicz: São necessárias várias adequações urbanas, talvez trabalhosas, mas não impossíveis. A primeira quebra de paradigma é que, nos centros urbanos, não existirá mais aquela paradinha no posto de serviço para recarregar o carro durante o dia. As pessoas o farão em casa e isso vai precisar de muita disciplina. Lógico que poderão recarregar em supermercado, shopping center ou eletropostos com pontos de recarga rápida, mas o proprietário acabará adequando sua vida, assim como aconteceu com o smartphone.

Em Brasília, o que foi feito de mais relevante para incentivar a eletromobilidade?

Markiewicz: Uma das principais iniciativas recentes foi a revisão do Código de Obras e Edificações (COE) do Distrito Federal, em 2018. Ela teve como objetivo simplificar as edificações e modernizar o conceito de moradia. Entre outros marcos relevantes, ele determina a obrigatoriedade de que todas as novas edificações tenham um ponto de recarga disponível a cada 200 vagas de estacionamento.

Foi difícil fazer mudanças nas leis?

Markiewicz: Sim. É curioso como uma cidade tão nova [*Brasília foi fundada em 21 abril de 1960*] está tendo que se adaptar a uma nova realidade. O fato é que Brasília é tombada e, por isso, é necessário tomar muito cuidado com os novos projetos. Felizmente, a mentalidade dos gestores públicos tem melhorado bastante em relação a perceber as evoluções da sociedade. Aliás, fazendo aqui uma crítica e um alerta para que os gestores públicos, tanto os de Brasília como os de outras cidades, estejam atentos a essa nova realidade, que está tão dinâmica. Qualquer mudança nas leis municipais exige anos

Recarga de Bolt elétrico consome menos que ar-condicionado

Muitas pessoas se perguntam se recarregar um carro elétrico em casa faria a conta de energia subir muito no final do mês. Confira, abaixo, uma simulação.

CONSUMO DE 500 KW A 600 KW/MÊS

Residência ou apartamento de três quartos, em que vivem cinco pessoas

CONSUMO DE 750 KW/MÊS

Se, na mesma residência, for acrescentado um aparelho de ar-condicionado, ligado à noite toda, por 30 dias, o consumo aumentaria em 150 kW/mês

CONSUMO DE 890 KW/MÊS

Caso a família optasse por ter um Bolt elétrico, que circule 1.000 quilômetros por mês, o acréscimo seria de 140 kW/mês

Para simular a sua conta de energia, acesse: www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas

Fonte: Martins Projeto Brasília

Fotos: Getty Images e Arquivo Pessoal

de negociação com as Câmaras Municipais e Distrital [*no caso do Distrito Federal*] e com a rapidez que a gente está vendo; é uma corrida sem fim.

Houve resistência?
Markiewicz: Sim, no início, houve, mas alguns empreendedores, que hoje estão superpreocupados com a eficiência energética e a sustentabilidade, acabaram percebendo, rapidamente, que poderiam usar esse fato como ferramenta de marketing para as construtoras. Além disso, enquanto alguns reclamavam, outros já estavam fazendo cálculos e identificando que, em vez de ter uma ou duas vagas exclusivas e, eventualmente, ociosas para veículo elétrico, valia mais a pena vender esses espaços e colocar uma tomada elétrica para uso exclusivo de cada vaga, o que facilitará a vida do usuário. Ou seja, se adequaram à lei e ainda trouxeram benefícios ao cliente.

E, em prédios antigos, como é feita a adequação para recarga de veículos elétricos?
Markiewicz: Entre as várias dores existentes, em relação às vagas de condomínio, agora, ganhamos mais uma. São dois casos em prédios mais antigos. A primeira questão é se a vaga é privativa, isso porque, em algumas cidades, como São Paulo, o condômino tem apenas o direito de uso.

Nesse caso, precisa ser negociado com o condomínio, o que costuma ser bastante difícil. Uma vez aprovado em assembleia, a melhor opção é o condomínio colocar uma ou duas vagas compartilhadas com um ponto elétrico ou carregador inteligente com cartão individual, que desbloqueia o aparelho e direciona o consumo direto ao usuário.

Na maior parte do Brasil, inclusive em Brasília, a vaga é privativa, e aí existem dois caminhos. No primeiro, basta puxar energia do condomínio mesmo e colocar um relógio medidor. No segundo, essencial para instalação de carregador, a solução é pegar a energia diretamente do quadro elétrico do próprio apartamento. É uma obra mais trabalhosa, mas viável.

Quais costumam ser as obras necessárias para a adequação?
Markiewicz: O ideal, como já acontece em Brasília e em outras cidades do País, é que prédios normatizem esse processo. Para viabilizar a tomada, pode-se puxar a energia diretamente do prédio e colocar um medidor para identificar o usuário. Para isso, basta chamar uma pessoa competente que tenha anotação técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Para a instalação de carregador, é um pouco mais trabalhoso, porque não é possível onerar o condomínio, financeiramente ou com carga. Essa área comum do condomínio não foi feita para ter vários carregadores. Nesse caso, a energia deve ser puxada do quadro elétrico do próprio apartamento.

Qual o valor do investimento?
Markiewicz: Para colocar apenas a tomada, o valor deve variar em torno de R$ 400 ou R$ 500. A instalação do carregador fica por volta de R$ 4 mil e R$ 5 mil. Além disso, é preciso comprar o carregador, cujo valor varia bastante.

Você acredita em terceirização da eletrificação de vagas em condomínios?
Markiewicz: Isso vai ser muito comum. Em condomínios com mil apartamentos, por exemplo, é bem possível que seja terceirizado, mas acredito que a monetização virá de edifícios comerciais. Provavelmente, será um modelo de negócio em que a empresa instala o carregador e cobra pela vaga ou pelo tempo de uso, porque apenas a distribuidora pode cobrar pela energia.

Na Europa, é muito comum carros elétricos recarregando na rua. O Brasil deve seguir esse modelo?
Markiewicz: Na Europa, as residências, raramente, têm vagas de garagem. É muito comum ver esses totens nas ruas e são cobrados por meio de cartão ou aplicativo. A empresa tem concessão para comercializar a vaga e o ponto de recarga.

No Brasil, acredito que teremos concessões, como é feito em São Paulo, com a Zona Azul. Será um processo natural para exploração de área pública. Aqui, no Distrito Federal, por exemplo, por meio de um projeto piloto da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), todas as cidades têm pelo menos um totem para carregamento de dois veículos, simultaneamente. Ficam em área pública e são gratuitos. O projeto começou, em 2019, para servir à frota de elétricos de compartilhamento dos funcionários públicos, que utilizam os veículos para se locomover entre as repartições. Para beneficiar a população e incrementar os testes, os carregadores também foram instalados nas cidades.

Os bons exemplos de Floripa

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Capital catarinense investe no transporte público

Indicador	Valor
Proporção de automóveis/habitante	0,46
Idade média da frota de veículos (em anos)	12,5
Relação de ônibus x automóveis	0,01
Outros modais de transporte coletivo (km/100 mil habitantes)	0
Ciclovias (km/100 mil habitantes)	28,30
Acesso ao aeroporto	2
Transporte rodoviário (conexões interestaduais)	251
Veículos de baixa emissão (do total da frota)	0,15%
Bilhete eletrônico de transporte público	sim
Semáforos inteligentes	10
Taxa de mortes em acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)	6,4

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2021

Ocupando a terceira posição do eixo Mobilidade, no Ranking Connected Smart Cities 2021, Florianópolis (SC) aposta em soluções que priorizem o pedestre, reduzam os congestionamentos e promovam a sustentabilidade. "Atualmente, temos obras em andamento como a da Via Expressa Sul e a da Av. Ivo Silveira que contribuirão para uma cidade mais conectada. Investimos, cada vez mais, em alternativas de transporte, que, aliadas à tecnologia e à sustentabilidade, ofereçam qualidade de vida à população e colaborem para a estrutura organizacional da cidade", afirma Gean Loureiro, prefeito de Florianópolis.

AUMENTO DA FROTA Foram acrescentados mais de 1.700 novos horários de ônibus, além de três novas linhas. Uma das metas é facilitar o pagamento da passagem, podendo ser realizado por PIX, cartão de crédito ou débito, e carregamento online do cartão de transporte.

PASSAGEM MAIS BARATA FORA DOS HORÁRIOS DE PICO Os passageiros têm desconto de R$ 1 nas passagens no período entre 9h e 11h, entre 14h e 16h e das 20h à meia-noite, com o objetivo de diminuir a lotação nesses horários.

TARIFA DIFERENCIADA Com a Tarifa Vai e Vem, é possível ir e voltar quantas vezes o usuário quiser pagando só uma passagem durante o período de três horas.

DOMINGO NA FAIXA
No último domingo de cada mês, as passagens de ônibus convencionais passam a ser gratuitas. O Domingo na Faixa é aberto a todos os cidadãos e não precisa do cartão do transporte coletivo para usufruir do benefício.

Soluções para melhorar o transporte coletivo serão discutidas no Parque da Mobilidade Urbana (PMU), que acontece entre 23 e 25 de junho, no Memorial da América Latina (SP). O evento será realizado pela plataforma Connected Smart Cities e o **Mobilidade Estadão**, a fim de promover a conexão da mobilidade urbana inteligente, sustentável e inclusiva por meio da difusão de ideias nesse ecossistema no Brasil e no mundo.

Foto: Divulgação Guilherme Medeiros | Prefeitura de Florianópolis (SC)

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Começou como terminou

O campeão de 2021 da Stock Car Pro Series leva a primeira deste ano

POR ALAN MAGALHÃES
FOTOS: ALEX FARIAS E LUCA BASSANI

A Corrida de Duplas, realizada em Interlagos (SP), entregou emoção desde a largada

A segunda etapa da Stock Car acontecerá dia 20/3, em Goiânia (GO), com transmissão ao vivo pelo site do **Estadão**

Com apenas 20 anos, Enzo Elias venceu a corrida 2 da abertura da Stock Car

Ano novo, prova com regulamento novo, formato novo, mas um velho conhecido do primeiro degrau do pódio estava lá, novamente. Gabriel Casagrande carimbou a própria faixa de campeão com mais uma vitória, na etapa inaugural da temporada 2022 da Stock Car Pro Series, realizada em Interlagos (SP), no último domingo.

Para não parecer que a coincidência se limita ao vencedor, Daniel Serra foi o segundo e Thiago Camilo o terceiro, exatamente os três pilotos e a mesma ordem de chegada na tabela do campeonato passado. Porém, o que parece uma repetição enfadonha não teve nada disso. Ao contrário, a Corrida de Duplas proporcionou emoções extras, por meio de um formato que procurou agradar ao personagem mais importante de tudo isso: o espectador, o fã da Stock Car Pro Series.

Ao contrário das outras edições da Corrida de Duplas, a pandemia acabou limitando o número de pilotos estrangeiros, e a maioria dos convidados acabou sendo formada por brasileiros mesmo, alguns despontando no automobilismo brasileiro, misturados a nomes experientes, além de pilotos que correm apenas no exterior, como Pietro Fittipaldi, Augusto Farfus Jr. e Felipe Fraga.

O novo modelo de disputa, idealizado pelos promotores para essa prova, foi o de somar os pontos obtidos nas duas corridas para determinar a posição final da dupla, outorgando os pontos somados ao piloto titular, que disputa a temporada regular. O que não garante que o ganhador da primeira saia como vencedor do fim de semana.

A nova equação exigiu uma dose extra de cálculos e estratégias das equipes, além de regularidade dos convidados. Umas das duplas que mais chamaram a atenção foi a de Felipe Massa e Timo Glock, formada em alusão à ultrapassagem sofrida pelo alemão na Curva da Junção, no GP Brasil de Fórmula 1, em 2008, pelo inglês Lewis Hamilton, que tirou o título mundial do brasileiro, que ficou com o inglês por questão de metros e 1 ponto de vantagem.

O triunfo, sexto de Casagrande na Stock Car, veio da combinação de resultados do paranaense, pole position e vencedor da corrida 1, e seu convidado, Gabriel Robe, quarto colocado na corrida 2. A segunda posição ficou com a dupla Daniel Serra/Augusto Farfus, graças a dois terceiros lugares. Thiago Camilo e Dennis Dirani, segundo e oitavo colocados, respectivamente, completaram o pódio, no terceiro posto.

MENINO PRODÍGIO

Os destaques entre os convidados brasileiros da nova geração, que agarraram com afinco a rara oportunidade na Stock Car, foram o brasiliense Enzo Elias, vencedor da segunda corrida do dia, em sua primeira experiência na Stock Car Pro Series, e Gabriel Robe, atual vice-campeão da Stock Light, que agora passa a se chamar Stock Series.

Enzo Elias acaba de completar 20 anos, mas já ostenta currículo de veterano. Na contramão da maioria dos jovens, almejou as corridas com carros de turismo, apesar de começar a carreira na F3. Em seus apenas cinco anos de carreira, sagrou-se campeão brasileiro de Porsche Cup 3.8, em 2019; no ano seguinte, foi vice, na categoria Sprint da Porsche Carrera 4.0; e, em 2021, foi o melhor na série Endurance, da Porsche Carrera 4.0 – resultado que lhe rendeu o título "overall" da série –, além de ser finalista no disputadíssimo Junior Program da marca, disputado na Europa.

A abertura da temporada 2022 da Stock Car Pro Series deixou uma série de certezas. A competitividade continua em alta na categoria, e a renovação está garantida, pois uma nova geração de pilotos vem mostrando que merece um lugar ao sol, ou melhor, no pódio. Os veteranos que se cuidem, apesar de que o resultado não deixa dúvida: os jovens terão bastante trabalho para chegar ao estrelato.

Pontuação da Stock Car após uma etapa

Colocação	Piloto	Pontos
1º	Gabriel Casagrande	41
2º	Daniel Serra	32
3º	Thiago Camilo	31
4º	Galid Osman	25
5º	Ricardo Zonta	23
6º	Allam Khodair	22
7º	Rafael Suzuki	19
8º	Marcos Gomes	19
9º	Julio Campos	18
10º	Gaetano Di Mauro	15

Acesse
Compartilhe
Marque os **amigos**

Banco CSF S.A.

Carrefour banco

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanço Patrimonial (R$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Ativos totais	14.174	12.389	14%
Carteira de crédito	13.194	11.063	19%
(-) Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(1.579)	(1.333)	18%
Passivos financeiros	8.800	6.994	26%
Patrimônio líquido	2.861	2.817	2%

Resultados (R$ milhões)	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	2.642	2.316	14%
Despesas com provisão para perda esperada	(1.541)	(1.468)	5%
Resultado operacional	978	582	68%
Lucro líquido	626	348	80%

Índice de Basileia	RENTABILIDADE	
Nível I	ROAE	ROAA
16,8%	25,9%	5,0%

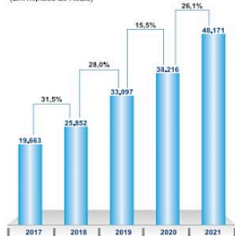
Índice de Eficiência	NIM (ex PCLD) (i)
32,9%	19,9%

(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PCLD / (Ativos Totais – Permanente).

RATINGS

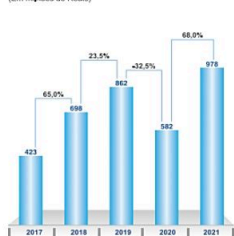
Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	20/12/2021	Estável

Indicadores de Negócio dos Períodos

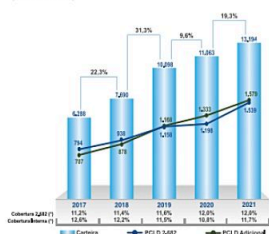
Faturamento
(Em milhões de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco permanece com a tendência de crescimento, com um aumento no faturamento de 26,1% em relação ao ano anterior.

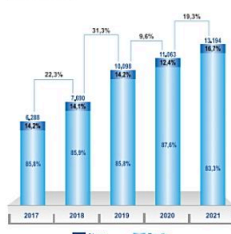
Receita
(Em milhões de Reais)

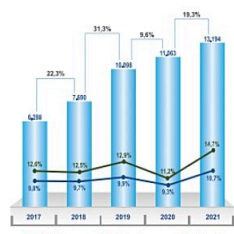
(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as Demonstrações dos Resultados.
A receita total apresentou aumento de 16% em comparação ao ano anterior. A mesma tendência de crescimento ocorreu para a receita de prestação de serviços, representando 32,9% da receita total.

Lucro antes dos impostos (LAIR)
(Em milhões de Reais)

No exercício de 2021, o LAIR aumentou 68% em comparação ao ano anterior, impactado pelo aumento da receita de intermediação financeira, apresentando a retomada dos patamares pré-pandemia.

Indicadores de Performance de Crédito

Provisão de Crédito 2.682 e Metodologia Interna
(Em milhões de Reais)

Cobertura = provisão / carteira
Por política interna do Banco, o saldo de provisão é mensalmente calculado em duas metodologias, Resolução CMN nº 2.682/99 e modelo interno, e contabilizado, sempre, o de maior cobertura. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisionamento registrado foi a metodologia da Resolução nº 2.682/99 e obteve um aumento de 18% em relação ao ano anterior, acompanhando o aumento da carteira.

Distribuição em dia e atraso sobre Carteira Total (*)
(Em milhões de Reais)

(*) Considera-se o efeito arrasto da PCLD.
A carteira em dia foi impactada com uma redução de 13%, por um maior saldo de inadimplência no último trimestre de 2021.

% acima de 30 e 90 dias de atraso (*Over* 30 e *Over* 90)
(Em milhões de Reais)

O percentual de carteira em atraso acima de 30 dias (*Over* 30) e 90 dias (*Over* 90) apresentam aumento, influenciado pelo maior número de inadimplência no último trimestre de 2021.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *CRO (Chief Risk Officer)*, avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Em 8 de fevereiro de 2019, o Banco teve deferido pela JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, onde o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

Carrefour banco

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, está estruturada à área de Riscos, responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

BANCO CSF MOBILIZADO PARA ENFRENTAR A COVID-19

O Banco mantém suas atividades operacionais, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e das demais autoridades, com intuito de garantir a continuidade dos negócios e adotando ações sobre os seguintes pilares:

Crédito & Cobrança

- Ações estratégicas de cobrança;
- Redução de despesas não essenciais;
- Ações de aquisição: ajuste nas estratégias dos canais; e
- Ações de manutenção: adaptação nas estratégias de linha de crédito.

Clientes

- Educação financeira;
- Alívio da taxa de juros e prazos;
- Direcionando clientes para acessar canais digitais; e
- Apoio ao microempreendedor através da divulgação gratuita no site Cartão Atacadão.

Liquidez & Capital

- Controle do índice de Basileia;
- Letra financeira com garantia de ativos de crédito; e
- Instrumentos de captação de longo prazo, reforçando o fluxo de caixa.

Pessoal & Operações

- Descontos exclusivos para funcionários;
- Reforço e acompanhamento nos protocolos de saúde;
- Fortalecimento das operações e atendimento ao cliente;
- Ações para garantir a entrega de cartões, senhas e faturas; e
- Trabalho remoto para funcionários e atendimento ao cliente.

AGRADECIMENTOS

O Banco agradece a todos os nossos clientes, pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	10.278	7.742
Instrumentos financeiros		3.330.942	2.703.102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	487.380
Aplicações em operações compromissadas		-	487.380
Títulos e valores mobiliários	6	496.740	358.048
Carteira própria		449.399	357.695
Vinculados a compromisso de recompra		46.972	-
Vinculados à prestação de garantias		369	353
Operações de crédito	7	2.834.202	1.857.674
Setor privado		4.333.984	3.118.121
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.499.782)	(1.260.447)
Outros créditos	8	9.593.487	8.573.395
Rendas a receber		18.878	16.549
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7	8.860.331	7.944.518
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(79.489)	(72.777)
Diversos		793.767	685.105
Outros valores e bens		102.271	74.103
Outros valores e bens		175	115
Despesas antecipadas	3.6	102.096	73.988
Ativos fiscais		270.221	216.591
Correntes		-	2.585
Diferidos	9.1	270.221	214.006
Investimento	10	43.679	-
Imobilizado de uso	11	70.529	45.947
Outras imobilizações de uso		140.860	100.088
(-) Depreciações acumuladas		(70.331)	(54.141)
Intangível	12	752.672	767.989
Ativos intangíveis		1.161.414	1.097.623
(-) Amortizações acumuladas		(408.742)	(329.634)
Total do ativo		14.174.079	12.388.869

Passivo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		8.799.591	6.994.109
Depósitos		807.001	330.142
Depósitos à vista	13.1	12.052	8.818
Depósitos a prazo	13.2	97.531	6.058
Depósitos interbancários	14	697.418	315.266
Captação no mercado aberto	15	46.800	-
Carteira própria		46.800	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	1.341.568	1.185.911
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		1.341.568	1.185.911
Relações interfinanceiras	17	6.604.222	5.478.056
Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.604.222	5.478.056
Outras obrigações		1.770.812	2.000.430
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.998	59
Sociais e estatutárias	20.4	178.501	99.252
Fiscais e previdenciárias	18.1	40.280	36.142
Diversas	18.2	1.547.033	1.864.977
Provisões	19	602.830	531.050
Passivos fiscais		139.951	46.234
Correntes	9.3	139.951	46.234
Patrimônio líquido	20	2.860.895	2.817.046
Capital		1.742.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	20.1	5.235	3.353
Reservas de lucros	20.2	1.115.073	1.074.258
Outros resultados abrangentes	20.3	(1.413)	(2.565)
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.174.079	12.388.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.142.000	2.694	1.425.259	(375)	-	2.569.578
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	348.251	348.251
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	17.412	-	(17.412)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	231.587	-	(231.587)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(99.252)	(99.252)
Aumento de capital - Incorporação de reservas	20	600.000	-	(600.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	659	-	-	-	659
Ajuste ao valor de mercado – TVM	20.3	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	275	-	275
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Mutação do exercício		600.000	659	(351.001)	(2.190)	-	247.468
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	626.318	626.318
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	31.316	-	(31.316)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	416.501	-	(416.501)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(178.501)	(178.501)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.882	-	-	-	1.882
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(287.971)	-	-	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	20.4	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)
Ajuste ao valor de mercado – TVM	20.3	-	-	-	965	-	965
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	187	-	187
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Mutação do exercício		-	1.882	40.815	1.152	-	43.849
Saldos em 30 de junho de 2021		1.742.000	4.008	884.955	(2.501)	351.764	2.980.226
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	274.554	274.554
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	31.316	-	(31.316)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	416.501	-	(416.501)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(178.501)	(178.501)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	1.227	-	-	-	1.227
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(98.668)	-	-	(98.668)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	20.4	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)
Ajuste ao valor de mercado – TVM	20.3	-	-	-	901	-	901
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	187	-	187
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Mutação do semestre		-	1.227	230.118	1.088	(351.764)	(119.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

Carrefour banco

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre de 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		1.236.154	2.297.212	1.944.193
Lucro líquido		274.554	626.318	348.251
Ajustes ao lucro líquido:		961.600	1.670.894	1.595.942
Depreciações e amortizações	11 e 12	49.127	95.304	87.588
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	911.171	1.540.843	1.468.246
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(11.514)	(16.157)	(9.647)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	(100)	(128)	(78)
Impostos diferidos		(23.266)	(57.003)	(19.508)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(15.652)	(24.323)	(12.278)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		36.223	49.973	20.445
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	4.391	11.838	6.073
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	29.827	71.999	44.248
Outras provisões		26.710	60.189	8.784
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	1.691	2.567	945
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	11	6	8	(211)
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		33	33	43
Resultado de equivalência patrimonial	10	(47.047)	(64.249)	1.292
Variação de ativos e passivos		(933.403)	(2.171.225)	(1.234.089)
(Aumento) / Redução dos ativos		(2.163.878)	(3.659.410)	(2.327.928)
Títulos e valores mobiliários		(117.353)	(113.405)	(55.124)
Operações de crédito		(1.264.131)	(2.510.659)	(1.071.826)
Comissões a receber		18.396	15.831	(1.605)
Valores a receber de sociedades ligadas		(21.985)	(1.185)	21.557
Outros créditos		(766.291)	(993.106)	(1.143.721)
Outros valores e bens		(6.576)	(28.168)	(21.988)
Impostos a compensar		6.071	3.782	(4.804)
Depósitos judiciais		(12.009)	(32.500)	(50.417)
Aumento / (Redução) das obrigações		1.230.475	1.488.185	1.093.839
Captação no mercado aberto		(65.482)	47.778	(279.967)
Captação em letras financeiras		146.263	143.095	(7.492)
Depósitos interfinanceiros		498.685	393.163	297.355
Depósitos a prazo		84.064	91.341	1.706
Impostos e contribuições a pagar		120.308	309.534	52.522
Obrigações com pessoal		(1.304)	(19.852)	(9.649)
Depósitos à vista		1.442	3.234	1.403
Valores a pagar a sociedades ligadas		(493.659)	(277.482)	543.437
Contas a pagar		1.098.349	1.066.122	708.426
Realização de contingências cíveis e trabalhistas		(6.326)	(12.057)	(18.173)
Resultado de exercícios futuros		-	-	(780)
Passivo fiscal diferido		-	-	(2)
Impostos pagos		(122.016)	(207.425)	(159.550)
Juros pagos		(29.849)	(49.266)	(35.397)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		302.751	125.987	710.104
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso	11	(30.373)	(40.786)	(15.487)
Alienação de imobilizado de uso	11	-	-	297
Aquisição de intangível	12	(48.286)	(63.791)	(43.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(78.659)	(104.577)	(58.851)
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	37.1	(98.668)	(387.223)	(160.612)
Juros sobre capital próprio pagos	37.1	(119.031)	(119.031)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(217.699)	(506.254)	(160.612)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		6.393	(484.844)	490.641
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	3.885	495.122	4.481
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	4	10.278	10.278	495.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2º semestre de 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		1.450.680	2.719.318	2.367.265
Operações de crédito	21	1.434.127	2.694.031	2.352.320
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	16.553	25.287	14.945
Despesas da intermediação financeira		(56.658)	(77.727)	(50.819)
Operações de captação no mercado	23	(56.658)	(77.727)	(50.819)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.394.022	2.641.591	2.316.446
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	(911.171)	(1.540.843)	(1.468.246)
Outras receitas (despesas) operacionais		(98.959)	(122.500)	(266.675)
Receitas de prestação de serviços	24	699.865	1.419.157	1.245.842
Despesas de pessoal	25	(99.755)	(175.083)	(198.553)
Outras despesas administrativas	26	(547.629)	(1.065.770)	(970.255)
Despesas tributárias	27	(124.127)	(233.306)	(196.672)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	47.047	64.249	(1.292)
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis, trabalhistas	19.2.2	(4.391)	(11.838)	(6.073)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(6)	(9)	(249)
Outras receitas operacionais	28	82.193	171.901	101.817
Outras despesas operacionais	29	(152.156)	(291.801)	(241.240)
Resultado operacional		383.892	978.248	581.525
Outras receitas (despesas) não operacionais		-	-	442
Resultado não operacional		-	-	442
Resultado antes da tributação sobre o lucro		383.892	978.248	581.967
Imposto de renda e contribuição social	30	(109.338)	(351.930)	(233.716)
Provisão para imposto de renda corrente		(62.112)	(214.820)	(142.232)
Provisão para contribuição social corrente		(70.492)	(194.113)	(110.992)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		23.377	31.668	9.358
Ativo fiscal diferido para contribuição social		(111)	25.335	10.150
Lucro líquido		274.554	626.318	348.251
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R$)		0,25	0,56	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2021	Exercício 31/12/2021	Exercício 31/12/2020
Lucro líquido	274.554	626.318	348.251
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado do semestre / exercício:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	901	965	(2.465)
Variação de valor justo – TVM	1.638	1.753	(4.482)
Impostos diferidos – TVM	(737)	(788)	2.017
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício:			
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	187	187	275
Total do resultado abrangente	275.642	627.470	346.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour e Atacadão, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Circular BACEN nº 4.011/20, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor justo, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor de mercado – TVM", líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos e dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada.

3.9. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

3.12. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras.

3.13. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

a) As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.

b) Para as demais ações cíveis, é realizado expurgos das ações com risco baixo ou inexistente de desembolso, para as demais, o Banco adota a metodologia de média móvel, calculada, levando em consideração as perdas efetivas dos últimos 12 meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período, sobre esse valor é aplicado um percentual que pode variar de 30% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

c) A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 5% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 35% a 100%.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.15. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.424/15, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.16. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mil no mês, e contribuição social 15%, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, 20%, de março de 2020 até junho de 2021 e 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, e 1º de janeiro de 2022, a alíquota volta a ser 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019, a PEC 06/2019 dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos (inciso I, do parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001), que passou a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183/21, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até dezembro de 2021 (Lei nº 14.183/21 - Inciso II - 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001).

3.17. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.18. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. Isso inclui as expectativas de deterioração que podem ser causadas pela COVID-19.

3.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.20. Resultados não recorrentes

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e em conexão com os conceitos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

i. não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
ii. não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
iii. estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off*; e
iv. para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	10.278	7.742
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	487.380
Total	10.278	495.122

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas	-	487.380
Total	-	487.380

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de ser negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

	31/12/2021				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado		
Descrição			Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i):					
Carteira livre	451.861	(2.462)	-	449.399	449.399
Vinculados a operações compromissadas	47.240	(268)	46.972	-	46.972
Vinculados a garantias	370	(1)	-	369	369
Total	499.471	(2.731)	46.972	449.768	496.740

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

	31/12/2020				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado		
Descrição			Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i):					
Carteira livre	362.176	(4.481)	-	357.695	357.695
Vinculados a garantias	354	(1)	-	353	353
Total	362.530	(4.482)	-	358.048	358.048

(i) As operações são classificadas como Nível 1.

O valor de mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e a perda não realizada para estes títulos no exercício foi de R$ 2.731 (31/12/2020: R$ 4.482), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R$ 1.502 (31/12/2020: R$ 2.465), líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	4.333.984	3.118.121
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	8.860.331	7.944.518
Total da carteira	13.194.315	11.062.639
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.499.782)	(1.260.447)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento	(79.489)	(72.777)
Total da carteira líquida de provisão	11.615.044	9.729.415

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros), nota explicativa nº 8.

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

	31/12/2021								
	Operações em Curso Anormal								
Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas									
01 a 30	-	51.087	27.378	2.757	1.651	1.297	834	14.275	99.279
31 a 60	-	21.321	14.234	1.190	553	425	267	4.815	42.805
61 a 90	-	14.323	10.555	884	365	263	175	3.034	29.599
91 a 180	-	30.258	23.638	1.903	728	539	351	5.782	63.199
181 a 365	-	28.133	21.604	1.696	641	506	316	4.767	57.663
Acima de 365	-	11.472	10.195	877	318	295	216	2.847	26.220
Vencidas									
01 a 14	-	774	552	190	114	70	63	569	2.332
15 a 30	-	111.246	708	299	208	96	76	2.978	115.611
31 a 60	-	-	170.958	1.290	504	284	143	12.505	185.684
61 a 90	-	-	-	205.889	1.735	701	323	14.905	223.553
91 a 180	-	-	-	-	183.787	171.852	141.124	41.330	538.093
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	846.114	846.114
Subtotal	-	268.614	279.822	216.975	190.604	176.328	143.888	953.921	2.230.152
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(2.686)	(8.395)	(21.698)	(57.181)	(88.163)	(100.722)	(953.921)	(1.232.766)

	31/12/2021								
	Operações em Curso Normal (*)								
Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas									
01 a 30	4.446.389	9	1	10.879	15.109	4.269	2.817	18.318	4.497.791
31 a 60	1.539.067	4	1	8.587	12.478	3.415	2.352	14.525	1.580.429
61 a 90	938.084	3	5	7.233	10.718	3.145	2.055	12.969	974.212
91 a 180	1.708.736	9	3	18.183	28.230	8.119	5.320	32.574	1.801.174
181 a 365	1.267.483	9	4	24.093	37.156	12.334	7.898	43.557	1.392.534
Acima de 365	396.335	-	1	25.264	29.844	18.923	12.445	74.289	557.101
Vencidas até 14 dias	160.377	-	-	83	105	14	22	321	160.922
Subtotal	10.456.471	34	15	94.322	133.640	50.219	32.909	196.553	10.964.163
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(52.282)	-	-	(9.432)	(40.092)	(25.110)	(23.036)	(196.553)	(346.505)
Total da carteira	10.456.471	268.648	279.837	311.297	324.244	226.547	176.797	1.150.474	13.194.315
Total da provisão	(52.282)	(2.686)	(8.395)	(31.130)	(97.273)	(113.273)	(123.758)	(1.150.474)	(1.579.271)

	31/12/2020								
	Operações em Curso Anormal								
Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas									
01 a 30	-	26.938	10.865	1.491	780	652	582	13.444	54.752
31 a 60	-	10.738	5.756	689	239	208	189	4.440	22.259
61 a 90	-	7.219	4.383	537	164	137	125	2.807	15.372
91 a 180	-	15.528	10.235	1.178	325	270	249	5.396	33.181
181 a 365	-	14.376	9.485	1.027	287	236	212	4.183	29.806
Acima de 365	-	6.069	4.418	593	152	123	148	2.060	13.563
Vencidas									
01 a 14	-	356	223	75	34	32	32	345	1.097
15 a 30	-	52.041	221	118	61	41	52	1.771	54.305
31 a 60	-	-	63.411	379	157	72	67	10.147	74.233
61 a 90	-	-	-	69.243	467	121	64	10.974	80.869
91 a 180	-	-	-	-	73.504	69.694	70.234	25.636	239.068
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	779.262	779.262
Subtotal	-	133.265	108.997	75.330	76.170	71.586	71.954	860.465	1.397.767
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(1.333)	(3.270)	(7.533)	(22.851)	(35.793)	(50.366)	(860.465)	(981.611)

	31/12/2020								
	Operações em Curso Normal (*)								
Prazo	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas									
01 a 30	3.897.433	8	4	8.841	16.505	4.856	3.313	27.153	3.958.113
31 a 60	1.323.051	4	2	7.193	13.891	3.801	2.629	18.970	1.369.541
61 a 90	819.948	3	1	6.053	12.261	3.438	2.191	15.418	859.313
91 a 180	1.520.321	9	3	15.335	30.858	9.586	5.584	34.697	1.616.393
181 a 365	1.114.270	12	7	21.765	36.648	14.739	8.446	39.663	1.235.550
Acima de 365	357.561	2	10	25.738	37.850	28.319	15.717	57.973	523.170
Vencidas até 14 dias	102.417	-	-	56	48	15	10	246	102.792
Subtotal	9.135.001	38	27	84.981	148.061	64.754	37.890	194.120	9.664.872
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(45.675)	-	(1)	(8.498)	(44.419)	(32.377)	(26.523)	(194.120)	(351.613)
Total da carteira	9.135.001	133.303	109.024	160.311	224.231	136.340	109.844	1.054.585	11.062.639
Total da provisão	(45.675)	(1.333)	(3.271)	(16.031)	(67.270)	(68.170)	(76.889)	(1.054.585)	(1.333.224)

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

A Administração do Banco apura a provisão adicional para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos com base na estimativa de perda sobre a carteira na data-base, baseado em comportamento histórico das rolagens da carteira. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve montantes adicionais de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos.

7.3. Por nível de concentração

	31/12/2021			31/12/2020		
Maiores devedores	Valor	%	Provisão	Valor	%	Provisão
10 maiores clientes	1.634	0,01%	(1.634)	1.633	0,01%	(1.633)
50 seguintes maiores clientes	3.943	0,03%	(3.943)	4.051	0,04%	(4.051)
100 seguintes maiores clientes	6.556	0,05%	(6.556)	6.250	0,06%	(6.250)
Demais clientes	13.182.182	99,91%	(1.567.138)	11.050.705	99,89%	(1.321.290)
Subtotal da carteira e provisão	13.194.315	100,00%	(1.579.271)	11.062.639	100,00%	(1.333.224)

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(1.333.224)	(1.167.941)
Constituição	(2.110.756)	(1.785.795)
Reversão	569.913	317.549
Baixa para prejuízo	1.294.796	1.302.963
Saldo final	(1.579.271)	(1.333.224)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de créditos recuperados foi de R$ 130.126 (31/12/2020: R$ 167.269) e os créditos renegociados totalizaram R$ 1.241.358 (31/12/2020: R$ 1.452.410).

8. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	18.878	-	18.878	16.549	-	16.549
Valores a receber relativos a transações de pagamento (nota 7) (i)	8.643.555	216.776	8.860.331	7.716.821	227.697	7.944.518
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento (nota 7)	(77.619)	(1.870)	(79.489)	(70.913)	(1.864)	(72.777)
Diversos:	776.162	17.605	793.767	665.516	19.589	685.105
Adiantamentos e antecipações salariais	929	-	929	882	-	882
Devedores por depósitos em garantia (ii)	557.349	17.605	574.954	506.709	19.589	526.298
Impostos a compensar	2.762	-	2.762	3.043	-	3.043
Outros valores a receber	1	-	1	3	-	3
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	94.556	-	94.556	93.371	-	93.371
Devedores diversos no país (iii)	120.565	-	120.565	61.508	-	61.508
Total	9.360.976	232.511	9.593.487	8.327.973	245.422	8.573.395

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

(ii) Referem-se, substancialmente, aos depósitos judiciais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no montante de R$ 557.349 (31/12/2020: R$ 506.709), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R$ 5.887 (31/12/2020: R$ 5.818), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R$ 2.744 (31/12/2020: R$ 3.814), outros depósitos judiciais, referentes a processos cíveis no montante de R$ 7.751 (31/12/2020: R$ 8.762).

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber de incentivo pelo incremento de vendas nos cartões bandeirados, no montante de R$ 59.925 (31/12/2020: R$ 49.942), recebimento de clientes em trânsito, no montante de R$ 1.785 (31/12/2020: R$ 1.363), valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R$ 1.293 (31/12/2020: R$ 1.244) e saques em redes credenciadas, no montante de R$ 1.072 (31/12/2020: R$ 3.769).

(Continua...)

Banco CSF S.A.

Carrefour banco

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos fiscais de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 270.221 (31/12/2020: R$ 214.006), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais

	31/12/2021					
	IR			CS		
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	62.336	31.909	94.245	49.869	25.528	75.397
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.795	(8)	8.787	7.035	(7)	7.028
Provisão para contingências tributárias	36.241	4.498	40.739	28.993	3.599	32.592
Provisão para perdas operacionais	5.216	(4.677)	539	4.173	(3.742)	431
Provisão para contingências cíveis	3.654	(139)	3.515	2.923	(111)	2.812
Provisão para contingências trabalhistas	1.530	85	1.615	1.224	68	1.292
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários	1.121	(438)	683	896	(350)	546
Total	118.893	31.230	150.123	95.113	24.985	120.098

	31/12/2020					
	IR			CS		
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (i)	57.909	4.427	62.336	44.016	5.853	49.869
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	6.928	1.867	8.795	5.395	1.640	7.035
Provisão para contingências tributárias	33.718	2.523	36.241	26.974	2.019	28.993
Provisão para perdas operacionais	1.650	3.566	5.216	1.265	2.908	4.173
Provisão para contingências cíveis	6.779	(3.125)	3.654	5.294	(2.371)	2.923
Provisão para contingências trabalhistas	1.430	100	1.530	1.123	101	1.224
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários	2	1.119	1.121	2	894	896
Total	108.416	10.477	118.893	84.069	11.044	95.113

(i) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2021 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

	Período de realização					
Imposto de renda e contribuição social	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valor nominal	265.139	4.488	493	-	101	270.221
Valor presente	235.864	3.704	390	-	76	240.034

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais estão compostos como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para imposto de renda	68.417	-	68.417	21.811	-	21.811
Provisão para contribuição social	71.534	-	71.534	24.423	-	24.423
Total	139.951	-	139.951	46.234	-	46.234

10. INVESTIMENTO

	31/12/2021				
No País	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (i)	100%	43.679	64.249	43.679	64.249

(i) No exercício de 2021, a Corretora de Seguros EIRELI distribuiu dividendos no valor de R$ 18.680 para o Banco.

	31/12/2020				
No País	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Valor do Investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (i)	100%	(1.889)	(1.292)	(1.889)	(1.292)

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de investimento da Controladora estava registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas".

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado

		31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depre-ciação	Valor contábil	Custo	Depre-ciação	Valor contábil
Instalações	10%	11.794	(4.597)	7.197	11.753	(3.458)	8.295
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	5.692	(2.451)	3.241	5.464	(1.881)	3.583
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.770	(1.537)	233	1.689	(1.401)	288
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	121.073	(61.342)	59.731	80.651	(47.076)	33.575
Sistema de segurança	20%	531	(404)	127	531	(325)	206
Total		140.860	(70.331)	70.529	100.088	(54.141)	45.947

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

		Custo		Depreciação		
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Instalações	8.295	41	-	(1.140)	-	7.196
Móveis e equipamentos de uso	3.583	233	(6)	(572)	4	3.242
Sistema de comunicação	288	82	-	(136)	-	234
Sistema de processamento de dados	33.575	40.430	(8)	(14.269)	2	59.730
Sistema de segurança	206	-	-	(79)	-	127
Total	45.947	40.786	(14)	(16.196)	6	70.529

		Custo		Depreciação		
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Instalações	8.165	1.309	-	(1.179)	-	8.295
Móveis e equipamentos de uso	4.130	138	(98)	(642)	55	3.583
Sistema de comunicação	372	54	(1)	(138)	1	288
Sistema de processamento de dados	29.836	13.965	(284)	(10.183)	241	33.575
Sistema de segurança	266	21	-	(81)	-	206
Total	42.769	15.487	(383)	(12.223)	297	45.947

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível

		31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amorti-zação	Valor contábil	Custo	Amorti-zação	Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	292.366	(141.176)	151.190	251.954	(115.582)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	44.048	-	44.048	20.669	-	20.669
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(267.566)	557.434	825.000	(214.052)	610.948
Total		1.161.414	(408.742)	752.672	1.097.623	(329.634)	767.989

12.2. Movimentação do ativo intangível

	Custo				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de amortização	Saldo em 31/12/2021
Softwares e sistemas desenvolvidos	136.372	9.535	30.877	(25.595)	151.189
Softwares e sistemas em desenvolvimento	20.669	54.256	(30.877)	-	44.048
Direito de exclusividade	610.948	-	-	(53.513)	557.435
Total	767.989	63.791	-	(79.108)	752.672

	Custo				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Transferência para utilização	Despesa de amortização	Saldo em 31/12/2020
Softwares e sistemas desenvolvidos	121.841	15.887	20.496	(21.852)	136.372
Softwares e sistemas em desenvolvimento	13.391	27.774	(20.496)	-	20.669
Direito de exclusividade	664.461	-	-	(53.513)	610.948
Total	799.693	43.661	-	(75.365)	767.989

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R$ 12.052 (31/12/2020: R$ 8.818).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB – Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretora, à taxa média de juros pós-fixada é de 101,00% do DI, nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 3 meses	1.605	-
De 3 a 12 meses	174	3.361
De 1 a 3 anos	95.752	2.697
Total	97.531	6.058

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa DI + 0,85% a.a. (31/12/2020: 116,75% do DI). As captações na modalidade DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas à taxa DI + 1,00% a.a. (31/12/2020: DI + 1,00% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Até 3 meses	423.678	264.805
De 3 a 12 meses	273.740	-
De 1 a 3 anos	-	50.461
Total	697.418	315.266

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2021, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa de 9,15% a.a. (SELIC) e estão compostas como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (até 90 dias)	46.800	-
Total	46.800	-

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
22/10/2019	Letras Financeiras	30/10/2023	DI+0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 112.500
05/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	05/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
13/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	15/05/2023	DI+1,10% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
18/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	02/06/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
19/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/05/2023	DI+1,15% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 100.000
20/05/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	19/07/2023	DI+1,20% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
23/06/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/06/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 100.000
29/07/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	29/07/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 52.000
23/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/09/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 8.000
28/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	30/04/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 50.000
29/09/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	10/10/2024	DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 40.000
22/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	23/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 116.000
24/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	24/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 150.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	27/11/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 25.000
25/11/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	25/11/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 25.000
01/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	01/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 50.000
01/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	02/12/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 50.000
02/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	03/12/2024	DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 25.000
09/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 29.000
10/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 8.500
10/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	11/12/2023	109% do DI	Principal e juros na data do vencimento	R$ 9.000
13/12/2021	Letras Financeiras Garantidas	02/12/2022	SELIC+0,75% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 113.700
14/12/2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	14/12/2023	DI+1,00% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 12.500

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas "*pro rata*" dia.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as letras financeiras estão compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
De 3 a 12 meses	114.297	684.478
De 1 a 3 anos	1.227.271	388.571
De 3 a 5 anos	-	112.862
Total	1.341.568	1.185.911

17. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6.594.841	9.381	6.604.222	5.475.693	2.363	5.478.056
Total	6.594.841	9.381	6.604.222	5.475.693	2.363	5.478.056

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av, Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.821	-	2.821	3.055	-	3.055
Impostos e contribuições sobre salários	11.885	2.469	14.354	11.807	1.629	13.436
PIS	2.671	-	2.671	2.039	-	2.039
COFINS	16.438	-	16.438	12.550	-	12.550
ISS	2.376	-	2.376	4.358	-	4.358
IRRF	1.620	-	1.620	704	-	704
Total	37.811	2.469	40.280	34.513	1.629	36.142

18.2. Diversas

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Provisão para despesas de pessoal	45.320	3.072	48.392	47.398	2.705	50.103
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	31.012	-	31.012	31.428	-	31.428
Obrigações por transações de pagamento (ii)	242.906	170.558	413.464	462.850	204.498	667.348
Credores diversos - País (iii)	1.016.486	37.679	1.054.165	1.089.085	27.013	1.116.098
Total	1.335.724	211.309	1.547.033	1.630.761	234.216	1.864.977

(i) Referem-se, substancialmente, a pagamentos por serviços prestados no montante de R$ 20.127 (31/12/2020: R$ 20.893), incentivo de venda no montante de R$ 6.364 (31/12/2020: R$ 6.981).

(ii) Referem-se a repasses de valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Magazine Luiza.

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda., no montante de R$ 881.010 (31/12/2020: R$ 967.598) e contas a pagar a fornecedores no montante de R$ 115.263 (31/12/2020: R$ 87.506).

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

19.1. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.14. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
CSLL - Adicional 6%	582.053	-	582.053	510.063	-	510.063
Provisões para riscos fiscais	582.053	-	582.053	510.063	-	510.063
Provisões para contingências cíveis	9.220	4.841	14.061	8.725	5.892	14.617
Provisões para contingências trabalhistas	3.859	2.599	6.458	3.659	2.462	6.121
Outras provisões (i)	258	-	258	249	-	249
Total	595.390	7.440	602.830	522.696	8.354	531.050

(i) Refere-se à multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

	31/12/2021				
Descrição	**Fiscais**	**Cíveis (i)**	**Trabalhistas (i)**	**Outras provisões**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050
Constituição	54.003	20.188	4.416	9	78.616
Atualização monetária	17.987	188	395	-	18.570
Reversão	-	(10.400)	(2.949)	-	(13.349)
Realização	-	(10.532)	(1.525)	-	(12.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830

	31/12/2020				
Descrição	**Fiscais**	**Cíveis (i)**	**Trabalhistas (i)**	**Outras provisões**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	466.064	27.119	5.719	-	498.902
Constituição	34.316	25.049	4.395	249	64.009
Atualização monetária	9.683	221	416	-	10.320
Reversão	-	(21.381)	(2.627)	-	(24.008)
Realização	-	(16.391)	(1.782)	-	(18.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	**Fiscais (i)**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Outras provisões**
Até 1 ano	582.053	9.220	3.859	258
De 1 a 3 anos	-	4.841	2.599	-
Total	582.053	14.061	6.458	258

(i) O Banco questiona judicialmente a legalidade da Lei nº 11.727/08, que majorou a alíquota da CSLL de 9% para 15%, realizando mensalmente o depósito judicial, equivalente à majoração (6%). Em 15/06/2020, foi publicada decisão do STF nas ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, ADI's 4.101 e 5.485, julgando constitucional a majoração das alíquotas de CSLL para as instituições financeiras. A aplicação dessa decisão não é automática aos demais casos, devendo ser proferida uma decisão específica na ação do Banco.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 37.804 (31/12/2020: R$ 3.532), que se refere, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 1.944 (31/12/2020: R$ 4.771).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com a Lei nº 6.404/76, foi aprovado pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, o aumento de capital, no montante de R$ 600.000, mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. Tal aumento foi aprovado pelo BACEN em 20 de julho de 2020.

O valor do capital social no exercício é de R$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício *(vesting)*; e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado *(non-market vesting conditions)*.

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas [1]	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções [2]	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70

[1] Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

[2] As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:
-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:
(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance *Stock Options 2019*("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:
- **Elegibilidade**: os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis**: 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções**: até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima**: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:
- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções, conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções [2]	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	21,98

[1] Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

[2] As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance Shares Local 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:
- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting;*
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções / ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e
- **Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:
- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return);*
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa;
- Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções [2]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

[1] Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020.

[2] As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Período de exercício das opções [2]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

[1] Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de novembro de 2021.

[2] As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions)* não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period).*

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	**Plano Regular 19**
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	**Plano Regular 20**
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	128.178	90.420
Opções / ações concedidas até 31 de dezembro de 2021	-	28.818
Opções / ações canceladas até 31 de dezembro de 2021	(12.000)	-
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	116.178	119.238

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour banco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Descrição dos planos de remuneração de ações

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21
Data da outorga [1]	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019
Data do *vesting* [2]	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) [3]	14,32	13,05	11,85

[1] Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

[2] As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

[3] Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Regular 21
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020	-
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2021	23.500
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2021	23.500

Não houve movimentações nas ações outorgadas dos Planos Grupo 19 e Grupo 20, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Descrição	31/12/2021
Plano Grupo 19	9.900
Plano Grupo 20	12.549
Plano Grupo 21 (*)	23.500

(*) Para Plano Grupo 21, consideram-se ações pendentes na data de outorga.

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.567 (31/12/2020: R$ 945).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Legal	218.712	187.396
Estatutárias	896.361	886.862
Reserva de lucros	1.115.073	1.074.258

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado – TVM	(1.502)	(2.467)
Benefícios pós-emprego	89	(98)
Total	(1.413)	(2.565)

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal.

	31/12/2021	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2020 (i)	99.252	0,08904
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i)	189.303	0,16983
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	98.668	0,08852
Juros sobre capital próprio (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	119.031	0,10679
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	506.254	0,45417
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2021 (iii)	178.501	0,16014
Total de dividendos a pagar	178.501	0,16014

(i) Na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, o Banco liquidou dividendos no montante de R$ 288.555.

(ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 9 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 217.699.

(iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R$ 178.501 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021, registrados no passivo circulante.

	31/12/2020	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	160.612	0,17779
Total de dividendos pagos	160.612	0,17779
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (ii)	99.252	0,08904
Total de dividendos a pagar	99.252	0,08904

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, o Banco liquidou dividendos no montante de R$ 160.612.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R$ 99.252 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

21. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de empréstimos	2.219.248	1.836.144
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - renegociação (i)	474.783	516.176
Total	2.694.031	2.352.320

(i) Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas cessões da carteira em prejuízo, impactando o resultado em R$ 112.560 (31/12/2020: R$ 75.067), o montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R$ 361.924 (31/12/2020: R$ 440.747) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R$ 299 (31/12/2020: R$ 362).

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	17.951	8.796
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	7.336	6.149
Total	25.287	14.945

23. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de letras financeiras	(62.980)	(33.800)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(12.247)	(15.050)
Despesas de depósitos a prazo	(1.505)	(159)
Despesas de operações compromissadas	(995)	(1.810)
Total	(77.727)	(50.819)

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de tarifa bancária (i)	581.765	489.598
Rendas de intercâmbio (ii)	501.902	374.614
Tarifa de pacote SMS	100.676	87.939
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	92.119	173.322
Serviços prestados a ligadas (iii)	74.498	63.985
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	57.780	55.740
Outros serviços (iv)	10.417	644
Total	1.419.157	1.245.842

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R$ 581.398 (31/12/2020: R$ 488.986).

(ii) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour e Cartão Atacadão, emitidos pelo Banco.

(iv) Referem-se, substancialmente, às rendas com taxa de adesão para uso do serviço de subadquirência.

25. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(107.403)	(134.618)
Encargos sociais	(41.101)	(41.523)
Benefícios	(24.844)	(21.557)
Treinamento	(1.735)	(855)
Total	(175.083)	(198.553)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com serviços de terceiros (i)	(356.665)	(348.199)
Despesas de processamento de dados (ii)	(249.844)	(204.671)
Despesas de depreciação e amortização	(95.304)	(87.588)
Despesas de propaganda e publicidade	(90.107)	(69.398)
Despesas de comunicações	(76.974)	(83.923)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(60.881)	(61.188)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(39.652)	(48.604)
Despesas de aluguéis	(39.140)	(33.933)
Despesas com materiais	(18.455)	(13.473)
Despesas com honorários administrativos	(13.668)	(3.011)
Despesas com filantropias	(12.415)	(3.976)
Outras (iv)	(12.665)	(12.291)
Total	(1.065.770)	(970.255)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R$ 206.876 (31/12/2020: R$ 191.294) e serviços de cobrança no montante de R$ 138.609 (31/12/2020: R$ 153.407).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(155.728)	(133.590)
ISS	(31.249)	(30.114)
PIS	(25.306)	(21.708)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2)	(17.987)	(9.683)
Outras	(3.036)	(1.577)
Total	(233.306)	(196.672)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Incentivo de vendas recebido das bandeiras	59.287	65.648
Reversão de provisão de riscos operacionais	27.221	1.855
Incentivos por renovação contratual	20.104	-
Recuperação de custos de comissões de seguros	17.885	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.157	9.647
Participação nos lucros com venda de seguros (i)	22.481	13.554
Variação cambial ativa	4.609	5.250
Outras rendas operacionais (ii)	4.029	5.785
Atualização monetária de impostos a compensar	128	78
Total	171.901	101.817

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por cumprimento de metas de seguros.

(ii) Referem-se, substancialmente, à reversão de provisão de ISS pela Lei Complementar nº 157/18 no montante de R$ 2.242 (31/12/2020: R$ 0), receita com descontos obtidos no montante de R$ 401 (31/12/2020: R$ 1.215) e reversão de provisão de multa - Procon no montante de R$ 76 (31/12/2020: R$ 2.080).

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Intercâmbio nacional e internacional (i)	(174.983)	(136.405)
Bonificações	(59.228)	(54.338)
Despesas com fraudes	(21.160)	(12.175)
Perdas operacionais	(15.000)	(9.452)
Provisão para crédito em confiança	(8.510)	(15.683)
Incentivos de vendas	(6.364)	(6.981)
Outras (ii)	(6.556)	(6.206)
Total	(291.801)	(241.240)

(i) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(ii) Referem-se, substancialmente, à variação cambial passiva no montante de R$ 3.172 (31/12/2020: R$ 3.207) e tarifas cobradas pelos adquirentes, sobre as operações de recebimento de fatura no montante de R$ 1.151 (31/12/2020: R$ 786).

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	978.248	978.248		581.967	581.967	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(244.562)	(244.563)	(489.125)	(145.492)	(116.393)	(261.885)
Efeito tributário da alíquota da CSLL – Emenda constitucional nº 103/2019	-	24.572	24.572	-	9.794	9.794
Ajuste de IRPJ e CSLL	-	-	-	9	466	475
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:						
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	12.570	12.776	25.346	(3.003)	(2.269)	(5.272)
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.752	3.752	7.504	2.270	1.816	4.086
PLR dos estatutários	(1.364)	-	(1.364)	(33)	(26)	(59)
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	8.667	8.667	17.334	9.484	7.587	17.071
Perdas operacionais	(3.740)	(3.740)	(7.480)	(2.270)	(1.817)	(4.087)
Juros sobre capital próprio	29.758	29.758	59.516	-	-	-
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	11.743	-	11.743	6.137	-	6.137
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	-	24	24	-	24
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(183.152)	(168.778)	(351.930)	(132.874)	(100.842)	(233.716)
IRPJ e CSLL correntes	(214.820)	(194.113)	(408.933)	(142.232)	(110.992)	(253.224)
IRPJ e CSLL diferidos	31.668	25.335	57.003	9.358	10.150	19.508
Total do imposto de renda e contribuição social	(183.152)	(168.778)	(351.930)	(132.874)	(100.842)	(233.716)

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09.

Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- BSF Holding S.A., controladora direta do Banco;
- Carrefour Comércio e Indústria Ltda., controlador indireto do Banco;
- Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., empresas ligadas;
- Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A., outras partes relacionadas; e
- CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI, controlada do Banco.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo) 31/12/2021	Ativo / (Passivo) 31/12/2020	Receitas / (Despesas) 31/12/2021	Receitas / (Despesas) 31/12/2020
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito	-	16	-	-
Desconto de campanhas	1.001	841	-	-
Valores a receber (i)	40.987	43.479	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	265	290	-	-
Valores a receber - *E-commerce*	9	13	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.208	3.755	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(11.523)	(13.660)	(109.643)	(109.352)
Repasses de valores e comissões (iii)	(239.176)	(536.801)	48.064	41.525
Aluguéis a pagar	(776)	(710)	(12.605)	(11.513)
Despesas administrativas (iv)	-	-	(123)	274
Outras despesas operacionais	-	-	(29.608)	(8.750)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	1.140	1.234	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(368)	(371)	(4.466)	(3.943)
Repasses de valores e comissões (iii)	(1.332)	(13.797)	958	1.022
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	312	933	-	-
Valores a receber (i)	40.582	39.436	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.020	3.374	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(8.283)	(6.916)	(98.941)	(84.802)
Repasses de valores e comissões (iii)	(69.049)	(68.437)	25.178	21.427
Aluguéis a pagar	(719)	(522)	(10.742)	(8.368)
Direito de exclusividade	557.434	610.948	(53.513)	(53.511)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	(423.678)	-	(6.884)	(3.492)
Operações compromissadas	(46.800)	-	428	(200)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	(2.220)	(2.147)	(95)	(66)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	(178.501)	(99.252)	-	-
Certificado de depósito bancário	(35.538)	(1.585)	(24)	(38)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	81	-	580	98
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI				
Valores a receber - comissões	2.032	-	17.885	-
Dividendos a receber	18.680	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(59.303)	(2.298)	(1.373)	(54)

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour e Atacadão.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

(iv) Refere-se à reversão de despesa administrativa.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	13.668	10.611
Pagamento baseado em instrumentos de capital	5.235	3.353
Contribuição aos planos de aposentadoria	257	191
Total	19.160	14.155

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante da despesa dessa contribuição foi de R$ 2.495 (31/12/2020: R$ 2.367) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R$ 320 (31/12/2020: R$ 475).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido contábil	626.318	348.251
Eventos não recorrentes	4	17
Resultado por baixa e/ou venda de ativos (i)	4	17
Lucro líquido recorrente	626.322	348.268

(i) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social.

34. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2021 Valor justo	31/12/2021 Nível 1	31/12/2020 Valor justo	31/12/2020 Nível 1
Ativos financeiros disponíveis para venda	496.740	496.740	358.048	358.048
Títulos públicos	496.740	496.740	358.048	358.048

Nível 1: Para os títulos públicos, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Descrição	31/12/2021 Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (a)	10.278	10.278	10.278	-
Instrumentos financeiros e outros créditos (b)	12.427.689	11.065.516	812.645	10.252.871
Passivos financeiros	8.799.591	8.541.638	8.541.638	-
Captações no mercado aberto (a)	46.800	46.800	46.800	-
Depósitos (c)	807.001	805.742	805.742	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.341.568	1.131.674	1.131.674	-
Relações interfinanceiras (a)	6.604.222	6.604.222	6.604.222	-
Outros passivos (d)	1.770.812	1.770.812	1.770.812	-

Descrição	31/12/2020 Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (a)	7.742	7.742	7.742	-
Instrumentos financeiros e outros créditos (b)	10.431.069	10.036.372	701.654	9.334.718
Passivos financeiros	6.994.109	6.990.537	6.990.537	-
Depósitos (c)	330.142	331.545	331.545	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.185.911	1.180.936	1.180.936	-
Relações interfinanceiras (a)	5.478.056	5.478.056	5.478.056	-
Outros passivos (d)	2.000.430	2.000.430	2.000.430	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras -** Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

b) **Instrumentos financeiros e outros créditos**

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

c) **Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos -** O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

d) **Outros passivos -** O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

O Banco atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Credito, Comitê de Riscos e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

Ativos (31/12/2021)	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	496.740	46.972	-	-	449.768	496.740
Operações de crédito	13.194.315	9.296.422	3.314.572	583.321	-	13.194.315
(-) Provisão para perda esperada	(1.579.271)	(1.408.848)	(127.784)	(42.639)	-	(1.579.271)
Total	12.111.784	7.934.546	3.186.788	540.682	449.768	12.111.784

Passivos (31/12/2021)	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	807.001	437.335	273.914	95.752	-	807.001
Captação no mercado aberto (i)	46.800	46.800	-	-	-	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	1.341.568	-	114.297	1.227.271	-	1.341.568
Relações interfinanceiras	6.604.222	5.313.586	1.281.255	9.381	-	6.604.222
Total	8.799.591	5.797.721	1.669.466	1.332.404	-	8.799.591

(i) Os vencimentos e rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.

(ii) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

Ativos (31/12/2020)	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	487.380	487.380	-	-	-	487.380
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	358.048	-	-	-	358.048	358.048
Operações de crédito	11.062.639	7.610.976	2.914.930	536.733	-	11.062.639
(-) Provisão para perda esperada	(1.333.224)	(1.086.922)	(144.928)	(101.374)	-	(1.333.224)
Total	10.574.843	7.011.434	2.770.002	435.359	358.048	10.574.843

Passivos (31/12/2020)	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	330.142	273.623	3.361	53.158	-	330.142
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	1.185.911	-	684.478	388.571	112.862	1.185.911
Relações interfinanceiras	5.478.056	4.398.895	1.076.799	2.362	-	5.478.056
Total	6.994.109	4.672.518	1.764.638	444.091	112.862	6.994.109

(i) Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado e risco de taxas de juros da Carteira *Banking* (IRRBB - Risco de mercado) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para estas possibilidades temos duas subdefinições:

I. o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e

II. o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias *(commodities)*, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2040, que compõe o "Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM)", em cumprimento às exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 e da Circular BACEN nº 3.687/13.

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos Cartões Carrefour e Atacadão. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas práticas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria e uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao ALCO e CIR indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, vide nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

I. Fraude interna;
II. Fraude externa;
III. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
IV. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
V. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
VI. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
VII. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
VIII. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

I. Mapeamento de riscos e controles;
II. Base de perdas operacionais;
III. Execução de testes;
IV. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
V. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO (2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

I. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
II. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
III. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco socioambiental

Risco socioambiental define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

I. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da Instituição;
II. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
III. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
IV. Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

I. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
II. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
III. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços / fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
IV. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
V. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Riscos, Crédito & Cobrança, responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do Risco Socioambiental.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

I. Base de reclamações por jornada de cliente;
II. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
III. Modelagem das informações para perda esperada; e
IV. Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

I. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
II. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
III. Planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. ÍNDICE DE BASILEIA

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2021 é de 8%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	31/12/2021	31/12/2020
Nível I	2.108.223	2.049.057
Capital principal	2.860.895	2.817.046
Ajuste prudencial	(752.672)	(767.989)
Total	2.108.223	2.049.057
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA_{CPAD} - Risco de crédito	11.413.774	12.050.055
RWA_{MPAD} - Risco de mercado	16.400	11.101
RWA_{OPAD} - Risco operacional	1.113.476	944.031
Total	12.543.650	13.005.187
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.003.492	1.040.415
Folga em relação ao PR mínimo requerido	1.104.731	1.008.642
Índice de Basileia	16,8%	15,8%

O Índice de Basileia de 31 de dezembro de 2021, subiu em relação ao período anterior devido ao aumento do Patrimônio de Referência (PR) e a redução nos ativos ponderados pelo risco (RWA). O aumento do PR é proveniente do crescimento orgânico do Banco no ano. A redução no RWA, em particular no RWA_{CPAD} (Risco de Crédito), refere-se à não alocação de capital para limites disponíveis para crédito pessoal (sujeito à analise de crédito). O nível de solvência da Instituição permanece acima do mínimo exigido pelo regulador local (8%), em aderência à Resolução CMN nº 4.193/13.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

37.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		
Descrição	**Dividendos a distribuir**	**Capital social**	**Reservas de lucros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.612	1.142.000	1.425.259	2.727.871
Aumento de capital social	-	600.000	(600.000)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado	99.252	-	248.999	348.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(160.612)	-	-	(160.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	1.074.258	2.915.510
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	1.074.258	2.915.510
Recursos provenientes da destinação do resultado	178.501	-	447.817	626.318
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(99.252)	-	-	(99.252)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(287.971)	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	-	-	(119.031)	(119.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	1.115.073	2.874.962

37.2. Resolução CMN nº 4.966 - Convergência às normas internacionais (IFRS 9)

Em novembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, em relação aos artigos 24, 76 a 78 e inciso XIX do artigo 80, e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

37.3. Resolução CMN nº 4.975 - Convergência às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

38. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

O governo brasileiro e o BACEN tomaram medidas para combater os impactos da COVID-19 nas operações de crédito, captação de recursos e temas relativos ao capital.

A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução CMN nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas física e jurídica, dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução CMN nº 4.783/20 - diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,625%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições;
- Resolução CMN nº 4.795/20 - autoriza o BACEN a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG);
- Resolução CMN nº 4.803/20 - alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20 permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020;
- Resolução CMN nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (COVID-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional;
- Circular BACEN nº 4.030/20 altera a Circular BACEN nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}), de que trata a Resolução nº 4.193/13;
- Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução CMN nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito.

Durante o exercício de 2021, o Banco apresentou um crescimento expressivo nas vendas quando comparado ao ano anterior, principalmente devido a maior venda *off-us* (utilização dos cartões de crédito em rede aberta), reflexo da reabertura do comércio de uma forma geral, além da retomada da concessão de novos cartões com participação cada vez maior do canal digital. Os indicadores de inadimplência não apresentaram impactos relevantes, demonstrando que o Banco fecha o ano com uma aceleração na geração de negócios sem abrir mão da qualidade da sua carteira de crédito.

Os impactos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis estão refletidos nas notas: 7. Operações de crédito; 8. Outros créditos; 14. Depósitos interfinanceiros; e 21. Rendas de operações de crédito. Mais informações sobre as ações realizadas estão disponíveis no Relatório da Administração.

A DIRETORIA

CARLOS EDUARDO CARVALHO MAUAD
Diretor-Presidente

LAÉRCIO SCHULZE DE SOUSA
Diretor Financeiro

ANDRÉ LUIZ MORAIS TONELINI
Diretor de Negócios

AYDES BATISTA MARQUES JUNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

ROBERTO SADAMI IKEGAMI
Diretor de Gerenciamento de Riscos

LUIZ GUSTAVO VARGAS SOUTO
Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

CONTABILIDADE

VALÉRIA DIAS PRATES
Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao Item II do Artigo 13 da Resolução CMN nº 3.198/04, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, restabelecendo a conformidade com a Resolução CMN nº 3.198/04. Desta forma, o comitê passou a possuir 4 (quatro) membros aprovados pelo Banco Central do Brasil. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Banco Itaú S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além das áreas de Auditoria Interna (Coordenador do Comitê) e *Compliance* (Secretária do Comitê) do Banco.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad - Presidente
Roberto Sadami Ikegami - Membro
Laércio Schulze de Sousa - Membro
José Ronaldo Vilela Rezende - Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se 8 (oito) vezes no ano de 2021. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de dezembro de 2021 foram analisadas em reunião de 10/02/2022, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance*, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna e a revisão do modelo de provisão de crédito IFRS9.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/09.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas do Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Diretoria utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas no modelo; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores comparativos de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi auditada por outro auditor independente, que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da BSF Holding S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, na forma da Legislação Societária. **Ativos totais:** Os ativos totais atingiram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.862.641 (2020: R$ 2.825.483). **Patrimônio líquido e resultado:** O patrimônio líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.700.802 (2020: R$ 2.725.018). A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 462.716 (2020: R$ 352.501). **Remuneração dos Acionistas e Reinvestimento de Lucros:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

A DIRETORIA

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		214.294	104.865
Caixa e equivalentes de caixa	6	7	10
Instrumentos financeiros		35.534	4.943
Aplicações financeiras	7	35.534	1.585
Valores a receber de sociedades ligadas		-	3.358
Outros créditos		178.753	99.912
Dividendos a receber	12	178.501	99.252
Impostos e contribuições a compensar	9	252	660
Não circulante		2.648.347	2.720.618
Investimento	8	2.648.347	2.720.618
Investimentos em controlada		2.648.347	2.720.618
Total do ativo		2.862.641	2.825.483

Passivo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		161.839	100.465
Outras obrigações		161.839	100.465
Dividendos a pagar	10.3	131.874	100.463
Impostos e contribuições		29.965	2
Patrimônio líquido	10	2.700.802	2.725.018
Capital		1.742.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Reservas de capital		5.235	3.353
Pagamento baseado em instrumentos de capital		5.235	3.353
Reservas de lucros		954.980	982.230
Reserva legal		216.282	193.146
Reserva estatutária		738.698	789.084
Ajuste ao valor de mercado – TVM		(1.502)	(2.466)
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego		89	(99)
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.862.641	2.825.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	11.1	510.628	352.601
Receita com instrumentos financeiros		337	63
Resultado de participação em controlada		510.199	352.395
Outras receitas operacionais		92	143
Outras despesas operacionais		(11.090)	(66)
Despesas gerais e administrativas	11.2	(59)	(55)
Outras despesas operacionais	11.3	(11.031)	(11)
Resultado operacional (antes da tributação)		499.538	352.535
Provisão para imposto de renda corrente	13	(27.069)	(21)
Provisão para contribuição social corrente	13	(9.753)	(13)
Lucro líquido		462.716	352.501
Quantidade de ações (mil)		1.742.000	1.742.000
Lucro por ação (em R$)		0,27	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	462.716	352.501
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas:		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	964	(2.465)
Variação de valor justo	1.752	(4.482)
Efeito fiscal	(788)	2.017
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro líquido:		
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	188	275
Total do resultado abrangente	463.868	350.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		(47.495)	(100)
Lucro líquido		462.716	352.501
Ajustes ao lucro líquido		(510.211)	(352.601)
Resultado de participação em controlada	8	(510.199)	(352.395)
Receita de juros não recebidos de instrumentos financeiros		(337)	(63)
Atualização de IR a compensar		403	(5)
Atualização de juros		(78)	(138)
(Aumento) / Redução dos ativos e passivos		33.405	(2.189)
Outros créditos		6	(51)
Valores a receber de sociedades ligadas		3.436	(2.139)
Impostos e contribuições		29.985	30
Impostos pagos		(22)	(29)
Caixa líquido proveniente / (Aplicado) nas atividades operacionais		(14.090)	(2.289)
Atividades de investimento			
Dividendos e JCP recebidos		506.254	160.612
Aplicações em instrumentos financeiros		(33.612)	2.296
Caixa líquido proveniente / (Aplicado) nas atividades de investimento		472.642	162.908
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10.3	(458.555)	(160.612)
Caixa líquido proveniente / (Aplicado) nas atividades de financiamento		(458.555)	(160.612)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(3)	7
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	10	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	7	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais)

			Reservas de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Instrumentos de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Avaliação patrimonial	Benefícios pós-emprego	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.259.130	2.694	175.521	1.014.662	-	(1)	(374)	2.451.632
Lucro líquido		-	-	-	-	352.501	-	-	352.501
Destinações:									
Reserva legal	10	-	-	17.625	-	(17.625)	-	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	234.413	(234.413)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	10	-	-	-	-	(100.463)	-	-	(100.463)
Aumento de capital - Incorporação de reservas	10	482.870	-	-	(482.870)	-	-	-	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital		-	659	-	-	-	-	-	659
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM		-	-	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)
Atualização atuarial		-	-	-	-	-	-	275	275
Reversão dos dividendos propostos		-	-	-	22.879	-	-	-	22.879
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	193.146	789.084	-	(2.466)	(99)	2.725.018
Mutação do exercício		482.870	659	17.625	(225.578)	-	(2.465)	275	273.386
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	193.146	789.084	-	(2.466)	(99)	2.725.018
Lucro líquido		-	-	-	-	462.716	-	-	462.716
Destinações:									
Reserva legal	10	-	-	23.136	-	(23.136)	-	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	307.706	(307.706)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	10	-	-	-	-	(131.874)	-	-	(131.874)
Pagamento baseado em instrumentos de capital		-	1.882	-	-	-	-	-	1.882
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM		-	-	-	-	-	964	-	964
Atualização atuarial		-	-	-	-	-	-	188	188
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores		-	-	-	(358.092)	-	-	-	(358.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	216.282	738.698	-	(1.502)	89	2.700.802
Mutação do exercício		-	1.882	23.136	(50.386)	-	964	188	(24.216)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

1. Contexto operacional: A BSF Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – (BACEN), e essas demonstrações contábeis devem ser lidas com esse contexto. Os efeitos da COVID-19 na BSF Holding foram absorvidos através dos impactos gerados em sua controlada, conforme descrito nas demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2022.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas CPC - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, conforme facultado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (i) a (iv). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações contábeis consolidadas, disponibilizadas ao público em seu *website* (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

3. Moeda funcional: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") são mensurados pelo valor justo.

5. Principais políticas contábeis: 5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **5.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **5.3. Instrumentos financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; VJORA; ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A Companhia não adota como estratégia de atuação a aquisição de instrumentos financeiros com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de instrumentos financeiros foi classificada na categoria VJORA. Sob CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Modelo de Negócio -** É determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos. **Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros -** Identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do SPPI (*Solely Payment Principal and Interest*) *Test*. O SPPI *Test* tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação do modelo de negócios da Companhia na gestão de seus ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável -** A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito. Estágio 1: A Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou que tem um risco de crédito baixo na data do fechamento. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses; Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e de créditos *forborne*; e Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro. **Contabilização de cobertura (*hedge accounting*) -** Os requisitos para contabilização de cobertura *(hedge accounting)* estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e assim não possui contabilização de cobertura *(hedge accounting)*. **Inadimplência e problema de recuperação de crédito -** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável", quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **5.4. Receitas de contratos com clientes:** CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui o CPC 30 – Receita e o CPC 17 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (ICPCs 02 e 11). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. **5.5. Ativos e passivos circulantes:** Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias. **5.6. Participação em empresa controlada:** O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. **5.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **5.8. Demandas judiciais:** A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **5.9. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital:** O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. **5.10. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

(Continua)

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5.11. Novos pronunciamentos, alteração e interpretação de pronunciamentos existentes. 5.11.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: Alterações ao CPC 48 - Instrumentos financeiros** - As alterações resumem-se em: - Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Não houve impactos previsto pelo Banco, na data da demonstração financeira consolidada. **5.11.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros: Alterações ao CPC 15 - Referência à estrutura conceitual, melhorias anuais ao ciclo de CPCs 2018-2020 e CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - As alterações resumem-se em: - O CPC 15 traz a inclusão da exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios; - As melhorias anuais incluem alterações em quatro normas: CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, prevendo medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão; CPC 48 - Instrumentos Financeiros, esclarecendo que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na/ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez; CPC 06 - Arrendamentos, excluindo o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, sem data de vigência. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os impactos são avaliados até a data de entrada em vigor dos normativos. **Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - As alterações ao CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação refere-se à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	7	10
Total	7	10

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Certificado de Depósito Bancário	35.534	35.534	1.585	1.585
Títulos de Dívidas	35.534	35.534	1.585	1.585

7.1. Redução a valor recuperável: Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. **7.2. Exposição a riscos de taxas de juros:** As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade de 100% do DI. **7.3. Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. Contas a receber refere-se a empréstimos para empresas ligadas, consequentemente com baixo risco de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito relativos à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil. **7.4. Derivativos:** A Companhia não apresenta contratos em aberto de derivativos nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

8. Investimento: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), que foi constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento e Crédito, Financiamento e Investimento e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo BACEN. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007. Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, tendo seu portfólio formado, desde o ano de 2007, por Cartões *Private Label*, utilizados por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour e Atacadão, além de cartões com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações contábeis do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido no início do exercício	2.720.618	2.469.005
Lucro líquido do exercício	510.199	352.395
Dividendos pagos sobre o lucro gerado no exercício corrente	(178.501)	(99.252)
Dividendos adicionais propostos pagos	(287.971)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(119.031)	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital	1.881	660
Outros resultados abrangentes	1.152	(2.190)
Patrimônio líquido no final do exercício	2.648.347	2.720.618
Saldo total do investimento	2.648.347	2.720.618
Resultado de equivalência patrimonial	510.199	352.395

9. Impostos a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	252	660
Total	252	660

10. Patrimônio líquido: De acordo com a Lei nº 6.404/76, foi aprovado pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, o aumento de capital, no montante de R$ 482.870 mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. O valor do capital social no exercício é de R$ 1.742.000 e está dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital** - Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	5.235	3.353

Descrição dos planos de opções de compra de ações: Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. - O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas [1]	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções [2]	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70

[1] Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017. [2] As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações: -1/3 (um terço) na ocorrência do IPO; -1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e -1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO. Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema: (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO. O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro. Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19") - O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: - **Elegibilidade**: os administradores e empregados do Grupo; - **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; - **Prazo para que as opções se tornem exercíveis**: 36 meses após cada outorga; - **Prazo máximo para exercício das opções**: até o final do 6º ano da data de tal plano; - **Diluição societária máxima**: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e - **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada: - Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado); - Item relacionado à responsabilidade social corporativa. Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções [2]	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	21,98

[1] Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019. [2] As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de *performance* aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. Plano de *Performance Shares* Local 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21") - O regulamento do plano de *performance shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **- Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **- Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **- Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **- Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*; **- Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e **- Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada: - Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado); - Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (total *shareholder return*); - Item relacionado à responsabilidade social corporativa; - Item relacionado à transformação digital da empresa. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções [2]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

[1] Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 novembro de 2020. [2] As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Período de exercício das opções [2]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

[1] Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 novembro de 2021. [2] As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Mensuração de valor justo** - O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo. Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado, conforme acima descrito, é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*). A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações. **Volatilidade e rendimento de dividendos - Plano Pré-IPO**: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%. **Plano Regular:** O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. **Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)** - Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas no período de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20	Plano Regular 21
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	128.178	90.420	-
Opções / ações concedidas até 31 de dezembro de 2021	-	28.818	243.064
Opções / ações canceladas até 31 de dezembro de 2021	12.000	-	-
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	116.178	119.238	243.064

(Plano Pré-IPO) - Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os períodos de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **Descrição dos planos de remuneração de ações** - Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: - Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de caixa livre ajustado); - Retorno total ao acionista; e - Item relacionado à responsabilidade social corporativa. Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21
Data da outorga [1]	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019
Data do *vesting* [2]	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) [3]	14,32	13,05	11,85

[1] Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano). [2] As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas. [3] Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

	Plano Regular 21
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020	-
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2021	23.500
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2021	23.500

Não houve movimentações nas ações outorgadas dos Planos Grupo 19, Grupo 20, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Descrição	31/12/2021
Plano Grupo 19	9.900
Plano Grupo 20	12.549
Plano Grupo 21 (*)	23.500

(*) Para plano Grupo 21, considera-se ações pendentes na data de outorga.

Despesas reconhecidas no resultado - As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.567 (2020: R$ 945). **10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal:** Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal" foi de R$ 23.136 (2020: R$ 17.625). **10.2.2. Reserva estatutária:** Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária" foi de R$ 307.705 (2020: R$ 234.413). **10.3. Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

	31/12/2021	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (i)	100.463	0,05767
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (i)	188.092	0,10797
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) (ii)	170.000	0,09759
Total de dividendos pagos	458.555	0,05767
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2021 (iii)	131.874	0,07570
Total de dividendos a pagar	131.874	0,07570

(i) Na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, a Companhia liquidou dividendos no montante de R$ 288.555. (ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 9 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou dividendos no montante de R$ 170.000. (iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R$ 131.874 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021 registrados no passivo circulante.

	31/12/2020	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	183.491	0,10533
Dividendos adicionais referente a 31 de dezembro de 2019 (i)	(22.879)	(0,01313)
Total de dividendos pagos	160.612	0,09220
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2020 (ii)	100.463	0,07979
Total de dividendos a pagar	100.463	0,07979

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, decorrente do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, a Companhia liquidou dividendos no montante de R$ 160.612. (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R$ 100.463 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

(Continua)

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de Reais, exceto informações por ação)

11. Demonstração do resultado

11.1. Receitas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	337	63
Resultado de participação em controlada (nota 8)	510.199	352.395
Receita com juros sobre mútuo da Corretora	78	138
Atualização sobre IR a compensar	14	5
Total	510.628	352.601

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de publicações	(58)	(54)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Total	(59)	(55)

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(16)	(8)
PIS	(3)	(2)
PIS e COFINS sobre JCP	(11.011)	-
Outras despesas operacionais	(1)	(1)
Total	(11.031)	(11)

12. Transações entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: • Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Acionista Majoritário (Controlador); • Itaú-Unibanco S.A. – Acionista Minoritário; • Banco CSF S.A. – Controlada; • Atacadão S.A. – Controladora Indireta; e • CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI – Controlada do Banco. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

	31/12/2021		31/12/2020	
Partes relacionadas / Operações	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesas) período**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesas) período**
Banco CSF S.A.				
Dividendos e JCP a receber	178.501	(428)	99.252	-
Certificado de depósito bancário	35.534	24	1.585	38
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI				
Empréstimos a receber	-	85	3.358	138
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Dividendos a pagar	(67.256)	-	(51.236)	-
Itaú-Unibanco S.A.				
Dividendos a pagar	(64.618)	-	(49.227)	-

13. Imposto de renda e contribuição social: As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

	31/12/2021		
Descrição	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	499.538	499.538	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(124.885)	(44.958)	(169.843)
Ajustes:			
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	97.792	35.205	132.997
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	-	24
Total	(27.069)	(9.753)	(36.822)

	31/12/2020		
Descrição	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	352.535	352.535	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(88.134)	(31.728)	(119.862)
Ajustes:			
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	88.099	31.715	119.814
Efeito tributário do adicional de IRPJ	14	-	14
Total	(21)	(13)	(34)

13.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	499.538	352.535
Imposto de renda e contribuição social	36.822	34
Alíquota efetiva	7,37%	0,01%

14. Gerenciamento de riscos: A Administração da Companhia adota política conservadora de gerenciamento de riscos. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos, principalmente, pelos saldos de aplicações em instrumentos financeiros. A Companhia avalia o risco de crédito da contraparte / emissores dos instrumentos financeiros. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

15. Outras informações: 15.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		
Descrição	**Dividendos a distribuir**	**Capital social**	**Reservas de lucros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	183.491	1.259.130	898.855	2.341.476
Aumento de capital social	-	482.870	(482.870)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado	100.463	-	252.038	352.501
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(183.491)	-	-	(183.491)
Reversão dos dividendos propostos (i)	-	-	22.879	22.879
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.463	1.742.000	690.902	2.533.365
Recursos provenientes da destinação do resultado	131.874	-	330.842	462.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos propostos	(100.463)	-	-	(100.463)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(358.092)	(358.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	131.874	1.742.000	(663.652)	2.895.618

(i) Em 2020, foi vedada a remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores considerando os potenciais efeitos da pandemia de COVID-19, de acordo com a Resolução CMN nº 4.885/20. Ficando permitido somente a distribuição do montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. **15.2. Passivos contingentes:** A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações contábeis.

A DIRETORIA

Diretor-Presidente - Carlos Eduardo Carvalho Mauad

Diretor Financeiro - Laércio Schulze de Sousa

Diretor sem designação específica - Roberto Sadami Ikegami

Contadora - Valéria Dias Prates - CRC nº 1SP239180/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração e Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Valores comparativos de 31 de dezembro de 2020:* As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4